

Editorial

A Lei e o Sol...

Os brutamontes de plantão, que ainda se valem do dinheiro, da força física e dos resquícios de um questionável prestígio social oriundo do grupo familiar a que pertencem - em resumo, da estupidez - para agredir e humilhar pessoas, principalmente mulheres, deveriam ser alvos especiais da Justiça brasileira, para que o Estado Democrático de Direito faça valer, na vida prática de todos os dias, o que o seu próprio nome profere ou promete.

O Estado Democrático de Direito se propõe, também, a proteger as pessoas dos abusos de poder, seja econômico, político, religioso ou de qualquer outra natureza. Se alguém ameaça a vida de outra deve prestar contas à Justiça. A impunidade depõe contra a sociedade que, ao permitir ou conceder amparo a criminosos, perde a razão de ser enquanto sinônimo de civilização, identificando-se mais com o seu contrário, a barbárie.

Um dos piores traumas para quem é injustamente agredido por um semelhante - e não quer praticar a também condenável lei do “olho por olho, dente por dente” - é, talvez, ver o seu agressor andando impunemente pelas ruas como se nada de errado tivesse cometido. Concretiza-se o pressuposto de que a lei não é para todos, mas, enquanto escudo protetor da comunidade, apenas para os “bem nascidos de berço” ou “bem providos de bolso”.

A arrogância que se alia à brutalidade para, em forma de pessoa, matar, ferir ou aviltar seus iguais mais fracos ou desafortunados deve ser exemplarmente punida. Os braços da lei devem alcançar quem age com tal grosseria esteja o ofensor onde estiver, no Brasil ou nos Emirados Árabes Unidos. Considerar-se absolvido por livre e espontânea vontade é que não pode ser. A força bruta não pode subjugar direitos e deveres a seu bel prazer.

A consciência de que os atos individuais e coletivos são balizados pelas Constituições municipais e estaduais e a Carta Magna Federal deve se expandir como o Sol investe contra a neblina. Homens e mulheres devem saber de seus direitos e deveres, para que a vida em sociedade transcorra com o maior equilíbrio possível. A desarmonia cabe à Justiça reparar, embora este reparo dependa muito da clareza e justeza da denúncia.

Os Poderes Públicos e a sociedade civil organizada, enfim, os cidadãos e cidadãs devem se empenhar na construção da cultura da paz, caminho mais rápido para a transformação da realidade no lugar de progresso e concórdia que existe apenas no sonho. Calar-se diante das injustiças é se contrapor a esta expectativa de mudança. E uma das coisas que criminoso mais gosta é o silêncio que nasce do medo e do descrédito na lei.

Artigo

Asas indomáveis

Com poucas alterações, reproduzo aqui o texto sobre o novo livro de Águia Mendes, escrito originalmente para a coluna “Grifos Nossos”, que ia ao ar, nas tardes de quarta-feira, no programa “Tabajara em Revista”, da Rádio Tabajara, com apresentação de Adeildo Vieira e Cíntia Peromnia.

Águia, muitos conhecem de outros carnavais. O autor participou, por exemplo, no grupo-movimento Jaguaribe Carne, dos irmãos Pedro Osmar e Paulo Ró e companhia ilimitada de poetas, escritores músicos, artistas visuais... Os versos que ilustram o texto são de Asa de cigarro, de sua recente lavra.

hoje o sol/ nasceu bem cedo/ no meu quintal às cinco horas/ da manhã/ de parto normal

Depois de cutucar a crítica e baratarinara público com livros como Jardim da infância, Blue para um cadáver sonhador, Sol de algibeira e Um boi pastando nas nuvens, Águia vem agora com Asa de cigarro, e nos seduz novamente com seu vocabulário personalíssimo, em estado concreto de poemas:

Poema é o estado sólido da palavra.

Asa de cigarro reúne novos poemas do inclassificável Águia. Inclassificável no sentido de indefinível, ou indescritível, pois entendo que a dicção poética do autor reluta em ser porta-voz desta ou daquela forma literária; deste ou daquele movimento estético. A palavra quer ser poema, e isso lhe basta:

quem salvará/ o poeta/ do naufrágio/ da palavra?

O poema de Águia, de versos quase sempre curtos, é anárquico, debochado, surrealista, nonsense, atrapalhado... diria até palhaço! E, por mais que grite, proteste, provoque, destrua velhos conceitos e construa novos sentidos, é um poema bem-humorado, com seus arremates surpreendentes:

tenho pena/ do mar/ que nunca/ tem tempo/ de descansar
o mar e seu / perpétuo salivar
o mar e seu/ movimento pendular
vaca verde

William Costa

wpcosta.2007@gmail.com

Vejo em Águia, Manoel de Barros bem ao lado. Do outro, caminha Paulo Leminski, com Augusto dos Anjos mais afastado, trocando ideias com dois ou três concretistas da acomodada vanguarda brasileira. Mas Águia é poeta de rua, daí o eco do beco do mundo na sua fatura:

estava triste/ com/ o mundo
estava triste/ no amor
urinei/ passou

Observando bem este mundo de agora/ esta terra árida que ora pisamos/ este céu desabitado de sonhos/ e este mar que nos convida a se afogar, parece ter razão o eu lírico de Asa de cigarro, ao desacreditar no projeto humano, como neste poema, sem título como os demais:

minha mãe diz que/ o mundo/ com a graça de Deus/ ainda vai/ ser um lugar justo e bom/ como nos sonhos caídos vai porra nenhuma

E segue o poeta, pelas mais de 200 páginas do livro, circulando pela estranha roda do mundo como/quem monta/furúnculos, com vontade/ de beijar/ um muro, vendo trovão/ sujo/ de beijo, doido para dar de cara com a morte que, se vier com coisa, ele pula na caixa/ dos peitos dela.

Águia vem agora com Asa de cigarro, e nos seduz novamente com seu vocabulário personalíssimo

William Costa

Opinião

Foto Legenda

Bhrunno Maradona



A ordem é vender!

Crônica

Olhar menino

O menino atira o olhar em forma de flecha pela janela e atinge muitos tempos. Das eras dos outros garotos, dos velhos nas praças, do motorista da condução apressado, do sorveteiro concentrado no equilíbrio dos negócios para que não derretesse, da menina sonhadora da outra janela. E mirou máquinas modernas e ultrapassadas que se encontravam nas esquinas, nos desenhos e nos destinos.

Os olhinhos iam de um lado para o outro concentrados na busca de detalhes. E as imagens se sucediam em sequência cinematográfica, musical como as letras crônicas que captam diversas cenas ao redor e mais além pelos cérebros pupilas dos visionários Rauzito, Zé do Brejo do Cruz, Belchior ou Chico de Catolé do Rocha.

Olha o menino num recanto, enxerga como um gigante observador. Ele coleciona cenas. Como o catador que reúne latinhas dos tambores de lixo, sem instrumentos além das mãos, que tentam tocar a vida. O olho busca a rua que também tem flores em jardins, possui infâncias e sorrisos.

Por todos os lados, segue a orquestra. Ora o besouro em voo erno em quarteto, ora a desiludida estrada não mais riscada pelo cavalo de ferro, em duas paralelas, em outro momento como uma velha composição, pois o trem soa musical. E tudo gira repetidamente por entre as pálpebras que metralha olhares que desvendam mundos, pequenos e grandes.

Inocente olhar menino. Avançam também imagens más. Das guerras declaradas e silenciosas de cada dia, de todos os dias, de muitos cantos e recantos, em frentes de batalhas distantes, por detrás das suposta lei e da ordem. Guerra e morte não são iguais a jogo de futebol, feitas torcidas apaixonadas que opiniões desconexas explodem no ar. É preciso declarar trégua, silenciar sobre culpas e silenciar as armas antes de assinar declarações. O pássaro da paz não pode voar penso.

“
O menino atira o olhar no mundo e encontra seres, máquinas e os tempos de ontem e de hoje. Mergulha em vazios de multidões

Clóvis Roberto

O tiro do olhar menino é sopro de luz, é diálogo em silêncio com o próprio eu do poeta, é questionamentos para respostas já prontas ou em formação. E mesmo os desvios do caminho integram lições, aprendizados.

Impecável olhos sérios do menino ao cruzar com outros olhos. E dispara reflexos de mãos, bocas, sorrisos. De repente, é menino adolescente a olhar pelas encruzilhadas dos ponteiros dos relógios, máquinas de controlar tempos, tão falíveis quanto fantásticas.

O menino atira o olhar no mundo e encontra seres, máquinas e os tempos de ontem e de hoje. Mergulha em vazios de multidões. E busca, com as miras giratórias dos olhos, possíveis saídas, caminhos, paz, libertações.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Gisa Velga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762

NA PARAÍBA

Pequenos negócios geram 524 vagas de emprego

Setor foi o principal responsável pela criação de postos de trabalho em fevereiro

■ Setores de serviços e construção impulsionaram a geração de empregos nas micro e pequenas empresas

Com saldo positivo de 524 vagas em fevereiro, os pequenos negócios seguem impulsionando a criação de novos postos de trabalho na Paraíba. De acordo com levantamento realizado pelo Sebrae, a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), as micro e

pequenas empresas foram as principais responsáveis pela criação de vagas no segundo mês do ano, seguidas pela administração pública, cujo saldo positivo foi de 25 postos de trabalho no estado.

As médias e grandes empresas, por sua vez, encerraram o mês de fevereiro na Paraíba com saldo de zero vagas, o que significa que o número de admissões foi igual ao número de demissões contabilizadas no período. De forma geral, conforme o levantamento do Sebrae, o estado encerrou fevereiro com saldo positivo de 486 vagas, reafirmando a importância e a contribuição dos pequenos negócios para o aquecimento do mercado de trabalho na Paraíba.

Ainda conforme o levantamento realizado pelo Sebrae, no universo dos pequenos negócios a criação de novas va-

gas de emprego formal foi impulsionada por dois setores: o de serviços, cujo saldo positivo foi de 758 vagas; e a construção, que contabilizou saldo de 502 postos de trabalho. Também no mês de fevereiro, apresentaram saldo positivo no Caged os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), com 72 vagas; e a indústria extrativa mineral, com 13 oportunidades de emprego.

Por sua vez, três setores, no universo das micro e pequenas empresas, apresentaram saldo negativo na Paraíba, ou seja, tiveram um número de demissões maior que o de admissões no mês de fevereiro. São eles: indústria da transformação (-452); agropecuária (-230); e comércio (-139). Na avaliação da gerente da Unidade de Gestão Estratégica e Monitoramento do Sebrae/PB, Ivani Costa, os dados refletem, entre outros fatores, o reaquecimento da cons-

trução civil. “Os números de fevereiro já demonstram uma fotografia favorável das oportunidades que a economia do bem-estar nos trouxe. Os empreendimentos imobiliários focados na locação de curta temporada também impulsionaram as novas contratações. Outro fenômeno observado são os projetos de construção civil de pequeno porte que ficaram paralisados no período pandêmico e que foram retomados em ritmo intenso neste início de ano”, explicou.

Ainda conforme a gerente, os novos perfis e demandas dos consumidores também impulsionaram o setor de serviços. “A cadeia de serviços foi outro setor impactado neste movimento de retomada. Com o empresário mais confiante nas novas oportunidades, surgem demandas que estão se adaptando às novas necessidades de pessoas e empresas”, acrescentou Ivani Costa.

NA CIDADE DE SOUSA

Secult-PB fomenta criação de Companhia Cigana de Dança e Orquestra de Violões

A Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PB) está implementando duas ações importantes para o fortalecimento de comunidades tradicionais. Uma delas é a criação da Companhia Cigana de Dança, a outra a criação, também, da Orquestra Cigana de Violões. Essas atividades foram iniciadas nos últimos sábado (15) e domingo (16), na cidade de Sousa, onde se localiza a maior comunidade cigana da Paraíba.

O grupo de dança está sob a coordenação da dançarina Kilma Farias, enquanto o de violões fica sob a regência do músico Cristiano Oliveira, destacados pela Secult-PB para fomentar a formação dessas duas iniciativas culturais. Durante os sábados e



Foto: Secom-PB

As atividades foram iniciadas no último fim de semana na cidade de Sousa, onde se localiza a maior comunidade cigana da Paraíba

domingos de abril e maio, os professores convidados estarão na cidade desenvolvendo esse trabalho e fomentando o desenvolvimento estético dessa que é uma das maiores comunidades ciganas da América Latina.

O resultado será apresentado durante o ‘Festival Janinhar: arte, cultura e conhecimento cigano’, previsto para o período de 22 a 27 de maio, nos ranchos ciganos de Sousa, em celebração ao Dia de Santa Sara Kali, padroeira desses po-

vos. A ação do Governo da Paraíba, por meio da Secult-PB, tem como parceiros a Secretaria da Mulher e Desenvolvimento Humano, a Prefeitura de Sousa, a Fundação de Cultura de Sousa e o Grupo Teatro Oficina.

MAIS PROTEÇÃO

JP oferta vacinas contra influenza, Covid-19 e de campanhas de rotina nos serviços de saúde

Nesta quarta-feira, todas as salas de vacina da rede municipal de saúde seguem ofertando todos os imunizantes que constam no Programa Nacional de Imunização (PNI). São ofertadas também as vacinas das campanhas ativas que podem prevenir contra a Covid-19 e influenza. O ponto móvel para vacinação, instalado no Mangabeira Shopping, funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 22h, e no sábado, das 8h às 16h.

A Pfizer bivalente segue sendo ofertada apenas para pessoas que fazem parte dos grupos prioritários, que são: pessoas imunocomprometidas, com comorbidades e pessoas com deficiência permanente acima de 12 anos de idade, idosos acima de 60 anos de idade, gestantes, puérperas (mulheres até 45 dias após o parto), comunidades quilombolas e trabalhadores de saúde.

Para tomar o imunizante da Pfizer bivalente, é necessário que o usuário elencado tenha recebido ao menos duas doses de vacinas monovalentes como esquema primário. O intervalo para doses de reforço com vacinas bivalentes: a partir de quatro meses da última dose de reforço monovalente ou última dose do esquema primário.

O Ministério da Saúde (MS) recomenda que as vacinas contra a Covid-19 podem ser administradas simultaneamente com os imunizantes do calendário vacinal ou em qualquer intervalo na faixa etária de seis meses de idade ou mais.

Influenza

A vacinação tem como objetivo reduzir as complicações, as internações e a mortalidade decorrentes das infecções pelo vírus da in-

fluenza, na população-alvo para a vacinação.

Fazem parte do grupo prioritário: crianças de seis meses a menores de seis anos de idade (cinco anos, 11 meses e 29 dias); trabalhadores da saúde; gestantes, puérperas, professores do Ensino Básico e superior, povos indígenas, idosos com idade superior a 60 anos; profissionais das forças de segurança e salvamento; profissionais das Forças Armadas; pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais; pessoas com deficiência permanente; trabalhadores de transporte coletivo rodoviário urbano e de longo curso; trabalhadores portuários; funcionários do sistema de privação de liberdade; população privada de liberdade com mais de 18 anos de idade e adolescentes e jovens em medidas socioeducativas.

Documentação

No momento da vacinação, é necessário apresentar um documento oficial e cartão de vacina que comprovem outras doses dos imunizantes que previnem contra Covid-19 e Cartão do SUS. No caso de pessoas imunocomprometidas, com deficiência e com comorbidades, há a necessidade de apresentação da cópia do laudo ou declaração médica que ficará retida no local.

Já os trabalhadores de saúde precisam apresentar cópia de documento que comprove vínculo ativo como trabalhador de saúde, que também deve ficar retida no local. São eles: carteira do conselho profissional ou contracheque. No caso de estudantes que estagiam em serviço de saúde, devem apresentar declaração da instituição de ensino e do serviço onde atuam.

UN Informe

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com

LULA: “QUANDO A CRIANÇA DE OITO ANOS ACHA QUE ARMA É SOLUÇÃO, ELA VIU NO LIVRO ESCOLAR? NÃO”

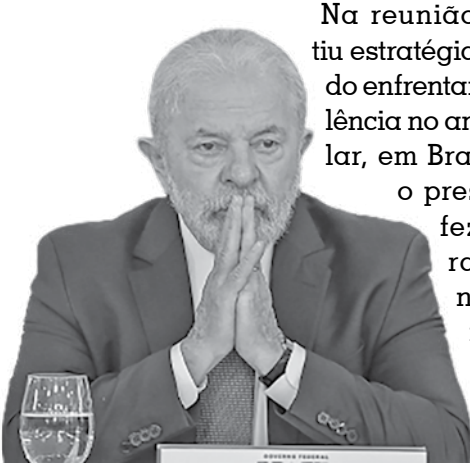


Foto: Palácio do Planalto

Na reunião que discutiu estratégias para tratar do enfrentamento da violência no ambiente escolar, em Brasília, ontem, o presidente Lula fez uma leitura pertinente no tocante à importância da família para impedir o acesso de crianças e adolescentes a conteúdos de ódio, de incentivo à violência. “Quando a criança de oito anos acha que arma é solução, ela viu na Bíblia? Não. No livro escolar? Não. Ela ouviu do pai ou da mãe dentro de casa e é por isso que precisamos ter em conta que sem a participação dos pais a gente não recupera um processo educacional correto nas escolas”, argumentou o presidente, para quem as plataformas digitais precisam ser responsabilizadas pelo conteúdo de terceiros que propagam. “Não é possível que eu possa pregar o ódio na rede digital, que possa ficar fazendo propaganda de arma, ensinando criança a atirar, é isso que vemos todo santo dia. A verdade é que uma criança de seis anos, nove anos, ela repercute na escola o que ela ouve dentro de casa”, afirmou. De acordo com Lula, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a comunidade precisa assumir responsabilidade pelo que acontece no ambiente escolar.

“EMPENHADOS EM BUSCAR SOLUÇÕES”

Lucas Ribeiro (PP) representou o governador João Azevêdo (PSB) na reunião em que Lula discutiu estratégias de enfrentamento da violência nas escolas. Ele postou foto da reunião e escreveu no Instagram: “Estamos empenhados em buscar, juntos, soluções efetivas para garantir a segurança dos nossos estudantes e profissionais da educação”.

UMA MENSAGEM EFETIVA

Com a filiação de mais de 70 prefeitos, o PSB deixou uma mensagem efetiva para os partidos aliados, que até então comandavam mais prefeituras que os socialistas: ‘em 2024 seremos protagonistas’. Não poderia ser diferente para um partido que tem o governador do estado e seis deputados estaduais. E há que se dizer: a eleição do próximo ano irá repercutir e muito na de 2026.

ELE ESTÁ NA TORCIDA

Quem está na torcida para que Cícero Lucena (Progressistas) se filie ao PSB é o deputado Hervázio Bezerra, pai do vice-prefeito Léo Bezerra. Para ele, isso daria a oportunidade de os socialistas lançarem uma chapa puro-sangue. A propósito, o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, é entusiasta da entrada do prefeito de João Pessoa na legenda.

EM DEFESA DA PERENIZAÇÃO

Do deputado Felipe Leitão (PSD), em defesa da perenização do Rio Taperoá, em evento na Câmara Municipal, da qual participaram vereadores de São João do Cariri, Cabaceiras e Parari. “Promover o desenvolvimento da região por meio do Rio Taperoá é garantir mais emprego. O projeto é viável e vamos trabalhar para buscar verbas para a sua implantação”.

PSB: HAVERÁ MAIS FILIAÇÕES

Tibério Limeira, presidente do diretório do PSB de João Pessoa, ressaltou um detalhe relacionado à filiação de mais de 70 prefeitos à legenda: somando agora 73 gestores municipais, o PSB é o primeiro partido da história da Paraíba a conseguir tamanha desenvoltura. Ele revelou, em entrevista à TV, que novas filiações ainda estão na perspectiva da direção partidária.

VITAL REJEITA INVESTIGAÇÃO SOBRE COMPRA DE MÓVEIS PARA ALVORADA

O ministro Vital do Rêgo Filho, do Tribunal de Contas da União (TCU), rejeitou pedido de deputados da oposição para que a Corte investigasse a compra de móveis de luxo para prédios da Presidência da República, com dispensa de licitação. Para o ministro paraibano, os atos criminosos de 8 de janeiro justificaram a ausência da licitação. O custo total dos móveis para o Palácio da Alvorada foi de R\$ 379 mil.

ENVIADO AO CONGRESSO

Lula assina Piso da Enfermagem

Projeto de lei prevê que enfermeiros devem receber R\$ 4.750; técnicos, R\$ 3.325; auxiliares e parteiras, R\$ 2.375

Agência Estado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem em cerimônia no Palácio do Planalto, o projeto de lei que abre espaço de R\$ 7,3 bilhões no Orçamento para pagamento do piso salarial dos trabalhadores da enfermagem. O texto será enviado ao Congresso. Lula não discursou no evento desta tarde.

O piso nacional prevê que enfermeiros devem receber R\$ 4.750. O valor mínimo para técnicos de enfermagem é de R\$ 3.325 e

o de auxiliares e parteiras, de R\$ 2.375. Aprovado pelo Congresso no ano passado, o piso da enfermagem está suspenso por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso desde setembro.

Na decisão, Barroso argumentou que o projeto aprovado por Câmara dos Deputados e Senado não estabelecia de onde saíriam os recursos para arcar com os custos e não previa qual seria o impacto financeiro da medida.

A solução encontrada pelo Congresso foi aprovar, em dezembro passado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Enfermagem, que definiu a fonte dos recursos para custear a medida no setor público, nas entidades filantrópicas e nos hospitais que tenham pelo menos 60% de seus pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde.

O dinheiro virá de parte dos recursos do fundo do pré-sal e de outros fundos constitucionais com saldo positivo financeiro.



Foto: Marcos Russo
Evento literário aconteceu ontem à noite na Livraria A União, localizada no Espaço Cultural

EM TODO O PAÍS

Edital do Mais Médicos abre 6,2 mil vagas em mais de dois mil municípios

Daniella Almeida
Agência Brasil

O Programa Mais Médicos abriu 6.252 vagas para repor profissionais de saúde em localidades que deixaram de ser atendidas pelo programa do Governo Federal nos últimos seis anos. O edital, que também expande vagas em áreas que enfrentam dificuldades para manter médicos, foi publicado ontem, pelo Ministério da Saúde. É o primeiro chamamento público pós o anúncio da retomada do programa, em 20 de março.

Pela lista divulgada no site do programa, os postos de trabalho estão distribuídos em 2.074 municípios, sendo que mil vagas são inéditas em localidades da Amazônia Legal.

Criado em 2013, o Mais Médicos tem o objetivo de garantir o acesso dos brasileiros à saúde nas Unidades Básica de Saúde, a chamada Atenção Primária, que é considerada a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou o trabalho nas unidades básicas do SUS. “É no cotidiano dos serviços de saúde que são vividos os problemas e construídas soluções, através de

um processo de aprendizagem permanente”.

Adesão dos municípios

Neste primeiro momento, os gestores de saúde municipais dos locais indicados no edital devem indicar quantas vagas pretendem preencher.

O Ministério da Saúde pede prioridade no direcionamento dos profissionais a equipes de atenção básica que não têm médicos, ou que atendam populações que dependam exclusivamente do SUS e ainda a populações de ribeirinhos, quilombolas, assentados e indígenas.

Para adesão ao programa ou renovação, o gestor local dos municípios listados deve preencher o Termo de Adesão e Compromisso. Para isso, deverá acessar eletronicamente o Sistema de Informação e Gestão da Atenção Básica (e-Gestor AB). Os municípios que participaram anteriormente do Mais Médicos precisam manter o cadastro atualizado.

Como obrigações, as prefeituras devem garantir moradia ao profissional do projeto, alimentação e água potável, além de transporte adequado e seguro para o médico se deslocar ao local de trabalho que tiver difícil acesso.

Distribuição de vagas

Para distribuição de vagas, o Ministério da Saúde considerou critérios como a situação de vulnerabilidade social dos municípios, maior dependência do SUS para o acesso à saúde e a dificuldade para admitir novos profissionais.

Com isso, a distribuição resultou em 47% das vagas para regiões de alta vulnerabilidade social, 27,5% a municípios de média vulnerabilidade; 10,6% estão indicadas a cidades com mais de 100 mil habitantes e baixo rendimento per capita, e o restante, 14,3%, serão vagas de reposição para os demais municípios.

Próximas etapas

Até o fim de 2023, o Ministério da Saúde prevê a abertura de 15 mil vagas do Mais Médicos, checando, assim, a mais de 28 mil médicos atuando no país para prestar serviços a mais de 96 milhões de brasileiros. Para tal, o investimento do Governo Federal, neste ano, será de R\$ 712 milhões. Até o fim deste semestre, outro edital será publicado com 10 mil vagas oferecidas.

LIVRO INFANTIL

Escritor Ricardo Aguiar lança nova edição do livro O Rato que Roeu o Rei

Carol Cassoli
carol.cassoli@gmail.com

O escritor paraibano André Ricardo Aguiar lançou, ontem, uma nova edição de seu livro O Rato que Roeu o Rei. Desta vez, a obra infantil foi produzida nas oficinas gráficas da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) e o lançamento aconteceu na Livraria A União.

Com texto do ficcionista e poeta paraibano André Ricardo Aguiar e ilustrações de Tônio, O Rato que Roeu o Rei teve sua segunda edição lançada em um encontro muito divertido na casa da literatura paraibana. Além da presença do público-alvo da obra, pais e familiares dos pequenos puderam participar de uma roda de conversa para a apresentação do livro.

Junto da professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba e especialista em literatura infantil, Neide Medeiros, a diretora-presidente da EPC, Naná Garcez, comentou O Rato que Roeu o Rei. “Esse livro é encantador e sua reedição foi uma ótima oportunidade de lançarmos um livro infantil no Dia Na-

cional do Livro Infantil”, disse Naná Garcez, ao contar que todo o processo de reedição do livro foi realizado em cerca de 40 dias para que o lançamento acontecesse especialmente ontem, no Dia do Livro Infantil (data que celebra o nascimento de Monteiro Lobato, considerado o pai da literatura infantil brasileira).

Para o autor de O Rato que Roeu o Rei, a curiosidade é o que o motiva a continuar. Embora seja adulto, André Aguiar afirma que segue pensando como os pequenos. “É uma grande curiosidade pelo mundo, pelas coisas e, no fim, a escrita infantil é onde eu me sinto mais à vontade. O universo da imaginação é o mais fascinante de todos”, conta.

O diretor de mídia impressa da EPC, William Costa, aproveitou a oportunidade para comentar a importância do fomento à literatura para crianças. Segundo ele, a literatura infantil é fundamental para a formação de leitores, cidadãos e da cultura de qualquer sociedade.

“O contato das crianças com a literatura é algo muito importante; inclusive seu

contato físico com os livros. A literatura infantil é necessária ao desenvolvimento das crianças, justamente porque é feita só para este público, com uma linguagem adequada. Nós, da EPC, estamos super felizes de podermos agradecer também este público com obras de excelente qualidade, como esse livro do paraibano André Ricardo Aguiar”, afirmou William Costa.

A primeira-dama da Paraíba, Ana Maria Lins, prestigiou o lançamento acompanhada de um de seus netos. Para ela, a literatura infantil dá asas não apenas ao imaginário infantil, mas à mente dos adultos também. “A literatura infantil é algo muito importante para a formação de nossas crianças e para seu desenvolvimento didático também. Eles aproveitam e nós aproveitamos junto”, observou Ana Maria Lins.

O Rato que Roeu o Rei está disponível para compra no ponto físico da Livraria A União, localizado no box 13 do Espaço Cultural José Lins do Rego. A livraria funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Aos sábados, a loja fica aberta até as 13h.

NA USINA CULTURAL ENERGISA

Funk paraibano agita a penúltima noite do Palco Tabajara



Foto: Edson Matos
Os artistas Wil Cor & Eletrocores e Iago D’Jampa (à direita) participaram da quinta noite do evento

Carol Cassoli
carol.cassoli@gmail.com

A noite de ontem foi de muito agito e diversão para os ouvintes e espectadores do Palco Tabajara. Estiveram na quinta noite de apresentações desta temporada os artistas Wil Cor & Eletrocores e Iago D’Jampa, vozes do funk paraibano.

Quando subiu ao palco, Iago D’Jampa apresentou um repertório completamente autoral. Com muita musicalidade e uma introdução com instrumental inédito, feito especialmente para a apresentação no programa, Iago convidou o público a passear por seu repertório, que, além de funk, inclui reggae e rap.

Honrado por sua partici-

pação no Palco Tabajara deste ano, o cantor elogiou a organização do projeto, que é gratuito para toda a população. “O Palco Tabajara vem há anos somando e fomentando nossa cultura e acho isso muito importante para quem é artista independente paraibano e está nessa resistência de viver da própria arte”, disse o cantor ao afirmar que projetos como este dão forças à luta dos artistas locais.

Outra atração da noite foi o cantor e compositor Wil Cor que, pela primeira vez, apresentou um show 100% autoral no programa que toca o som da Paraíba. “A noite de hoje é de muito groove, muita distorção, muita música para dançar e remexer o corpo. A Rádio Tabajara vem participando da

minha vida, desde que fiquei em terceiro lugar no Festival de Música de 2020 e temos construído uma história linda”, comentou Wil.

O Palco Tabajara é um projeto da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), promovido gratuitamente pela Rádio Tabajara 105,5 FM. Na próxima terça-feira, acontece o último programa desta temporada e, nele, Myra Maya e Gabi Blue agitarão o palco da Sala Vladimir Carvalho, da Usina Cultural Energisa. Os shows acontecem das 20h às 22h. A programação é aberta ao público e o ouvinte que acompanha a transmissão também pode assistir às apresentações no YouTube oficial da rádio e na TV Assembleia.

AVANÇOS NO ESTADO

Educação fortalece povos indígenas

Populações das nações da Paraíba ganham destaque nas universidades e buscam mais espaço para novas gerações

José Alves
zavieira2@gmail.com

“Os povos indígenas da Paraíba têm o que comemorar nesta data, 19 de abril. Estamos tendo um excelente avanço na educação. Já somos mais de 500 indígenas frequentando a sociedade acadêmica”. A afirmação é de Antônio Pessoa Gomes, mais conhecido como Caboquinho Potiguara, cacique da Aldeia do Forte, na Baía da Traição. Ele contou que esses avanços contribuem com o fortalecimento cultural dos povos indígenas e foram possíveis através da educação diferenciada que vem sendo praticada nas escolas municipais e estaduais existentes nos territórios indígenas.

Além disso, a agricultura e o artesanato, também são pontos positivos que colocam em evidência a cultura dos povos originários.

Conforme Caboquinho, a formação acadêmica dos indígenas é muito importante para o crescimento cultural das pessoas das aldeias. “E juntando a sabedoria popular com a sabedoria acadêmica, só temos a crescer a cada ano. Afinal, a educação é a base de tudo e nessa área, nós buscamos sempre valorizar a nossa língua, o Tupi, que ficou esquecida por muitos anos, mas atualmente está sendo uma das disciplinas que mais cresce entre nossa população”, disse Caboquinho, enfatizando que a luta maior é pela educação diferenciada e é isso que todo indígena tem que ter, complementou.

Em cada aldeia nos territórios indígenas da Paraíba, existe uma ou duas escolas de ensino fundamental, mas não são todas que trabalham com a educação diferenciada. Porém, a maioria já incluiu no currículo a língua Tupi, o que vem fortalecendo a conjuntura cultural indígena. “Por causa da educação diferenciada temos muitos indígenas que já estão concluindo os estudos acadêmicos, iniciando graduação e doutorado nas áreas de Antropologia e Eco-ecologia, cursos de suma importância para o território indígena”, afirmou Caboquinho.

No que diz respeito a auto sustentação, Caboquinho informou que o povo se auto sustenta principalmente pela agricultura e pela pesca. Com destaque para a monocultura da cana-de-açúcar, macaxeira, mandioca, banana e maracujá, entre outros alimentos e frutas. “Muitas de nossas culturas agrícolas são comercializadas pelas cidades da região. Na pesca cultivamos o camarão. Inclusive, temos uma das maiores produções de camarão da Paraíba, seja ele nativo ou de viveiro”, revelou ele sobre a Associação Toré Forte, que também busca a implementação de energias renováveis. “Já estamos implantando a energia solar e temos interesse na eólica. Sabemos que esse investimento é bom, mas antes, temos que saber das consequências para nosso povo”, finalizou.



Fotos: Evandro Pereira

Após o Salão do Artesanato, a venda de peças aumentou o rendimento das mulheres artesãs; produtos também ganharam reconhecimento internacional

Estado auxilia no fomento ao crescimento dos povos

Sobre o meio ambiente, Iasypitã Potiguara, disse que o Governo do Estado vem contribuindo com o projeto da juventude da nação. Um projeto conhecido por Águas Potiguara, cujo objetivo é revitalizar o Rio Sinimbu que abastece toda a cidade. “Por meio do Rio Sinimbu, temos o sustento de nossa agricultura familiar. E para fazermos essa revitalização, estamos realizando o reflorestamento da área em parceria com o Governo do Estado e da Universidade Federal da Paraíba, que vem distribuindo para as aldeias mudas de plantas, a exemplo do pau-brasil, entre outras espécies. A revitalização do rio é super interessante porque impulsiona o turismo na região, o que melhora a qualidade de vida dos indígenas e também a economia do município”, disse Iasypitã.

Ela ressaltou ainda que o governador João Azevêdo vem sendo um grande parceiro dos povos indígenas, a exemplo da autorização para a construção de diversas vias de acesso as aldeias. “E é por conta das vias de acesso construídas, que o turismo vem crescendo na Baía da Traição. Aliás, a pavimentação e vias de acesso representa tudo para uma cidade que busca o fortalecimento do turismo”, destacou.

O Governo do Estado também trouxe para o município o Programa Dignidade Menstrual. Iasypitã revelou que antes desse programa, muitas jovens indígenas deixavam de frequentar a escola por conta da menstruação, mais precisamente por falta de absorvente. “Elas ficavam constrangidas e simplesmente deixavam de ir à escola. Esse programa fez com que as meninas continuassem frequentando a escola”, afirmou.

Outra ação importante do Governo do Estado para os povos indígenas da Baía da Traição foi o lançamento da Linha de Crédito Empreender Mulher. “Essa Linha de Crédito vem rompendo com a violência doméstica porque quando a mulher passa a ter a independência financeira, ela consegue romper com a violência. De posse da Linha de Crédito do programa, as mulheres indígenas passam a ser empreendedoras nas áreas da culinária, gastronomia e artesanato, que é o principal foco das mulheres da Baía da Traição. Também na criação de galinhas, em cosméticos e em vestuário, uma vez que em nossa cidade não tem tantas lojas. A maioria delas enxergam oportunidades nessas áreas e investem no empreendedorismo”, detalhou.

As ações estatais também beneficiam os indígenas Potiguara no que diz respeito a questão da sustentabilidade com o envio de alevinos e sementes para o plantio nas aldeias.

Artesanato e Pix

Através do impulso com o Salão do Artesanato deste ano, que trouxe a arte indígena como tema, as mulheres artesãs ganharam destaque e ampliaram as formas de diversificar o consumo, como o uso do Pix como forma de pagamento. “Mesmo com suas limitações para acessar a internet e as novas tecnologias, elas conseguiram ampliar o universo de suas vendas passando a receber os pagamentos via Pix ou cartões de crédito, sem perder a cultura”, pontuou Iasypitã.

Ainda segundo a gerente operacional da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, as novas tecnologias também chegaram para ajudar as mulheres indígenas a enfrentarem o racismo e a desigualdade. “O Salão do Artesanato paraibano trouxe essa motivação para as artesãs da Baía da Traição e ao mesmo tempo, deu visibilidade para as pessoas que não conheciam o povo Potiguara”, observou.

O artesanato é uma das bandeiras mais forte entre as mulheres indígenas. Atualmente o trabalho feito por elas é conhecido mundialmente “Isso é uma realidade, porque é grande o número de revendedores que compram peças aqui para revender o produto na Europa, onde ele é bem aceito. A produção do artesanato local também é bastante utilizada pelos indígenas. Eles compram muito o cocar original feito de palha que é o cocar nativo, pulseiras, brincos, colares e balaos entre outros produtos. Tudo feito pelas mulheres da aldeia”, comemorou.

Saiba mais

Só entre os Povos Potiguara existem mais de 20 mil indígenas registrados. O número de crianças e adolescentes deve ser divulgado no Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As principais reivindicações dos povos indígenas da Paraíba continuam sendo a demarcação territorial e a empregabilidade. O território indígena de Rio Tinto e Marcação ainda estão em processo de demarcação, já a Baía da Traição tem território demarcado.

Leia mais na página 14



Cacique Caboquinho vê na educação uma forma de crescimento para os indígenas



Ações estatais buscam a implementação de políticas públicas nos territórios



Iasypitã Potiguara ressaltou as ações estatais para o desenvolvimento dos povos



Associação Toré Forte também busca investimentos em energias renováveis

TRANSPLANTES

Paraíba registra recorde de doações

No intervalo de seis horas, Hospital de Trauma de João Pessoa atendeu dois casos; 10 pessoas receberam os órgãos

A Central Estadual de Transplantes, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), alcançou um recorde inédito de doação de órgãos. Foram duas doações, registradas no Hospital de Trauma de João Pessoa, em um intervalo de menos de 6h. Com isso, seis pessoas saem da fila de espera pela doação de um órgão e mais quatro deixam de esperar por uma córnea. Outro detalhe é que entre as doações está um coração, o terceiro doado este ano na Paraíba.

“Essa é a primeira vez que registramos duas doações em tão pouco tempo, e em apenas quatro meses de 2023 já alcançamos o mesmo número de transplantes de coração de todo o ano passado. Esse recorde histórico é o resultado do investimento que o Governo do Estado tem feito na capacitação das equipes e na melhoria da estrutura para que essas doações tenham êxito. Parabéns às equipes que fazem um trabalho sensível, em momentos tão delicados,

e um agradecimento especial às famílias doadoras”, pontua a diretora da Central Estadual de Transplantes, Rafaela Dias.

Os pacientes doadores foram um homem de 34 anos, que doou coração, fígado, rim esquerdo e córneas, e uma mulher de 30 anos, doadora do fígado, os dois rins e as córneas. A primeira captação começou por volta das 21h dessa segunda-feira (17), e a segunda teve início às 2h de ontem. Os órgãos do primeiro doador foram todos destinados a receptores paraibanos, e os da doadora, sem compatibilidade com receptores do estado, foram aceitos pela Central de Transplantes de Pernambuco.

Toda a logística contou com o trabalho da equipe multiprofissional da central, e ainda Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal, que ajudaram no rápido deslocamento dos órgãos até os hospitais transplantadores.

Para melhorar as condições de deslocamento e pro-

porcionar maior agilidade, o Governo do Estado disponibilizou, desde 2019, uma aeronave para o transporte dos órgãos, em casos de grandes distâncias. A medida agiliza

o processo, que é contado em horas para o sucesso.

Responsável por todas as fases, desde a identificação do potencial doador, entrevista familiar, captação, transpor-

te dos órgãos e capacitação da equipe multiprofissional, a Central Estadual de Transplantes já registrou, em 2023, a renovação de 70 vidas através da doação de órgãos. De

janeiro até agora foram realizados 49 transplantes de córneas, três de coração, 11 de rim, cinco de fígado e dois de medula óssea. Ainda aguardam na fila 442 pessoas.



Primeira captação começou por volta das 21h da última segunda-feira (17) e a segunda teve início às 2h de ontem



Fotos: Secom-PB

Foto: Secom/PB



Paraíba é destaque também no Nordeste, mas precisa melhorar números, diz a SES

INFLUENZA

PB tem desempenho acima da média nacional na avaliação da campanha

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) divulgou, nessa segunda-feira (17), a primeira avaliação da campanha de vacinação contra a influenza, iniciada em 10 de abril. De acordo com a Nota Informativa nº 24, até o momento, foram aplicadas 105.095 doses nos públicos prioritários, o que contempla 7,72% da população-alvo para a vacina. O número mostra um desempenho acima da média geral nacional, que foi de 6,4% e também do Nordeste, que atingiu 6,1% de cobertura, mas ainda assim, abaixo do esperado para a Paraíba.

Entre os grupos contemplados com a vacina contra influenza, o dos idosos foi o que apresentou melhor desempenho na vacinação, atingindo 9,05% de cobertura; seguido pelo grupo das gestantes, com 8,16% da meta atingida. Os municípios que mais vacinaram foram Bom Sucesso (39,76%), Carrapateira (37,61%), Monte Horebe (37,05%), Bernardino Batista (34,93%) e Conceição (34,35%). Os cinco municípios com menores coberturas foram Nova Floresta (1,19%), Itapororoca (1,17%), Lucena (0,96%), Santa Rita (0,92%) e Gurjão (0,90%).

A Paraíba já registrou, até

a 14ª Semana Epidemiológica de 2023, 198 internamentos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), 98 deles eram crianças com idade de até 10 anos. No mesmo período, aconteceu um óbito que vitimou uma criança de cinco anos do sexo feminino, residente do município de Monteiro. A SES destaca que a vacina atua minimizando a carga viral e prevenindo o surgimento de complicações decorrentes da doença, reduzindo os sintomas nos grupos prioritários.

De acordo com o secretário de Saúde, Jhony Bezerra, o aparecimento da doença é natural neste período, mas o número de casos graves é preocupante. “O registro de 198 casos de SRAG nos primeiros meses do ano traz um alerta de que precisamos acreditar e investir na vacinação contra a influenza. Lembrando que todos os municípios têm doses para a população contemplada e que a vacinação continua até o dia 31 de maio, para que o público-alvo beneficiado fique protegido contra as formas graves da doença e óbitos”, frisou.

O pneumopediatra Constantino Giovanni destaca que a vacina é um meio de pre-

venção com grande credibilidade e que a população deve investir no calendário vacinal para garantir a proteção contra a doença.

“A influenza B é um dos vírus respiratórios que tem circulado amplamente na Paraíba. É importante ressaltar que uma das formas de proteção mais importantes é a vacinação, aliada a uma boa higienização das mãos e boa alimentação. A vacina contra influenza é extremamente eficaz nesses casos de infecção viral e, em crianças e idosos, pode ser o divisor de águas entre um quadro leve e um quadro grave, com evolução para pneumonia e até necessidade de hospitalização”.

A campanha de vacinação contra influenza ocorre anualmente como meio de prevenção para reforçar a proteção dos grupos mais vulneráveis a desenvolver casos graves da doença. Os públicos prioritários são idosos, gestantes e puérperas, crianças de seis meses até menores de seis anos, professores, população indígena e trabalhadores da saúde. A meta de vacinação é de 90% do público-alvo, calculado em 1.522.325 pessoas na Paraíba.

EM PATOS

Síndromes gripais causam lotação em Unidades de Pronto Atendimento

Lusângela Azevêdo
lusangela013@gmail.com

Pessoas com sintomas gripais estão lotando as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Dr. Otávio Pires de Lacerda e João Bosco de Araújo em Patos, no Sertão da Paraíba, à espera de consultas.

Parte deles contrariando as orientações da Secretaria de Saúde do município, que recomenda que pessoas que apresentem quadros leves devam procurar primeiro as Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos seus bairros, deixando que as UPAs atendam apenas aqueles casos de sintomas mais graves como febre alta e incessante, falta de ar, dores intensas, hemorragia, dentre outros.

O diretor-geral da UPA João Bosco de Araújo, Anderson Sóstenes, disse que estão sendo realizados entre 200 e 300 atendimentos diários, lotando o serviço, principalmente com situações de pacientes que apresentam sintomas gripais leves.

“Em muitos casos, os pacientes apresentam sintomas leves que poderiam ser

tratados em casa. Não há necessidade buscar a UPA se estiver gripado”, orientou.

A gripe é uma infecção aguda e altamente transmissível através de gotículas expelidas por pessoas infectadas ao falar, espirrar ou tossir. Indivíduos de qualquer idade podem contrair a doença. Porém, as formas graves são mais comuns entre menores de seis anos e pessoas acima dos 60 anos, faixas etárias nas quais ocorre a maior parte dos óbitos por influenza. Os principais sintomas são febre, tosse, dor de garganta, dor de cabeça e dor no corpo.

Mesmo em um momento sem surto de Covid-19, o médico Otávio Pires recomendou ainda que a população busque os serviços de saúde para a testagem. “Apesar de não haver surto neste momento, é muito importante que todas as pessoas com sintomas gripais procurem a unidade de saúde mais próxima para serem testadas e medicadas”, orientou.

O médico disse ainda que a população também deve estar atenta a medidas de prevenção à síndrome gripal. Entre elas, minimizar

o contato com outras pessoas, não dividir utensílios e aparelhos eletrônicos de uso pessoal; manter higiene constante do ambiente e das mãos; priorizar espaços com circulação de ar; respeitar todas as recomendações médicas e usar máscara.

“É importante manter a higiene pessoal em dia, lavando as mãos com frequência e evitando contato físico com pessoas que estejam com sintomas de gripe. E, claro usar máscara para evitar que outras pessoas sejam contaminadas”, frisou Luiz Bezerra.

A população também deve cobrir boca e nariz com um lenço de papel quando tossir ou espirrar, além de descartar o lenço de forma correta; evitar tocar nos olhos, nariz e boca sem ter higienizado as mãos.

Além dos cuidados, a vacina é a melhor forma de prevenir doenças. No caso da gripe, a campanha anual organizada pelo Ministério da Saúde segue até o dia 31 de maio. Em Patos, ela está disponível nas Unidades de Saúde das 7 às 11h e de 13 às 17h. E nas Unidades Noturnas das 18 às 22h.



Pessoas com sintomas leves devem buscar, primeiro, Unidades Básicas de Saúde

Foto: Coordcom/Patos

INVESTIGAÇÃO

Fios da Energisa são recuperados

Funcionário de uma empresa terceirizada foi flagrado com 800 metros do material pertencente à concessionária

Cardoso filho
josecardosofilho@gmail.com

A Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio da capital está investigando a possível participação de funcionários de uma empresa terceirizada no desvio de material da concessionária de energia elétrica (Energisa). Na tarde de segunda-feira (17), equipe da DCCPAT prendeu em flagrante V.S.S. no bairro João Paulo II, em João Pessoa.

Segundo a delegada Emília Ferraz, foram apreendidos 800 metros de fiação de alumínio, de alto valor agregado. Todo material estava dividido em quatro rolos, e ainda embalados, com a logomarca da concessionária de energia.

De acordo com as investigações, o preso foi identificado como parte de um grande esquema, que envolve furto e receptação de fiações de energia elétrica, de uso exclusivo da concessionária. O material deveria ser usado na manutenção da rede de energia das cidades de João Pessoa e Cabedelo. Posteriormente esse material era repassado a receptadores qua-



Todo o material estava dividido em quatro rolos

lificados, para revenda.

Além dos fios de alumínio, foi encontrado na casa do autuado uma quantidade de fiação de cobre, sem comprovação de origem. “As investigações estão apenas no início, e avançarão para que sejam responsabilizados todos os envolvidos”, concluiu a delegada.

Tanto a Polícia Civil, como também policiais militares já realizaram a prisão de vários envolvidos com o furto de fios de cobres na Região Metropolitana de João Pessoa. A delegada informou que a polícia vai continuar investigando para coibir esse tipo de crime. “A DCCPAT está em alerta”, disse.

Polícia procura casal suspeito de realizar assaltos usando uma moto

Policiais da Delegacia de Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio da capital estão em diligências, desde ontem, à procura de um casal suspeito de envolvimento com assaltos na Região Metropolitana de João Pessoa. Em um trabalho junto com agentes da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos, foi realizada a apreensão de diversos objetos de origem ilícita, no bairro José Américo.

Segundo a delegada Emília Ferraz, os policiais civis realizavam incursão numa comunidade daquele bairro, quando identificaram um local que servia como esconderijo e depósito de objetos furtados/roubados, onde apreenderam uma motocicleta roubada no mês passado. “Essa moto vinha sendo usada em diversos assaltos recentes, na capital e zona metropolitana”, disse a delegada. Também foram encontradas cinco bicicletas no local, que

serão verificadas quanto a sua origem.

Muitas ferramentas, maquinário, caixas de armas de fogo vazias, peças de vestuário ainda na embalagem, placas de veículos, estepe de carro, escadas, e outros objetos de provável origem ilícita também foram encontrados no local. E

ainda uma máscara, recentemente usada em assaltos, e documentos de pessoas (RG), que terão seu possível envolvimento investigado. Diante da farta apreensão, a DCCPAT chama a população que teve esses tipos de objetos furtados/roubados, a comparecer na sede da delegacia.



Moto era usada pelo casal nas ações criminosas

“FAKE NEWS”

DJ é transferido para presídio após divulgar informações falsas sobre ataques a escolas

Um jovem de 19 anos, que não teve o nome revelado, mas é um DJ bastante conhecido em Santa Rita, foi transferido na tarde de ontem, para o Presídio Padrão de Santa Rita, após audiência de custódia. Ele foi preso suspeito de disseminar *fake news* sobre supostos ataques a escolas daquele município. A prisão dele foi efetuada numa parceria da Polícia Civil com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público.

De acordo com o delegado João Ricardo, da Delegacia de

Crimes Cibernéticos (DECC), as informações sobre os supostos ataques foram divulgadas em um perfil falso do DJ, nas redes sociais. O detalhe é que o jovem dizia em seu perfil verdadeiro “que acreditava no trabalho da polícia e que as forças de segurança chegariam aos autores dessa *fake news*”.

João Ricardo, disse que o trabalho faz parte da Operação Guardião, que cumpriu os mandados de prisão e de busca e apreensão. O DJ possuía dois perfis no Instagram e fazia ameaças a cerca de dez escolas de Santa Rita. Ao ser inter-

rogado, o DJ disse que jamais teve a intensão de fazer mal, que se tratava de uma brincadeira, e seria algo para buscar seguidores. “Mais vai responder pelo crime do mesmo jeito”, ressaltou Leonardo.

O delegado alerta que as pessoas que estão praticando esse tipo de crime, acreditam que não serão investigadas ou localizadas. “Este é o terceiro mandado em uma semana que a Delegacia de Crimes Cibernéticos desvenda somente em relação a ameaças contra escolas”. Ele afirmou que outros perfis estão sendo investigados.

■ O DJ usava dois perfis, sendo que em um deles dizia que acredita no trabalho da polícia para chegar aos autores de fake news

PRISÃO MANTIDA

TJ nega apelo a sargento por agressão a tenente

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba negou provimento ao apelo do 2º sargento-PM Francisco Dias de Freitas, condenado a um ano e 10 meses de detenção, em regime aberto em batalhão, pela prática dos crimes de desrespeito a superior, violência contra superior em serviço e lesão leve. O relator foi o desembargador Ricardo Vital.

Segundo os autos, o sargento, no dia 27 de março de 2019, em uma partida de futebol no Estádio Perepetão, em Cajazeiras, com sintomas de exaltação alcoólica, questionou a proibição de não poder sair do estádio e, depois, retornar, medida imposta justamente para evitar o consumo alcoólico.

Na ocasião, apresentou sua identidade militar, mas recusou-se à ordem de entrega do documento feita pelo 1º tenente-PM Diego Darllen, que, diante do desacato, em seu pleno exercício de serviço militar, informou que o conduziria para realização de procedimento de identificação, ao que o acusado em tom grosseiro disse que não iria, motivando a sua imediata prisão, com a utilização de algemas, diante de sua agressividade.

Na delegacia, Francisco voltou a apresentar atitude agressiva ao ser submetido a uma revista pessoal, com a consequente apreensão da sua carteira funcional, ocasião em que praticou violência física contra o oficial.

EXECUÇÃO

Ex-presidiário é morto dentro de condomínio

Um ex-presidiário, identificado como Edsullivan da Silva Cavalcante, 25 anos, foi executado a tiros na noite de segunda-feira (17), em um condomínio residencial no bairro de Gramame, em João Pessoa. Até o final da tarde de ontem, a Delegacia de Homicídios da capital não tinha informações sobre a autoria do crime.

O delegado Leonardo Souto Maior esteve no local, onde soube que a vítima sofreu vários disparos de pistola na cabeça, por desconhecidos que estavam em um carro preto. Ele conversou com moradores, e soube que o ex-presidiário residia em Mangabeira.

A única informação colhida pelo delegado, foi que Edsullivan chegou no condomínio gritando o nome de uma facção, o que teria provocado uma retaliação de outro grupo crimino-

so. No local, foram contabilizadas nove cápsulas de calibre 380. A vítima já respondeu a processos na Lei Maria da Penha e lesão corporal.

Em Bayeux

Na noite de segunda-feira (17), o estudante John Anderson de Souza Felizardo, 18 anos, foi socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma, de João Pessoa. Ele foi vítima de um disparo de arma de fogo quando se encontrava jogando futebol com amigos, no coreto, em Bayeux.

Policiais que atenderam a ocorrência, informaram que por volta das 20h, um grupo de amigos estava jogando, quando chegaram dois homens, numa moto, tendo o carona efetuado disparos. John Anderson foi atingido no braço, sendo levado para o Hospital de Trauma. Ele já recebeu alta.

VIOLÊNCIA SEXUAL

Ex-candidato a deputado federal é preso na capital

O ex-candidato a deputado federal pelo PDT, Carlos Mateus Alves de Oliveira, 27, foi preso ontem, por policiais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de João Pessoa. A prisão aconteceu no bairro de Quadramares, na capital, em atendimento a mandado de prisão expedido pela Justiça da Comarca de Patos.

“Mateus do Passinho”, como ele é conhecido, responde na Justiça pelo crime de estupro de vulnerável, ou seja, violência sexual praticada contra menor de idade, ocorrido na cidade de Patos, Sertão da Paraíba. Ano passado, ele foi candidato a deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Na delegacia, “Mateus Pas-

sinho” falou que estava ciente do processo, que tramita há três anos na Justiça. Ele falou que é inocente, alegando que não teve nenhum tipo de relação sexual com a suposta vítima que realizou a denúncia na Justiça. O ex-candidato é solteiro e natural de São Paulo.



Mateus é acusado de abuso sexual



Edsullivan Cavalcante era ex-presidiário

OPERAÇÃO SELECT

Braiscompany é alvo de ação da PF

Foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão na PB e em SP como desdobramento das apurações já realizadas

Giovannia Brito
gibritosilva@hotmail.com

Seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos ontem em São Paulo, Campina Grande, e na cidade de Assunção, Cariri do estado, durante Operação Select da Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF). Ela é um desdobramento da Operação Halving, deflagrada no último mês de fevereiro contra a empresa gestora de criptoativos Braiscompany, que tem como proprietários Antonio Inácio da Silva Neto, e sua esposa Fabrícia Farias Campos. O casal segue foragido.

Os mandados foram expedidos pela 4ª Vara da Justiça Federal, e na Rainha da Borborema, foram cumpridos em endereços localizados nos bairros Jardim Paulistano, Centro e em um condomínio de luxo, nas proximidades da BR-104. Nessa operação o foco foi conseguir apreender materiais e evidências de organização criminosa voltada para prática de crimes contra o sistema financeiro e contra o mercado de capitais, em tese cometidos por sócios e colaboradores de empresa especializada em criptoativos.

O nome da operação é uma alusão à denominação do grupo de gerentes que mais captavam recursos para a empresa entre as vítimas do esquema investigado.

De acordo com as investigações da PF, nos últimos quatro anos foram movimentados valores equivalentes a aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em criptoativos em contas vinculadas aos investigados. A empresa tem mais de 10 mil contratos com investidores de vários estados do país, e gerenciava cerca de R\$ 600 milhões.

As denúncias em torno da Braiscompany começaram ainda no mês de dezembro, quando ocorreram atrasos de repasses dos aluguéis (rendimentos) dos investidores. Todavia, em janeiro, o escândalo tomou proporções ainda maiores, quando milhares de pessoas passaram a reclamar de calote por parte da empresa, tanto por não efetuar os aluguéis, como por não devolver o dinheiro às pessoas que decidiram por encerrar os contratos, mesmo pagando multa de 30% pela rescisão.

Denúncias recebidas

O MP-Procon recebeu um total de 3.364 reclamações de consumidores que tinham

contratos com a Braiscompany, no Estado. De acordo com levantamento realizado a partir das respostas coletadas por meio do formulário online disponibilizado entre os dias 2 e 31 de março, os prejuízos resultaram no montante de R\$ 258.252.638,31. Com as informações obtidas durante a investigação, o órgão ministerial iniciará uma nova fase procedimental, na qual poderá adotar outras medidas judiciais, além da ação cautelar que já tramita na Justiça.

O promotor de Justiça, Romualdo Tadeu de Araújo Dias, diretor do MP-Procon, explicou que foi feito o balanço quantitativo dos formulários preenchidos, o qual, inclusive, mostra números surpreendentes sobre a atuação da empresa que negociava criptomoe das. Agora, está sendo realizada uma análise qualitativa das informações e da documentação à disposição do MPPB.

“Estamos verificando a possibilidade de novas diligências, bem como a necessidade da adoção de outras medidas judiciais na esfera cível, pleiteando o reconhecimento de irregularidades de natureza consumerista e eventuais danos causados à coletividade”, explicou.



Fotos: Ascom PF/Divulgação

PF investiga denúncias de irregularidades no comércio de criptoativos feito pela empresa Braiscompany, que possui mais de 10 mil contratos



“SUPERANDO A VIOLÊNCIA”

Seminário debate a violência no ambiente escolar

Juliana Cavaleanti
julianacavaleanti@epe.pb.gov.br

O seminário “Superando a violência, construindo a cultura de paz” foi realizado na manhã de ontem, no auditório do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O evento teve por objetivo debater a violência no ambiente escolar e contou com a participação de representantes do Governo do Estado, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e da UFPB.

Vários temas foram discutidos, como educação e ações de enfrentamento da violência e os múltiplos olhares com relação à violência, cultura de paz e saúde emocional. Conforme a organização, a iniciativa buscou divulgar as iniciativas de enfrentamento à

violência no âmbito da educação básica, técnica e superior. A abertura contou com uma apresentação cultural e um acolhimento na praça do CE. Logo depois, às 8h30, o doutor *honoris causa* da UFPB e coordenador estadual do Movimento pela Paz e Não-Violência (Movpaz), Almir Laureano, proferiu a palestra: “A paz no mundo começa em mim”.

Em seguida, às 9h, representantes do IFPB, das Secretarias Estadual e Municipal de Educação discutiram o tema: “Educação e ações de enfrentamento da violência”. Às 10h, os professores Fernando Andrade, Marínilson Barbosa e Elisa Gonçalves Possebon, do CE/UFPB, participaram da mesa redonda “Violência, cultura de paz e saúde emocional: múltiplos olhares”. Esse momento foi direcionado à apresentação de estudos e pesquisas desen-

volvidos na Universidade sobre mediação de conflitos, diversidade, tolerância religiosa e saúde emocional.

Encerrando o seminário, no final da manhã, os diretores de centros da UFPB se reuniram no fórum “Violência e Cultura de Paz na Universidade”, onde foram apontadas as iniciativas de cada centro para o enfrentamento à violência dentro da instituição de ensino superior. Para a psicóloga Bruna Estrela, o cenário de paz existe quando as pessoas têm equilíbrio emocional e se comunicam bem, “esse é um cenário de paz: onde você consegue verbalizar suas ideias, onde consegue ter um contato de afinidade de ideias, apesar de poderem existir ideias opostas, mas que as pessoas consigam se comunicar e se afinar”, esclareceu.

Conforme a especialista, as pessoas podem unir vários fa-

tores na busca de mudar uma determinada situação. “Ela precisa se alinhar principalmente de forma individual. Por exemplo: o pai que tenha uma educação muito agressiva, a tendência é que seus filhos perpetuem esses mesmos comportamentos”, concluiu.

Temática mundial

A violência dentro das escolas ganhou projeção nacional em virtude de ataques e ameaças a instituições de ensino ocorridos nas últimas semanas. A Organização das Nações Unidas (ONU) inseriu no calendário um movimento global para uma cultura de paz.

De acordo com Almir Laureano, coordenador estadual do Movimento pela Paz e Não – Violência (Movpaz), a cultura de paz diz respeito a uma visão do mundo que busca o diálogo e a mediação para re-

solver conflitos, abandonando atitudes, ações violentas e respeitando a diversidade do modo de pensar e agir.

Ele afirma que desde o século passado, pesquisas apontavam que o ser humano ainda não havia alcançado a humanidade em plenitude por causa da violência.

“A civilização humana ainda não alcançou a sua humanidade em plenitude por causa da violência. Nós somos seres humanos que ainda somos desumanos”. Para ele a família tem um papel fundamental em buscar a paz, “a família tem um papel muito importante e nós estamos enxergando hoje vários aspectos que entram em conflito com a família tradicional. Em vez de gerar soluções, tem gerado guerras interiores na família, com questões de todos os tipos de preconceito”, comentou Almir Laureano.

DIA DO EXÉRCITO

Solenidade no 16º Regimento de Cavalaria marca a data

Como parte das comemorações do Dia do Exército, celebrado hoje, o 1º Grupamento de Engenharia realizará uma solenidade militar em alusão à data, da qual participarão tropas de todas as Organizações Militares das Guarnições de João Pessoa e Bayeux, além de diversas autoridades e convidados.

A cerimônia ocorrerá, às 9h, no pátio de formaturas do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado, localizado no Jardim Aeroporto, em Bayeux.

Durante a solenidade, haverá entrega de condecorações a civis e militares que se tornaram credores de homenagem especial da Força Terrestre.

A data de 19 de abril assinala a passagem dos 375 anos de criação do Exército Brasileiro. Durante sua longa e sólida trajetória, a instituição tem participado intensamente do dia a dia da sociedade brasileira.

A corporação tem como missão contribuir com a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e bem-estar social.

NO FERIADO DE TIRADENTES

Feira do Produtor será realizada nesta sexta-feira

A Associação do Agro-negócio da Região de João Pessoa (Agroa), administradora da Feira do Produtor, informou que, na próxima sexta-feira (21), no feriado de Tiradentes, a feira vai acontecer no horário habitual, a partir das 4h com encerramento às 7h. A feira ocorre semanalmente, no pátio da Empaer, na BR-230, na estrada de Cabedelo.

A Feira do Produtor da Empaer funciona há quase duas décadas, com a participação de agricultores familiares dos territórios da Zona da Mata Sul e da Zona

da Mata Norte da Paraíba, que comercializam os produtos cultivados em suas propriedades, com assistência técnica da Empaer.

No local, os agricultores familiares assistidos pela Empaer, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), vendem seus produtos vindos direto do campo para o consumidor, sem a presença do atravessador, o que possibilita oportunidade de trabalho no meio rural, renda e melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras.



Foto: Secom-PB

Feira do Produtor manterá o horário habitual, com início às 4h, no pátio da Empaer, na BR-230

Um dos concertos em celebração aos 10 anos do Prima no ano passado: convite do 43º FIML veio fortalecer o programa, que valoriza a educação e a inclusão social através da música



Prima vai ao Festival Internacional de Londrina

Em julho, Quinteto de Cordas do Programa de Inclusão Através da Música e das Artes representará a Paraíba na 43ª edição do evento

Guilherme Cabral
guilhermecabral@epc.pb.gov.br

A Paraíba estará representada pelo Quinteto de Cordas do Programa de Inclusão Através da Música e das Artes (Prima), formado por alunos do Polo Catolé do Rocha, no 43º Festival Internacional de Música de Londrina (FIML), que será realizado nessa cidade do estado do Paraná, no período de 9 a 16 de julho. Além da apresentação de repertório com nove obras, que mescla músicas nordestinas e peças eruditas, dentro da programação oficial, o grupo também vai integrar a Orquestra de Programas Sociais, a ser formada por integrantes oriundos de vários estados do Brasil e que encerrará o evento.

O diretor de gestão do Prima, Milton Dornellas, observou que essa será a primeira participação do programa – vinculado às Secretarias de Estado da Cultura e Secretaria de Estado da Educação – em um evento de âmbito internacional. “Nosso agradecimento para a professora doutora Magali Kleber e equipe do FIML pelo convite, que veio fortalecer o Prima, que valoriza a educação e o social. O Governo da Pa-

raíba está de parabéns por manter esse programa, que já se consolidou nacionalmente. É um novo panorama que se abre”, afirmou ele.

O Quinteto de Cordas do Prima que participará do evento é formado pelos seguintes integrantes: Arthur Silva Fernandes (1º violino); Filipe Vieira Lima (2º violino); Pedro Vinnícius Silva Fernandes (viola); Heleno da Silva Pereira Neto (cello) e Joel Nardson Almeida de Lima (contrabaixo acústico). Além de Milton Dornellas, o gerente do Polo Catolé do Rocha, localizado no Sertão paraibano, Tâmisson Azêvedo, também viajará para o festival da cidade de Londrina. Ele é o responsável pela direção artística do grupo.

Durante o FIML, o quinteto apresentará um repertório formado pelas músicas ‘Feira de Mangaió’ (Sivuca e Glória Gadelha); ‘Lamento Sertanejo’ (Dominguinhos e Gilberto Gil); ‘Lamento Nordestino’ (Marcos Araújo); ‘Assum Preto’ (Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira); ‘Mourão’ (Guerra Peixe); ‘Três Peças Sertanejas’ (Clóvis Pereira); ‘Libertango’ (Astor Piazzolla); ‘Sinfonia 4’ (Mozart) e ‘Sinfonia X’ (Mendelssohn). Tâmisson Azêvedo foi quem fez a seleção das obras que serão executadas no festival. “Escolhi essas músicas por-

que os alunos já estão acostumados, mas também por valorizar a música nordestina e mostrar que os meninos tocam essas canções com instrumentos utilizados para tocar música erudita”, justificou ele.

O diretor artístico e professor informou que os ensaios com o Quinteto de Cordas começaram na semana passada e vão prosseguir até quando estiver próximo da viagem. “Os alunos estão muito animados e encantados com a perspectiva de participar do festival. Dos cinco, apenas dois, Pedro e Arthur, já tiveram experiência de se apresentar em eventos internacionais, mas por iniciativa própria, através de bolsas. Quero deixar bem claro que o Prima não é uma escola de música, mas aponta caminhos para a inclusão social, pois, além da música, oferece outras linhas, como a social e a psicológica”, afirmou Tâmisson Azêvedo. “Acredito que esse festival pode vir a ser uma ponte que se forma, no sentido também de intercâmbio, de troca de experiências, já que deve ter o que se costuma chamar de olheiros, observadores, que poderiam levar a novos convites para apresentações do Prima em outros países, o que ainda é inédito”, comentou o professor.

Milton Dornellas detalhou como surgiu o convite para a participação no festival em Londrina. “O programa já é bastante conhecido e, há cerca de seis anos, o Prima participou da Bienal de Música e Cidadania em Belo Horizonte (MG), promovida pela Funarte. Na ocasião, a professora doutora da Universidade do Paraná, Magali Kleber, soube das atividades desenvolvidas pelo Prima e veio visitar a cidade de João Pessoa, com o objetivo de conhecer o trabalho. Ela concedeu entrevista na Rádio Tabajara, visitou polos, como os de Catolé do Rocha, Sousa, Campina Grande e o Marcos Moura, em Santa Rita, se encantou com o programa e, agora, veio o convite para o evento no Paraná”, disse o diretor de gestão do Prima.

O intuito é dar o protagonismo para os alunos, que estão num nível avançado de estudos. “Faremos apresentação no Cine-Teatro Ouro Verde, em Londrina e, além disso, o Quinteto de Cordas do Prima – Catolé do Rocha circulará realizando apresentações pelo Brasil, nos meses de maio, julho, setembro e novembro, mas ainda não há datas definidas”, ressaltou Milton Dornellas.

Atividades em 2023

O diretor de gestão do Prima também informou a respeito de atividades que estão sendo planejadas para este ano. “Em 2023 será a retomada do programa, pois os últimos quatro anos foram muito difíceis, com a pandemia. No ano passado ainda foi muito tímido, mas para 2023 teremos mais professores para os polos e a contratação de motoristas, para o trabalho de locomoção entre alguns polos. Está ocorrendo uma reorganização das equipes e a reestruturação de eventos”.

Os ensaios já começaram nos polos para o que Milton Dornellas chama de Grande Concerto Prima, que será realizado no dia 20 de dezembro, a partir das 19h, no Teatro Paulo Pontes do Espaço Cultural, na capital paraibana, com entrada gratuita para o público. “Se, em 2022, foram realizados diversos concertos para celebrar os 10 anos de existência do Prima, agora, o foco vai ser no ensino em sala de aula, com apresentações no final do semestre, nos polos”, pontuou ele. “Agradeço aos secretários de Estado da Cultura, Pedro Santos; de Educação, Roberto Souza; e o de Administração, Tibério Limeira, o apoio que temos recebido”, disse Dornellas.



Da esq. para a dir.: formam o Quinteto de Cordas do Prima os músicos Joel Nardson (contrabaixo acústico), Heleno Silva (cello), Arthur Fernandes (1º violino), Filipe Vieira (2º violino) e Pedro Fernandes (viola); a direção artística do grupo fica por conta do professor Tâmisson Azêvedo, gerente do polo do Prima de Catolé do Rocha, município localizado no Sertão paraibano

GI com Tônica

Gi Ismael
gi.ismael@gmail.com

De frente com Leatherface em 4k

Em 28 de fevereiro deste ano, chegou às lojas uma versão remasterizada em 4K do clássico filme de terror *O Massacre da Serra Elétrica*. O lançamento veio como uma comemoração dos 50 anos das filmagens do longa de Tobe Hooper. Muito que bem: uma cópia chegou a João Pessoa semanas depois e, para a felicidade e surpresa dos amantes do gênero, o filme entrou na programação do mês de abril do Cine Bangüê! Assim como em 1987, quando o longa finalmente chegou ao Brasil mais de uma década após a sua estreia, o filme tem enchido as sessões do “cinema de bairro” do Espaço Cultural, garantindo bons sustos e risadas ao eclético público.

Tenho assistido muitos clássicos pela primeira vez e esse era um dos que eu ainda devia (da obra de Hooper, só tinha assistido *Poltergeist*, um dos meus preferidos do terror). Já tinha assistido a uma das muitas continuações e conhecia a história, mas, realmente, nada se compara a ter contato com o original, ainda por cima em qualidade de imagem e som excelentes.

Após o aviso de que a trama é baseada em eventos reais, o filme já começa bem grotesco mostrando vagorosamente alguns cadáveres exumados, formando uma espécie de espantalho macabro em pleno cemitério. Aquilo era só a ponta do iceberg e, quando mais na frente conhecemos a casa do Leatherface, temos contato com o açougue que era a residência.

Essa é a principal fonte de inspiração verídica do longa: Ed Gein (1906-1984) é o nome do *serial killer* que inspirou o Leatherface (e alguns dos outros “vilões” dos mais relevantes títulos do terror e suspense, como Norman Bates, de *Psicose*, e Búfalo Bill, de *O Silêncio dos Inocentes*). Segundo os registros, o homem tinha uma relação bastante edipiana com sua mãe e, quando ela fale-



‘O Massacre da Serra Elétrica’ (1974): um dos que consolidou o ‘slasher’ no terror

ceu, ele começou a exumar corpos de mulheres parecidas com ela que encontrava nos obituários dos jornais. Com os corpos em casa, Gein fazia experimentos, costurando os cadáveres, retirando suas peles e ossos e as tornando em objetos decorativos ou de vestes. Chocante e prometo que isso não é nem metade do que acontecia. A serra elétrica foi só um charme extra na ficção.

O personagem perfeito com a arma perfeita, o filme nasceu pronto para ser um clássico como os que viriam na mesma época, assim como as garras de Freddy Krueger, a faca de Michael Myers ou a machete de Jason. Obviamente *O Massacre da Serra Elétrica*, assim como *Halloween*, apresentou uma nova forma de fazer filmes assustadores e continua até hoje bastante referenciado. Enquanto eu assistia, me veio à lembrança duas referências atuais bem diretas. A primeira delas é o *game Dead By Daylight*, em que, dependendo do lado que você joga, é preciso ou sobreviver ou matar no melhor estilo *slasher*. O jogo tem Leatherface, Jason, Sadako e vários outros icônicos personagens de terror, com direito aos ganchos e geradores

presentes em *O Massacre da Serra Elétrica*. A outra é mais recente, o filme *X - A Marca da Morte*, que resgata as cenas na van, o figurino curtinho próprio para o *exploitation* metalinguístico e a casa na fazenda.

O filme tem pouco mais de 80 minutos de duração, mas confesso que parece bem maior quando a primeira metade é bem maçante. As cenas parecem longas demais e o filme, de baixo orçamento, é cru em excesso por conta da falta de trilha sonora (que dá as caras com o surgimento do vilão). Assistir em conjunto e ouvir as risadas nos momentos datados do filme, como Sally desmaiando a vassouradas, os *takes* ginecológicos à lá “Banheira do Gugu”, ou ainda a tosca interação da família, ficou ainda melhor quando todo mundo caiu nos dois principais sustos do longa. Apesar de alguns furos no roteiro e cenas um tanto irritantes, o filme fica tão excelente a partir da revelação do Leatherface que é difícil voltar a colocar defeito na velocidade do roteiro e em outras questões que de início me agarrei. Na real, são essas imperfeições que tornam o longa tão fantástico. Isso e, claro, a dança da motosserra ao nascer do sol...

Janelas da História

Fundação Casa de José Américo

De Notre Dame à colina verde

Amanda Felix

Aos 29 anos, em 2022, entrei para o meu primeiro clube do livro. Lembro-me da felicidade que foi receber o convite do Dystopia Book Club (DBC), pois os livros sempre foram meus companheiros, desde a infância, um porto seguro para uma garota introvertida – sim, apesar das habilidades sociais, sou introvertida –, que nunca compreendeu os códigos sociais em sua totalidade.

O DBC foi idealizado pela professora Thaíse Gomes, mestra em Letras/Literatura pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma mulher incrível, que acredita na educação – e de quem eu tenho a sorte de ser amiga. Surgido no “mundo pandêmico”, em meados de 2020, o DBC tem discutido os mais variados

tópicos, desde a ficção científica até as similaridades entre mundos fictícios distópicos e contextos sociais da atualidade. A maioria feminina entre os membros é um traço distinto no clube, que transcende limites geográficos, com representantes de Minas Gerais, Alagoas e Ceará, além da nossa Paraíba.

O primeiro livro de 2023 foi o clássico *O Corcunda de Notre Dame*, do francês Victor Hugo. Vencer as 576 páginas dessa rica obra não foi fácil, seja pelo escasso tempo entre atividades profissionais, seja pela profundidade da escrita: um retrato da Paris antiga, mesmo que ficcional, dos costumes à arquitetura. Apesar das dificuldades, a leitura me preencheu. Acho que os clássicos nos ajudam a entender o passado e perceber o seu reflexo no presente.

Viajando pelas páginas de Hugo, acabei por me lembrar de José Américo de Almeida, que, em sua crônica chamada *Entre o mar e a colina verde*, de 1957, descreve com esmero a casa onde morou (hoje, sede da Fundação) e o seu entorno. O livro de Hugo e a crônica de José Américo impressionam por sua imagética. Conseguimos enxergar os ambientes descritos e até sentir determinadas sensações, tamanha a imersão em que os textos nos envolvem.

A descrição espacial é mais evidente no livro três da obra francesa. São os capítulos Notre Dame e Paris num

sobrevoou. Nesses trechos, vemos de perto os detalhes da catedral, considerada o coração da cidade pelo escritor, e ainda nos deslumbramos com as descrições do nascimento de Paris, na velha ilha de la Cité, e do seu crescimento, com o rompimento de, pelo menos, três muralhas.

Hugo descreve: “Por exemplo, indicando apenas os principais detalhes, enquanto a pequena porta Vermelha chega quase aos limites da delicadeza gótica do século 15, as pilastras da nave, pelo volume e gravidade, recuam até a abadia carlovingiana de Saint-Germain-des-Prés. É como se seis séculos separassem a porta das pilastras. Nem mesmo os herméticos deixam de encontrar, nos símbolos do grande portal, um resumo satisfatório da ciência alquímica, da qual Saint-Jacques-de-la-Boucherie era um completo hieróglifo. Dessa forma, a abadia românica, a igreja filosófica, a arte gótica, a arte saxã, o pesado pilar redondo que lembra Gregório VII, o simbolismo hermético pelo qual Nicolas Flamel preludia Lutero, a unidade papal, o cisma, Saint-Germain-des-Prés, Saint-Jacques-de-la-Boucherie, tudo se funde em combinação, amalgamado em Notre Dame. Essa igreja central e geradora é, entre as velhas igrejas de Paris, uma espécie de quimera: tem a cabeça de uma, os membros de outra, o traço de uma terceira – e algo

de todas”. E é possível perceber, por trás das suas palavras-imagens, o amor que o escritor devota à velha catedral.

Captamos algo parecido em José Américo, no trecho: “A casa, sem nenhum luxo, foi feita para o vento, o sol e a chuva, conhecendo o comportamento dessas forças naturais, o bem e o mal que fazem. Felizmente, falta-lhe estilo para poder vencer o tempo. O molde é o clima que exigiu amplas varandas de sombras que não escurecem. E o material obedeceu a um sistema de vida. Onde estiver se está à vontade, como quem se veste ou se calça, de acordo com as medidas e a melhor comodidade. Isto é que é importante. Já duas pessoas viajadas acharam-lhe a aparência de velha mansão romana, porque, tendo os quartos na frente, a receberem a brisa que regula a temperatura, formam uma ala que, olhada de fora, lhe dá maior dimensão e guarda um ar acolhedor. A semelhança é uma mera coincidência numa escala muito módica”. Aqui, conseguimos sentir a atmosfera leve da construção descrita pelo escritor paraibano.

Victor Hugo e José Américo de Almeida são mestres da literatura, esse maravilhoso meio de transporte e reflexão. Espero continuar me deslumbrando com paisagens literárias e discutir essas sensações e inferências em espaços seguros como o DBC. No entanto, meu maior desejo é que o livro siga sendo o verdadeiro protagonista.

Vitória Lima

Professora e poetisa
vitorialr@gmail.com

A terapia do abraço

“Um abraço apertado, um sorriso dobrado, amor sem fim.”

Acordo cedo (não porque queira, mas porque o sono vai embora...). Hoje, por volta das 6h da manhã, acordei e fui mexer no celular. Encontrei um texto de Rui Leirão sobre o abraço, que muito me agradou. Gosto de abraçar e ser abraçada. Me fez muita falta, durante a pandemia, trocar abraços apertados, daqueles em que a gente se entrega e sente a entrega do outro...

Já participei de grupos de biodança e o que mais gostava era da hora do abraço! (E eram muitos os abraços. Lembro-me sempre do abraço de Sinfrônio, amigo querido que foi passear e nunca mais voltou). A biodança é uma terapia carinhosa, pouco verbal (embora haja horas em que há manifestações verbais), na qual a gente faz trocas verdadeiras, constrói amizades, se desnuda e se dá conta de gestos e carinhos, trocas de que não havia se apercebido/trocado antes.

Os tímidos e os arredios aprendem muito com as trocas que se dão nas sessões de biodança. E os comunicativos, os que gostam de beijar e abraçar, esses logo encontram suas tribos. Acho que a biodança é filha dos movimentos libertários que resultaram das ondas pós-hippie... (Acho, não tenho certeza). Sei que o criador dessa terapia revolucionária, pós-freudiana, foi o argentino Rolando Toro, que teve a sagacidade de unir a música e a dança e incentivar as vantagens de se sentir prazer e revelar os bons resultados que essas sensações traziam para a saúde do corpo e do espírito. Leveza e a minimização da culpa, prática tão superestimada entre nós, quando exercida por nossos pais, mestres e líderes religiosos, que assim nos mantinham mais submissos e maleáveis, a culpa tornou-se fonte de muitas neuroses (e lucro também) e nos fez a muitos reféns dos divãs psicanalíticos. Não quero aqui subestimar o valor da psicanálise, mas, aos menos verbais, ela afasta e humilha, até.

Como faz falta um bom abraço! Sincero, apertado, abraço de corpo e espírito!

Estou aqui a falar de abraço e me vem à mente a figurinha querida do poeta Juca Pontes, a quem não poderei mais abraçar! Mas ficaram outros e é bom que aproveitemos todas as possibilidades de abraçar os amigos, as pessoas amadas, enquanto estão aqui, ao nosso alcance.

Um abraço que não dei, e que me dói até agora, foi aquele que não dei no meu irmão, Marcus, antes de ele partir, de forma repentina, sem se despedir. Eu acredito em vida após a morte e acredito que ainda o encontrarei e trocaremos aquele abraço que deixamos de trocar nesta vida.

E ainda estou esperando o abraço do meu filho, Rodrigo, que um dia se despediu de mim, me abraçando, no portão do Hotel Globo e nunca mais voltou. Mas um dia a gente ainda se encontra e se abraça, Rodrigo, e sei que ainda vou sentir o gosto de sal na sua pele, seu cheiro de mar, meu “Pastor de Ondas” querido, imortalizado no meu poeminha e no curta do cineasta Lúcio Vilar.

E assim, de abraço em abraço, vamos construindo a rede, que constitui nossas perdas e nossos ganhos ao longo da vida.

Finalizando o encontro de hoje, deixo um abraço apertado para todos os meus leitores e amigos, principalmente para o meu editor do caderno de Cultura, do Jornal **A União**, sempre tão atento, paciente e cuidadoso. Até o próximo abraço!

Foto: João Bidu/Shutterstock



Para adeptos do abraço, a biodança é “uma terapia carinhosa”

Colunista colaboradora

LITERATURA

Livros de autores indígenas para ler com as crianças

No Dia dos Povos Indígenas, conheça algumas obras para um olhar plural

Da Redação

Hoje é celebrado o Dia dos Povos Indígenas. Uma das formas de conhecer e refletir sobre a pluralidade dos povos originários é por meio da literatura produzida por autores indígenas. E desde cedo: com obras destinadas para as crianças. Segundo a doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Janice Cristine Thiél, “a educação para a cidadania, para o respeito à diversidade e para o desenvolvimento do pensamento crítico é necessária a todos. A leitura e a discussão de obras da literatura indígena contribuem para a reflexão sobre essas questões”.

Em *Um sonho que não parecia sonho* (Editora Caramelo), o autor Daniel Munduruku estabelece um diálogo entre as crianças da cidade e as lendas indígenas, mostrando como os sonhos podem passar importantes mensagens para as pessoas.

Já *Txopai e Itôhã* (Editora Formato), de Kanátýo Pataxó, traz um mito de origem: Txopai nasceu de uma gota de chuva e foi o primeiro Pataxó a surgir na Terra. Depois dele, seus irmãos tam-

bém nasceram, de outra chuva, e Txopai deve de lhes ensinar a caçar, pescar, plantar e sobreviver de seu trabalho respeitando os recursos naturais.

Meu lugar no mundo (Editora Ática) é um livro autobiográfico escrito pela potiguara Sulami Katy, no qual ela narra uma viagem que fez a São Paulo para divulgar sua cultura, marcada pelo convívio intenso com a natureza.

Por fim, *Meu pai Ag’wã: Lembranças da casa de conselho* (Scipione) é um livro de reencontro do autor, Yaguarê Yamã com a aldeia onde cresceu. Já adulto, ele retorna àquele lugar, onde revive seus momentos de infância, relembra o contato com a natureza, as brincadeiras e, em especial, sua vivência com Ag’wã, seu pai, mostrando ao leitor mais sobre a cultura indígena, seus costumes, tradições e língua.

Em cartaz

ESTREIAS

BELO DESASTRE (Beautiful Disaster. EUA. Dir: Roger Kumble. Comédia. 14 anos). Abby Abernathy (Virginia Gardner) acredita que já está bem distante de seu tumultuado passado, mas quando ela chega à faculdade com sua melhor amiga America (Libe Barer), seu caminho para um novo começo é colocado em risco por uma aventura de uma noite com um cara chamado Travis “Mad Dog” Maddox (Dylan Sprouse). CINÉPOLIS MANAÍRA 1 (dub.): 20h (exceto qui.) - 22h15 (exceto qui.); CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 20h50; CINE SERCLA TAMBIA 4 (dub.): 15h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 15h; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 20h50.

DESEJO PROIBIDO (Heaven in Hell. Polônia. Dir: Tomasz Mandes. Romance. 16 anos). Maks (Simone Susinna) e Olga (Magdalena Boczarzka) tem 15 anos de diferença de idade. Ela é uma mulher bem-sucedida, mãe de uma jovem adulta. Já ele é um homem que aproveitou a vida como pode e como der, sempre vivendo o momento e sem consequências. Mesmo pessoas muito distantes e diferentes, o destino os põe perto do outro. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 15h50 (dub.) - 21h (leg.).

DUNGEONS & DRAGONS - HONRA ENTRE REBELDES (Dungeons & Dragons: Honor Among Thieves. EUA. Dir: John Francis Daley e Jonathan M. Goldstein. Aventura. 12 anos). Em um mundo repelo de dragões e seres mágicos, um bando de aventureiros embarcam em uma jornada épica para recuperar uma relíquia. CENTERPLEX MAG 2 (dub.): 16h; CENTERPLEX MAG 3 (dub.): 18h30 (dub.) - 21h30 (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 2 (dub.): 13h45 - 16h30 - 19h20; CINÉPOLIS MANAÍRA 4 (dub.): 15h - 18h15 - 21h15; CINÉPOLIS MANAÍRA 6: 13h15 (dub.) - 16h (leg.) - 19h (dub.) - 22h (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 9 - Macro XE (dub.): 20h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 5 (dub.): 13h15 - 16h - 19h - 22h; CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 16h20 - 19h; CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 15h15 - 17h50 - 20h30; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 15h15 - 17h50 - 20h30.

O PASTORE E O GUERRILHEIRO (Brasil. Dir: José Eduardo Belmonte. Drama. 14 anos). Na virada do milênio, Juliana (Julia Dalavia), filha ilegítima de um coronel que comete suicídio, descobre que seu pai foi torturador durante a ditadura militar no Brasil. CENTERPLEX MAG 1: 21h45; CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 22h20.

SUZUME (Suzume no Tojimari. Japão. Dir: Makoto Shinkai. Animação. Livre). Uma garota do ensino médio e um jovem misterioso que tentam prever uma série de desastres em todo o Japão. CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (dub.): 13h20 - 18h20; CINE SERCLA TAMBIA

3 (dub.): 16h10 - 18h30; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 16h10 - 18h30.

CONTINUAÇÃO

AIR – A HISTÓRIA POR TRÁS DO LOGO (Air. EUA. Dir: Ben Affleck. Biografia. 12 anos). Baseado na história real do chefe da marca esportiva e de calçados Nike, Sonny Vaccaro (Matt Damon), e do fundador da Nike, Phil Knight (Ben Affleck). Ambos estão tentando tornar a marca uma das mais famosas do mundo, e escrever seus nomes na história. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (leg.): 22h10.

O EXORCISTA DO PAPA (The Pope’s Exorcist. EUA. Dir: Julius Avery. Terror. 16 anos). O padre Gabriele Amorth (Russell Crowe), exorcista do Vaticano, luta contra Satanás e demônios possuidores de inocentes. Um retrato detalhado de um padre que realizou mais de 100 mil exorcismos em sua vida. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: 14h15 (dub.) - 16h45 (dub.) - 19h15 (dub., exceto qua.) - 21h45 (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 5 (dub.): 19h30 (qua.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 19h15 - 21h45; CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 15h30 - 20h45; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 15h30 - 20h45.

JOHN WICK 4: BABA YAGA (John Wick: Chapter 4. EUA. Dir: Chad Stahelski. Ação. 14 anos). Com o preço por sua cabeça cada vez maior, o assassino de aluguel John Wick (Keanu Reeves) leva sua luta contra a Alta Cúpula enquanto procura os jogadores mais poderosos do submundo. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (leg.): 14h20 - 18h - 21h30; CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 18h (exceto seg. e ter.) - 21h30 (exceto seg. e ter.); CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 17h30; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 17h30.

SUPER MARIO BROS. - O FILME (Super Mario Bros. EUA. Dir: Aaron Horvath e Michael Jelenic. Animação. 10 anos). Mario é um encanador junto com seu irmão Luigi. Um dia, eles vão parar no reino dos cogumelos, governado pela Princesa Peach, mas ameaçado pelo rei dos Koopas, que faz de tudo para conseguir reinar em todos os lugares. CENTERPLEX MAG 1 (dub.): 15h - 17h15 - 19h30; CENTERPLEX MAG 2 (dub.): 18h45 - 20h50; CENTERPLEX MAG 3 (dub., 3D): 14h - 16h15; CINÉPOLIS MANAÍRA 1 (dub.): 13h10 - 15h30 - 17h45; CINÉPOLIS MANAÍRA 5 (dub.): 14h45 - 17h15 - 19h30 (exceto qua.); CINÉPOLIS MANAÍRA 7 (dub.): 13h30 - 15h45 - 18h10 - 20h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 9 - Macro XE (dub., 3D): 14h - 16h15 - 18h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (dub., 3D): 13h - 15h15 - 17h30 - 19h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 1 (dub., 3D): 14h - 16h15 - 18h30 - 20h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 13h30 (exceto seg. e ter.) - 15h45 (exceto seg. e ter.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.):

14h30 - 17h; CINE SERCLA TAMBIA 4 (dub.): 17h - 19h - 21h; CINE SERCLA TAMBIA 6 (dub.): 14h30 - 16h20 - 18h10 - 20h; CINE SERCLA PARTAGE 2 (dub.): 14h30 - 16h20 - 18h10 - 20h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 17h - 19h - 21h.

CINE BANGÜÊ (JP) - ABRIL

ANDANÇA (Brasil. Dir: Pedro Bronz. Documentário. Livre). Vida e obra de Beth Carvalho. CINE BANGÜÊ: 27/4 - 20h30; 29/4 - 19h.

OCOLIBRI (Il colibrì. Itália. Dir: Francesca Archibugi. Drama. 14 anos). Conhecido como “Colibri”, rapaz (Pierfrancesco Favino) tem uma vida de coincidências fatídicas, perdas e amores absolutos. CINE BANGÜÊ: 19/4 - 20h30; 22/4 - 19h; 23/4 - 18h; 25/4 - 17h30.

MALI TWIST (Twist À Bamako. França, Canadá e Senegal. Dir: Robert Guédiguian. Drama. 14 anos). Em Mali, 1960, jovens de Bamako dançam o twist do rock e sonham com a renovação política. CINE BANGÜÊ: 20/4 - 20h30; 24/4 - 18h; 26/4 - 20h.

O MASSACRE DA SERRA ELÉTRICA (The Texas Chainsaw Massacre. EUA. Dir: Tobe Hooper. Terror. 18 anos). Clássico de 1974 restaurado. CINE BANGÜÊ: 26/4 - 18h; 30/4 - 16h.

MATO SECO EM CHAMAS (Brasil. Dir: Joana Pimenta e Adirley Queirós. Documentário. 14 anos). A história das Gasolineiras de Kebradas, tal como ecoa pelas paredes da Colméia, a Prisão Feminina de Brasília (DF). CINE BANGÜÊ: 19/4 - 17h30; 30/4 - 18h.

MEDUSA (Brasil. Dir: Anita Rocha da Silveira. Terror. 14 anos). Uma gangue de mulheres fazem o melhor que podem para controlar tudo ao seu redor (até mesmo outras mulheres) para resistir à tentativa. CINE BANGÜÊ: 25/4 - 20h30.

MEMÓRIA SUFOCADA (Brasil. Dir: Gabriel Di Giacomo. Documentário. 14 anos). Coronel Ustra é o único militar condenado como torturador durante a ditadura no Brasil. O ex-presidente Jair Bolsonaro o exalta como um herói. Mas qual é a verdade?. CINE BANGÜÊ: 22/4 - 17h; 24/4 - 20h30.

PARAI (Brasil. Dir: Vinicius Toro. Drama. Livre). Menina guarani começa a questionar seu lugar no mundo. CINE BANGÜÊ: 20/4 - 18h30; 22/4 - 15h; 29/4 - 15h.

PERLIMPS (Brasil. Dir: Alê Ábreu. Animação. Livre). A jornada de aventura e fantasia de Clacé e Bruô, que são agentes secretos de reinos rivais. CINE BANGÜÊ: 23/4 - 16h; 29/4 - 17h.

Crônica Em destaque

Luiz Augusto de Paiva
guthov@gmail.com

Coisas do velho Vico

O apodo vem provavelmente do nome. De Octavio (com “C” mudo), virou Tavico e depois, como era natural, se tornou Vico e Vico ficou pelo resto da vida.

Intitulava-se um “Nó de Pinho”. Vou explicar o porquê. A araucária, endêmica da Mantiqueira, oferece madeira vastamente usada em movelaria e construção civil. É árvore que chega fácil aos 30 metros de altura. No alto surge uma copa de onde sai a galharia formando uma espécie da taça de cabeça para baixo. É justamente dessa parte do tronco que está a parte de pouca utilidade como madeira. De onde saem os galhos é que nasce o nó, o chamado nó de pinho. O serrote comum de um carpinteiro não consegue encarar o dito cujo, é preciso serra elétrica para enfrentar o danado.

O velho Vico sempre foi duro na queda, homem de não levar desaforo para casa. Valente, segundo seus contemporâneos, um verdadeiro nó de pinho segundo ele mesmo.

Não teve educação formal, frequentou o grupo escolar só até o segundo ano primário e por aí interrompeu sua escolaridade para dar início ao aprendizado do ofício que exerceria ao logo de sua vida. Meu avô foi carpinteiro e dos bons. Ainda estão de pé lá, em Campos do Jordão, várias residências de madeira que ele edificou. Tinha a bossa da arquitetura e essas edificações possuíam desenhos arrojados, com sempre mais de duas águas. O *design* surgia para ele por mera intuição. Era um artista.

A vida não lhe permitiu acesso à erudição, mas não conseguiu atirá-lo às trevas da ignorância e da alienação. Nas poucas horas que lhe permitiam afastar-se do martelo e da enxó, meu avô lia. Lia muito, o que lhe permitia o atrevimento de encarar temas diversos, desde a Teoria da Evolução até o desempenho do Marechal Montgomery na campanha da África, durante a Grande Guerra, quando deu uma pisa no badalado “Raposa do Deserto”, o Marechal Rommel. Sabia tudo dessa guerra e mais algumas que vieram depois.

Na prateleira de sua cozinha, tempo ainda das válvulas, estava lá o velho rádio da marca Semp que o conectava com o mundo e nas do seu quarto algumas dezenas de livros. Não se arriscava na Literatura e pouco na Aritmética como nas Ciências. Seu forte era História e Geografia. Era um homem consciente e de opiniões fortes, intransigente quando o mote era a conduta moral dos seus e de quem lhe era próximo.

Rigoroso com os filhos acabou sendo mais brando com os netos, para os quais distribuía sem parcimônia carinhos em conselhos. E desse trato com sua segunda geração foi que recebi uma gratificante lição que aqui deixo a quem possa interessar.

Estava eu naqueles dias nebulosos correndo à igreja e aos cartórios, recolhendo papelada, certidão de batismo e outras coisas para assumir aquele compromisso que atende pelo nome de casamento, quando o velho Vico me convocou para um particular. Quis inicialmente saber se eu pretendia ter filhos.

– Claro que sim – respondi.
– Então, em sua casa não deve faltar três coisas.
– O quê, vô?
– Bichos, plantas e livros. Quer ouvir a explicação? – e começou – O bicho ensina a criança a dar valor à vida. Com eles aprenderá a conviver com as perdas de entes queridos, como algo natural em nossa vida por aqui. Dará afeto e certamente o terá de volta. Criança que tem bicho não sai por aí, maltratando gente, tem uma forma diferente de ver o mundo e olha a humanidade com mais paciência e ternura.
– E as plantas?

– É aí que começamos a entender que é da terra que a humanidade tira seu sustento. Aprende a plantar um pé de feijão e entenderá o que se faz para produzir uma alface. Mostra a seu filho como cuidar de um jardim, de uma pequena horta, pode ser num vaso, numa jardineira. Se não tiver quintal, planta um pé de manjericao em algum lugar improvisado, coloca uma samambaia na varanda. Os vegetais não devolverão carinho, mas é com eles que podemos desenvolver o hábito singelo da contemplação. Quem doa uns minutos da vida para contemplar um ipê florido, saberá com isso faz bem a alma.
– E os livros?

– Meu neto, se seu não tivesse lido muito na vida, não saberia dizer o que disse até agora para você.
Ficou a lição.

Colunista colaborador

PESQUISA

Como anda o PIB no setor cultural?

Na Paraíba, números revelam grande oportunidade de desenvolvimento social e econômico na área

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Quando se pensa no conjunto de riquezas que um país produz, geralmente as pessoas associam as informações sobre o Produto Interno Bruto a imagem de carros em linhas de montagens nas indústrias, nos maquinários agrícolas em grandes fazendas de grãos ou no intenso fluxo de consumidores do comércio de bens e serviços. O que costuma ficar de fora da construção desse sentido de riqueza é o que se produz na Economia da Cultura e das Indústrias Criativas. Com dados mais recentes de 2020, esse setor já contribui com 3,11% para economia brasileira, bem mais, por exemplo, que a indústria automobilística, que representou 2,1% da riqueza nacional – isso sem os inúmeros incentivos fiscais e tributários que os carros têm. Na Paraíba, os números revelam ainda uma grande oportunidade de desenvolvimento social e econômico através da cultura.

Essas informações fazem parte da plataforma PIB da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas (Ecic), do Observatório Itaú Cultural, lançada no último dia 10, em São Paulo. Após um ano e meio de desenvolvimento e participação de pesquisadores brasileiros e internacionais, foram definidas metodologias inéditas que conseguiram calcular uma movimentação de R\$ 230,14 bilhões na Cultura e Economia Criativa do Brasil. Sozinho, esse segmento agrega 130 mil empresas e emprega 74 milhões de trabalhadores, o que equivale a 7% do total dos trabalhadores da economia brasileira. Só no ano passado, a cultura e a economia criativa geraram 308,7 mil novos postos de trabalho no país, mesmo na crise que pegou em cheio o setor.

Enquanto a economia nacional avançou 55% entre os anos de 2012 e 2020, o PIB da economia da cultura e das indústrias criativas cresceu 78%. “Isso comprova um fato que é usado mundialmente quando se fala em políticas para a cultura e indústrias criativas: esses são setores anticíclicos de crise e pró-cíclicos de crescimento. São setores que crescem mais que o restante da economia. Isso implica em melhores salários e adesão de maior produtividade ao sistema”, destaca Leandro Valiati, professor e pesquisador da University of Manchester, no Reino Unido, e da UFRGS. Foi ele quem liderou o grupo de pesquisadores neste estudo.

Investir em cultura significa também gerar oportunidade de trabalho com melhores salários e maior formalidade. A remuneração média dos trabalhadores da economia criativa é de R\$ 4.180 – 49% maior que a remuneração média da economia brasileira (R\$ 2.808). Cerca de 63% dos trabalhadores da economia criativa do Brasil estão ocupados no mercado formal. Esses números revelam também uma realidade de desequilíbrio que caracteriza o país e que acompanha o PIB geral dos estados e regiões nacionais. Cerca de metade (48%) dessas empresas do setor cultural está localizada na região Sudeste, 27% na região Sul,

14% no Nordeste, 8% no Centro-oeste e 2% no Norte.

“Esses números têm uma distribuição que é coerente com a distribuição do PIB de outros setores e mostra um enorme potencial. Falo isso não apenas pelo olhar de economista, mas da pessoa que se interessa muito pela cultura. Olho para isso e percebo nos estados e regiões do Brasil uma capacidade de geração de patrimônio cultural e histórico, comércio baseado em turismo e outras atividades altamente geradoras de impacto econômica por meio da cultura, você percebe um enorme potencial pouco explorado”, pondera Valiati.

No estado

Na Paraíba, o estudo aponta que a contribuição da Ecic para o PIB foi de 0,41% no ano de 2020. Apesar desse percentual, as 1.154 que compõem o setor geraram naquele mesmo ano mais de R\$ 1,74 bilhões em receita e cerca de R\$ 340 milhões em lucros. Isso foi suficiente para empregar cerca de 6% do total de trabalhadores do estado. Só no quarto trimestre de 2022, o número de pessoas ocupadas na Ecic era de 88.416. Elas possuem uma remuneração média de R\$ 2.232, rendimento superior ao da média estadual de R\$ 1.961. As categorias setoriais que compõem mais de 75% da quantidade de empresas criativas na Paraíba são Moda (31% do total), Publicidade e Serviços Empresariais (23%), Demais Serviços de Tecnologia da Informação (10%), Cinema, Rádio e TV (9%) e Desenvolvimento de Software e Jogos Digitais (10%).

Para Eduardo Saron, presidente da Fundação Itaú, é preciso olhar para esses números como uma estratégia para um novo ciclo de desenvolvimento pós-pandemia. “O que queremos chamar a atenção é a oportunidade de crescimento que existe no estado e o quanto isso é gerador de emprego e renda. Quando oferecemos essa informação, a gente demonstra que podemos ter um número bem maior se a gente for além das commodities. É claro que as commodities são importantes – e é isso que faz com que nosso PIB esteja positivo, inclusive. Mas a gente precisa de melhores políticas e a consciência da sociedade a respeito do nosso setor”.

O estudo cria evidências científicas qualificadas úteis para a tomada de decisão de investimentos tanto no setor público quanto no privado. Além disso, possibilita desenvolver uma narrativa sobre a importância da Cultura para que a sociedade não fique refém de desmontes realizados por políticas anticulturais e anticientíficas, como foram feitas no governo passado. “Essas políticas públicas baseadas em evidência são o que garantem estabilidade e permanência para que ela não desapareça de uma hora para a outra por uma visão diferente sobre a importância do setor. Cultura e Indústrias Criativas são relevantes e essenciais para pensar em estratégias de desenvolvimento econômico no mundo contemporâneo”, finaliza Leandro Valiati.

■ O repórter viajou a São Paulo a convite do Itaú Cultural

Foto: Divulgação



Em setembro de 2022, cantor e compositor Chico Buarque iniciou a sua turnê nacional com apresentações em João Pessoa; pesquisa do Observatório Itaú Cultural serve como uma estratégia para um novo ciclo de desenvolvimento pós-pandemia

Dados da Paraíba

PIB da economia da cultura e das indústrias criativas*:

*Dado referente a 2020.

Contribuição da Ecic para o PIB (em receita) é de mais de

R\$ 1,74 bi

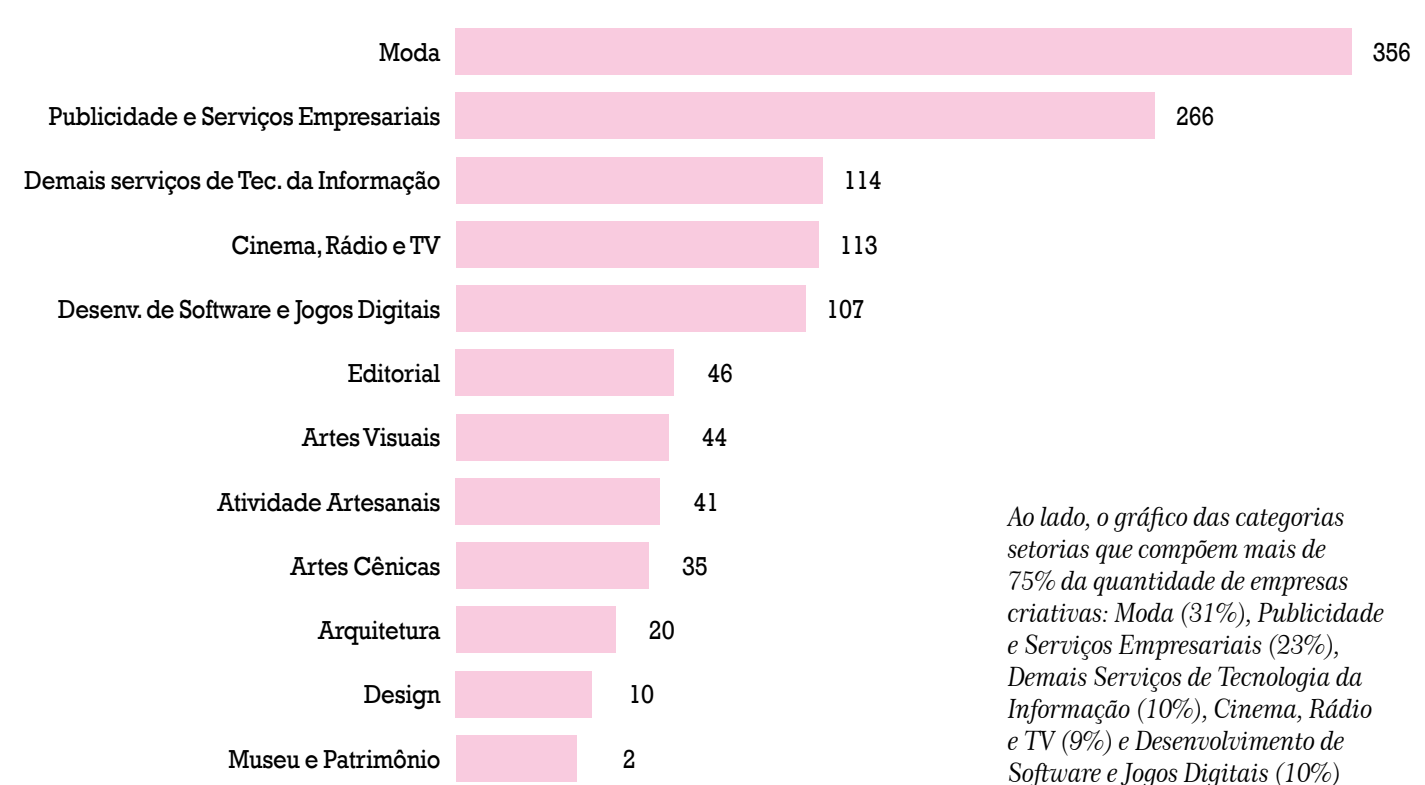
Empresas da economia criativa*:

*Dado referente a 2021.

Total de empresas da economina criativa é de

1.154

Total de empresas por categoria



Ao lado, o gráfico das categorias setoriais que compõem mais de 75% da quantidade de empresas criativas: Moda (31%), Publicidade e Serviços Empresariais (23%), Demais Serviços de Tecnologia da Informação (10%), Cinema, Rádio e TV (9%) e Desenvolvimento de Software e Jogos Digitais (10%)

Foto: Francisco França/Secom-PB



Em 2020, renda renascença da PB foi destaque em evento do SP Fashion Week: a moda ocupou 31% do setor das empresas criativas

RATING AA+

Paraíba ganhará mais investimentos

Secretário da Fazenda, Marialvo Laureano, diz que recursos próprios e financiados estarão mais disponíveis

Pettronio Torres
pettroniotorres@yahoo.com.br

A Paraíba terá mais investimentos com recursos próprios e de outras esferas de financiamento. A informação foi repassada ontem à reportagem de **A União** pelo secretário da Fazenda, Marialvo Laureano. A afirmativa dele veio após o Estado conquistar, pelo terceiro ano consecutivo, o *rating* AA+ pela Standard & Poor's Financial Services (S&P Global Ratings), umas das maiores agências de classificação de risco do mundo, que além de premiar a gestão Executiva a promoveu de Estabilidade para Positividade.

“Essa conquista pela terceira vez consecutiva representa mais investimentos com recursos próprios e de financiamentos. Os bancos nos procuram quase que diariamente para nos oferecer empréstimos por que sabem da nossa capacidade de contrair a operação e também honrar. Ele significa o reconhecimento de uma gestão fiscal séria e responsável. A nota atesta que o governo continua fazendo uma gestão eficiente, com responsabilidade fiscal e capacidade de fazer grandes investimentos com recursos próprios”, completou o secretário.

O relatório da agência destacou que as políticas fiscais prudentes do Estado da Paraíba devem manter superávit operacional elevado, com perspectiva positiva do *rating* nos próximos 18/24 meses.

“Mesmo com a desaceleração e perda de receita, superando a casa de R\$ 1,2 bilhão desde o ano passado, não aumentamos a alíquota modal e a mantivemos em 18%. Vale lembrar que a maioria dos estados aumentou para 20%”. Nós temos, por exemplo, a quinta menor dívida do país, proporcionalmente a renda corrente líquida”, explicou Marialvo Laureano.

O governador João Azevêdo (PSB) também comentou a conquista pela terceira vez consecutiva do prêmio, que demonstra uma gestão séria e preocupada com a parte fiscal da administração.

“Este é o nosso ‘tri-campeonato’ na obtenção do *Rating* BRAA+ da S&P Global Ratings, o que atesta a condição do governo de realizar investimentos com recursos próprios e captar recursos utilizando-se de sua capacidade de pagamento e endividamento, de forma a acelerar a execução de novos projetos e obras de infraestrutura que estimulem o desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado”, ressaltou o governador João Azevêdo.

A avaliação da S&P Global Ratings resalta ainda que as condições fiscais e de liquidez acumuladas nos últimos dois anos devem ajudar o estado a enfrentar a desaceleração das receitas e que o compromisso com a prudência fiscal sustenta um forte perfil financeiro, apesar dos desafios econômicos.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Lucas participa de reunião com o presidente Lula

O vice-governador da Paraíba, Lucas Ribeiro, participou nesta terça-feira (18), em Brasília, da reunião convocada pelo presidente Lula para discutir medidas emergenciais de combate à violência nas escolas. Representando o governador João Azevêdo, Lucas Ribeiro se juntou a outros governadores e agentes públicos para discutir estratégias de promoção da paz no ambiente escolar em resposta aos recentes atos violentos ocorridos em escolas pelo país. O secretário da Segurança e da Defesa Social, Jean Nunes, também esteve presente.

Durante a reunião, além do compartilhamento das experiências que estão sendo adotadas nos estados e municípios brasileiros, foram anunciadas diversas medidas para combater a violência nas instituições de ensino. O Ministério da Educação (MEC) anunciou a antecipação de mais de R\$ 1 bilhão para as escolas e a injeção de R\$ 200 milhões em ações que facilitem a criação de políticas de saúde mental.

Também foi discutida a responsabilização das plataformas digitais que não banirem discursos de ódio e

incitação à violência e a ampliação do trabalho de inteligência realizado pela Polícia Federal. Já o Ministério da Justiça oficializou a liberação de R\$ 150 milhões para ações de segurança escolar.

Lucas Ribeiro ressaltou a importância da reunião e das medidas anunciadas. “Um momento muito importante, de união, de ouvir as experiências de cada estado e de buscar soluções conjuntas para um problema grave que tem afetado tanto a vida das nossas crianças e jovens. A Paraíba tem se esforçado nesse sentido, criamos uma força-tarefa para coibir ameaças e atos violentos nas instituições de ensino, e vamos continuar trabalhando para garantir a segurança e o bem-estar dos nossos estudantes”, afirmou.

O vice-governador também destacou a importância do trabalho de atenção à saúde mental nas instituições de ensino. “A saúde mental dos nossos estudantes é fundamental para o seu bem-estar e a convivência. A injeção de R\$ 200 milhões em ações que facilitem a criação de políticas de saúde mental é um passo importante para lidar com esse problema comple-



Foto: Secom/PB

O vice-governador Lucas Ribeiro elogiou a iniciativa de discutir violência nas escolas

xo e desafiador. Precisamos ter um olhar de atenção para essa área e garantir que nossos jovens tenham acesso a apoio psicológico e emocional sempre que necessário”, concluiu.

O presidente Lula destacou que famílias e plataformas digitais também têm responsabilidade de manter a paz nas escolas. “Nós não vamos resolver isso só com dinheiro, elevando muro da escola e colocando detector de metais. A família também

tem que estar envolvida nesse processo, tem que ter responsabilidade e ajudar a escola”, frisou o presidente.

Além da presença de governadores, vice-governadores e secretários estaduais, o encontro contou também com a participação de ministros, do presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, e do ministro Alexandre de Moraes, do Tribunal Superior Eleitoral.

Força-tarefa

Na Paraíba, o governo criou uma força-tarefa para combater ameaças ou qualquer tipo de violência em instituições de ensino, e também para ampliar a proteção da comunidade escolar. A iniciativa conta com a participação da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público da Paraíba (MPPB).

CIDADANIA

Câmara da capital homenageia engenheiro Maurício Montenegro

O engenheiro Maurício Montenegro Rocha é o mais novo cidadão paraibano. Na última segunda-feira, dia 17, a Câmara Municipal de João Pessoa realizou uma sessão solene para entrega da honraria. A homenagem foi uma propositura do vereador Bosquinho (PV).

De acordo com o vereador Bosquinho, Maurício Montenegro é uma pessoa bastante conhecida na cidade de João Pessoa e já ofereceu o seu trabalho na área da engenharia em várias empresas, além da Prefeitura da capital e o Governo da Paraíba.

“Maurício já ofereceu sua mão de obra por 19 anos à antiga Saelpa e ajudou a construir a nossa capital. Nada mais justo do que reconhecer esse técnico que ofereceu boa parte da sua vida ao desenvolvimento da nossa cidade”, explicou o parlamentar.

Já o vereador Thiago Lucena (PRTB) disse que a Câmara Municipal de João Pessoa tem esse papel de moralizar a entrega de honrarias e lembrar de paraibanos importantes na história de João Pessoa.

“Essa homenagem já deveria ter sido feita a esse

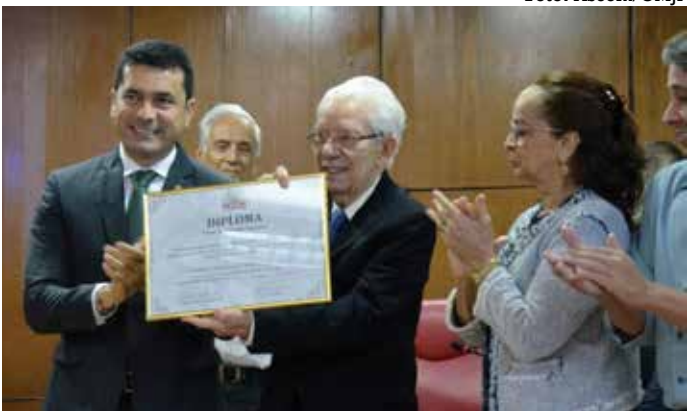


Foto: Ascom/CMJP

Maurício Montenegro exhibe diploma da cidadania de JP

grande homem que dedicou a vida à cidade de João Pessoa. Isso aconteceu às vezes trabalhando na prefeitura da capital ou no Governo do Estado”, disse.

O ex-deputado estadual, Trocolli Jr, que esteve presente na entrega da honraria ao engenheiro, declarou que a homenagem a Maurício Montenegro é mais do que justa e que já veio até tardiamente.

“Maurício sempre foi um homem preocupado com a coletividade e com a melhoria da qualidade de vida da população. Essa homenagem recebida em vida é um reconhecimento a uma pessoa com uma inteligência ímpar que já fez muito pela cidade de João Pessoa e a Câmara faz justiça a ele, que já deveria ter re-

cebido essa honraria a mais tempo”, destacou Trocolli.

O engenheiro Maurício Montenegro Rocha é natural de Taperoá. Ele disse que é uma alegria imensa receber o título de Cidadão Pessoaense. Também comentou da felicidade de receber a honraria.

“Tenho um amor muito grande por João Pessoa e receber uma homenagem desse tamanho só me rejuvenesce e me enche de alegria. Aqui nessa cidade onde o sol nasce primeiro, vivi desde a minha infância e no esplendor do mais lindo pôr do sol casei com minha primeira e única esposa, Rosimere, e fico por demais orgulhoso de poder ostentar este título. Deus é testemunha do meu contentamento”, finalizou o homenageado.

ORÇAMENTO

CMJP recebe documento para definir as diretrizes

Pettronio Torres
pettroniotorres@yahoo.com.br

O orçamento para 2024 da capital paraibana começou a ser desenhado na Câmara Municipal de João Pessoa. A Casa recebeu o projeto do documento que vai definir as diretrizes e metas do Executivo para o próximo ano. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício financeiro de 2024, foi lido pela primeira vez na sessão ordinária de ontem. O documento traz 48 prioridades entre elas preferência ao transporte público coletivo e recuperação e preservação ambiental.

A LDO foi encaminhada à Casa antes do prazo final, até dia 30 de abril, e orientará, tanto a elaboração do orçamento da Capital para o ano que vem, quanto a revisão do Plano Plurianual (PPA) relativo ao ano de 2024. O documento está disponível no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

Entre as 48 prioridades e metas estabelecidas pela gestão municipal para 2024 estão a valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais; austeridade na utilização

dos recursos públicos; fortalecimento do papel do desenvolvimento social, econômico e administrativo do Município; melhoria das condições de vida da população; assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitam de auxílios do poder público.

Aparecem ainda no documento o combate sistêmico ao analfabetismo; indução ao desenvolvimento sustentável da produção local através do estímulo ao empreendedorismo; e transparência na ação governamental, com ênfase no combate à corrupção e à impunidade.

Também são metas da gestão e que estão contidas no documento a implementação do Orçamento Participativo, assegurando a execução do mínimo de 50% das demandas aprovadas.

A LDO também traz a oferta de condições para a prática de atividades esportivas inclusivas, comunitárias e competitivas; consolidar ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial; e prioridade ao transporte público coletivo.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS

João Azevêdo entrega novas ações

Entre as iniciativas, está a assinatura de ordem de serviço para o asfaltamento de vias da Aldeia Jaraguá

O governador João Azevêdo realiza, hoje, Dia dos Povos Indígenas, uma série de entregas em Baía da Traição, no Litoral Norte paraibano, tradicional reduto dos Potiguaras. Entre as ações, está a assinatura de ordem de serviço para o asfaltamento de vias da Aldeia Jaraguá, que hoje são em paralelepípedo.

Desde a primeira gestão do governador João Azevêdo, iniciada em 2019, o Governo do Estado tem realizado uma série de ações para oferecer dignidade aos povos indígenas — que, na Paraíba, são representados pelas etnias potiguar e tabajara, esta última habita o Litoral Sul paraibano. Em janeiro, por exemplo, os povos indígenas foram homenageados na 35ª edição do Salão do Artesanato Paraibano, promovendo dignidade e valorização da cultura dos povos originários.

Além da assinatura de ordem de serviço para o asfaltamento de vias da Aldeia Jaraguá, o chefe do Executivo estadual fará, ainda, a entrega de 100 mil larvas de alevinos (tambaqui, tilápia ou similar), uma tonelada de sementes de milho, uma tonelada de sementes de feijão, meia tonelada de sementes de inhame,

além de mudas de árvores nativas, com destaque para o jenipapo.

Valorização

Desde 2019, o Governo do Estado tem promovido uma série de políticas públicas visando à dignidade e à valorização da cultura dos povos indígenas. Entre as ações, estão o combate à insegurança alimentar nas aldeias, com a entrega de alevinos, sementes de milho e feijão, além da distribuição de cestas básicas, medida que ganhou ainda mais importância durante o período mais grave da pandemia; acesso a linhas de crédito pelo Empreender-PB na modalidade Mulher, que beneficiou as indígenas Potiguaras, contemplando toda a diversidade de empreendimentos.

Outras ações destacadas são cobertura da Patrulha Maria da Penha, programa-modelo na prevenção e na punição a violência doméstica e sexual, e implementação da Escola Cidadã Integral Técnica Matias Freire, com um projeto pedagógico voltado para contemplar a cultura indígena, assim como a realização dos Jogos Indígenas.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Famup convoca gestões a aderir ao Censo estadual

A Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup) está convocando os gestores municipais a contribuir com o Censo Estadual da Pessoa com Deficiência realizado pelo Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad). Os gestores podem incentivar a participação no município para o máximo de pessoas com deficiência sejam cadastradas. O Censo pode ser respondido pelo endereço <https://bit.ly/3GRtziu>

A finalidade do Censo Estadual da Pessoa com Deficiência é de conhecer melhor o universo desse público no

estado e subsidiar a implantação de políticas públicas nas diversas esferas do Governo. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) o Governo da Paraíba se compromete a proteger e processar com responsabilidade as informações pessoais constantes nas respostas do cadastro.

O Governo do Estado alerta que se a pessoa apresenta alguma deficiência, deve acessar o [link](#) disponibilizado para preencher. Caso apresente dificuldade de responder, pode pedir ajuda de outra pessoa para auxiliar na resposta do questionário. Em caso de crianças, o pai, mãe ou responsável deve responder por ela.



Deputado estadual Eduardo Brito (SD) recebeu lideranças indígenas, ontem na Assembleia Legislativa

Foto: Divulgação

■ Chegada da legislação pode ser um marco para os indígenas, que poderão concorrer com mais possibilidades a empregos

Deputado pede criação de Secretaria

Juliana Teixeira
julianaaraujoteixeira@gmail.com

Na Paraíba, atualmente os Potiguaras somam aproximadamente em número de 20.000 indígenas, distribuídos em 32 aldeias, no litoral norte do Estado, entre as cidades de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, e o Povo Tabajara, com cerca de mil indígenas, localizados no Litoral Sul do Estado, em três aldeias, localizadas entre Conde, Alhandra e Pitimbu. Foi em atenção a esses povos, que o deputado estadual Eduardo Brito (SD) apresentou Projeto de Indicação para que o governador João Azevêdo (PSB) possa criar uma Secretaria Especial dos Povos Originários indígenas, observando que o Estado da Paraíba deveria seguir a iniciativa do Governo Federal, que criou o Ministério dos Povos Indígenas.

Além disso, o parlamentar que tem atuação na região do Litoral Norte, onde há grande presença indígena, também quer a aprovação de um Projeto de Lei que cria cotas em concursos públicos no estado para os povos.

Cotas

Eduardo Brito também quer a aprovação de um Projeto de Lei que prevê cotas em concursos públicos no estado para os povos indígenas

“A Paraíba é o Estado com uma das populações indígenas mais tradicionais do país, os Potiguaras, são reconhecidos nacionalmente por sua permanência territorial desde 1500 até os dias atuais na Paraíba. Nada mais natural e justo de que contemplar essa parcela da população com estas duas proposições”, explicou.

Na justificativa da matéria, Eduardo Brito ainda aponta para a Constituição Federal que estabelece a obrigação dos Governos adotem medidas que promovam a igualdade, tan-

to na legislação, quanto na prática, de políticas de inserção e igualdade para os povos indígenas, e que esta luta por igualdade esteja presente aos cargos, funções e empregos públicos.

De acordo com o Cacique Sandro vereador da cidade de Mamanguape, que esteve na ALPB acompanhando a apresentação da matéria, que ainda deve ser votada na Casa legislativa, a chegada da legislação pode ser um marco para os indígenas que poderão concorrer com mais possibilidades a empregos e cargos.

“Só a implementação de políticas públicas que auxiliem os povos indígenas a lidar com os problemas vivenciados, como exploração, exploração do trabalho, invasões e degradações territoriais e ambientais, podem contribuir para a mudança de vida de nosso povo”, disse.

Segundo o PL 303/23, ficam reservadas 10% (10 por cento) às pessoas indígenas das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado da Pa-

raíba, que facultativamente autodeclararem tal condição no momento da inscrição.

A disponibilidade das vagas deve estar presente nos editais de concursos públicos realizados pelo Estado da Paraíba, expressamente, o número de vagas existentes, inclusive cadastro de reserva, bem como o total correspondente à reserva destinada à população indígena, evitando-se fracionamento prejudicial à política de inclusão.

O sistema de cotas será aplicado sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a três, observados os critérios de distribuição de vagas previstos no edital, sem prejuízo da classificação dos cotistas para cadastro de reserva, se for o caso.

As duas matérias apresentadas pelo deputado Eduardo Brito ainda devem tramitar na ALPB, devendo passar pelas comissões até chegar em plenário para votação.

Em uma iniciativa pioneira a Defensoria Pública da Paraíba reservou a cota de 2% para indígenas durante a realização do último concurso público da instituição.

DISCRIMINAÇÃO AO NE

ALPB aprova voto de repúdio contra desembargador do PR

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) aprovou Voto de Repúdio contra o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), Mário Helton Jorge, por declarações discriminatórias relacionadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. O Voto de Repúdio foi apresentado ao plenário através dos Requerimentos 2.711/23, 2.692/23 e 2.684/23, de autoria dos deputados Adriano Galdino, presidente da Casa, Júnior Araújo e Anderson Monteiro, respectivamente.

O presidente da ALPB, Adriano Galdino, avaliou

a fala do Mário Helton Jorge como infeliz e incompatível com o senso de justiça e igualdade que se espera dos magistrados. “Ele usou a palavra para dizer que o povo do Paraná é mais culto que o do Nordeste. O que ele esqueceu de falar é que o povo do Sul e Sudeste viveram a vida toda beneficiados pela União, que sempre investiu muito mais lá. Dos 39 presidentes do Brasil, 34 foram do Sul e Sudeste. Isso é fruto da desigualdade. As melhores universidades públicas foram construídas lá com recurso do governo, as melhores escolas, hos-

pitais, tudo foi priorizado por esse país para aquela região”, disse.

Anderson Monteiro considerou xenofóbica e preconceituosa a atitude do magistrado ao referir-se ao Norte e ao Nordeste como regiões ‘menos cultas’. Para o parlamentar, as palavras ditas pelo desembargador reforçam estereótipos que devem ser completamente rechaçados da cultura brasileira, sobretudo por aqueles que ocupam espaços que deveriam representar igualmente todos os cidadãos.

“Não devemos nos calar

de forma alguma, enquanto cidadão, enquanto parlamentar, temos que dar um basta a manifestações preconceituosas, difamatórias, xenofóbicas. Precisamos reproduzir aqui na Casa de Eptácio Pessoa o sentimento dos paraibanos e dos nordestinos. Não tivemos sequer pedido de desculpas, uma retratação pública por uma manifestação odienta como essa”, criticou Anderson.

Para o deputado Júnior Araújo, a Assembleia Legislativa, na qualidade de Casa do Povo Paraibano, exerce

um papel fundamental na defesa das vozes que vêm da população e é dever dos parlamentares agirem contra atos que afrontam a dignidade desse povo. “As palavras do magistrado são, além de discriminatórias, depreciativas com o povo do Nordeste, região que é berço de cultura para o nosso país. Demonstrem, assim, uma espécie de menosprezo pelo povo nordestino, fomentando o preconceito entre as diversas regiões do país, por meio da comparação e categorização da nossa gente”, justificou o deputado.

Entenda

Na última quinta-feira (13), o desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Mário Helton Jorge, disse durante uma sessão da Segunda Câmara Criminal do TJ-PR que o Paraná “tem nível cultural superior ao Norte e ao Nordeste”.

A declaração do magistrado ocorreu durante apreciação de recurso, no momento em que realizava voto. “Porque é uma roubalheira generalizada. E isso no Paraná, que é um estado que tem um nível cultural superior ao Norte do país, ao Nordeste, etc. (Sic)”, falou.

PLANO DE SEGURANÇA

Governo investirá R\$ 3 bi nas escolas

Planalto apresentou pacote de ações em reação às ameaças ocorridas em unidades educacionais de várias partes do país

Wesley Galzo
Agência Estado

Numa reunião com a presença da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, de 26 governadores e seis prefeitos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou um pacote de R\$ 3 bilhões para ações nas escolas em reação às ameaças ocorridas em unidades de várias partes do país. O presidente, no entanto, frisou que o problema da violência não será resolvido “só com dinheiro”.

A pasta da Educação comandada pelo ministro Camilo Santana (PT) determinou a antecipação de R\$ 1,097 bilhão referentes à parcela de setembro do Programa

Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para que os gestores educacionais possam investir em infraestrutura de melhoria da segurança das instituições de ensino. Ainda dentro do programa, o MEC liberou R\$ 1,8 bilhão de recursos de anos anteriores que atualmente estão parados nas contas das escolas.

“A gente não vai resolver esse problema só com dinheiro, elevando o muro da escola, colocando detector de metais”, disse Lula. “Sem a participação dos pais a gente não recupera um processo educacional correto nas escolas. Não vamos transformar nossas escolas numa prisão de segurança máxima, que não tem solução”, prosseguiu o presidente. “É preciso envolver todo mundo. Ninguém pode ficar fora. Nem o pastor mais sectário pode ficar fora desse processo”, disse.

Lula ainda defendeu em



Lula reuniu chefes de outros poderes, governadores e prefeitos para discutir a violência nas escolas

seu discurso a necessidade de os professores analisarem a saúde mental das crianças nas escolas, assim como a importância de os governos locais envolverem toda a comunidade na construção de medidas para enfrentar a violência nesses ambientes. “Por

isso tem que criar um comitê de prefeitos, de pais, de pastores. Nós temos que usar esse problema para resolver a violência nesse país”, afirmou.

O Ministério da Educação também disponibilizou aos prefeitos e governadores R\$ 200 milhões de recursos

do Programa de Ações Articuladas (PAA) para que sejam usados na implementação de núcleos psicossociais nos ambientes escolares. A pasta de Camilo também firmou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para instituir nas escolas ações da

chamada justiça restaurativa, que busca promover ciclos de construção de paz para a mediação de conflitos.

No início do mês, o governo Lula já havia lançado um edital de R\$ 150 milhões para a ampliação de rondas escolares em todo o país. O Executivo federal agora vai dar início a um processo de formação dos professores da rede pública para que aprendam a lidar com situações de crise nas salas de aula.

A reunião com prefeitos, governadores e os chefes dos Poderes estava prevista para acontecer inicialmente na cerimônia de 100 dias do governo Lula, mas acabou desmarcada. O convite às lideranças foi então reiterado durante a viagem oficial de Lula à China. Como mostrou o Estadão, o chamamento à classe política foi feito sob o apelo de realizar uma “reflexão nacional” sobre os ataques recentes nas escolas.

Atentados fizeram 93 vítimas em 20 anos

Dados do Instituto Sou da Paz evidenciam que, nos últimos 20 anos, pelo menos 93 pessoas foram vítimas de atentados em escolas. Os números ainda indicam o crescimento progressivo desses ataques ano a ano. Em sua fala ontem, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), disse que o país enfrenta uma “epidemia” de violência e radicalismo disseminado pelas redes sociais.

Na mesma toada adotada por Dino, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, defendeu que o Congresso avance nas discussões sobre a regulação das empresas de tecnologia pois teriam se tornado “terra de ninguém”.

Presente no encontro, Pacheco afirmou que o parlamento está comprometido em votar o tema.

“As redes sociais se sentem na terra de ninguém. Nós precisamos regular isso”, afirmou Moraes. “Se não houver uma autorregulação, ou uma regulação com certos standard, nós vamos ver a continuidade dessa organização nas redes para realizar ataques a escolas”, prosseguiu.

Após o encontro, Lula disse que “resumiria essa reunião na frase do (ministro) Alexandre de Moraes: ‘as pessoas não podem fazer na rede digital aquilo que é proibido na sociedade’”. “Não é possível que eu possa pregar

o ódio na rede social, fazer propaganda de arma, ensinando criança a atirar”, prosseguiu o presidente.

Moraes fez um dos discursos mais duros da reunião em defesa da regulação e responsabilização das redes sociais pelo conteúdo extremista que circula em seus domínios. Para Moraes, as plataformas digitais foram instrumentalizadas por grupos extremistas e precisam adotar medidas para reverter esse cenário

“Nós não teríamos o dia 8 de janeiro, porque tudo foi organizado pelas redes. As redes foram instrumentalizadas. Elas não podem dizer que não sabiam, porque agora elas sabem que foram

instrumentalizadas”, disse o presidente do TSE.

O ministro ainda disse que os grupos extremistas que fomentem ataques a escolas funcionam com o mesmo “modus operandi” das organizações que atuam contra a democracia. Ele defendeu à classe política que publicações com discursos racistas, fascistas, homofóbicos, nazistas e contra a democracia sejam automaticamente excluídos das plataformas e posteriormente sejam submetidos a análise quanto a sua gravidade. “O que as redes sociais fazem é ganhar em cima desse incentivo à violência e ao discurso de ódio. É preciso cessar isso”, completou.

COM PROTESTO DA OPOSIÇÃO

Rodrigo Pacheco adia CPMI dos atos golpistas

Levy Teles
Agência Estado

Com gritos de “vai ter CPMI”, parlamentares da oposição marcaram presença massiva em reunião de lideranças do Congresso Nacional que aconteceu na tarde de ontem, exibindo o desconforto com mais um adiamento da leitura do requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar os atos extremistas do 8 de janeiro.

Os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Bia Kicis (PL-DF) e o senador Marcos do Val (Podemos-ES) lideraram a ofensiva ante o presidente do Congresso e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que postergou o ato para o dia 28 de abril.

A decisão foi tomada após um encontro de Pacheco com líderes partidários do governo no dia anterior, que pedi-

ram adiamento da agenda, sob alegação que o piso salarial dos enfermeiros, precisaria passar antes por parecer da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A sessão da Casa iria avaliar vetos. A base bolsonarista cogita a obstrução ao governo para garantir a realização.

O descumprimento da palavra revoltou a oposição, que usa o tema como principal pauta contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A base de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pressiona desde março para que Pacheco dê início aos trabalhos da CPMI, que já tem o número mínimo de 1/3 de deputados e senadores para a abertura. Algumas pessoas gritaram “CPMI já” enquanto parlamentares falavam com a imprensa.

O acordo inicial definiu o dia 11 de abril como a data inaugural. A promessa foi quebrada após o presidente da Casa acompanhar a delega-

ção de Lula para a China, em viagem oficial. Já havia, naquele momento, desconfiança de deputados bolsonaristas de que pudesse haver um novo adiamento, já que Pacheco tinha uma viagem para Londres marcada na tarde do dia 18, para participar de um evento do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE).

O Republicanos é um dos partidos que geraram atrito com a oposição. O líder da legenda, Hugo Motta (PB), pediu adiamento. “Por que o partido Republicanos assinou junto com partidos da base do Lula um ofício ao Pacheco pedindo adiamento da sessão conjunta? Não havia um posicionamento de jamais ser base do Lula? Espero que os 27 deputados do Republicanos que ainda não assinaram a CPMI, repensem”, escreveu o deputado André Fernandes (PL-CE), autor do requerimento.

Os bolsonaristas chega-

ram cedo ao Congresso para garantir quórum para a abertura da sessão do Congresso. Mesmo atendendo aos requisitos mínimos para começar a sessão, Pacheco prosseguiu com o adiamento. O governo ainda não conseguiu esvaziar as assinaturas do requerimento da CPMI. Pouco mais de uma dezena de deputados e senadores optaram por retirar a assinatura do requerimento enquanto ainda outros parlamentares aderem ao movimento.

Poucos antes de Pacheco tomar a decisão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente, disse que seria uma situação “muito ruim, constrangedora, de que a palavra não fosse cumprida”. Ele ainda garantiu que a oposição aumentará o enfrentamento ao governo. “Não sendo possível, certamente na Câmara e no Senado haverá um trabalho de obstrução, dificuldade de aprovação de matérias”, afirmou.

GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023
PROCESSO Nº 19.000.000746.2021

OBJETO/ÓRGÃO(S): REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, destinado aos DIVERSOS HOSPITAIS - MPF, HGM, HRQ, HRDJC, HEETSHL, CSCA e HRETGC.
DATA E HORÁRIO: 04/05/2023 às 09h00 (horário de Brasília).
PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://www.gov.br/compras> - (compras.gov.br) UASG Nº 925302
O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica, para conhecimento dos interessados que, nos termos da lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe.
Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites <https://www.gov.br/compras>, www.centraldecompras.pb.gov.br, ou através do e-mail: gelic03@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. (83) 3208-9839. Cadastro da CGE nº 23-00598-7

João Pessoa, 18 de abril de 2023.

Diego de Almeida Santos
Gerente Executivo de Licitação

GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – 2ª CHAMADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 295/2022
PROCESSO Nº 16.000.000019.2021

OBJETO/ÓRGÃO(S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES MAGNÉTICO, OU TECNOLOGIA SIMILAR, EM PVC, EQUIPADO COM MICROPROCESSADOR COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, PARA ATENDER OS TERMOS POSTOS PELOS PROGRAMAS “INCLUIR PARAÍBA” E “ATER RAÇAS NATIVAS”, destinado à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS, conforme edital e anexos.
DATA E HORÁRIO: 04/05/2023 às 09h00 (horário de Brasília).
PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://www.gov.br/compras> - (compras.gov.br) UASG Nº 925302
Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS GOV.BR: 902952022
O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica, para conhecimento dos interessados que, nos termos da lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe.
Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites <https://www.gov.br/compras>, www.centraldecompras.pb.gov.br, ou através do e-mail: gelic09@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. (83) 3208-9839. Cadastro da CGE nº 23-00395-8

João Pessoa, 18 de abril de 2023.

Diego de Almeida Santos
Gerente Executivo de Licitação

GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 292/2022
PROCESSO Nº 23.901.000068.2022

OBJETO/ÓRGÃO(S): AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA DETENTOS SOB CUSTÓDIA DO CBMPB, CURSOS DE FORMAÇÃO DA CORPORACÃO EVENTOS FORA DA ROTINA ORDINÁRIA, destinado ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - CBMPB, conforme edital e anexos.
DATA E HORÁRIO: 04/05/2023 às 09h00 (horário de Brasília).
PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://www.gov.br/compras> - (compras.gov.br) UASG Nº 925302
O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica, para conhecimento dos interessados que, nos termos da lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe.
Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites <https://www.gov.br/compras>, www.centraldecompras.pb.gov.br, ou através do e-mail: gelic05@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. (83) 3208-9839. Cadastro da CGE nº 22-02582-8

João Pessoa, 18 de abril de 2023.

Diego de Almeida Santos
Gerente Executivo de Licitação

GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 292/2022
PROCESSO Nº 55000.005988.2022 – 17, 55002.000531.2022 – 98 55000.012568.2022 – 89
REGISTRO NA CGE Nº 23 / 00338 – 8
DATA: 04 / 05 / 2023
HORÁRIO: 09h00
(HORÁRIO DE BRASÍLIA)
UASG: 925316

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, no dia 04 de maio de 2023, a partir das 09:00 horas, para AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB. CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO II DESTA EDITAL. foi adiado para a data acima.
O edital completo está disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br
Informações: C. P. L. - (83) 3315-3348 ou 3315-3412 .
Campina Grande - Pb, 18 de abril de 2023.

Rosália Alves Monteiro
Pregoeira

R. K. HOLDING LTDA – CNPJ 26.480.071/0001-22, torna público que requereu a SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente de Conde, a Licença Prévia e Instalação, para Construção de um Imóvel Residencial Unifamiliar, localizado no Lote 3, Quadra I, Loteamento Cidade Balneário Novo Mundo – Chacarás de Carapibus - Conde-PB.

GUERRA NA UCRÂNIA

Planalto vê exagero sobre fala de Lula

Assessor da Presidência do Brasil, Celso Amorim, rebateu porta-voz dos EUA por criticar declaração do presidente

Gabriela Lima
Agência Estado

O assessor internacional da Presidência, Celso Amorim, afirmou que o porta-voz do Conselho de Segurança dos Estados Unidos, John Kirby, exagerou ao falar da posição de Lula sobre a guerra na Ucrânia.

“Há exageros na maneira de interpretar. A gente tem vários pontos de convergência, mas em vários momentos o Brasil, no atual governo, condenou a invasão na Ucrânia”, disse Amorim em entrevista a a GloboNews.

Após o presidente Lula voltar a dizer que tanto Kiev quanto Moscou são responsáveis pelo conflito e culpar potências do Ocidente de colaborarem com a guerra, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos afirmou que “o Brasil está repetindo a propaganda da Rússia sem olhar para os fatos”.

“Não podemos fazer um drama em torno disso”, disse Amorim. Para ele, os EUA precisam passar a olhar para o futuro. “Se você quer mesmo contribuir para a paz, você tem que entender o problema no seu contexto. E acho que é o que o presidente Lula busca fazer”.

Sem alinhamento

O assessor internacional da Presidência, Celso Amorim, disse que o Brasil não quer alinhamento total com nenhuma po-

“Se você quer mesmo contribuir para a paz, você tem que entender o problema no seu contexto”

Celson Amorim

tência e que o país é “grande o suficiente para participar da criação de um mundo multipolar”.

Sobre a guerra na Ucrânia, Amorim criticou países que afirmam ser necessário “derrotar a Rússia” e compara a questão com o que aconteceu com a Alemanha após o Tratado de Versalhes. “Não há nada ideológico nisso. O objetivo sempre foi alcançar a paz”, disse o assessor.

Ele também reconheceu a importância da posição norte-americana durante as eleições quando elas foram questionadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas que esse fato não obriga o presidente Lula a seguir as mesmas posições dos EUA nas questões internacionais.



Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

O assessor internacional da Presidência, Celso Amorim, disse que o Brasil não quer alinhamento total com nenhuma potência

G7 promete postura dura contra Moscou

Agência Estado

Os principais diplomatas do G7, grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo, prometeram se unir em uma frente contra a invasão da Ucrânia pela Rússia. Com o encerramento de suas reuniões, no Japão, o grupo divulgou um comunicado em que afirma estar comprometido em ampliar as sanções contra Moscou.

“Não pode haver impunidade para crimes de guerra e outras atrocidades, como

os ataques da Rússia contra civis e infraestrutura civil crítica”, diz o texto. “Continuamos comprometidos em intensificar as sanções contra a Rússia, coordenando e aplicando-as totalmente”, afirma o comunicado, que ainda reforça o apoio “pelo tempo que for necessário” à Ucrânia

O comunicado do G-7 também inclui palavras fortes destinadas a conter o que os ministros veem como uma crescente agressividade chinesa e norte-coreana no nor-

deste da Ásia. Recentemente, a China enviou aviões e navios para simular um cerco a Taiwan. Já a Coreia do Norte testou cerca de 100 mísseis desde o início do ano passado.

O documento dos ministros das Relações Exteriores foi preparado como um modelo para os líderes globais usarem na cúpula do G-7, que será realizada em Hiroshima em maio. O texto ainda menciona Irã, Mianmar, Afeganistão e a proliferação nuclear como “graves ameaças”.

■ No encerramento de reuniões, no Japão, o grupo de diplomatas divulgou um comunicado em que afirma estar comprometido em ampliar as sanções contra Moscou

Ucrânia convida presidente brasileiro para visitar o país

Ana Luiza Antunes
Agência Estado

Após a repercussão das recentes declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a Guerra na Ucrânia durante viagem à China e Emirados Árabes, além da recepção formal em Brasília ao chanceler russo, Serguei Lavrov, o porta-voz da diplomacia ucraniana, Oleg Nikolenko, refez o convite para que o presidente brasileiro vá a Kiev de modo a “compreender as reais razões” da guerra e a “essência da agressão russa”.

O pedido da Ucrânia foi reforçado depois de o ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguei Lavrov, na segunda-feira (17) formalizar convite do presidente russo, Vladimir Putin, para Lula participar do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (SPIEF), previsto para junho.

Em entrevista a jornalistas na saída do Palácio da Alvorada, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, confirmou que Lula recebeu o convite. “O presidente recebeu o ministro Lavrov para uma visita de cortesia. O ministro Lavrov foi portador de uma carta de Putin para Lula para ir à Rússia para o fórum econômico de São Petersburgo”, disse.

A tensão sobre o tema cresceu após o ministro e Lula terem recebido a visita de uma comitiva russa liderada pelo chanceler nessa segunda. Lavrov destacou que Brasil e Rússia partilham da mesma visão sobre a guerra.

Vieira, por sua vez, em resposta aos comentários do governo dos EUA, disse não concordar “de forma alguma” que o país estaria alinhado aos russos, destacando que as duas nações possuem uma “história em comum”.

Reações

Quando ainda estava em solo chinês, Lula afirmou em coletiva de imprensa que era preciso que os Estados Unidos parassem de “incentivar a guerra”. A mesma opinião foi proferida em relação à União Europeia. Tanto a reação da Casa Branca quanto da UE foram duras, e o porta-voz de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby, disse que o petista estava “reproduzindo propaganda russa e chinesa” com uma abordagem “profundamente problemática”.

Já o porta-voz da Comissão Europeia, Peter Stano, disse que as ações do bloco não alimentaram o conflito. “A verdade é que a Ucrânia é vítima de uma agressão ilegal que viola a Carta das Nações Unidas”, disse.

Em outro momento, já em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, Lula voltou a comentar sobre o conflito e repetiu o argumento que proferiu em maio de 2022, ao atribuir a responsabilidade do confronto entre Rússia e Ucrânia a ambos os países.

O presidente da Representação Central Ucraniano-Brasileira, por sua vez, divulgou um comunicado pedindo para o Brasil “não traia” as esperanças dos brasileiros descendentes de ucranianos que moram no país.

DECISÃO DA JUSTIÇA

Rússia mantém prisão de jornalista americano acusado de espionagem

Agência Estado

Um juiz russo rejeitou um recurso do repórter do Wall Street Journal, Evan Gershkovich, contra a decisão de mantê-lo detido antes de seu julgamento por acusações de espionagem.

Gershkovich, 31, é o primeiro jornalista americano a ser detido na Rússia por acusações de espionagem desde o fim da Guerra Fria e, se considerado culpado, pode pegar até 20 anos de prisão.

O serviço de segurança FSB da Rússia o acusou de coletar segredos de Estado sobre os militares da Rússia para o benefício da inteligência dos EUA, acusações que foram condenadas como políticas e infundadas.

As audiências em seu caso estão sendo realizadas em sessões fechadas devido à natureza das acusações, mas a Justiça permitiu câmeras no tribunal antes do início da audiência de terça-feira. O tribunal estava decidindo apenas sobre a decisão de manter Gershkovich em prisão preventiva, não sobre o mérito do caso.

Foi a primeira vez que o mundo viu imagens de Gershkovich desde sua prisão no final de março. O repórter estava vestindo jeans e camisa xadrez e dentro de uma caixa de vidro conhecida informalmente como

“aquário”, onde os réus em processos judiciais russos costumam ser mantidos. Ele parecia calmo e foi fotografado sorrindo. Marcas em um de seus pulsos pareciam mostrar onde ele havia sido algemado.

Em seguida, os jornalistas foram conduzidos para fora da sala para aguardar a notícia da decisão. Gershkovich foi condenado a permanecer em prisão preventiva até 29 de maio, e as autoridades podem estender esse período.

A sua equipe jurídica ofereceu fiança de 50 milhões de rublos (R\$ 3 milhões), paga pelo Dow Jones, dono do Wall Street Journal, para libertá-lo ou colocá-lo em prisão domiciliar, disse sua advogada Tatiana Nozhkina a repórteres após a audiência. O tribunal rejeitou o pedido.

“Ele está em um estado de espírito combativo”, disse Nozhkina do lado de fora do tribunal. “Ele está pronto para se defender e mostrar que é inocente.”

Gershkovich está detido na prisão de Lefortovo em Moscou, que foi administrada pela KGB durante o período soviético e manteve vários dissidentes e outros prisioneiros importantes.

Nozhkina disse à Reuters que Gershkovich está lendo muita literatura clássica rus-

sa na prisão. Segundo a advogada, ele está lendo Guerra e Paz, de Liev Tolstoi, no original russo.

Lynne Tracy, embaixadora dos EUA na Rússia, visitou Gershkovich na segunda-feira, a primeira vez que diplomatas americanos tiveram acesso a ele desde sua prisão. “Ele está bem de saúde e continua forte. Reiteramos nosso pedido por sua libertação imediata”, disse Tracy em um comunicado.

Tracy também esteve no tribunal na terça-feira para observar os procedimentos. “Foi difícil para mim ver como um jornalista inocente é mantido nessas condições”, disse ela após a audiência

Quase imediatamente após a prisão de Gershkovich, várias autoridades russas de alto escalão anunciaram sua culpa, aumentando a sensação de que o caso tinha motivação política. Poucas horas após a prisão, Dmitri Peskov, porta-voz do presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou que Gershkovich havia sido pego “em flagrante”.

O Wall Street Journal e as autoridades americanas negaram veementemente as acusações, e várias organizações de direitos humanos e meios de comunicação pediram sua libertação.

TENSÃO EM TAIWAN

China e EUA colocam mais pressão na UE

Agência Estado

A Europa está cada vez com mais dificuldade de evitar tomar um posicionamento claro sobre a questão de Taiwan. A declaração do presidente francês, Emmanuel Macron, durante visita recente à China, de que a União Europeia (UE) não deverá seguir o posicionamento dos Estados Unidos sobre o assunto que provocou uma agitação nos EUA e em partes da Europa.

O incidente também expôs o grau em que a Europa evitou discussões para adotar uma abordagem comum da UE para uma possível crise, com a escalada das hostilidades entre Estados Unidos e China no Estreito de Taiwan.

As tensões EUA-China sobre Taiwan “não estavam no radar de muitos países europeus menores até recentemente”, disse o diplomata alemão Wolfgang Ischinger, que presidiu a Conferência de Segurança de Munique até 2022. As capitais europeias, afirmou ele, preferiram contornar um problema tão grande e complicado.

Selic Fixado em 22 de março de 2023 13,75%	Sálário mínimo R\$ 1.320	Dólar \$ Comercial +0,78% R\$ 4,976	Euro € Comercial +1,13% R\$ 5,459	Libra £ Esterlina +1,17% R\$ 6,184	Inflação IPCA do IBGE (em %) Março/2023 +0,71 Fevereiro/2023 +0,84 Janeiro/2023 +0,53 Dezembro/2022 +0,62 Novembro/2022 +0,41	Ibovespa 106.163 pts +0,14%
--	---	--	--	---	--	--

SALONE DEL MOBILE

Na Itália, empresas da PB buscam ampliar negócios

País é o 3º maior mercado consumidor de móveis paraibanos, segundo o CIN

Thadeu Rodrigues
thadeu.rodriguez@gmail.com

Empresas paraibanas estão participando da Semana de Design de Milão, na Itália, dentro de uma ação que visa expandir o cenário de exportações do Brasil. No setor de mobiliário, empresários locais integram a comitiva do Projeto Setorial Brazilian Furniture, no 61º Salone del Mobile Milano, iniciativa organizada pela Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). De acordo com o Centro Internacional de Negócios da Paraíba (CIN-PB), a Itália é o terceiro maior mercado consumidor de móveis paraibanos.

A empresa paraibana Cabanna Móveis está presente no evento pela terceira vez. De acordo com o diretor-executivo, Walker Cunha Filho, essa é uma oportunidade de realizar o posicionamento de marca. “Estar no mesmo lugar em que as melhores marcas do mundo estão presentes, é algo muito importante para o nosso crescimento”. A empresa já realiza operações de exportações e pretende ampliar os negócios com a participação em feiras internacionais.

Conforme o analista corporativo do CIN-PB, Tainã Fernandes, a Paraíba exporta móveis de madeira, móveis de metal e móveis de madeira para cozinhas. Os principais mercados consumidores são Estados Unidos, Bolívia e Itália. Segundo ele, a participação em eventos no exterior é fundamental para iniciar o processo de comércio com outros países.

“Nenhuma empresa consegue levar seus produtos imediatamente para mercados estrangeiros. É preciso saber como fechar os negócios, estudar a questão cultural de cada país. No caso da Itália, por exemplo, é válido entender a forma de negociação. O CIN-PB organiza mis-

sões empresariais e dá apoio aos empresários que querem ingressar nessa modalidade”, afirma Tainã Fernandes.

O CIN-PB representou a Federação da Indústria do Estado da Paraíba (Fiep) no ano passado, em um evento regional sobre exportações para impulsionar os empresários a expandir o comércio. “O primeiro passo é buscar uma vitrine internacional para seus produtos, sobretudo, no caso de móveis de design. É muito importante que os produtos sejam vistos, apreciados e destaquem o nome da Paraíba, até que sejam exportados”.

Comércio exterior

A empresa Real Marcenaria está participando do 61º Salone del Mobile Milano como visitante. O empresário Leonardo Ferreira está no local visitando os stands e conhecendo o evento, em preparação para o comércio exterior. De acordo com o sócio dele, João Paulo Ferreira, desde o ano passado, a empresa está voltada a trabalhar no mobiliário de decoração e alto valor agregado.

“A nossa participação como fabricantes de móveis é buscar inspiração, saber o que o mercado consome e se atualizar. Todas essas tendências são replicadas mundo afora, nas mais diversas áreas de atuação”, comenta João Paulo Ferreira.

Ele destaca que a empresa está contratando o serviço de consultorias para obter a qualificação necessária para vender a consumidores de outros países. “Estamos nos qualificando para o mercado internacional e entendendo as normas de acordos comerciais. Ainda precisamos dar mais robustez ao nosso departamento comercial para prospectar clientes”.

O diferencial da empresa, nos produtos produzidos com foco no mercado externo, é a criação de peças que retratem a identidade cultural da Paraíba. “Queremos



Leonardo Ferreira representa a Real Marcenaria em Milão

conferir uma identidade cultural e regional, algo que não seja plagiado”, destaca. A Real Marcenaria tem uma linha chamada Fogareiro, inspirada em cerâmica utilitária e decorativa de Serra Branca, no Cariri paraibano.

A agenda do Brazilian Furniture começou ontem, quando houve um encontro entre os presidentes da Abimóvel, Irineu Munhoz, e da ApexBrasil, Jorge Viana, com o embaixador Hadil da Rocha-Viana, cônsul-geral do Brasil em Milão. O evento possibilita a discussão de estratégias para promover a imagem do Brasil no exterior, fortalecendo a indústria nacional.

“
A nossa participação como fabricantes de móveis é buscar inspiração, saber o que o mercado consome

João Paulo Ferreira

Sebrae lança projeto Foresight no estado

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apoia a participação brasileira na Semana de Design de Milão. Na semana passada, a entidade escolheu a Paraíba para a implantação do projeto Foresight no setor da indústria moveleira. O estado é pioneiro em receber ações conjuntas, desenvolvidas pelo Sebrae-PB, entidades parceiras e empresários do ramo, para impulsionar os negócios do segmento no estado.

Conforme o superintendente do Sebrae-PB, Luiz Alberto Amorim, o Foresight é uma oportunidade para o alcance de novos mercados, a partir de ações de inovação na gestão e no uso de novas tecnologias para o setor. Segundo ele, o objetivo é preparar as empresas inclusive para o mercado exterior.

O coordenador de indústrias e conexões corporativas do Sebrae Nacional, Renato Perlingeiro, reforçou o potencial do mercado moveleiro

paraibano para a implantação do projeto. “O Foresight é uma metodologia, um evento de reunião de governança e definições de prioridades (tecnológicas, de melhoria de processos e desenvolvimento de pessoas) que a gente constrói junto e intervém de forma coletiva nessa cadeia para que possamos promover um desenvolvimento de médio a longo prazo nesse setor. A gente sabe que o setor moveleiro da Paraíba já tem uma ação dinâmica e enxergamos

um espaço grande”, frisou.

O consultor do Sebrae e especialista do Centro Tecnológico Cosmob, na Itália, Emílio Beltrami, afirmou que o objetivo é traçar metas e ações para contribuir com a expansão do setor. “O Foresight é uma previsão tecnológica para definir o seu produtor e quais tecnologias novas que podemos levar em consideração para melhorar o desempenho dos pequenos e médios negócios”, completou.

Pegada Digital

José Maria Mendes
@zewan | Colaborador

O mais puro frescor do orgânico

Na véspera do Dia dos Namorados em 2015, O Boticário lançou um anúncio com o intuito de ativar a lembrança de marca de um dos seus produtos ante a data comemorativa. Prática muito comum para esse tipo de anunciante, o vídeo mostrava, em seu início diversas pessoas que se preparavam para a comemoração. Em seu final, é mostrado que, além de casais heterossexuais, havia, entre os protagonistas, dois casais homossexuais. A partir da controvérsia do “abraço gay” iniciou-se um processo de discussão em torno da legitimidade ou objetivo daquela representação.

Legitimar (ou não) o relacionamento homoafetivo, apesar do anacronismo da sua existência em pleno século 21, ainda é uma arena na qual muitos atores sociais expostos à afirmação “somos a favor de toda forma de amor” - implicada na narrativa e corroborada pela trilha sonora de Lulu Santos - querem/precisam participar. Uma afirmação transformada em pergunta pelo tecido social: “e você/eu, também?”.

Se esta pergunta surge é devido a luta por legitimidade inerente a temática, a qual se torna mais explícita quando o campo religioso se vê impingido a comentar. Frases como “Homossexualismo como comportamento e não condição”, “família milenar, macho e fêmea”, “boicote às marcas que promovem a causa gay”, foram colocados em pauta no vídeo “Pastor Silas Malafaia critica propaganda de O Boticário”, aquecendo ainda mais a disputa.

A posição de “influenciador às avessas” do pastor - dependendo do ponto de vista, claro - fica bem evidente na observação feita por nós no YouTube. Dentre os vídeos postados discutindo a comunicação d’O Boticário, muitos deles têm em seu título a menção tanto do nome da marca quanto do pastor (exemplo: “Caso “ O Boticário”: blogueira cristã desafia Malafaia!”), prova de que sua entrada no processo trouxe fôlego renovado às discussões e do quão dinâmico pode ser esse processo de ressonância cíclica sem parâmetros de fechamento e controle de sentido sendo impostos pela instância que iniciou esse processo de conversação, no caso a empresa O Boticário.

De todo modo, há de se supor que as vozes dissonantes eram esperadas pela configuração estratégica da empresa ao lançar a campanha. Pode-se supor que esta aguardava que os conectores centrais em oposição aos relacionamentos homoafetivos, a exemplo do referido pastor, pudessem se manifestar e, sucessivamente, outros atores, tanto favoráveis quanto contra, já que a medida do apelo à controvérsia é a expansão da conversação, como já abordamos em coluna anterior. Ainda assim, não há nenhuma garantia que a estratégia se atualize, ou em quais atores e em que medida, o que descaracteriza esse uso intencional da temática sensível como recurso de operação ligado à empresa, pois seus efeitos práticos não estão previamente subscritos. Ou seja, aqui, no orgânico - último paradigma de relacionamento entre empresas e influenciadores que iremos colocar - está-se operando no descontrole total, posição interativa de extremo valor, diga-se.

Também conhecido como mídia ganha, o orgânico nas redes sociais atualiza-se por contornos que podem afastá-lo das meras estatísticas de aprovação ou não de uma campanha ou produto/serviço, ampliando seu caráter de simples divulgação ou de conversação aleatória. Neste paradigma, a intencionalidade do youtuber ao escolher aquela pauta por ser relevante para seu público, reveste de convicção a estratégia ao aleatório cunhada pela controvérsia publicitária. Seu ato voluntário de se posicionar visa o engajamento e a identificação com a audiência, lapida sua imagem como influenciador e, portanto, sustenta a sua posição de conector perante seu público.

Sendo assim, mesmo diante das implicações funcionais de marca refratadas na comunicação, é importante analisar que, ao postarem no YouTube suas paródias, depoimentos e opiniões sobre o vídeo d’O Boticário, atores como LubaTV (“Charlie, Charlie, O Boticário me fez gay!”), não perdem seu potencial de representar e, a partir de si, deixar-se representar.

Abrir-se ao descontrole e deixar o creator... criar: eis a chave para fazer um trabalho eficaz com influenciadores digitais!

Parece algo tranquilo de ser atingido, mas, no mundo corporativo em que as ações precisam estar alinhadas a posicionamentos, propósitos e valores, tal abertura acaba virando uma fresta. Mas elas existem, e só elas para permitirem o puro frescor do orgânico - Egeo, fragrância Vanila Vibe - passar...

PRODUTOS IMPORTADOS

Governo recua e mantém isenções

Decisão do presidente Lula beneficia as transações entre pessoas físicas para encomendas do exterior até US\$ 50

Thaís Barcellos e
Antonio Temóteo
Agência Estado

O governo voltou atrás e decidiu manter a isenção de tributação para encomendas do exterior sem fins comerciais entre pessoas físicas até US\$ 50. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na segunda-feira (17), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu que se tentasse resolver primeiro o problema de sonegação com medidas administrativas, aumentando o poder de fiscalização da Receita Federal.

“O governo vai manter isenção de pessoa física para pessoa física. Na verdade, estão usando brecha para burlar a lei. A Receita queria fechar essa brecha. O presidente falou para atuar administrativamente primeiro para não prejudicar quem de boa-fé está usando essa regra”, disse Haddad, em conversa rápida com jornalistas na saída do Ministério da Fazenda. “Estava gerando confusão de que isso poderia prejudicar pessoas de boa-fé que recebem encomendas do exterior até esse patamar e o que está sendo usado para burlar essa regra, que é o que uma empresa particular está fazendo nesse momento”, completou, sem citar nomes.

Haddad afirmou que está estudando como outros países lidam com o tema para adotar novas medidas no Brasil.

Sobre a expectativa de arrecadação de R\$ 8 bilhões com o fim da isenção, Haddad disse que vai depender dessas novas medidas, mas admitiu que vai ficar mais difícil. “Vai ficar mais difícil, mas vamos verificar uma forma de fiscalização administrativa mais eficaz.”

O ministro ainda afirmou que a Ali Express e a Shopee disseram que concordam com as medidas do governo porque consideram que é prática desleal e não querem se confundir com quem está cometendo crime tributário. Já a Shein não entrou em contato, segundo Haddad.

Em carta endereçada à Haddad, o cofundador e diretor global de Operações do Grupo Sea, controlador da Shopee, Gang Ye, declarou apoio à proposta do Ministério da Fazenda de acabar com a isenção de impostos sobre encomendas internacionais de até US\$ 50 entre pessoas físicas.

Gang Ye afirmou na carta que 85% das vendas intermediadas atualmente pelo Shopee são entre vendedores brasileiros e consumidores brasileiros. Os outros 15% são importados e, segundo ele, pretendem reduzir e substituir por ofertas locais competitivas.

700 MIL PASSAGEIROS

Temporada de cruzeiros injeta R\$ 3,6 bi na economia

Ana Cristina Campos
Agência Brasil

A temporada de cruzeiros 2022/2023 entra em sua reta final, consolidando-se como a maior dos últimos 10 anos, com a estimativa de 650 mil a 700 mil passageiros embarcados, mais de quatro vezes acima da anterior, que teve menos navios e menor período de navegação.

Segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), a temporada atual, que termina em abril, gerou cerca de 48 mil empregos, trazendo impacto econômico de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, crescimento de 240% em relação a 2021/2022. O valor engloba tanto os gastos diretos, indiretos e induzidos das companhias marítimas, quanto os gastos de cruzeiristas e tripulantes.

Os navios Costa Firenze, Costa Fortuna, Costa Favolosa, MSC Armonia, MSC Fantasia, MSC Musica, MSC Preziosa, MSC Seashore e MSC Seaview formam o grupo de nove embarcações de cabotagem que partiram dos portos de Itajaí (SC), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Santos (SP), com escalas em 17 destinos, incluindo Buenos Aires, Montevidéu e Punta del Este, que voltaram aos roteiros depois de um período de restrições.

De acordo com a Clia Brasil, a temporada 2022/2023 também marcou a volta do Brasil à rota de importantes

companhias marítimas de todo o mundo, com 35 navios de longo curso fazendo paradas em 45 destinos localizados em 15 estados, como Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros.

O presidente da Clia Brasil, Marco Ferraz, disse que comemora avanços e conquistas nesta temporada, a maior da década, com as portas abertas para a próxima, que deve ser a maior dos últimos 11 anos.

“Estamos trabalhando muito pelo presente e pelo futuro do setor, e isso engloba a busca de novos destinos,

com alguns já confirmados para 2023/2024, melhorias na infraestrutura, nos custos, no ambiente de negócios do Brasil, além investimentos em sustentabilidade rumo à meta de diminuir as emissões de carbono em 40% até 2030 e zerá-las até 2050, entre outras coisas”, afirmou, em nota.

Temporada 2023/2024

Para a temporada 2023/2024, prevista para ter navegação de outubro a maio, o setor tem perspectivas positivas, com a expectativa de ofertar 840 mil leitos, crescimento de 6% em relação à temporada atual, e injetar cer-

ca de R\$ 3,9 bilhões para a economia brasileira.

Segundo a CLIA Brasil, serão nove navios, como em 2022/2023, mas com capacidade maior. Entre as novidades, está a confirmação de Paranaguá (PR) como porto de embarque, além da possibilidade de estreia de destinos catarinenses, com escalas-teste em Penha e em São Francisco do Sul, além do trabalho de mais de longo prazo para viabilizar outras cidades, como Vitória.

A próxima temporada também terá 35 navios de longo curso, que farão paradas em 47 destinos de 15 estados,

como Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

“Nosso foco é que a indústria de cruzeiros continue crescendo, impactando positivamente a economia do país, de toda comunidade envolvida na nossa atividade, toda cadeia de turismo, como agências de viagens, operadoras de turismo, hotéis, gastronomia, atrações, entre outros, além dos destinos que recebem os navios”, disse Marco Ferraz.



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Período foi o melhor dos últimos 10 anos, com número de passageiros quatro vezes acima da temporada anterior

TAXAS ALTAS

Bancos farão estudo sobre juros do rotativo do cartão

Wellton Máximo
Agência Brasil

Os bancos entregarão um cronograma de estudos ao governo e ao Banco Central (BC) sobre as causas dos juros altos no rotativo do cartão de crédito, disse na segunda-feira (17) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele reuniu-se com representantes de instituições financeiras para discutir uma solução para as taxas dessa modalidade, que

estão em 417,4% ao ano, segundo o BC.

Segundo Haddad, o primeiro encontro, que durou cerca de uma hora, serviu apenas para traçar um diagnóstico do setor. O ministro prometeu apresentar um estudo em breve e o envolvimento do BC nas discussões.

“Estávamos com quatro ou cinco CEOs [presidentes-executivos] de bancos aqui, não só a Febraban [Federação Brasileira de Bancos]. Vamos envolver o Ban-

co Central nas discussões. Eles vão entregar um cronograma de apresentação de um estudo [para os juros do rotativo]. Eu pedi celeridade, eles pediram para envolver o BC porque tem a regulamentação do produto”, afirmou Haddad após a reunião no Ministério da Fazenda.

Estiveram presentes no encontro, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, e o ex-deputado federal Rodrigo Maia, presidente da Confederação Nacional das Ins-

tituições Financeiras (CNF). Eles estavam acompanhados de presidentes de quatro bancos: Octavio de Lazzari (Bradesco), Milton Maluhy (Itaú-Unibanco), Mario Leão (Santander Brasil) e Cristina Junqueira (Nubank).

De acordo com Haddad, a discussão não é simples porque a indústria de cartões de crédito tem muitos atores envolvidos: “São muitos interlocutores: bandeira, maquininha, bancos e lojistas”.

Logo após a reunião com as instituições financeiras, Haddad seguiu para o Palácio da Alvorada, acompanhado do secretário-executivo da Fazenda, Gustavo Galípolo; e do secretário da Receita Federal, Robson Barreirinhas, para uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Questionado se o encontro seria sobre a entrega do texto do novo arcabouço fiscal ao Congresso, o ministro respondeu apenas: “Vamos saber agora.”

DIRETORIA

Caixa elege novos gestores e completa alta cúpula

Matheus Piovesana
Agência Estado

A Caixa Econômica Federal (CEF) informou na segunda-feira (17) que Marcelo Ângelo de Paula Bonfim foi eleito vice-presidente de Governo, e Sérgio Eduardo Mendonça, vice de Pessoas. Os dois completam a alta cúpula do banco público cerca de três meses após a posse

da presidente, Rita Serrano.

Bonfim é graduado em Direito, pós-graduado em MBA em Gestão Pública e é doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais. Ele foi presidente do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) entre dezembro de 2021 e fevereiro deste ano.

Antes disso, Bonfim foi funcionário da Caixa por

32 anos, ocupando funções como as de gerente-geral, gerente regional, superintendente regional e superintendente de rede em Minas.

Mendonça, por sua vez, é formado e pós-graduado em Economia. Foi secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Fazenda entre

janeiro e abril deste ano, já durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Antes disso, atuou no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e também na Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público da pasta. Ele foi ainda presi-

dente da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, em 2016.

As vice-presidências de Governo e de Pessoas eram as duas últimas com o comando ainda em aberto na gestão de Serrano. As demais já haviam sido preenchidas, e na maior parte delas, assumiram as cadeiras empregados de carreira da Caixa.

■ **Governo está estudando como outros países lidam com o tema para adotar novas medidas no Brasil**

RIOS JAGUARIBE E TIMBÓ

Defesa Civil faz desassoreamento

Ação integra a “Operação Inverno”, iniciada em fevereiro pela PMJP, para reduzir os danos causados pelas chuvas

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec-JP) dá continuidade ao cronograma de limpeza e desassoreamento dos rios da capital, ação que faz parte da ‘Operação Inverno’, iniciada em fevereiro pela Prefeitura de João Pessoa, para reduzir os danos causados pelas chuvas. As equipes da Compdec-JP chegaram esta semana aos trechos dos rios Jaguaribe e Timbó.

As máquinas da Defesa Civil estão limpando, desde a semana passada, trechos do Rio Jaguaribe nas proximidades da Avenida Xavier Júnior, em Cruz das Armas, e da BR-230, por trás da sede do ECC, e do Rio Timbó, nos Bancários. Assim que concluir o trabalho nesses trechos, elas seguem para outros bairros conforme o planejamento elaborado pela Compdec-JP no sentido de beneficiar todas as comunidades ribeirinhas da capital.

De acordo com o chefe da Divisão para Prevenção de Emergência e Desastres, Philipe Aires, o trabalho de limpeza dos rios não é feito aleatoriamente, mas dentro de um cronograma que possibilita o deslocamento das máquinas para outros trechos de rios e lagos que apresentem situações graves e necessitem de urgência na execução do serviço para garantir a

“
Estamos operando de maneira plena e constante, todos os períodos do ano

Kelson Chaves,

segurança da população.

“Esse trabalho é feito durante todo o ano dentro de um cronograma que atende a todas as comunidades e rios de João Pessoa. A ordem de prioridade é pré-estabelecida com base nos trechos que estão mais comprometidos, com a vegetação densa impedindo o fluxo das águas e o assoreamento causado pelos sedimentos que vêm se deslocando e se depositam no leito, como terra e lixo”, explicou Philipe Aires.

O coordenador da Defesa Civil, Kelson Chaves, destacou que esse serviço de limpeza e desassoreamento dos rios, tem beneficiado as comunidades ribeiri-



Dragagem já realizou o desassoreamento de 17.093 metros dos rios Jaguaribe, Cuiá, Cabelo, Mandacaru, Timbó e Gramame

nhas da capital, impedindo que as águas invadam as casas, reflete o compromisso da gestão do prefeito Cícero Lucena e do vice, Leo Bezerra, de cuidar da cidade e zelar pelo bem-estar da população, principalmente das áreas mais carentes.

“O Sistema de Proteção e Defesa Civil não para. Estamos operando de maneira plena e constante, todos os períodos do ano, independentemente do tempo bom ou mau tempo. A prevenção e mitigação têm sido primordiais para a obtenção dos bons resultados”, afirmou o coordenador da Compdec-JP. No ano passado a Defe-

sa Civil realizou a limpeza e desassoreamento de 17.093 metros de rios (Jaguaribe, Cuiá, Cabelo, Mandacaru, Timbó e Gramame), beneficiando as comunidades Tito Silva, Frei Damião, São José, Penha, Três Lagoas, São Rafael, Beira Molhada, Laranjeiras, Mangabeira, Cuiá, Vale das Palmeiras e Engenho Velho, dentre outras.

Operação Inverno

A Prefeitura de João Pessoa iniciou, no mês de fevereiro, a ‘Operação Inverno’ e tem feito uma série de ações preventivas para reduzir os danos causados pelas chuvas. Entre as atividades rea-

lizadas continuamente estão a limpeza de galerias pluviais, desassoreamento de rios, além da ação de desobstrução de todos os pontos de alagamento da cidade.

O Plano de Emergência da Prefeitura de João Pessoa conta com oito equipes da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), quatro equipes da Defesa Civil e três equipes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semam). Além de todo efetivo da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Semob-JP) e até 1000 agentes de limpeza da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (Emlur).

■ “Operação Inverno” tem feito uma série de ações preventivas para reduzir os danos causados pelas chuvas

“ACESSO A TODOS”

Hemocentro promove ações pelo Dia Mundial da Hemofilia em João Pessoa

Sara Gomes
fotos: Evandro Pereira

Na Paraíba existem 652 pacientes com distúrbios de coagulação, sendo 303 com hemofilia, no Brasil são 12 mil casos registrados, segundo dados do Ministério da Saúde. Para dar visibilidade ao tema, o Hemocentro da Paraíba realizou diversas ações alusivas em comemoração ao Dia Mundial da Hemofilia na manhã de ontem, no auditório da instituição.

O Hemocentro é o centro de referência no tratamento e diagnóstico da hemofilia, tanto é que o Laboratório de Coagulação e Hemoglobopatias é referência no Nordeste no diagnóstico da doença. Além disso, recebe do Ministério da Saúde e distribui os fatores de coagulação para todos os pacientes no estado

Com o tema “Acesso a todos - Prevenção de sangramentos como padrão global de atendimento” tem o objetivo de conscientizar os hemofílicos sobre a importância do tratamento preventivo como mostrar que a hemofilia não é uma doença incapacitante.

A programação contou com apresentações culturais, uma mesa-redonda sobre os avanços no tratamento da hemofilia no Brasil e recorte na Paraíba, palestra e encerrou com um lanche aos pacientes e seus familiares.

A abertura do evento ficou por conta do paciente hemofílico Guilherme Grangei-



Paraíba tem hoje 652 pacientes com distúrbios de coagulação

ro, 11 anos, e seu pai Benedito Antas, ao tocarem no violino a música Viva la vida de Coldplay. Às 10 horas, o poeta e cordelista Raniery Abrantes realizou uma homenagem aos hemofílicos. Em seguida ocorreu uma palestra do representante da Sociedade dos Hemofílicos da Paraíba, Océlio Alves.

Em sua fala, a hematologista e responsável técnica pelo Hemocentro da Paraíba, Sandra Sibebe Leite, contextualiza a situação da hemofilia no Brasil, explanando sobre a dificuldade de tratamento adequado nos últimos 40 anos, diferente da realidade de hoje. Foi graças aos hemofílicos que a política de sangue passou a ser mais rigorosa, tendo em vista o alto índice de contaminação de hemofílicos.

“Muitos hemofílicos morreram em consequência de HIV e hepatite C. Há 30 anos

a gente tinha que tratar os hemofílicos com crioprecipitado e plasma, hoje as crianças têm acesso a medicamentos com fatores recombinantes de última geração”, afirmou.

Sandra Sibebe lembra que tratou uma geração de crianças hemofílicas que não tinham o direito de brincar para não terem hemorragia. “A criança não podia jogar bola nem brincar na rua com seus colegas. Hoje as crianças podem fazer o que quiserem pois seus responsáveis podem levar a medicação preventiva para casa”, comparou. Os avanços no tratamento da hemofilia são tantos que os especialistas acreditam que a aplicação será subcutânea em um futuro próximo.

A diretora-geral do Hemocentro da Paraíba, Shirlene Gadelha, começa o seu discurso elogiando o auditório lotado de pacientes hemofílicos com seus familiares.

JOVEM APRENDIZ DOS CORREIOS

Programa já atendeu a 31 mil pessoas e mantém inscrições até sexta-feira

O começo da carreira é um momento desafiador, desde a hora de decidir a escolha da profissão até conseguir, de fato, uma vaga no mercado de trabalho. Para ajudar adolescentes e jovens de todo o país a se qualificarem para enfrentar as exigências da vida profissional, os Correios promovem há 13 anos o Programa Jovem Aprendiz, que está com inscrições abertas até sexta-feira (21).

Atualmente, a empresa possui em seus quadros 3.650 aprendizes, mas já passaram pela estatal mais de 31 mil jovens. Para mostrar como o programa tem feito diferença na vida de milhares de estudantes, o Blog dos Correios conversou com três aprendizes que estão próximos de encerrar o período de experiência na empresa. Confira abaixo os relatos das jovens:

Timidez superada

Aos 17 anos, Juliana (nome fictício) iniciou a vida profissional como aprendiz da área de gestão de pessoas dos Correios. Ela relata como a oportunidade dada pela empresa foi importante para a inserção profissional dos jovens no período pós-pandêmico. “Por conta do isolamento social, muitos adolescentes como eu foram prejudicados, principalmente na escola, mas os cursos oferecidos pelo Jovem Aprendiz

ajudaram muito”, destaca.

A timidez excessiva foi outra dificuldade superada por ela. “As aulas que tive no Senai e a vivência nos Correios me ajudaram a ter mais segurança para falar e me expressar. Hoje faço o lançamento na folha de pagamento das horas extras dos empregados, meu chefe revisa e assina depois. É uma responsabilidade grande”, afirma.

Atualmente, a jovem sonha em cursar psicologia após o término do contrato com os Correios. “O universo da psicologia me atrai porque gosto de aprender sobre o ser humano, quero entender como ele pensa”, conta.

Portas abertas

A estudante Karyna Isabella Maia, 17, quis ser aprendiz por acreditar que o programa abrirá portas para ela. “É uma oportunidade de ganhar experiência. Já passei por três departamentos, não foi muito tempo em cada um, mas já foi suficiente para crescer. Aqui eu trabalho mesmo, aprendo de verdade, e sinto que o que eu faço também é importante para a empresa”, orgulha-se.

Orgulho também é o que a jovem diz sentir por ter a passagem pelos Correios marcada no seu currículo. “Trabalhar aqui para mim é uma conquista muito grande. Eu tive essa experiência, sabe? É muito gratificante

poder responder: ‘você trabalha?’ Sim, eu trabalho nos Correios”, conclui a jovem que pretende cursar Direito e se tornar juíza.

Acolhimento

Para as três aprendizes, a conclusão é unânime: nos Correios, conquistaram não apenas bagagem profissional, mas sobretudo amadurecimento emocional. “Sinto-me acolhida aqui na empresa. A gestão é humana, entende que somos um todo complexo”, conta Beatriz Carvalho, 18, a mais velha delas.

Para Bia, como é carinhosamente chamada pelos colegas, a experiência de trabalhar nos Correios vai muito além da perspectiva laboral. “Os aprendizes dos Correios são como um diamante, sabe? Uma pedra preciosa que não quebra, mas arranha, sofre desgaste, e os Correios entendem isso. É muito bonito esse lado humano da empresa, muitas vezes não temos isso na escola ou em casa”, destaca a jovem.

A gerente corporativa Veronica Hitzschky Bastos confirma a relevância do programa. “É uma iniciativa que vai muito além da obrigação legal, ela faz a diferença tanto para nós, empregados, como para os aprendizes, que aprendem como funciona o mundo corporativo em uma empresa tão grande como os Correios”, conclui a gestora.

ENSINO AFRO-BRASILEIRO

70% das cidades não cumprem a lei

Segundo pesquisa, 53% fazem atividades pontuais e 18% não adotam qualquer ação relacionada à disciplina

Carolina Pimentel
Agência Brasil

Sete em cada 10 secretarias municipais de educação não realizaram nenhuma ação ou poucas ações para implementação do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas, conforme pesquisa divulgada ontem, em Brasília, pelo Instituto Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra.

O estudo ouviu, em 2022, gestores de 1.187 secretarias municipais de educação, o que corresponde a 21% das redes de ensino dos municípios, sobre o cumprimento da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino para o combate ao racismo nas escolas há 20 anos.

Os municípios são os principais responsáveis pela educação básica. Do total, constatou-se que 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes de atendimento à legislação; 53% fazem atividades esporádicas, projetos isolados ou em datas comemorativas, como no Dia da Consciência Negra (20 de novembro); e 18% não realizam nenhum tipo de ação. As secretarias que não adotam nenhuma ou poucas ações, juntas, somam 71%.

“Os municípios alegam como principais desafios, para implementação da lei, a ausência de apoio de outros entes governamentais e a falta de conhecimento de como aplicar a legislação. Há indicação do baixo engajamento ou a resistência de profissionais a esse tema. Temos algumas frentes que a gente pode incidir para implementação da lei”, explica a analista de políticas públicas do Instituto Alana, Beatriz Benedito.

Para os institutos, os dados

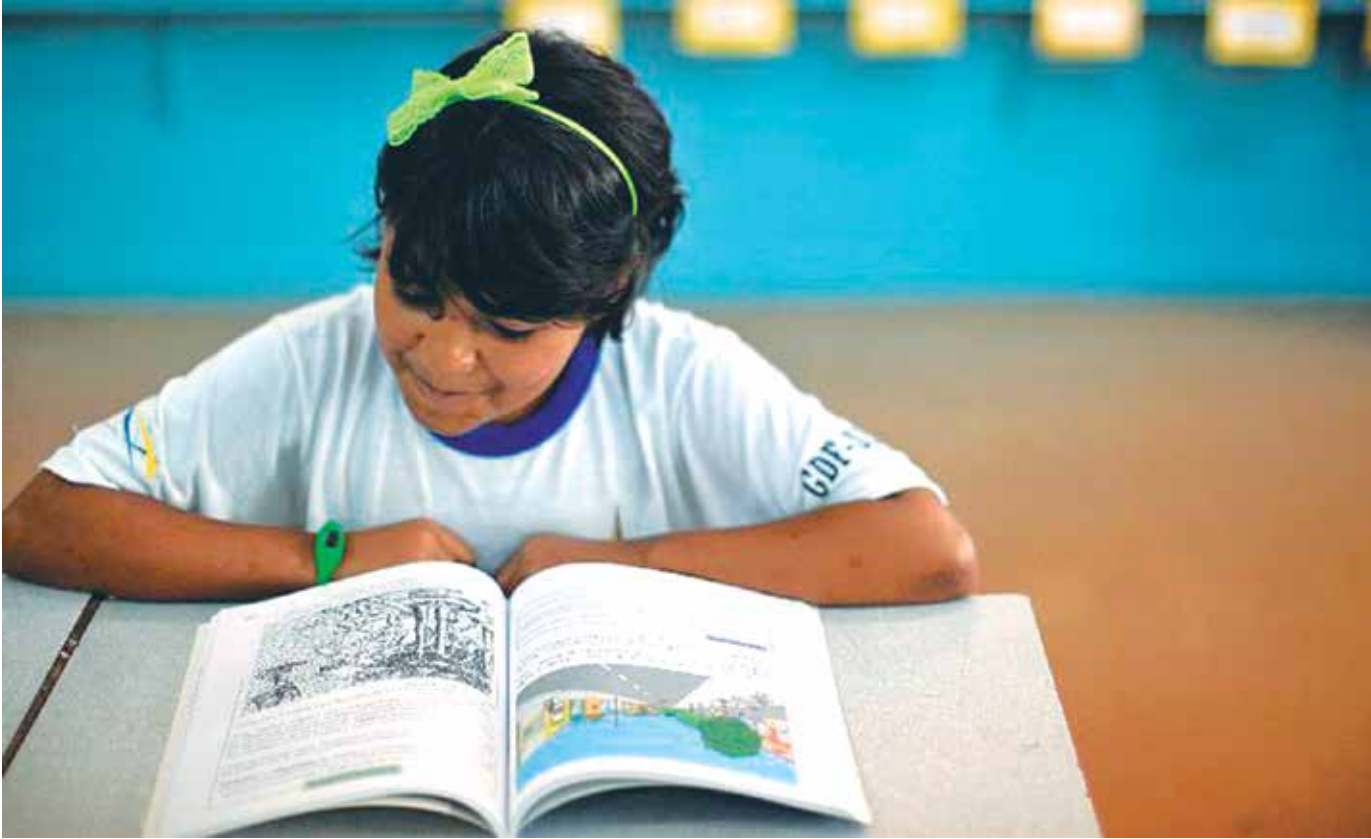


Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Constatou-se que 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes de atendimento à legislação; 53% fazem atividades esporádicas

mostram a necessidade de compromisso político para a norma ser efetivada, como ocorre nos municípios com ações estruturadas, em que há, por exemplo, regulamentos locais, recursos no orçamento, presença de equipe técnica dedicada ao tema e planejamento anual das atividades.

“(O resultado da pesquisa) mostra que não se leva a sério uma legislação, uma política pública. É compreensível que enfrentamos período longo sem investimento na área, o que não pode ser visto como justificativa.

Não dá para ter uma educação de qualidade se não pensar em um ensino antirracista, uma sociedade mais justa, se não tiver uma educação antirracista”, argumenta a sócia e consultora em Educação de Geledés, Tânia Portella.

Temáticas

Segundo a pesquisa Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, 42% dos órgãos responderam que os profissionais têm dificuldade em aplicar o ensino nos currículos e nos projetos e 33% disseram não ter informações suficientes a respeito da temática. Quanto à periodicidade das atividades, 69% declararam realizar a maior parte dos eventos em novembro, mês do Dia da Consciência Negra.

A maioria dos gestores considera a diversidade cultural, literatura e alimentação como os temas mais importantes a serem tratados no ensino da História Afro-Brasileira.

Na avaliação de Tânia Portella, os temas (música, danças,

culinária) são interessantes para aguçar a curiosidade dos estudantes, mas as atividades curriculares não devem ser limitadas a esse enfoque.

“As participações ficam somente nessa linha de abordagem. A população negra contribuiu muito mais, na tecnologia, na escrita. Isso diz muito sobre hierarquização de saber e relações de poder”, explica. “É preciso lidar com entendimento de porque temos uma sociedade racista, a juventude negra é morta, mulheres negras morrem mais no parto que brancas”, acrescenta.

Para a consultora Beatriz Benedito, são temas que despertam o diálogo e contribuem para formação de autoestima de crianças e adolescentes negros, “que muitas vezes nas escolas só se veem na disciplina de História, quan-

do se fala da escravização. Mas a gente também reforça a importância de se discutir relações de poder, constituição de privilégios, reforçar em seus processos de ensinamento e práticas escolares noções que permitam que a reflexão avance”, afirma.

O que diz a Lei 10.639/03

A lei alterou as diretrizes e bases da educação nacional para a inclusão obrigatória do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede pública e particular de Ensino Fundamental e Médio.

Conforme o texto, o conteúdo deve abordar o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e a participação do negro na formação da sociedade brasileira, nas áreas social, econômica e política.

AÇÃO CONJUNTA

UFPB combate violência no ambiente educacional

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está promovendo ações de enfrentamento à violência no ambiente educacional.

A iniciativa está alinhada ao que foi discutido em reunião organizada pelo Ministério Público Federal (MPF) no último dia 17 de abril, presidida pela procuradora federal Janaína Andrade, procuradora regional dos Direitos do Cidadão, que estabeleceu um canal de diálogo entre as instituições.

O intuito da ação é fomentar, no ambiente escolar, uma cultura da paz e do diálogo com os pais, familiares dos alunos e toda comunidade acadêmica.

Entre os participantes da reunião estavam a vice-reitora da UFPB, professora Liana Filgueira, a reitoria do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Mary Roberta Marinho, e sua equipe, e a vice-procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT), Marcela Asfora.

Dentro dessas iniciativas de enfrentamento à violência no ambiente escolar, a UFPB sediou, ontem, o seminário “Superando a violência, construindo a cultura

da paz”. O evento recebe representantes do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e da UFPB para debater a violência no ambiente escolar.

As atividades aconteceram, nesta manhã no Auditório do Centro de Educação (CE) da UFPB, com o intuito de divulgar as iniciativas de enfrentamento à violência no âmbito da educação básica, técnica e superior.

Número do telefone

A UFPB disponibiliza a toda a comunidade acadêmica o número de telefone da Superintendência de Segurança Institucional (SSI), para denúncias de eventuais ações de violência no ambiente acadêmico: 83 3216-7120.

No âmbito do Ministério Público Estadual da Paraíba (MPPB), foi criado um canal exclusivo para o recebimento de denúncias relacionadas à violência contra as escolas: escolasegura@mp.pb.mp.br.

No Ministério da Justiça, também existe a plataforma <https://www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura>

SEGURANÇA

Centros de apoio do MPPB orientam sobre como se proteger nas escolas

Os centros de Apoio Operacional do Ministério Público da Paraíba (CAO/MPPB) lançaram, na última segunda-feira (17), uma orientação técnica sobre atenção, proteção e segurança nas escolas aos membros da instituição que atuam nas áreas Criminal, da Criança e do Adolescente e da Educação, da Cidadania e Direitos Fundamentais. A intenção é, respeitando a independência funcional dos integrantes, sugerir uma atuação uniforme para o fortalecimento da cultura de paz nas escolas, a partir do diagnóstico da estrutura disponível nos municípios.

O documento encaminhado aos promotores de Justiça é assinado pelos coordenadores do do CAO Criança e Adolescente e da Educação, Fábia Cristina Dantas Pereira; do CAO Cidadania, Liana Espinola Pereira de Carvalho; e do CAO Criminal, Ricardo Alex Almeida Lins.

O material contou com a colaboração dos integrantes do Núcleo de Gestão do Conhecimento, do Gaeco e do Núcleo de Controle da Atividade Policial (Ncap). Esses promotores de Justiça

coordenam órgãos que integram o Gabinete de Gestão de Crise da Violência contra as escolas, instituído no âmbito do MPPB.

Principais orientações

O documento orienta, entre outras ações, que os integrantes da instituição busquem a articulação com os órgãos que formam a rede de proteção (Conselho Tutelar, Creas, Cras...) e equipamentos de saúde mental (Caps, UBS, UPA...), independentemente da existência de denúncia. A ideia é que cheguem a estrutura disponível para a prevenção e o enfrentamento de conflitos e situações de violência na escola e contra a escola, verificando a necessidade de aprimorá-las.

Também se orienta estabelecer um fluxo de comunicação eficaz de eventuais ocorrências de violência que incluam autoridades policiais e promotores de Justiça.

Outro ponto fundamental, no processo de fortalecimento da escola, de acordo com a nota, é a busca pelo “engajamento de toda a sociedade na solução do problema, no sen-

tido de fomentar a criação de um senso de coletividade, com o envolvimento não só da comunidade escolar, mas também das famílias, de forma integrada com a estrutura estatal, visando maior efetividade no resultado das medidas adotadas”.

A orientação também traz detalhes técnicos aos membros do MPPB, como um passo a passo contendo uma possível atuação ministerial diante do recebimento de denúncias vagas de ameaças contra estabelecimentos escolares. O documento também prevê uma uniformização do registro de notícia de fato nos casos concretos de violência contra as escolas.

Outras sugestões gerais:

No caso de ameaças, avaliar a necessidade de medidas de urgência: busca e apreensão, com a finalidade de localizar e apreender objetos e documentos relacionados à prática do ato infracional, a exemplo de dispositivos eletrônicos utilizados para proferir ameaças; além do congelamento de perfis ou derrubada de postagens em plataformas digitais.

NA BICA

Prefeitura promove ‘Piquenique Inclusivo’

Em comemoração ao mês da visibilidade do autismo, a Prefeitura de João Pessoa realiza o ‘Piquenique Inclusivo’ no Parque Zoológico Arruda Câmara (Bica), nesta quinta-feira (20). O evento, que começa às 14h, é realizado por meio da Fundação Cultural (Funjope), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente (Semam) e a Associação Paraibana de Autismo (APA).

Com o objetivo de proporcionar uma experiência diferente e de interação social, o diretor executivo da Funjope, Marcus Alves, destaca o trabalho inclusivo da gestão. Ele diz que esta tarde de convivência com outras crianças faz parte de uma extensão do ‘Somos Capazes’, desenvolvido pela Prefeitura e que abarca diversos outros projetos na área.

“A nossa ação de inclusão social por meio da arte e da cultura é permanente. Fazemos isso há um ano e seis meses com a ‘Tardezinha Inclusiva’ no Centro Cultural de Mangabeira. Tem oficinas de musicalização e de dança, várias crianças autistas e outras ações de inclusão. Esse piquenique é recheado de um caráter especial. É um momento em que as crianças vão poder focar em um processo de aprendizado diretamente com a natureza sem perder seus vínculos e suas relações com as famílias e com as culturas que a gente já vem desenvolvendo”, comentou Marcus Alves.

“Nós ficamos muito satisfeitos com esse reconhecimento da Bica como um espaço propício às atividades inclusivas. A beleza do espaço, com sua abundância de plantas e animais e sua atmosfera tranquila oferece um ambiente agradável e relaxante para todas as crianças. Aqui contamos com a presença de muitas famílias, o que proporciona oportunidade para as crianças com autismo desenvolverem suas habilidades sociais e interagirem com outras pessoas”, acrescentou o diretor do Parque Zoológico Arruda Câmara, Rodrigo Fagundes.

Para a presidente da Associação Paraibana de Autismo (APA), Hosana Carneiro, este momento de contato com a natureza é uma oportunidade para toda a família de vivenciar uma experiência nova.



Foto: Vinicius Moiz Schubert/União Corinthians

Unifacisa e Corinthians jogaram no último dia primeiro, com vitória paraibana de 85 a 82, o que mostra o grande equilíbrio entre os confrontos das equipes no Novo Basquete Brasil

PLAYOFFS NO NBB

Unifacisa enfrenta, hoje, o Corinthians

Primeiro jogo acontece na Arena do time paraibano, e o segundo está previsto para o próximo sábado, em São Paulo

Com o fim da fase de classificação, o Novo Basquete Brasil dá início aos *Playoffs*, à tão aguardada fase de mata-mata da competição. O campeonato, que teve início em outubro de 2022, chega a sua fase decisiva com 12 equipes na briga pelo título. A primeira fase dos *Playoffs* é a de oitavas de final, disputada em uma série melhor de três jogos, entre as equipes classificadas da quinta à décima segunda posição. Os times classificados entre o quinto e oitavo lugar na fase de classificação têm o direito de jogar duas partidas em casa. Já os demais, classificados entre a nona e a décima segunda colocação, fazem o primeiro jogo em casa e os demais fora. Com isso, tendo finalizado a temporada regular na nona colocação, a Unifacisa se prepara para receber o

Corinthians, hoje, às 19h30, na Arena Unifacisa, no jogo de abertura da série dos *Playoffs*. Na fase regular cada time saiu com uma vitória, ambos jogando fora de casa, com o Corinthians tendo a vantagem no saldo de cestas no primeiro duelo. Mas, no retrospecto geral, a Unifacisa sai na frente. As equipes já se enfrentaram 8 vezes no NBB, com o time paraibano saindo vitorioso em cinco oportunidades. O segundo jogo já está programado para o próximo sábado, no Ginásio Wlamir Marques, às 19h, no Parque São Jorge. Em caso de uma terceira partida será novamente na capital paulista, porque o Corinthians teve melhor classificação.

Domínio
O Corinthians nunca chegou a vencer a Unifacisa quando o time

paraibano manda os seus jogos na Arena. De fato, a única vitória do time paulista em Campina Grande aconteceu nesta temporada, durante o primeiro turno quando a Unifacisa realizou alguns jogos no Clube Campestre. Jogando na Arena a Unifacisa tem média de 90 pontos contra o Corinthians, enquanto a equipe paulista anota 77 pontos em média. Já no Wlamir Marques, a casa corintiana e palco do jogo 2 das oitavas de final, o equilíbrio é um pouco maior, com a Unifacisa marcando 73 pontos e o Corinthians 79. Apesar da Unifacisa ter a vantagem no número de vitórias no retrospecto geral, os duelos contra o Corinthians são sempre marcados pelo equilíbrio, que se reflete nos números: Unifacisa tem 79,8 pontos

contra 80,3 pontos do Corinthians. Ambas as equipes demonstraram um desempenho bastante equilibrado em termos de marcação de pontos. Ao todo, a Unifacisa já marcou 638 pontos em cima do Corinthians, enquanto os paulistas anotaram 642 pontos e agora se preparam para escrever mais um capítulo deste grande duelo. Ambas as equipes demonstraram um desempenho bastante equilibrado em termos de marcação de pontos. Ao todo, a Unifacisa já marcou 638 pontos em cima do Corinthians, enquanto os paulistas anotaram 642 pontos e agora se preparam para escrever mais um capítulo deste grande duelo. “Os *Playoffs* são um novo campeonato e teremos pela frente um confronto duríssimo contra

o Corinthians. Pudemos ter um bom tempo de preparação para esse duelo. Nos primeiros treinos demos ênfase nos erros que cometemos durante a temporada para que possamos minimizá-los ao máximo nesta que é a principal fase do campeonato. E agora que conhecemos nosso adversário podemos estudar mais a fundo as melhores estratégias para vencer esse confronto. Sabemos que não serão jogos fáceis, eles têm ótimos jogadores, além de terem a vantagem de decidir a série em casa, mas nós também sabemos das nossas qualidades, acredito no potencial do nosso time e juntos vamos em busca da classificação para a próxima fase”, comentou o capitão da Unifacisa, André Góes.

NATAÇÃO

Grêmio Vila Olímpica vai disputar Nordestinho em Salvador

Laura Luna
lauraluna@epc.pb.gov.br

O Grêmio Vila Olímpica Parahyba se prepara para disputar o 27º Nordestinho Mirim - Petiz 2023, campeonato de natação que acontece nos dias 28 e 29 deste mês em Salvador, Bahia. A equipe paraibana, com 17 atletas de nove a 12 anos, disputará com os melhores nadadores da região Nordeste. “Estão bem ranqueados e a expectativa é de que quando chegar lá esse tempo baixe mais ainda. Expectativa grande de conseguir muitas medalhas, como vem acontecendo nos últimos anos nesse evento”, destaca Lucio do Nascimento, técnico da equipe. No Nordestinho do ano passado, realizado em Fortaleza, no Ceará, a Vila Olímpica conquistou 12 medalhas de ouro, seis de prata e nove de bronze, garantindo o segundo lugar geral na competição. Para esta edição da competição, disse o técnico, os treinos foram intensificados. “Com trabalhos bem específicos das provas que eles vão nadar. Treinamentos de saída, de virada, de chegada, e especificamente as provas que irão disputar para

quando chegarem na competição não terem nenhum tipo de problema”. Os nadadores paraibanos competirão nas categorias mirim 1 e 2, para nove e 10 anos, além da petiz 1 e 2, para nadadores de 11 e 12 anos. “Expectativas são de que alguns dos nossos atletas superem alguns recordes. Estamos trabalhando não só para alcançar essa marca, mas também para conquistar medalhas e uma boa pontuação para o clube”, finalizou Lucio do Nascimento.

Mais pódios
Foi o Grêmio Vila Olímpica Parahyba a equipe que mais pódios conquistou no Torneio Paraibano Absoluto de Natação, realizado no último final de semana no Parque Aquático da Vila Olímpica Parahyba, localizada no Bairro dos Estados, em João Pessoa. Ao todo a equipe da casa garantiu 219 medalhas, seguida pela equipe do Sesi Paraíba com 173, Esporte Clube Cabo Branco/AcquaR1 com 103, Clube Campestre, de Campina Grande, com 85, e Clube dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar do Estado da Paraíba (COPM-PB) com 19 medalhas.



Foto: Arquivo pessoal

Equipe do Grêmio Vila Olímpica Parahyba vai disputar o 27º Nordestinho Mirim - Petiz no final do mês

O vice-presidente da Federação de Esportes Aquáticos da Paraíba (Feap-PB), Antônio Meira, destacou o sucesso do torneio que reuniu cerca de 172 atletas de sete clubes para-

banos, e pontuou a importância do Absoluto para o desenvolvimento da base da natação no estado. “Foi um sucesso, estamos muito satisfeitos com o resultado. Esta competição

tem no seu principal objetivo a qualidade técnica dos atletas, pois eles precisam nadar bem para conseguir índices para os campeonatos brasileiros neste primeiro semestre”.

CAMPEONATO BRASILEIRO

Belo e Raposa aceleram treinamentos

Clubes agendam amistosos preparatórios visando as disputas das Séries C e D da competição que começam em maio

Fabiano Sousa
fabianogool@gmail.com

Em fase de preparação para a disputa do Campeonato Brasileiro das Séries C e D, Botafogo e Campinense, respectivamente, entrarão em campo em duelo amistoso no próximo sábado (22), em Campina Grande. A proposta das equipes é de ganhar ritmo de jogo até antes do pontapé inicial na disputa da competição nacional.

O Campinense volta a disputar a Série D depois do rebaixamento na campanha da Série C, na temporada passada. Para a disputa na quarta divisão do futebol nacional, a diretoria rubro-negra aposta na juventude do treinador Luan Carlos. O comandante de 30 anos sabe da responsabilidade que terá à frente do clube na única e importante disputa que resta na sequência da temporada e quer aproveitar o amistoso para encorpar uma equipe titular até antes da estreia na Série D.

“O nosso adversário é uma equipe de uma divisão acima, e nós entendemos esse momento como um jogo-treino. Por mais que seja um amistoso que a gente precisa mostrar rendimento, eu tenho tratado isso como uma oportunidade de rodar o time, de usar todos os atletas”, disse.

Desde a chegada do novo treinador, o clube anunciou a chegada de 13 novos reforços para compor o elenco que vai disputar a Série D. Entre eles, Matheus Lagoa que chega como opção para o setor ofensivo. Contra o Botafogo, o atacante projeta um confronto difícil, mas acredita que o grupo vai buscar ajustes pontuais para começar bem no Brasileirão.

“Vai ser um desafio forte, já



Foto: @botafogpb

Jogadores do Botafogo treinam na Maravilha do Contorno desde o início da semana

que o Botafogo está disputando a Série C. Mas, se comprarmos a ideia do treinador, buscaremos fazer o nosso melhor dentro de campo e tentar corrigir os nossos erros, podemos fazer um grande teste para chegarmos bem na estreia contra o Pacajus.”, pontuou.

Na sua 10ª participação seguida na disputa do Campeonato Brasileiro da Série C, o Botafogo vai em busca do tão sonhado acesso à Série B totalmente reformulado, em relação ao grupo que iniciou a temporada. O clube anunciou a chegada de 12 novos reforços, desde a chegada do treinador Felipe Surian.

Anunciado como 11º reforço, o atacante Bruno Paraíba carrega no apelido o nome do estado e no peito a paixão pelo Botafogo. Torcedor assumido do alvinegro, ele retorna ao futebol paraibano, após curta passagem pelo Nacional, em 2018, com a missão de aju-

dar do clube na luta pelo acesso à segunda divisão do futebol nacional. Mas antes, contra o Campinense o objetivo é derrotar o rival, mesmo sendo uma partida amistosa.

“Hoje, poder defender o clube que sempre torci desde de criança é um prazer imenso. Espero poder contribuir e ajudar a alcançar todos os objetivos do clube. Mesmo sendo uma preparação, vamos entrar em campo pensando que vale três pontos. Ninguém quer perder um clássico, ainda mais contra o Campinense”, comentou.

Antes da estreia no Campeonato Brasileiro, o Botafogo realizará mais dois amistosos. No próximo dia 26, o Belo viaja a Recife-PE, para enfrentar o Santa Cruz-PE e já no dia 29 reencontra o Campinense, em João Pessoa. Os dois representantes do futebol paraibano no Campeonato Brasileiro têm estreias agendas programadas

para o início do mês de maio.

Pela rodada de abertura do Brasileirão da Série C, o Botafogo recebe o Operário-PR, no dia 2 de maio, em João Pessoa. Já o Campinense inicia a disputa na Série D pelo grupo A3, jogando no Ceará como visitante contra o Pacajus-CE, no dia 6 de maio.

Belas do Belo

Buscando somar os primeiros pontos, bem com, marcar pela primeira vez na disputa do Campeonato Brasileiro Feminino Sub-20, o Botafogo encara, hoje, o Fluminense-RJ, no Estádio das Laranjeiras, no Rio da Janeiro-RJ, a partir das 15h, pela abertura da 4ª rodada da competição.

As Belas do Belo ocupam a 4ª posição do grupo D, sem ainda ter somado pontos, acumulando três derrotas, com 13 gols sofridos e nenhum marcado, em três partidas disputadas.

SURF

Fininho fica em terceiro lugar no Dream Tour

Laura Luna
lauraluna@epe.pb.gov.br

O paraibano José Francisco, o Fininho, ficou em terceiro lugar na primeira etapa da do Dream Tour 2023, torneio que abriu a divisão principal da Confederação Brasileira de Surf (CBSurf). Samuel Iggo e Kauã Hanson ficaram com a 16ª e 17ª colocações. Já as paraibanas Diana Cristina, Nalanda Carvalho e Ana Lu Silva foram desclassificadas nas oitavas de final. As disputas aconteceram em Xangri-lá, Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

“Foi um ótimo resultado. Os paraibanos estão evoluindo mesmo e é só questão de resultado”, destaca o presidente da Federação Paraibana de Surf, Carlos Gilberto. O entrevistado explica a dinâmica deste tipo de competição, marcada por disputas acirradas que levam em consideração cada ponto. “Sempre haverá campeonatos que uns chegarão à final e no outro campeonato perdem logo na primeira fase. Os resultados são dinâmicos e isso é muito comum no surfe. Então, o resultado foi muito positivo”.

Carlos Gilberto fez questão de frisar a importância da participação no campeonato responsável por reunir os melho-

res da modalidade no país. “No feminino são apenas 24 atletas e no masculino, 64. Só em estar entre os melhores atletas profissionais do Brasil é muito importante e mostra que o time paraibano é muito forte”.

Filho de paraibano

Entre a equipe masculina, o campeão da primeira etapa da do Dream Tour 2023 foi Ian Gouveia, que carrega um sobrenome conhecido entre os paraibanos. Filho de Fábio Gouveia, campeão mundial amador em 1988, Ian nasceu em Pernam-

buco mas foi criado em Florianópolis, Santa Catarina. O atleta cresceu em meio a viagens e competições, chegando à elite do surfe em 2017, aos 24 anos.

Sobre a última conquista, o campeão falou em entrevista à Confederação Brasileira de Surf. “Realmente foi muito trabalho nesses últimos anos para conseguir uma vitória importante e estou amarrado por ter sido aqui em Xangri-lá”. O paraibano Fabinho Gouveia falou com a reportagem de A União sobre a vitória do filho. O surfista, que estava fora do país, desenvolvendo

o trabalho de coach com outros surfistas, falou como recebeu a notícia. “Fiquei muito feliz, não pude assistir à final porque estava viajando e quando cheguei na pousada tava todo mundo vibrando”. O pai, e incentivador, falou ainda sobre o momento que o filho está vivendo. “Ian tá numa fase muito boa, trabalhando forte a parte física, psicológica, fazendo de tudo para conquistar a vaga dele na primeira divisão. Veio consciente, sólido e venceu baterias difíceis. Tudo indica que ele terá mais um bom ano”.



Foto: David Castro/ CBSurf

Ian Gouveia (1º lugar), Wesley Dantas (2º), Edgard Groggia (3º) e Fininho (3º)

Geraldo Varela

gvarellajp@gmail.com | Editor de Esportes

Tolerância zero enerva jogadores

A nova diretriz da Comissão de Arbitragem para que os árbitros sejam mais rigorosos na aplicação das regras rendeu, só na primeira rodada do Brasileirão, 21 cartões, sendo 19 amarelos e dois vermelhos e, obviamente, muitas reclamações. A média chegou a 2,1 por jogo diferente de 2022 que chegou a 1,1 na primeira rodada. A tolerância zero vai incomodar bastante nas Séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro aos jogadores e membros da comissão técnica dos clubes, afinal o nosso futebol sempre teve essa característica de questionamentos acintosos aos árbitros durante a marcação de uma falta, de uma penalidade ou até mesmo de um lateral. Além do mais, os goleiros estão proibidos de infernizar os atacantes na hora da cobrança de uma penalidade. Têm de ficar quietinhos com a nova determinação e o primeiro a reclamar foi Gabriel Vasconcelos, do Coritiba. “A orientação é que não podia me movimentar. Não pode fazer mais nada. Daqui a pouco vão engessar o goleiro e falar para o cara bater. Ali é uma disputa do atacante com o goleiro. São regras que vão engessando o futebol” disse o goleiro, em zona mista, após a partida contra o Flamengo, se referindo a cobrança de Gabriel, conforme relato do site GE.

A ideia, a princípio, não é mostrar que os árbitros são infalíveis. Como todo ser humano são capazes de errar, mas agora temos o recurso eletrônico do VAR e não tem sentido qualquer marcação polêmica se formar um círculo de jogadores para protestar ou de um técnico ou seu auxiliar para agredir verbalmente a arbitragem, insatisfeitos pelas decisões tomadas no campo.

Entre os expulsos nessa primeira rodada, um velho conhecido dos árbitros: Abel Ferreira. Um levantamento em competições da CBF mostra que o técnico do Palmeiras já levou 42 cartões desde 2020, quando recebeu seis amarelos e um vermelho. No ano seguinte, a conta aumentou para 14, sendo 12 amarelos e dois vermelhos. Em 2022 subiu para 17 com 15 amarelos e dois vermelhos e este ano já contabiliza quatro cartões, dois amarelos e dois vermelhos. Como se vê, Abel é extremamente nervoso, talvez esteja fora dos cotados para assumir a Seleção Brasileira pelo seu mau comportamento fora das quatro linhas. Entre os jogadores, Gabriel Barbosa, do Flamengo, é um dos campeões de reclamação e logo na primeira rodada já levou o primeiro cartão. A gente sabe que o ambiente de um jogo de futebol é extremamente nervoso por ser um esporte de muito contato, mas existe muito exagero por parte dos jogadores nas reclamações sobre as faltas.

Muitas delas demoram uma eternidade para a sua cobrança porque a “turma” cerca o árbitro com diversas contestações e reclamações exacerbadas. A CBF está agindo com muito rigor para minimizar esse quadro e devemos aplaudir como também o maior número de minutos de acréscimos, lembrando o sucesso da Copa do Mundo neste quesito em função de tantas interrupções num jogo. Estávamos acostumados com dois ou três minutos de acréscimos e às vezes até um minuto, dependendo do critério diferente da arbitragem. Um absurdo por não levar em consideração as tantas substituições, paralisação para atender goleiros que fazem cera constantemente não só num atendimento médico, às vezes sem nenhuma contusão, apenas para segurar a pressão do adversário, sem falar na cobrança demorada da reposição da bola quando sai pela última linha. É preciso seguir com essa linha.

LIBERTADORES

Sampaoli faz sua estreia no Flamengo

Técnico tem uma misssão complicada contra o Ñublense, do Chile, a partir das 21h30, no Maracanã, pelo Grupo A

A estreia do técnico Jorge Sampaoli pelo Flamengo, hoje, a partir das 21h30, contra o Ñublense, do Chile, deve atrair milhares de torcedores rubro-negros ao Maracanã, na segunda rodada do Grupo A - amanhã jogam Racing x Aucas -, quando o rubro-negro busca a reabilitação depois da estreia desastrosa na derrota de 2 a 1 para o Aucas, do Equador. Com contrato até dezembro de 2024, Jorge Sampaoli foi apresentado na última segunda-feira e logo iniciou os trabalhos no Ninho do Urubu. Na manhã de ontem, o grupo realizou o último treino antes da partida, mas sem sinais claros da melhor formação. Racing e Aucas que venceram na estreia lidferam o Grupo A.

E se a torcida tinha dúvidas, Sampaoli garante que o Flamengo voltará a ter um sistema de jogo vistoso. “Antigamente era esse o sistema, a cultura futebolística. Chego para fazer o time jogar futebol, a todo tempo com a bola. Se não respeitar isso, fracassarei”, disse. “A torcida vai desfrutar de cada triunfo e minha obrigação é dar felicidade a toda essa gente. Com minha capacidade e experiência espero que consiga. Temos de recuperar o time para voltar à forma competitiva e dar muitas alegrias”, disse o técnico.

A outra novidade para o jogo de logo mais é Arturo Vidal. O chileno esteve fora das atividades coletivas nos últimos dias devido a um edema no cotovelo e chegou a precisar de ser submetido a um procedimento cirúrgico para resolver o problema.



Foto: Gilvan de Souza/Flamengo

Sampaoli buscando mostrar os novos caminhos do Flamengo para vencer na Libertadores

O camisa 32 participou normalmente do treino e está à disposição de Sampaoli para a sequência.

Ayrton Lucas vive uma fase especial com a camisa do Flamengo. Nos últimos quatro jogos pelo clube no Mara-

canã, o lateral-esquerdo marcou quatro vezes, sendo duas na final do Campeonato Carioca contra o Fluminense. O jogador deve começar a partida diante do time chileno.

O outro time brasileiro que entra em campo hoje

é o Corinthians, a partir das 21h30, na Neo Química Arena, diante do Argentinos Juniors. A equipe comandada por Fernando Lázaro venceu na estreia o Liverpool, do Uruguai, fora de casa por 3 a 0.

BRASILEIRÃO

Primeira rodada tem uma média de 2,1 cartões por partida com 19 amarelos e dois vermelhos

Ricardo Magatti
Agência Estado

A nova orientação da CBF para que árbitros punam com mais rigor reclamações de jogadores e integrantes das comissões técnicas rendeu 21 cartões, sendo 19 amarelos e dois vermelhos, na rodada inaugural do Campeonato Brasileiro, aberta no sábado e encerrada no domingo com 2,1 de média por partida antes 1,1 do ano de 2022.

A nova diretriz, que passou a valer neste início de Brasileirão, prevê que o árbitro que se sentir excessivamente pressionado durante a partida pelos profissionais localizados na área técnica e banco de reservas, incluindo membros da comissão técnica, deve paralisar o jogo e advertir com um cartão amarelo ou vermelho, a depender de seu julgamento.

A ideia é acabar com as rodas que se formam em volta dos árbitros, algo comum há anos no futebol brasileiro, e coibir reclamações excessivas.

Os árbitros têm usado um padrão para justificar as punições. Nas súmulas, es-

crevem que os jogadores ou integrantes das comissões técnicas foram advertidos por "desaprovar com palavras ou gestos as decisões da arbitragem" e "reclamar de forma acintosa contra as decisões da arbitragem".

A determinação tem gerado controvérsia e virou tema de discussões. Para Sálvio Spinola Fagundes Filho, ex-árbitro e ex-comentarista de arbitragem do Grupo Globo, a conduta de tolerância zero vai desgastar os juízes e criar uma guerra entre eles e os atletas e técnicos.

Abel Ferreira

Abel Ferreira foi a primeira “vítima” dessa norma que impõe tolerância zero em questionamento direcionados aos juízes. O treinador do Palmeiras recebeu dois cartões amarelos no duelo com o Cuiabá, sábado, e acabou expulso ainda no primeiro tempo. Ele é o treinador com mais expulsões no país desde 2019, quando os técnicos passaram a ser punidos com cartão. Na súmula do jogo, com poucas palavras, o árbitro relatou que expulsou Abel após ser informado pelo seu assis-

tente, Bruno Boschilia, que o treinador palmeirense gritou as seguintes palavras: "que arbitragem de merda". Palmeiras 2 x 1 Cuiabá, aliás, foi o jogo com o maior número de cartões mostrados por reclamação. Foram cinco. O juiz da partida, Paulo César Zanovelli, puniu Abel com amarelo depois que foi defender um de seus auxiliares. Cinco minutos depois, o português reclamou com o assistente Bruno Boschilia e recebeu o vermelho. Boschilia trabalhou nos últimos três jogos em que Abel foi expulso.



Foto: Cesar Greco/Palmeiras/by Canon

Abel Ferreira, técnico do Palmeiras, é recordista de cartões

Curtas

Técnico Antônio Oliveira é o primeiro a ser demitido

O Campeonato Brasileiro deste ano já tem a sua primeira demissão de técnico. Trata-se de Antônio Oliveira, que não resistiu à primeira rodada da competição no comando do Coritiba. O time paranaense, que anunciou a demissão, ontem, estreou com derrota por 3 a 0 para o Flamengo, no domingo, fora de casa. “Antônio Oliveira deixa o comando do Coritiba. O Conselho Administrativo do Coritiba Foot Ball Club informa que Antônio Oliveira não é mais o treinador do clube. Assume interinamente a função o auxiliar técnico Leomir de Souza, até a contratação de um novo profissional”, comunicou o clube. O treinador português de 40 anos já vinha pressionado pela ausência de vitórias. O time não vence há seis jogos, contando Campeonato Paranaense, Copa do Brasil e agora o Brasileirão. Antônio Oliveira chegou ao Coritiba em dezembro para substituir Guto Ferreira.

MPGO deflagra operação contra manipulação de jogos

O Ministério Público de Goiás (MPGO) realizou, ontem, uma operação contra um grupo suspeito de manipular resultados de jogos do Brasileirão e de campeonatos estaduais. A ação, batizada de Penalidade Máxima II, foi deflagrada por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI). Foram cumpridos três mandados de prisão preventiva e 20 de busca e apreensão em 16 municípios de 20 estados diferentes. A suspeita é de que os criminosos tenham atuado de maneira concreta em pelo menos cinco jogos da Série A do Campeonato Brasileiro de 2022, além de interferir em outras cinco partidas do Campeonato Paulistão, Campeonato Gaúcho e Campeonato Mato-Grossense deste ano.

Daniel quer os filhos e a ex-mulher em Barcelona

Preso desde o dia 20 de janeiro por suposta agressão sexual contra uma jovem de 23 anos, Daniel Alves pretende levar os filhos e a ex-mulher Dinorah Santana para morar em Barcelona. A mudança faz parte de uma nova estratégia do jogador para responder às acusações em liberdade. A informação é do diário espanhol As. A defesa, encabeçada por Cristóbal Martell, quer apresentar garantias à Justiça de que o jogador brasileiro possui laços familiares na Espanha e que uma fuga está descartada. Tanto Dinorah quanto as crianças já estão a caminho do país europeu. A expectativa é de que um novo pedido de liberdade seja pleiteado no Tribunal de Instrução nº 15 de Barcelona ainda nesta semana. O fim do casamento com Joana Sanz foi comunicado pela modelo por meio das redes sociais.

Argentina será sede do Mundial de Futebol Sub-20

Como já era esperado, o Conselho da Fifa confirmou que a Argentina substituirá a Indonésia como país-sede da Copa do Mundo Sub-20 de 2023. Inglaterra e Estados Unidos eram outras opções após a entidade tirar a competição do país asiático por falta de relações diplomáticas - não queria hospedar a seleção de Israel. Depois de fracassar no Campeonato Sul-Americano, não indo nem para o hexagonal final e, portanto, sem vaga, a Argentina rapidamente se prontificou a organizar a competição com o anúncio da retirada da Indonésia, no fim de março. Sob o prestígio de ter conquistado a Copa do Mundo do Catar, acabou levando a melhor no Conselho da Fifa. A Copa do Mundo acontece entre 20 de maio e 11 de junho, com seis grupos de quatro seleções. Maior vencedora da competição com seis títulos é a Argentina. O sorteio das chaves ocorre nesta sexta-feira.

Padrão

Os árbitros têm usado o mesmo critério para a punição do cartão, sempre com o rigor exigido pela Comissão de Arbitragem desde o início das competições da CBF em 2023

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Câmara discute morte materna

Estudo mostra que uma em cada quatro mulheres no Brasil sofreu abuso físico e verbal por parte de profissionais de saúde

Agência Câmara

A Comissão Especial Sobre Violência Obstétrica e Morte Materna da Câmara dos Deputados discutiu na tarde de ontem, em Brasília, o sistema de saúde no contexto da violência obstétrica e morte materna. O debate foi solicitado pela deputada federal Soraya Santos (PL-RJ), que preside o colegiado.

Segundo Soraya Santos, o estudo ‘Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público

e privado’, feito em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), mostrou que a violência obstétrica se efetivou para uma em cada quatro mulheres no Brasil.

“Importante ressaltar que a maioria das mulheres relatou ter feito acompanhamento na rede pública, o que fortalece mais ainda a importância de se entender quais fatores estão levando à perpetração de tal violência”, afirmou a deputada.

A parlamentar explica que a comissão especial foi reinstalada para identificar boas práticas no combate à violência obstétrica, debater e propor políticas públicas sobre o tema, acompanhar o aumento de denúncias e a alta taxa de morte materna no Brasil, bem como conceituar a violência obstétrica e seus efeitos na preservação dos direitos das mulheres.

São consideradas violência obstétrica situações como o abuso físico e ver-

bal de mulheres por parte de profissionais de saúde e a falta de acesso a serviços e direitos essenciais, como o pré-natal e um acompanhante durante o parto.

O plano de trabalho do colegiado, aprovado na semana passada, inclui a realização de audiências com médicos especialistas e secretários da área da saúde, além de visitas técnicas. A relatora é a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

Lêda Lima

iedamolima@gmail.com | Colaboradora

José Jackson, a palavra e a autonomia do espírito

Conhecer o filósofo, escritor e professor José Jackson Carneiro de Carvalho, após sua passagem para outra dimensão, em 23 de fevereiro de 2023, foi como se eu tivesse descoberto uma botija, não cheia de ouro em barras ou moedas, mas de uma sabedoria e profunda capacidade de pensar, de compreender a essência da espiritualidade humana.

Bisneto da índia Xandu, nascido em Caiçara (PB), em 28 de novembro de 1940, filho de Severino Cavalcanti de Carvalho, de Serraria (PB), e Maria Carneiro de Carvalho, de Caiçara, José Jackson cursou o primário no Grupo Escolar Professor José Soares, em Caiçara. Já em João Pessoa, concluiu o secundário e a Faculdade de Filosofia no Seminário Arquidiocesano da Paraíba. Na sequência, fez Bacharelado e Mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma – Itália (1963-65). Ordenou-se sacerdote em 1965, ano em que passou a ser professor de Antropologia Filosófica na antiga Faculdade de Filosofia (Fafi) da UFPB, sendo afastado em 1969, por ter sido considerado ameaça à segurança nacional pela então ditadura militar.

No início de 1970 decidiu continuar servindo a Deus dedicando-se a uma família que constituiu com a poetisa Célia Maria Costa de Carvalho, em 13 de fevereiro de 1970, de cuja união nasceram os filhos Rogério, Fábio e Maysa, que lhes deram seis netos.

Aprovado em concurso público na Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 1970, foi professor de Metodologia da Pesquisa na Faculdade de Educação; diretor do Colégio de Aplicação da UFS; chefe do Departamento de Ciências Educacionais; e pró-reitor de Pós-Graduação. Foi ainda chefe do Núcleo de Apoio Pedagógico da Secretaria da Educação.

Na busca crescente por aperfeiçoamento, concluiu Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1971); Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1975); Doutorado em Psicologia da Escolar na Universidade de São Paulo (1977); e Pós-Dourado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris (1979/1980).

Reintegrado ao quadro docente da Universidade Federal da Paraíba, beneficiado pela Lei da Anistia, José Jackson foi pró-reitor de Graduação, vice-reitor e reitor (1980-1988). Promoveu a primeira eleição direta de uma universidade no Brasil, em escolha de lista sextupla para nomeação de reitor, tendo sido eleito pelos professores, funcionários e alunos. Foi ainda secretário da Educação e Cultura do estado da Paraíba, no governo Wilson Braga.

Como diretor-presidente do Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp), adquiriu e iniciou a construção do seu prédio próprio, instalado na BR-230, município de Cabedelo.

Publicou, dentre várias outras obras, os livros ‘Estudos de Filosofia e Universidade em Debate’, em 1988; ‘A Modernidade e os Caminhos da Razão’, em 2006; ‘Albert Camus – Tragédia do Absurdo’, em 2010; e ‘André Malraux – Entre o Real e o Fantástico’, em 2011. O escritor José Mário da Silva Branco o considera um grande ensaísta da obra do filósofo Albert Camus.

José Jackson Carneiro de Carvalho tomou posse na Cadeira 8 da Academia Paraibana de Letras em 8 de julho de 1990, sendo saudado pelo acadêmico Manuel Batista de Medeiros, seu professor nas cadeiras de Português e Latim no Seminário da Paraíba.

Fundador da Academia Paraibana de Filosofia, foi no campo da reflexão filosófica onde José Jackson imprimiu sua marca. Em seu discurso de posse na APL, esse grande pensador paraibano revelou os fundamentos da sua vida e obra, ao defender a autonomia da palavra humana: “A possibilidade de criação do novo pressupõe, como condição fundamental, a autonomia de espírito. Autonomia que somente existe quando não existe a verdade definitivamente estabelecida, a arte completamente acabada, a lei absolutamente imutável”.

Damião Ramos Cavalcanti, seu amigo e confrade na Academia Paraibana de Letras, em crônica dedicada a ele revelou que, mesmo calado, podia conversar com Jackson, pois “é no silêncio que se pondera o valor dos instantes e amadurece o que virá depois, a palavra”.

Lêda Lima é economista, escritora, pesquisadora, membro da Academia de Letras de Campina Grande (ALCG) e sócia-correspondente do Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG)

Aforismo

Foto: Wikipédia



“Quando tiramos a vida aos homens, não sabemos nem o que lhes tiramos, nem o que lhes damos.”

Lord George Byron

Mortes na História

- 843 — Judite da Baviera, rainha dos Francos
- 1054 — Papa Leão 9º
- 1390 — Roberto 2º, rei da Escócia
- 1689 — Cristina, rainha da Suécia
- 1882 — Charles Darwin, biólogo britânico
- 1906 — Pierre Curie, físico francês
- 1993 — Heitor Falcão, jornalista (PB)
- 1996 — Walter D’Ávila, ator brasileiro
- 2014 — Luciano do Valle, locutor esportivo e apresentador de tevê brasileiro
- 2017 — Neuza Amaral, atriz e política brasileira
- 2019 — MC Sapão, músico brasileiro
- 2020 — Índio (Áluisio Francisco da Cruz), jogador de futebol (PB)
- 2021 — Newton de Araújo Leite, engenheiro e gestor público (PB)

Obituário

Cecília Moraes (Clarity)
13/4/2023 – Aos 24 anos, em Balneário Camboriú (SC), em decorrência de uma infecção no coração. Narradora e comentarista de eSports.

Gileno Santoro
14/4/2023 – Aos 74 anos, em São Paulo (SP), de câncer no pulmão. Ator e dublador que ficou conhecido por dublar o Mestre Kame na franquia de animação japonesa ‘Dragon Ball’, além de ter participado em diversas outras produções, como ‘Pokémon’, ‘Yu-Gi-Oh!’, ‘Akira’ e ‘Fullmetal Alchemist’.

Murray Melvin
14/4/2023 – Aos 90 anos, em Londres, Inglaterra, em decorrência de uma queda sofrida em dezembro do ano passado. Ator britânico que estreou a adaptação cinematográfica de ‘O Fantasma da Ópera’ (2004) e ‘Barry Lindon’ (1975), de Stanley Kubrick. Ele foi o vilão Bilis Manger, na série ‘Torchwood’ (2006). Em 1962, recebeu o prêmio de Melhor Ator no Festival de Cinema de Cannes por sua atuação em ‘Um Gosto de Mel’ (1961), do diretor britânico Tony Richardson.

Marlon Brando Cruz do Nascimento e Paulo Albuquerque
16/4/2023 – Ambos aos 33 anos, em Uiraúna (PB), assassinados. Foram mortos a tiros disparados por dois homens em uma pizzaria. Outras duas pessoas ficaram feridas.

Onélia Rodrigues de Lacerda
16/4/2023 – Em João Pessoa (PB), vítima de falência múltipla dos órgãos. Investigadora da Polícia Civil da Paraíba, onde ingressou em 1986 e atualmente estava lotada na 11ª Delegacia Distrital da Capital. Era natural de Aguiar (PB), no Vale do Piancó.

Adalberto Conceição da Silva (Mestre Zumbi Bahia)
15/4/2023 – De causa não divulgada. Mestre de capoeira, cantor, compositor, coreógrafo, percussionista e mestre em Ciências da Educação, ele era uma das mais importantes lideranças negras do estado do Maranhão. Erradicado em São Luís (MA), ele criou o Coletivo Cultural Oficina Afro. A carreira artística teve início no grupo Filhos de Obá, em Salvador (BA). No Maranhão, foi coordenador pedagógico do Instituto Oficina Afro.

Hugo de Brito Machado
15/4/2023 – Em Fortaleza (CE). Desembargador federal emérito era natural de Piracuruca, no Piauí. Foi professor e procurador da República. Ingressou na Justiça Federal em 13 de setembro de 1974, atuando como juiz federal nos estados do Ceará, Piauí e Alagoas. Foi um dos fundadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), onde ocupou os cargos de vice-presidente e presidente da Corte, sendo a última função exercida entre os anos de 1991 e 1992.

Ahmad Jamal
16/4/2023 – Aos 92 anos, de causa não divulgada. Pianista considerado lenda do jazz, admirado por Miles Davis e por várias gerações do estilo. Sua forma de tocar menos preocupada com a velocidade e o virtuosismo, com mais calma e elegância, ajudou a dar origem ao que seria chamado de “cool jazz”. Nasceu em Pittsburgh, Pensilvânia, nos Estados Unidos e começou a tocar piano com três anos de idade, em 1933.

Neto de Severina
16/4/2023 – Na PB-177, na Comunidade do Cardeiro, entre os municípios de São Vicente do Seridó e Soledade, interior paraibano. Ele morreu ao cair com sua motocicleta.

Getúlio Gomes de Sousa
16/4/2023 – Aos 37 anos, na BR-230, em Cajazeiras (PB), em acidente de trânsito. Morreu quando estava de passageiro em uma motocicleta que bateu em um carro.



Foto: Reprodução



Foto: Reprodução



Foto: Agência Brasil



Foto: TRF5



Foto: Divulgação



Foto: Heleno Lima



Foto: Sertão Informado

12	Copo de plástico descartável branco, capacidade 50ml CAIXA c/ 2500 unid, ideal para água, refrigerante, sucos etc. Copo dentro da norma ABNT.	CRISTAL-COPOS	CAIXA	50	36,50	1.825,00
14	Touca descartável sanfonada	MEDIX	UNID	600	0,18	108,00
17	Desodorizador de ar, frasco com 400ml.	SECAR	UNID	1350	6,90	9.315,00
26	Inseticida. Composição: Prateletrina 0.102%, d-ferotrina 0.125%, água, antioxidante, emulsificantes, solvente alifático e propelentes	P R O I N - SET	UNID	600	2,85	1.710,00
44	Papel filme, tam. 38cm x 300m rolo.	WYDA	ROLO	600	18,50	11.100,00
49	Polídro de alumínio, frasco com 1000 ml.	LIMPEQ	UNIDA-DE	600	1,85	1.110,00
55	Sabão em pó, primeira linha, para limpeza pesada, lavagem de roupas CAIXA c/ 500g,	ABSOLU-TO	UNIDA-DE	4600	0,18	828,00
56	Sabonete líquido para mãos, com ação antibacteriana, frasco com 250 ml	PROTEX	UNIDA-DE	300	4,33	1.299,00
58	Saco de algodão, tipo alvejado tam. 80x55cm cor: branco, aplicação de limpeza de chão.	O U R O BRANCO	UNIDA-DE	600	0,16	96,00
63	Sacola plástico reciclavel, cor preto, tamanho M.	REPLAS-TIL	KG	300	3,22	966,00
64	Sacola plástico reciclavel, cor preto, tamanho G.	REPLAS-TIL	KG	300	3,92	1.176,00
65	Sacola plástico reciclavel, cor preto, tamanho GG.	REPLAS-TIL	KG	200	3,98	796,00
67	Tapetes antiderrapante para banheiro 50cm x 40cm.	N O BRAND	UNIDA-DE	200	18,00	3.600,00
71	Vassoura piaçava nº 10, tamanho grande com cabo longo reforçado para limpeza de pisos ásperos, com leque com verola de aço, cabo aparelhado, com no mínimo 25 cm de piaçava.	SERTAO PLAST	UNIDA-DE	300	3,93	1.179,00
85	Toalha umedecida	PIQUITU-CHO	UNIDA-DE	5000	0,98	4.900,00
TOTAL						71.923,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 300122023 - 13/04/2023						
VENCEDOR: CIRÚRGICA OLIVEIRA PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA						
CNPJ: 13.131.876/0001-19						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
	Água sanitária, 1 litro, à base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor de cloro ativo entre 2,0% p/p a 2,5% p/p, durante o prazo de validade (máximo de seis meses). O produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio, cloro de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante. Não deverá conter substâncias corantes, detergentes e aromatizantes na formulação do produto definido. O produto deve conter registro na ANVISA.	MARILUX	LITRO	11000	1,12	12.320,00
2						
10	Cera líquida acrílica incolor com 5lts.	BECKER	UNID	10	19,48	194,80
11	Copo de plástico descartável transparente, capacidade 180ml CAIXA c/ 2500 unid, ideal para água, refrigerante, sucos etc. Copo dentro da norma ABNT.	TOTAL-PLAST	CAIXA	400	79,97	31.988,00
15	Desinfetante líquido para uso geral, que elimine germes e bactérias, embalagem personalizada de 2 LITRO, validade expressa na embalagem: mínima 34 meses. O produto deve conter registro na ANVISA.	MARILUX	UNID	10100	1,52	15.352,00
23	Flanela c/ 100% algodão, macia e de excelente qualidade dimensões 40x60 cm.	DANTEX	UNID	1200	0,38	456,00
24	Fósforo maçõ c/ 10 CAIXA cada CAIXA c/ 40 palitos palito de 4 a 5 cm referência Pinheiro, Fiat Lux, Argos ou qualidade superior.	SABIA	MAÇO	1100	1,93	2.123,00
27	Limpa vidros 500ml, com pulverizador com galhito referência Cif, Praticce, Veja Vidrex, Brlux ou qualidade superior.	BECKER	UNIDADE	860	1,14	980,40
30	Lustra móveis 100g, para polimento de madeira e moveis em geral; a base de base de emulsão de ceras, silicone, surfactante etc.	BECKER	UNIDADE	1050	1,35	1.417,50
31	Luva de borracha, material látex natural, Tam. P, características adicionais: anti derrapante, anatômica e multi uso.	MEDIX	PAR	1000	2,18	2.180,00
32	Luva de borracha, material látex natural. Tam. M, características adicionais: anti derrapante, anatômica e multi uso.	MEDIX	PAR	1000	2,18	2.180,00
33	Luva de borracha, material látex natural. Tam. G, características adicionais: anti derrapante, anatômica e multi uso.	MEDIX	PAR	600	2,18	1.308,00
37	Multi-inseticida em aerossol	TEIU	UNIDADE	400	6,08	2.432,00
41	Pano de prato em algodão alvejado, sem estampa, bordas com acabamento overloque alta absorção, tam. 43cm x 66cm.	DANTEX	UNIDADE	2600	0,58	1.508,00
43	Papel alumínio, tam. 30cm x 100m rolo.	BRICO-FLEX	ROLO	300	0,18	54,00
45	Papel higiênico branco, neutro folha picotado, grofado, macio, 100% absorvente, pacto.	DUBEL-LE	UNIDADE	112400	0,48	53.952,00
46	Papel toalha pct contendo 2 rolos c/ 80 toalha 21,5x22,5 cm cada.	DUBEL-LE	PACOTE	3100	2,60	8.060,00
47	Papel toalha interfolho branco 2 dobras e 100% celulose, pact com 1.000 folhas de 26cm x 20cm	EXCLUSIVE	FARDO	3500	8,78	30.730,00
48	Pastilha sanitária CAIXA c/ 1 pedra de 30g acompanhada de suporte plástico adaptável em todos os modelos de vasos sanitários.	ADIFLOR	UNIDADE	5100	0,86	4.386,00
50	Prendedores de roupa, material de madeira e embalagem com 12 UNIDADE.	CRISTAL	Pacote	300	1,18	354,00
53	Rodo duplo de 40 cm, material com cabo de madeira plastificado, material suporte plástico, comprimento suporte 40cm.	VASSOURA DO LAR	UNIDADE	1100	4,38	4.818,00
57	Sabonete líquido balde com 5lts	BELLOBELLA	UNID	700	5,96	4.172,00
59	Saco plástico para lixo capacidade 100 LITRO, pacote com 05 UNIDADE.	DONAPACK	PACOTE	9100	1,18	10.738,00
60	Saco plástico para lixo capacidade 30 LITRO, pacote com 10 UNIDADE	DONAPACK	PACOTE	3100	0,87	2.697,00
61	Saco plástico para lixo capacidade 50 LITRO, pacote com 10 UNIDADE	DONAPACK	PACOTE	13100	0,57	7.467,00
68	Tapetes antiderrapante para portas 50cm x 40cm.	REPLAS-TIL	UNIDADE	200	11,55	2.310,00
69	Toalhas de prato	DANTEX	UNIDADE	550	3,47	1.908,50
70	Vassoura com cerdas em nylon luxu com base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo(saliente) de 11cm e espessura média de 0,80mm, disposta em no mínimo 04 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base. A fixação das cerdas à base deverá ser firma e resistente com cabo de madeira plastificado, com emborrachamento na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeto acabamento, uso doméstico.	VASSOURA DE LAR	UNIDADE	1600	4,36	6.976,00
73	Vassourão de Piaçava tipo Gari, com cabo longo, com base de cerâmica e piaçava.	MUNDIAL	UNIDADE	1160	4,38	5.080,80
75	Colônia em frasco plástico de 200ml para criança, perfume lavanda.	FLORANENEN	LITRO	1100	4,92	5.412,00
76	Condicionador infantil suave, neutro, para todos os tipos de cabelo, sem corante e que não cause ardência nos olhos, frasco 200ml	POMPOM	LITRO	600	5,98	3.588,00

77	Creme Dental Infantil – Gel, Infantil Com Baixa Abrasividade, 50gr, Tutti-Frutti, Flúor, Lauril Sulfato De Sódio, Sacarina, Água	TRALALA	LITRO	210	2,78	583,80
83	Xampu infantil, suave, neutro, para todos os tipos de cabelo, sem corante, que não cause ardência nos olhos, mínimo de 200ml cada	CHARMINHO E CARI-NHO	CAIXAS	600	6,10	3.660,00
87	Talco pom pom 200g	TRALALA	UNIDADE	300	6,47	1.941,00
TOTAL						233.327,80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 100122023 - 13/04/2023						
VENCEDOR: COMERCIAL MOURA & FERNANDES LTDA						
CNPJ: 05.377.891/0001-13						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
38	MOP úmido ponta dobrada.medidas: 42x14,5cm	NOBRE	UNID	50	23,18	1.159,00
TOTAL						1.159,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 800122023 - 13/04/2023						
VENCEDOR: ELIEZER JURACY DELGADO NETO 08521345410						
CNPJ: 46.312.466/0001-23						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
13	Corda de varal, material em nylon, embalagem contendo 10m.	BETTANIN	UNID	200	1,00	200,00
16	Desinfetante uso geral balde com 5 lts. Essência floral.	SANOL	UNID	4600	5,50	25.300,00
19	Escova para pia, material em plástico, cerdas em nylon, dimensões 9,5x4,2x2,5cm.	NOVI??A	UNID	200	2,15	430,00
20	Escova sanitária com suporte, Material em plástico resistente com ponta arredondada e cerdas flexíveis, com 63 mm de comprimento, com fio sintético formando diâmetro de 82mm e conjunto total de 350mm de comprimento.	MONTE LIBANO	UNID	300	4,10	1.230,00
21	Espanja dupla face, uma em fibra sintética c/ material abrasivo em espuma p/ louça.	SCOTCH-BRITE	UNID	3000	0,15	450,00
22	Espanja lá/ão pct contendo 4 esponjas cada.	BOM BRIL	UNID	5100	0,40	2.040,00
25	Guardanapo. Papel não reciclado, 100% celulose não perceptível, folhas simples, cor branca, medindo 30x2,5, pacotes com 50 UNIDADE.	MILI	PACOTES	500	0,25	125,00
28	Lixeira 3 em 1 com pedal 30 LITRO	PLASUTIL	UNIDADE	40	44,00	1.760,00
29	Lixeira com tampa e pedal capacidade 13 lts.	PLASUTIL	UNID	80	14,00	1.120,00
34	Luva de borracha, material látex natural. Tam. GG, características adicionais: anti derrapante, anatômica e multi uso.	DESCAR-PACK	PAR	450	2,60	1.170,00
35	Lixeira com tampa e pedal capacidade 100 lts.	PLASUTIL	UNID	30	88,00	2.640,00
36	Mangueira. Composição/ Material PVC/Políéster, Comprimento 30m,	PLASTMAN	UNID	20	70,00	1.400,00
39	Pá para lixo com coletor zincado, cabo longo de madeira resistente, sem trincas, de primeira qualidade.	NOVI??A	UNIDADE	750	3,98	2.985,00
40	Palha de aço nº 0 c/ 32 pct.	A??OLAN	FARDO	300	3,30	990,00
42	Pano para limpeza de chão, tam. 50cm x 70cm.	BRESSER	UNIDADE	2600	2,40	6.240,00
51	Refil mop pó 40 cm	ROMHER	UNID	20	25,00	500,00
52	REFIL MOP PÓ 60 CM	ROMHER	Unid	30	33,00	990,00
54	Sabão em barra glicenilado 500g, pacote com 5 UNIDADE. Referência Ypê, Ace, Minuano ou qualidade superior.	MINUANO	UNIDADE	4500	6,50	29.250,00
66	Extensão elétrica de três tomadas de 1,5 m	PLUGAR	UNIDADE	30	18,50	555,00
72	Vassoura sanitária c/ cabo em plástico, cerdas em nylon.	BETTANIN	UNIDADE	500	4,80	2.400,00
74	Conjunto dobro 20 flex amarelo para limpeza completa(mop)	BRALIMPIA	UNIDADE	2	330,00	660,00
78	Creme para pentear infantil, bisnaga ou frasco de 150 ml	PALMOLIVE	UNIDADE	600	4,00	2.400,00
82	Sabonete líquido para mãos, com ação antibacteriana, frasco com 250 ml	PALMOLIVE	UNIDADE	200	5,00	1.000,00
84	Creme assadura 80g amêndoas unit	BABYMED	UNIDADE	300	8,50	2.550,00
TOTAL						88.385,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 200122023 - 13/04/2023						
VENCEDOR: INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE LTDA						
CNPJ: 08.158.664/0001-95						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
62	Saco plástico para lixo capacidade 30 LITRO, pacote com 10 UNIDADE para acondicionamento de resíduos Hospitalar Infectante Classe I.	DonaPack	PACOTE	2100	1,90	3.990,00
TOTAL						3.990,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 500122023 - 13/04/2023						
VENCEDOR: JTA COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA ME						
CNPJ: 21.318.384/0001-65						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
18	Detergente líquido, PH neutro, embalagem personalizada de 2 LITRO. Composição: Dodecil Benzeno, Sulfonato de Sódio e glicerina. Biodegradável e testado dermatologicamente. Ideal para limpeza e remoção de gorduras de louças e talheres. Validade, impressa na embalagem, mínima de 34 meses. O produto deve conter registro na ANVISA.	LIMPEQ	UNID	13100	3,30	43.230,00
TOTAL						43.230,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 600122023 - 13/04/2023						
VENCEDOR: KARLA KAROLINE FONTES MENESES						
CNPJ: 37.937.325/0001-05						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
79	Haste flexível, com ponta de algodão anti-germe, embalagem com 150 UNIDADE.	USE IT	CAIXA	250	2,38	595,00
80	Pente fino para higienização, contra caspa e pioho.	SANTACLARA	UNIDADE	250	1,38	345,00
86	Escova para bebê conjunto para cabelo	RCA	UNIDADE	30	8,73	261,90
TOTAL						1.201,90

Esperança – PB, 17 de Abril de 2023.

NOBSON PEDRO DE ALMEIDA
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, às 08:30 horas do dia 04 de Maio de 2023, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ADEQUAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO – PB (PASSAGEM MOLHADA), CONFORME CR 100746-VIS/20214816 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: gadobravolicitacao@gmail.com. Edital: www.prefeituragadobravo.com.br; www.tce.pb.gov.br.

Gado Bravo - PB, 17 de Abril de 2023

JOSE ROBERTO DA SILVA
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2023

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, às 10:00 horas do dia 04 de Maio de 2023, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE 6 (SEIS) SALAS DE AULA NA ZONA RURAL DE GADO BRAVO, PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO – PB, CONFORME PROJETO EM ANEXO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: gadobravolicitacao@gmail.com. Edital: www.prefeituragadobravo.com.br; www.tce.pb.gov.br.

Gado Bravo - PB, 17 de Abril de 2023

JOSE ROBERTO DA SILVA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS
AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS 00001/2023

A Presidente da Comissão de Licitação do Município de São José de Espinharas/PB, torna público para conhecimento dos licitantes participantes do Processo na modalidade Tomada de Preços Nº 00001/2023, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para Pavimentação de Ruas no Município de São José de Espinharas/PB, através do Contrato de Repasse nº 928793/2022/MDR/CAIXA, o Resultado do Julgamento de Preços do referido processo realizado pela comissão de licitação e o Setor Técnico. Considerações da Comissão: Após análise técnica do setor de engenharia, após diligência realizada para sanar falha na planilha com a empresa que apresentou menor valor mediante publicação na imprensa oficial (diligência atendida/segunda análise técnica realizada), obteve o seguinte resultado: Empresas Classificadas: 1. B2 CONSTRUÇÕES LTDA – ME CNPJ nº 27.944.573/0001-20 - RS: 220.370,79; 2. GOLDEN ENGENHARIA CNPJ nº 46.523.739/0001-89 – RS: 224.408,64; 3. RMG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ nº 23.429.439/0001-30 – RS: 224.412,70; 4. AMETISTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 29.828.673/0001-16; RS: 227.078,39; 5. SABUGI CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ nº 42.354.190/0001-95; RS: 231.836,38; 6. MENDONÇA E SILVA CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ nº 094.999/0001-09; RS 245.258,65; 7. DANTAS E FIQUEIREDO LTDA – ME CNPJ nº 27.083.541/0001-87; RS 248.917,00. Informa ainda aos licitantes que as propostas estão a disposição dos mesmos e que a partir da publicação da análise deste julgamento está aberto o prazo recursal mediante o que o preceito o artigo 109º, Inciso I, da Lei 8.666/93. Maiores informações, na sala da comissão de licitação situada na Praça Bossuet Wanderley, S/N - Centro - São José de Espinharas – PB.

São José de Espinharas/PB, 18 de Abril de 2023.
MARIA DO SOCORRO DE MEDEIROS SOUTO LÔBO
Presidente da CPL

EXTRATO DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO 00016/2023

OBJETO: Aquisição de peças para veículos leves, ônibus e outros para veículos das diversas secretarias do município de São José de Espinharas/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 00016/2023. DOTAÇÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 GABINETE DO PREFEITO - 04 122 3002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO; 02.030 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04 122 3002 2005 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS; 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10 301 3006 2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE - 10 301 3006 2008 PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB-FIXO - 10 301 3006 2012 PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ - 10 301 3006 2013 PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF - 10 301 3006 2080 OUTROS PROGRAMAS DO SUS; 10 302 3006 2081 ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192; 02.060 SEC. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - 04 122 3002 2029 MANUT. DA SEC. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, M. AMBIENTE E REC. HÍDRICOS; 02.070 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO - 12 368 3012 2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 12 368 3012 2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO; 12 368 3012 2042 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE - 12 365 3012 2043 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - CONVÊNIO DO ESTADO - 12 368 3012 2044 FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR - 12 365 3012 2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 12 361 3012 2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB - 30% - (OUTRAS DESPESAS) ENSINO FUNDAMENTAL; 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 08 244 3015 2055 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 14 244 3015 2068 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 02.091 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 08 244 3015 2058 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NOS SUAS - CRIANÇA FELIZ - 08 244 3015 2060 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF/PAIF/PSB/SCFV - 08 244 3015 2061 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SUAS - IGD SUAS - 08 244 3015 2062 MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA BOLSAS FAMÍLIA - IGB PBF - 08 244 3015 2064 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS; 02.100 SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - 15 122 3002 2070 MATERIAL DAS ATIV. DA SEC. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS. ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até 31/12/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas e: AUTO PECAS LEITE LTDA, CNPJ nº 09.353.780/0001-28 – Contrato nº 91601 - Valor R\$ 127.422,36; GIPAGEL AUTO PEÇAS LTDA, CNPJ nº 35.588.102/0001-54 – Contrato nº 91602 - Valor R\$ 121.925,48; GRANPECAS - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 04.906.156/0001-97 – Contrato nº 91603 - Valor R\$ 50.407,06; HB AUTOPECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 40.132.918/0001-09 – Contrato nº 91604 - Valor R\$ 147.337,90; O Cearense Distribuidora de Pecas Ltda, CNPJ nº 02.044.971/0001-69 – Contrato 91605 - Valor R\$ 47.046,98.

São José de Espinharas/PB, 17 de Abril de 2023.
Antônio Gomes da Costa Netto
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DA RAIZ
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA Nº 00001/2023

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, Chamada Pública de Compra objetivando: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, destinados a Secretaria Municipal de Educação para atendimento da Merenda Escolar Exercício 2023. Os interessados deverão apresentar envelope contendo a documentação e respectiva proposta até as 09:00 horas do dia 11 de Maio de 2023, na sala da referida comissão, sediada na Largo da Matriz, 60 - Centro - Serra da Raiz - PB. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura do respectivo envelope. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: cpserradaia@hotmail.com.

Serra da Raiz - PB, 18 de Abril de 2023.
JANIEL ANIZIO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
Rua José Ferreira, nº 05, fone/fax: (83) 3475-1001
CNPJ nº 08.882.862/0001-45

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 91001/2023, CONTRATO Nº 91002/2023, CONTRATO Nº 91003/2023, CONTRATO Nº 91004/2023.

OBJETO: Aquisição de material de elétrico entre outros equipamentos destinados as diversas secretarias do Município de São José do Bonfim/PB e do Fundo Municipal de Assistência Social e Saúde do município de São José do Bonfim/PB.

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO nº 00010/2023.

VIGÊNCIA: Até 31 de Dezembro.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Conforme Contrato

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José do Bonfim e - CANAPU COMERCIO DE DISTRIBUIÇÃO LTDA, cnpj nº 08.449.096/0001-81, valor: R\$ 24.610,00; - DEPOSITO E ELETRICAINCONFIDENTES LTDA, CNPJ Nº 71.402.192/0001-00, VALOR: R\$ 12.230,00; - GRAND COMMERCE LTDA, CNPJ Nº 43.471.316/0001-74, VALOR: R\$ 41.576,80; - JLAVANDOSKI FER-RAGENS, CNPJ Nº 36.673.446/0001-24, VALOR: R\$ 2.859,85. VALOR GLOBAL: R\$ 81.276,45. São José do Bonfim - PB, 18 de Abril de 2023.

ESAU RAUEL ARAUJO DA SILVA NOBREGA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - PB
AVISO DE DILIGÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00007/2023

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia-PB, através do Pregoeiro, em sede de diligência, referente ao Pregão Presencial Nº 00007/2023, que tem como objeto aquisição parcelada de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias mantidas pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia/PB no exercício 2023. Solicitar as Licitantes: GUSTAVO XAVIER GARCEZ, CNPJ Nº 26.303.607/0001-34, vencedora do item 90 - Luminária de LED pública de 120W modelo pétala com proteção contra jatos de água e poeira, bivolt automática 110/220, temperatura mínima de grau 4.000K, vida útil acima de 40.000h, Ângulo Mínimo de 120º e carcaça em Alumínio, marca apresentada na proposta MTX e LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ Nº 27.062.419/0001-24, vencedora do item 91 - Luminária de LED pública de 150W modelo pétala com proteção contra jatos de água e poeira, bivolt automática 110/220, temperatura mínima de grau 4.000K, vida útil acima de 40.000h, Ângulo Mínimo de 120º e carcaça em Alumínio, marca apresentada na proposta LEAD, e do item 92 - Luminária de LED pública de 200W modelo pétala com proteção contra jatos de água e poeira, bivolt automática 110/220, temperatura mínima de grau 4.000K, vida útil acima de 40.000h, Ângulo Mínimo de 120º e carcaça em Alumínio, marca apresentada na proposta LEAD. Apresentação de Amostras dos Produtos arrematados, visando averiguar a compatibilidade com o exigido no Termo de Referência e Normas Regulamentadoras, no prazo de até 03 (três) dias úteis no Setor de Licitações no mesmo endereço da sessão pública para análise técnica.

Santa Luzia - PB, 18 de abril de 2023.

Jonas Pereira de Andrade
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ – PB
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de SUMÉ – PB, por meio de sua Pregoeira abaixo transcrita, TORNA PÚBLICO que a IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2023, tempestivamente interposto pela SERVIZ TERCEIRIZADOS LTDA., – CNPJ/MF sob o nº 48.012.804/0001-37, foi analisada e julgada PROCEDENTE, conforme Parecer Jurídico constante nos autos do Processo. Considerando a necessidade de alteração no Edital que afeta diretamente a elaboração das propostas, a data de abertura da referida licitação prevista para o dia 19/04/2023 as 08:30 horas fica adiada para o dia 05/05/2023, às 08:00h. Outras informações pelo Telefone (83) 3353–2274.

SUMÉ – PB, 18 de Abril de 2023.

DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA
Presidente da CPL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2023 - 000

A Pregoeira Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 00016/2023, para o dia 02 de Maio de 2023 às 09:00 horas; e do início da fase de lances para o dia 02 de Maio de 2023 às 09:15 horas. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 07:30 às 11:30 horas dos dias úteis, na Praça Joao Ferreira da Silva, 366 - Centro - Tacima - PB. Telefone: (083) 33781029/91765042 W - E-mail: prefeituadedetacimab@gmail.com. Site: http://bnc.org.br/sistema/.

Tacima - PB, 17 de Abril de 2023

SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2023 - 000

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Joao Ferreira da Silva, 366 - Centro - Tacima - PB, por meio do site http://bnc.org.br/sistema/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, HIDRÁULICOS E GRAXA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 03 de Maio de 2023. Início da fase de lances: 09:30 horas do dia 03 de Maio de 2023. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:30 às 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33781029/91765042 W - E-mail: prefeituadedetacimab@gmail.com. Edital: https://www.pmtacima.pb.gov.br/. www.tce.pb.gov.br/ http://bnc.org.br/sistema/, podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado.

Tacima - PB, 17 de Abril de 2023

SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira Oficial



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 33/2022

Registro CGE Nº 23-00083-1

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, sediado a Av. José Américo de Almeida, s/n, nesta Capital, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica aos participantes da CONCORRÊNCIA Nº 33/2022 (Obras de Conservação Rotineira (Terraplenagem e Drenagem) na Malha Rodoviária Pavimentada do Estado da Paraíba, sob jurisdição da Residência Rodoviária de Patos), que após análise detalhada nas documentações das Propostas de Preços, respaldada na legislação vigente, Edital da licitação em epígrafe, em especial em suas Cláusulas 11.0 consideramos classificadas as Empresas na seguinte ordem: 1º lugar: SUPERJET SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - R\$ 2.871.356,25 (*), 2º lugar: NPC CONSTRUTORA LTDA - R\$ 3.084.798,17, 3º lugar: ZACCARA ENGENHARIA LTDA- R\$ 3.289.715,54, 4º lugar - COSAMPA PROJETOS CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 3.362.099,28 e 5º lugar - CLPT CONSTRUTORA LTDA – R\$ 3.466.003,83 e desclassifica a empresa: CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA por desentender ao item 11.0 sub item 11.1 letra "b5" em consonância com 14.2.4 do edital (apresentou preços unitários para: 04.999.03 - LIMPEZA DE SARJETÁ E MEIO FIO e 09.100.00 - MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS GERAIS, com valor superior aos preços unitários da planilha do DER/PB).

(*) Valor corrigido pela CPL, respaldada no item 5.0, subitem 5.4 "b" e "c" do edital
A CPL comunica que fica aberto o prazo recursal a partir da data desta publicação, no protocolo do DER/ PB. Protocolados no DER/PB, presencial ou através do e-mail:protocolo@der.pb.gov.br.

João Pessoa, 18 de abril de 2023.

Engº Sebastião Cirino da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CNPJ (MF) Nº 09.189.499/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DA CODATA

Ficam convidados os Senhores acionistas da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba – CODATA, o Diretor Administrativo e Financeiro, a Contadora e a Contador(a) da CODATA, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 25/04/2023, às 10h (dez horas) através de videoconferência, para deliberar sobre os seguintes itens:

1. Eleição do Conselho Fiscal referente ao Exercício 2023;
2. Aprovação das Demonstrações Contábeis, Exercício 2022;
3. Outros assuntos de interesse social.

João Pessoa, 17 de abril de 2023.

ANGELO GIUSEPPE GUIDO DE ARAÚJO RODRIGUES
Diretor Presidente

LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÉUTICO DO ESTADO DA PARAIBA S/A – LIFESA
CNPJ (MF) Nº 02.921.821.0001/96
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Por determinação do Presidente do Assembleia Geral, o Dr. Jhony Westlys Bezerra Costa, sirvo-me do presente para convocar os senhores acionistas do Laboratório Industrial Farmacêutico do Estado da Paraíba S/A - Lifesa, para se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de forma presencial, no próximo dia 20 de abril de 2023, às 14:00, na sede do Lifesa: a) Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Balanço Geral do exercício findo de 2022 (Art. 12, "a" do Estatuto Social do LIFESA); b) Posse dos novos Secretários de Estado da Saúde e da Administração como membros do Conselho de Administração do LIFESA (Art. 12, "c" do Estatuto Social do LIFESA); c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2023 (Art. 12, "c" do Estatuto Social do LIFESA), e d) Eleição e posse do novo Vice-Presidente.

João Pessoa, 18 de abril de 2023

Luciano Piquet da Cruz
Diretor-Presidente

LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÉUTICO DO ESTADO DA PARAIBA S/A – LIFESA
CNPJ (MF) Nº 02.921.821.0001/96
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Por determinação do Presidente do Consad, o Dr. Jhony Westlys Bezerra Costa, sirvo-me do presente para convocar os senhores Conselheiros, representantes dos acionistas no Conselho de Administração do Laboratório Industrial Farmacêutico do Estado da Paraíba S/A - Lifesa, para se reunirem, ordinariamente e de forma presencial, no próximo dia 24 de abril de 2023, às 14:30, na sede do Lifesa. a) Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Balanço Geral do exercício findo de 2022 (Art. 12, "a" do Estatuto Social do LIFESA). Comunicações a serem feitas aos Senhores Conselheiros: a) Projetos em andamento para implementação em 2023; b) Alienação de terreno de propriedade do LIFESA; c) Débito do LIFESA para com a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – CINEP.

João Pessoa, 18 de abril de 2023

Luciano Piquet da Cruz
Diretor-Presidente



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA
CNPJ 09.123.654/0001- 87
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 2023

Ficam os senhores acionistas convocados, a se reunirem em assembleia geral ordinária, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Feliciano Cirne nº 220, nesta Capital, para na forma do Artigo 17 do Estatuto Social, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Examinar, discutir e votar sobre o Relatório da Administração e de Sustentabilidade e Demonstrações Contábeis acompanhadas do relatório emitido pelos Auditores Independentes, parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
2. Destinação do lucro líquido do exercício 2022, conforme proposta da administração;
3. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia;
4. Outros assuntos de interesse dos acionistas.

Os documentos relativos à matéria a ser discutida encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, em conformidade com o artigo 135, §3º da Lei 6.404/1976.

João Pessoa, 17 de abril de 2023

LÚCIO LANDIM BATISTA DA COSTA
Presidente do Conselho de Administração

MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S.A. CNPJ/MF: 09.090.259/0001-45. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os Srs. Acionistas a participarem da AGO/AGE, que será realizada no dia 28/04/2023, às 9h, na sede social da empresa, situada na Fazenda Miriri, Zona Rural de Santa Rita/PB, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: a) Aprovação das contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31/12/2022, tendo sido o balanço publicado no dia 25/03/2023 no Diário Oficial do Estado da Paraíba e no Jornal A União; b) Destinação do Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/2022 e a distribuição dos dividendos aos acionistas; c) Aumento do Pro Labore da Diretoria; d) Fixação do valor dos honorários dos Conselheiros. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Inclusão de atividade secundária no objeto social da companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social; b) Consolidação do Estatuto Social; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Santa Rita, 10 de Abril de 2023. Gilvan Celso Cavalcanti de Moraes Sobrinho –Diretor Presidente.



Academia Paraibana de Letras
Edital 02/2023

O Presidente da Academia Paraibana de Letras (APL), de acordo com o artigo 19 do Regimento Interno e ouvido o Conselho Diretor, determina o dia 28 de abril de dois mil e vinte e três (28.04.2023), de 8:30 às 12:00, na Sede da APL, Rua Duque de Caxias, 25/37 – Centro – João Pessoa, PB, para a Eleição à Cadeira 05, vaga em virtude do falecimento do Acadêmico OSWALDO TRIGUEIRO DO VALE. Participarão do processo eleitoral os candidatos regularmente inscritos, sob aprovação do Conselho Diretor da APL.

Severino Ramalho Leite
PRESIDENTE



Edital para preenchimento de vaga de Membro Efetivo da APL

Realizada pela APL, a sessão especial em homenagem póstuma ao confrade José Jackson de Carvalho, falecido no dia 22 de fevereiro de 2023, está declarada a vaga de Membro Efetivo da Instituição, nos termos do artigo 16 do Regimento Interno e do parágrafo 4º, do Art. 7º do Estatuto da Entidade.

Para preenchimento dessa vaga, abre-se, com o presente Edital, o processo sucessório, devendo o candidato a Associado Efetivo ou Membro requerer inscrição ao Presidente da Academia, instruindo o pedido com:

- I - duas fotografias recentes;
 - II - "currículo vitae";
 - III - relação de obras e trabalhos artísticos; culturais e científicos produzidos, com indicação; conforme o caso, dos meios ou locais de publicação; divulgação ou guarda;
 - IV - exemplares dos referidos trabalhos e obras;
 - V- Pagar taxa de inscrição no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- O prazo para as inscrições será de sessenta dias corridos, a partir da publicação deste Edital.

João Pessoa, 19 de abril de 2023

Severino Ramalho Leite
PRESIDENTE



Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Permanente de Licitação
CPL/SES/PB

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº SES-PRC-2022/02093 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022
DATA DE ABERTURA: 03/05/2023 - AS 13h.
INÍCIO DA DISPUTA: 03/05/2023 – AS 14h.
REGISTRO CGE Nº 22-02473-0

LICITAÇÃO Nº 978557

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA ELÉTRONICA PARA O LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DRA TELMA LOBO - LACEN/PB. O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Saúde, por sua Pregoeira Oficial, Sra. Karla Michele Vitorino Maia, nomeada pela Portaria nº 171/2023/GS/SES, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará a licitação a cima, na modalidade Pregão do tipo Eletrônico, sob o critério do menor preço global por lote. O Edital ficará à disposição dos interessados no prazo prescrito na legislação pertinente, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Dom Pedro II, nº 1826, Torre, João Pessoa–PB ou nos endereços eletrônicos dos portais www.licitacoes-e.com.br, e www.centraldecompras.pb.gov.br. SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 24.649/2001, e subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993. Fonte de recursos: 500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. Consultas com a Pregoeira e a sua Equipe de Apoio no HORÁRIO de 08h às 12h e de 13:30 às 16:30h, no Telefone/Fax: 83. 3211-9092 ou pelo e-mail: cpl@ses.pb.gov.br.

João Pessoa, 18 de abril de 2023.

Karla Michele Vitorino Maia
Pregoeira Oficial da CPL/SES-PB
Matricula nº 170.333-1



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023
PROCESSO Nº 19.000.00024.2023

OBJETO/ÓRGÃO(S): REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FENO DE CAPIIM TIFTON, destinado à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA - SEDAP, conforme edital e anexos.

DATA E HORÁRIO: 04/05/2023 às 09h00 (horário de Brasília).
PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras - (compras.gov.br) UASG Nº 925302
O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica, para conhecimento dos interessados que, nos termos da lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe.

Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites https://www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.br, ou através do e-mail: gelicio4@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel: (83) 3208-9839. Cadastro da CGE nº 23-00606-6

João Pessoa, 18 de abril de 2023.

Diego de Almeida Santos
Gerente Executivo de Licitação

FRAÇÃO EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 10 de maio de 2023, às 15h00min - 2º LEILÃO: 12 de maio de 2023, às 15h00min - ("horário de Brasília")

Ana Claudia Carolina Campos Fração, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 66 - Moçoá - São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiver, que levará novamente a PÚBLICO LEILÃO, cumprindo as formalidades legais, de modo PRESENCIAL E ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 27/10/2010, cuja a FIDUCIATÁRIA MARIA DA PENHA SILVA, CPF nº 154.383.924-04, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 293.222,98 (Duzentos e noventa e três mil duzentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos - atualizados conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo "Apartamento nº 102, com área real privativa de 52,82m² e área total real privativa de 56,02m², com uma vaga de garagem, do Prédio Residencial Multifamiliar, situado à Rua Harkerey Henriques de Miranda Loureiro, nº 58 na cidade João Pessoa/PB", melhor descrito na matrícula nº 117.916 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de João Pessoa/PB", imóvel constituído. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CNPJ/MF 09.123.654/0001-87

Relatório da Administração e de Sustentabilidade - 2022

1. Sobre o Relatório

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA (“Companhia”) apresenta seu Relatório da Administração e de Sustentabilidade do ano de 2022, documento que descreve o seu desempenho alinhado ao Planejamento Estratégico aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos conceitos de Sustentabilidade (Ambiental, Social e Governança - ASG) no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022. A emissão do relatório de sustentabilidade é anual, sempre aprovado pelo Conselho de Administração após deliberação da Diretoria Executiva.

Além de ser uma importante ferramenta no processo de gestão, o relatório reafirma o compromisso com a transparência das informações prestadas aos seus clientes, acionistas, microrregiões através dos seus colegiados microrregionais, à sociedade e demais interessados, contribuindo para a consolidação desse relacionamento.

Para a Companhia, a divulgação de seu desempenho à sociedade é um processo que deve ser marcado pela escuta ativa e pelo acolhimento de sugestões e críticas. Quaisquer apontamentos sobre o presente documento devem ser direcionados à Assessoria de Gestão Empresarial, por meio do e-mail age@cagepa.pb.gov.br ou pelo telefone (83) 3218 1289.

2. Mensagem da Administração

Os serviços prestados pela CAGEPA garantem a João Pessoa (capital paraibana) e Campina Grande 100% de cobertura na área urbana no quesito distribuição de água tratada. Em termos de cobertura urbana de rede e esgotamento sanitário, a capital paraibana atinge o índice de 79,81%, enquanto Campina Grande, 96,49%.

João Pessoa e Campina Grande também se destacam no indicador de perdas na distribuição de água captada, ficando ambas bem abaixo na média nacional, que é de cerca de 40%. Na capital, o índice é 30,71%, enquanto em Campina Grande a marca chega a 28,33%, segundo estudo divulgado pelo Instituto Trata Brasil em sua 14ª edição, em 22 de março de 2022 celebrando o dia mundial da água.

(<https://tratabrasil.org.br/instituto-trata-brasil-divulga-o-ranking-do-saneamento-2022-no-dia-mundial-da-agua/>)

Esses números mostram que a Paraíba está no caminho certo, trilhando de forma assertiva e planejada a universalização dos serviços de água e esgotos em todas as regiões do Estado.

Reafirmando o nosso compromisso e comprometimento com o saneamento e com a população paraibana, em 21 de março de 2023 foi publicado também pelo o Instituto Trata Brasil em sua 15ª edição o Ranking do Saneamento com o foco nos 100 maiores municípios do Brasil. A CAGEPA conquistou diversos índices de liderança no Ranking do Saneamento, entre as cidades do Nordeste, Campina Grande é o 1º lugar e João Pessoa ocupa a 3ª posição.

Entre as capitais nordestinas, João Pessoa é o 1º lugar. Campina Grande também é a primeira cidade com o menor índice de perda no Brasil.

(https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf).

Mesmo com algumas restrições pela continuidade da pandemia mundial do novo coronavírus, na Paraíba, para além dos efeitos da crise sanitária enfrentamos concomitantemente o avanço dos efeitos das mudanças climáticas, expostos principalmente pela irregularidade dos períodos chuvosos, com avanço das áreas com estiagem mais agudas, e consequente a crise hídrica.

Na Paraíba, quase 98% do seu território está incluído no Polígono das Secas, a maior parte do estado apresenta clima semiárido, com índices pluviométricos baixos.

A CAGEPA, contudo, tem se esforçado e trabalhado para superar e amenizar dificuldades impostas pelos períodos de estiagem, graças à sua capacidade de resposta, eficiência, planejamento e execução de ações apresenta avanços operacionais e de gestão, que são expostas em uma série de medidas de curto, médio e longo prazos. Em várias cidades onde havia racionamento grave ou colapso em seu sistema de abastecimento, a Companhia procurou dispor de caixas d'água na zona urbana, visando otimizar o abastecimento da população, de forma emergencial e de qualidade por carros-pipa.

A CAGEPA é a implementadora do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB) do Governo do Estado da Paraíba que firmou o contrato de empréstimo com o Banco Mundial no valor de aproximadamente US\$ 127 milhões. O projeto tem como objetivo a melhoria da segurança hídrica através do aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, do aumento da oferta d'água potável no semiárido paraibano e da otimização dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário da grande João Pessoa, dentro desse projeto já estamos executando a obra da grande adutora do Cariri, que irá captar água do rio São Francisco e levar para toda a região do Cariri, bem como para os municípios de Taperoá e Junco do Seridó. Também retomamos a ação das obras da adutora do ramal Curimatá, que irá beneficiar municípios do Curimatá Paraíba, além de uma parte dos municípios da região do Brejo, em uma segunda etapa. No total, serão construídos mais de 700 km de adutoras, sendo que cada uma delas terá, por volta de 350 km, dotando de segurança hídrica, após sua conclusão, as regiões que mais sofrem com a falta de água em nosso Estado.

Reafirmando o nosso compromisso de promover saúde pública e qualidade de vida, por meio da universalização do saneamento básico de forma sustentável, a Companhia iniciou o processo de migração para o mercado livre de energia (energia de fontes 100% renováveis) em algumas de suas unidades consumidoras, trazendo benefícios para o meio ambiente e reduzindo custos. Também estamos em fase de estudos para utilização do biogás na produção de energia, gerando um movimento progressivo e sustentável no qual a CAGEPA está se inserindo. Uma importante conquista buscada em 2022 e alcançada no início de 2023 foi o recebimento do certificado SELO VERDE, concedido pelo Instituto Internacional Socioambiental Chico Mendes, essa certificação qualifica a CAGEPA como uma Companhia de Gestão Socioambiental Responsável.

Buscando melhorar a qualidade de vida, estudamos soluções inovadoras, tivemos um projeto de redução de perdas e melhoria na distribuição de água desenvolvido pela CAGEPA, publicado pela Sensors, revista científica internacional bem conceituada no espaço acadêmico (com conceito Qualis A1), destacando o algoritmo de controle produzido pela Companhia, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que otimiza a regularidade do abastecimento de água. A aplicação do programa em alguns reservatórios têm reduzido os vazamentos e garantido a pressão adequada na torneira dos clientes durante todo o dia, o grupo usou tecnologias habilitadoras enquadradas na área de Indústria 4.0, como inteligência artificial, Internet das Coisas e programação avançada.

A CAGEPA vem experimentando tecnologias de reuso de água através de parcerias com instituições de ciência e tecnologia e organismos internacionais a fim de dominar essas tecnologias criando oportunidades de novos negócios, inclusive já estamos em diálogo com setores agrícolas e industriais para viabilizar esse nicho de mercado. O uso de água de reuso é uma prática importante para preservação dos recursos hídricos e redução do consumo de água potável, principalmente em locais com escassez de recursos hídricos. Além disso, o reuso de água pode contribuir para a redução do volume de águas residuais descartadas no meio ambiente, ajudando a prevenir a poluição e preservando o meio ambiente.

A inovação continuou avançando, onde ações internas e de relacionamento com outros atores do mercado da inovação tem contribuído para mudarmos nossa cultura, sendo uma temática já recorrente na pauta de várias diretorias, permeando transversalmente toda a Companhia para encontrar as melhores tecnologias e soluções operacionais, que garantam maior eficiência e avanço das práticas sustentáveis.

O planejamento estratégico de longo prazo foi atualizado baseado na expectativa e nos desafios de desempenho e de mercado da CAGEPA, considerando a atual conjuntura econômica do país, bem como análise de cenários. Estamos vivendo em um momento de muitas mudanças no setor e no mercado, exigindo decisões cada vez mais rápidas, eficientes, seguras e consistentes do nosso planejamento. Por isso, seguimos confiantes e orgulhosos com a nossa missão.

Mesmo com consideráveis desafios derivados da pandemia, da crise hídrica e da reestruturação do setor de saneamento no Brasil, garantimos nossa capacidade econômica, de acordo com as regras do novo marco legal do saneamento, junto ao órgão regulador. Estamos aptos financeiramente, em estrutura e na qualidade de serviços, onde seguiremos com nossa sustentabilidade rumo à universalização.

Em 2022 asseguramos o equilíbrio de nossas finanças por meio da gestão eficiente das receitas, custos, despesas e fluxo de caixa, além da execução de investimentos prudentes e alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia. Convergimos ao International Financial Reporting Standards (IFRS), um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais, garantindo um padrão único, para que investidores e analistas contábeis possam mensurar nosso desempenho e a nossa posição financeira com maior precisão. Todo esse movimento nos permite que haja avanços nas parcerias, evidenciando nossa participação em políticas públicas relevantes para o nosso negócio e agregando valor à sociedade paraibana. E assim, trabalhando no presente com o olhar para o futuro, encerramos o ano.

Sabemos que 2023 seguirá desafiador, porém, estamos prontos para seguir crescendo e levando água de qualidade a todos (as) os (as) paraibanos (as), coletando e tratando o esgoto e contribuindo para a melhoria da saúde de todos os paraibanos.

3. A CAGEPA

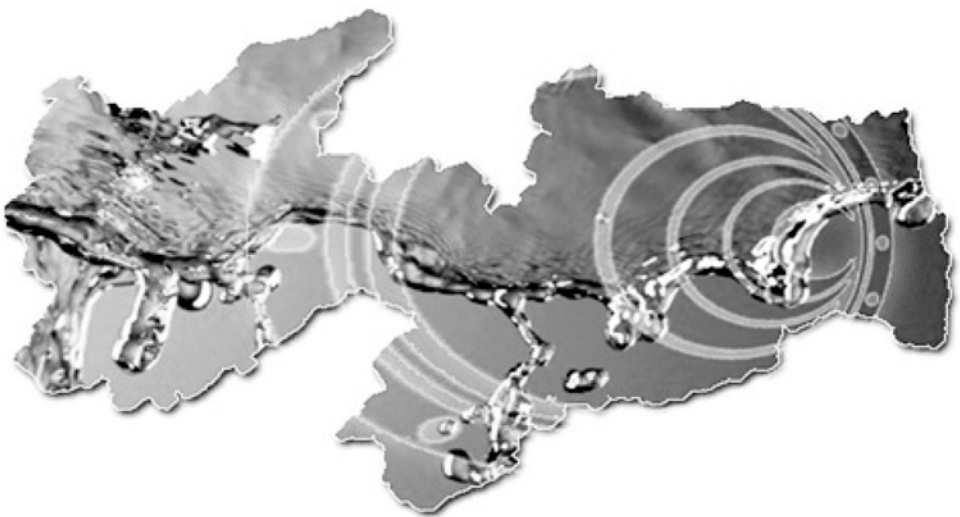
A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba é uma sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.459 de 31 de dezembro de 1966, alterada pela Lei Estadual nº 3.702 de 11 de dezembro de 1972, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH), com sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, e jurisdição em todo o território do Estado, com prazo de duração indeterminado.

4. Locais de Atuação

A Companhia está presente em 201 cidades sede de municípios e mais 24 distritos e povoados do Estado da Paraíba, num total de 225 localidades atendidas.

As atividades da Companhia, são realizadas por meio das suas 06 Unidades Regionais: Regional do Litoral (21 Municípios e 4 Distritos) com sede em João Pessoa; Regional do Brejo (36 Municípios e 7 Distritos) com sede em Guarabira; Regional da Borborema (59 Municípios e 9 Distritos) com sede em Campina Grande; Regional das Espinharas (40 Municípios e 1 Distrito) com sede em Patos; Regional do Rio do Peixe (27 Municípios e 1 Distrito) com sede em Sousa; e Regional do Alto Piranhas (18 Municípios e 2 Distritos) com sede em Cajazeiras, que atuam em sintonia com a sua Sede Administrativa em João Pessoa, buscando assegurar o atendimento à população com qualidade e tempestividade.

Figura 1 – Mapa da Paraíba

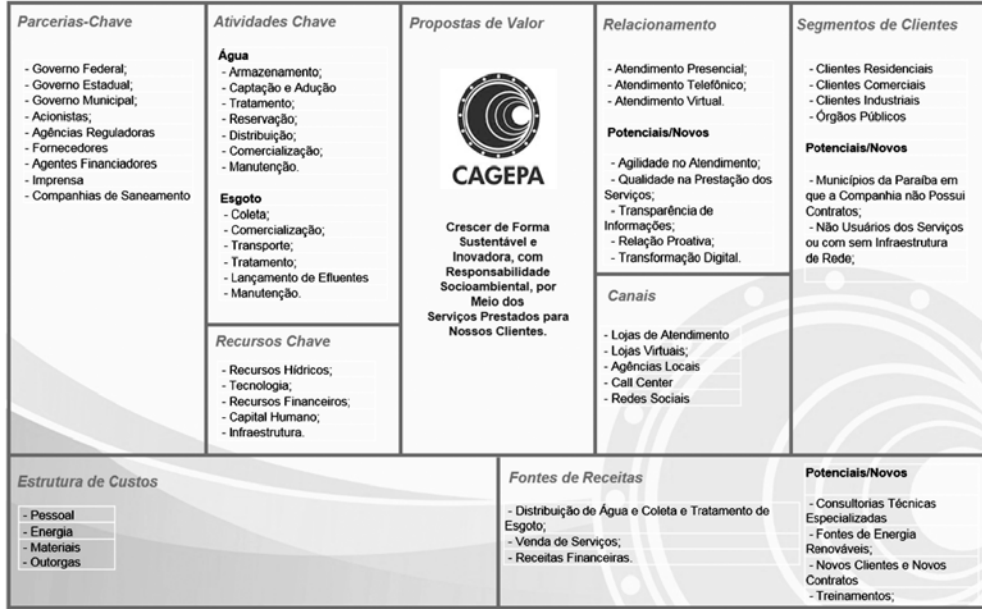


Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

4.1 Modelo de Negócio

Nosso modelo de negócios expõe de que forma a Companhia transforma os recursos disponíveis (humano, financeiro, intelectual, natural e social) em valor para os públicos de interesse, incluindo os custos e investimentos mais significativos associados a cada um deles. A análise do contexto externo e a evolução da gestão, da governança, das estratégias de negócios e dos resultados são constantes e permeiam toda a nossa atividade.

Figura 2 – Plano de Negócio da CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

5. Combate à Pandemia de Covid-19

Alinhados com as orientações do Governo do Estado da Paraíba, atuamos de forma proativa, visando a mitigação dos impactos da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde na sociedade. Na Companhia, o ano de 2022 marcou a configuração de uma dinâmica menos preocupante, no que se refere aos casos mais graves, tendo em vista o avanço da imunização. Mesmo diante dessa constatação, manteve-se as estratégias de acompanhamento e promoção à saúde dos colaboradores, cujas práticas do Comitê de Crise e da equipe psicossocial e médica permaneceram ativas e articuladas com as dinâmicas vivenciadas em cada período do ano, vejamos:

- Continuidade da emissão de normativas, sempre alinhadas às orientações das instituições de saúde, marcadamente à Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba. Desse modo, foram emitidas 06 (seis) normativas em 2022:
- Normativa nº 15, 01 de fevereiro de 2022, reafirma a obrigatoriedade do cumprimento das medidas de prevenção, considerando as Regras de Ouro (vacinação, higienização frequente das mãos e distanciamento individual); aponta o Protocolo de afastamento de trabalhadores doentes e/ou contactantes domiciliares de COVID-19 e trabalhadores acometidos pela Influenza; estabelece os critérios a serem observados no atendimento ao público externo da CAGEPA; possibilidade de escalas de revezamento, para os setores cujos espaços físicos sejam restritos; autoriza o trabalho em home office para as empregadas gestantes; reitera a obrigatoriedade do uso de máscaras para acesso às dependências da Companhia, por qualquer indivíduo, bem como dos(as) empregados(as) terem o esquema vacinal completo; obriga os gestores a informar mensalmente a situação laboral dos colaboradores que compõem sua equipe de trabalho, via plataforma no Sistemas Integrados da CAGEPA - SIC; suspende as atividades coletivas (Pilates e CAGEPA Runner Team); e restringe a realização de viagens, bem como de reuniões presenciais.
- Normativa nº 16, de 18 de março de 2022, considera a retomada das atividades presenciais dos trabalhadores que estavam em escala de revezamento e/ou home office, bem como do atendimento presencial ao público externo e das atividades coletivas; reafirmando a importância e a necessidade de apresentação da Carteira de Vacinação, pelos usuários externos, e para os casos dos(as) empregados(as), estas devem ser apresentadas à chefia imediata, sempre que utilizada, para fins de registro no formulário da situação laboral.
- Normativa nº 17, de 07 de abril de 2022, sinaliza o retorno gradual à normalidade, flexibilidade para uso de máscaras, reafirmando a necessidade de continuar observando as Regras de Ouro. Além disso, reitera a necessidade de todos os colaboradores cumprirem o esquema vacinal e do acompanhamento a ser feito pela chefia imediata.
- Normativa nº 18, de 21 de junho de 2022, restabelece o uso obrigatório de máscara nas dependências da CAGEPA em toda a Paraíba e mantém as demais disposições da Normativa anterior.
- Normativa nº 19, de 11 de agosto de 2022, delimita como facultativo o uso da máscara e o retorno integral às atividades presenciais de todos os colaboradores da Companhia, mantendo-se as orientações quanto ao afastamento de casos positivados e/ou contactantes.
- Normativa nº 20, de 09 de novembro de 2022, enfatiza a obrigatoriedade da 4ª dose (reforço) da vacina contra Covid-19, de modo a completar o ciclo vacinal.
- Desenvolvimento das atividades coordenadas pela equipe Psicossocial da Companhia e na área da Segurança do Trabalho: distribuição de máscaras de proteção individual, da distribuição de álcool 70% e da sanitização dos espaços de trabalho e veículos (rotina ou demanda de urgência apresentada pelas unidades).

6. Inovação como estratégia de desenvolvimento

A inovação passou a ser de responsabilidade de todas as nossas Diretorias, Gerências e Unidades Regionais, ou seja, deixou de estar vinculada a apenas uma área para se tornar um processo transversal na Companhia. É pertinente registrar que essa intersectorialidade se faz importante em um momento de intensas mudanças no setor de saneamento no Brasil e na Paraíba. A criatividade laboral é um ativo importante para a sustentabilidade da Companhia. A inovação em um ambiente empresarial é uma estratégia de impulso de transformações que eventualmente acontecem de forma natural, espontânea, lenta e que até sofrem resistência em ambientes institucionais tradicionais.

O ano de 2022 foi marcado por diversas atividades externas e entrosamento com outras instituições, a exemplo da Secretaria de Educação, FUNESC, SEBRAE, SENAI, Projeto Cooperar, Fundação Luís Eduardo Magalhães, FUNASA, INSA, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, UFCG, IFPB, UFPB e Escola Nacional de Administração Pública. Toda essa interação institucional tem oportunizado à CAGEPA localização de destaque entre os players mencionados.

7. Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007, o marco legal do saneamento básico, e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com a Lei nº 14.026/2020, a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, atualmente, depende da celebração de contratos de concessão ou de prestação de serviço, por meio de licitação prévia, extinguindo a possibilidade de celebração de novos contratos de programa.

A validade de tais contratos de concessão depende, entre outras exigências legais (artigo 11, Lei nº 11.445/2007), da comprovação mediante estudo da viabilidade técnica, econômica e financeira da prestação de serviços e da existência de metas, e cronograma de universalização do saneamento básico. A legislação conferiu especial importância a essas metas pois representam cláusula obrigatória e configuram condição de validade, de maneira que, mesmo nos contratos firmados anteriormente ao Novo Marco Legal, que ainda se encontram em vigor, deverão estas ser inseridas de forma a que sejam buscadas alternativas a fim de atingir as metas de universalização.

Cumprir destacar que a prestação regionalizada do serviço de saneamento nas microrregiões é de interesse comum, sendo o Estado o titular da região em conjunto com os municípios, conforme o art. 3º, XIV c/c o art. 8º, II, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, cuja redação deste último é a seguinte:

“Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum”

Neste interm, prevê a Lei Complementar Estadual nº 168/2021 (Lei das Microrregiões) o seguinte:

“Art. 3º São funções públicas de interesse comum das Microrregiões de Água e Esgoto o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas.

“Art. 7º São atribuições do Colegiado Microrregional:

I - instituir diretrizes sobre o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, a ser observadas pelas Administrações Direta e Indireta da própria autarquia microrregional ou de entes da Federação integrantes da Microrregião ou com ela conveniados;

III - especificar os serviços públicos de interesse comum, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis, inclusive quanto à unificação de sua prestação;

(...)XI - autorizar a prestação direta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta de um dos entes da entidade microrregional”.

Em linhas gerais, como o Estado é titular da região em conjunto com os municípios e a Cagepa integra a administração indireta do Estado da Paraíba, tal deliberação está em consonância com o art. 8º, II da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020”.

Ressalta-se, ainda, que o Novo Marco Regulatório do Saneamento, estabelece uma série de incentivos à prestação regionalizada dos municípios que estiverem inseridos neste processo, excluindo os municípios isolados (ou não regionalizados) do acesso aos recursos públicos da União ou dos financiamentos por eles geridos, a exemplo do FGTS, conforme transcrição do art. 50, inciso VII, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, abaixo posta.

“Art. 50. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados: (...)VII - à estruturação de prestação regionalizada; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)”.

Ademais, o Decreto Federal nº 10.588/2020 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026/2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445/2007, prevendo que:

“Art. 2º A prestação regionalizada de serviços de saneamento visa à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, com uniformização do planejamento, da regulação e da fiscalização.

§ 1º Para fins de alocação de recursos públicos federais e de financiamentos com recursos da União, ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União, será considerada cumprida a exigência de prestação regionalizada:

I - na hipótese de região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, com a aprovação da lei complementar correspondente;

II - na hipótese de unidade regional de saneamento básico, com a declaração formal, firmada pelo Prefeito, de adesão aos termos de governança estabelecidos na lei ordinária; ou
III - na hipótese de bloco de referência, com a assinatura de convênio de cooperação ou com a aprovação de consórcio público pelo ente federativo.”
No que tange à regionalização, o novo marco legal do saneamento, aprovado em 2020, a prevê como um dos pilares para o desenvolvimento do setor de saneamento básico no Brasil. Essa medida é importante porque permite uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento, garantindo a oferta de água e esgoto de qualidade para toda a população. A regionalização consiste em agrupar municípios em regiões de acordo com características comuns, como recursos hídricos, infraestrutura, capacidade de investimento e demanda por serviços de saneamento.

Ademais, podemos citar como critérios estabelecidos para a formação das microrregiões, os seguintes: i) Obediência aos limites municipais; ii) Sistemas Integrados para Redução de Custos; iii) Minimização da taxa de reajuste tarifário para alcançar a regionalização; iv) Redundâncias de Sistemas para enfrentamento das estiagens; v) Consideração de Projetos existentes e Ações Futuras como Ativos Potenciais; vi) Respeito aos limites das Bacias Hidrográficas para melhorar o planejamento do uso da água; vii) Respeito às áreas de abrangência das Adutoras por facilidade operacional; viii) Uso do Projeto de Integração do São Francisco - PISF como elemento integrador de políticas públicas e ix) Política Pública de Saúde. Essa estratégia é importante porque possibilita a criação de uma gestão compartilhada entre os municípios da região, que passam a trabalhar em conjunto para garantir a universalização dos serviços de água e esgoto, tendo como premissas: i) Atendimento às metas do Marco Legal de cobertura de água e esgoto; ii) Preservação da infraestrutura atual dos sistemas, diminuindo a necessidade de investimento; iii) Garantia da segurança hídrica; iv) Ampliação da integração dos sistemas de acordo com o planejamento interno ajustado ao externo via SEIRH e ANA; v) Alinhamento de reajustes para manutenção da tarifa módica e equilibrada; vi) Alinhamento com políticas públicas do Estado e viii) Sustentabilidade financeira com modicidade tarifária.

Com a regionalização, é possível planejar e executar investimentos de forma mais integrada, evitando a duplicidade de esforços e garantindo a aplicação dos recursos de forma mais eficiente. Além disso, a regionalização pode facilitar o acesso a recursos financeiros e tecnológicos, já que as regiões podem se unir para pleitear financiamentos e firmar parcerias com empresas especializadas. Outro benefício da regionalização é a criação de uma estrutura de governança mais robusta, que permite uma gestão mais transparente e participativa. Com a participação dos municípios da região na tomada de decisões, é possível promover uma gestão mais democrática e eficiente dos serviços de saneamento, atendendo às demandas e necessidades da população.

Em resumo, a regionalização é uma medida essencial para o sucesso do novo marco legal do saneamento, pois permite uma gestão mais integrada e eficiente dos serviços de saneamento básico. Com essa estratégia, é possível garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para o desenvolvimento sustentável do país.

Considerando a necessidade de adequar a legislação estadual às inovações trazidas à matéria de abastecimento e saneamento pela legislação federal, o Governo do Estado publicou o Decreto Estadual nº 41.210, de 29 de abril de 2021, que instituiu comissão composta por: I – representante da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, que coordenou a Comissão de Adequação; II - representantes, titulares e suplentes, de cada um dos seguintes órgãos e entidades: a) Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB; b) Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP; c) Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba - PGE; d) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG; e) Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA; f) Projeto Cooperar – Saneamento Rural (Paraíba Rural Sustentável), para adequação do marco regulatório do saneamento básico do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Com o apoio da referida comissão, em 22 de junho de 2021 foi publicada a Lei Complementar nº168, sendo instituídas as Microrregiões do Alto Piranhas, do Espinharas, do Borborema e do Litoral e suas respectivas estruturas de governança, após o competente estudo de regionalização. Em seguida, foram publicados os decretos dos regimentos internos provisórios das referidas Microrregiões. O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao Estado da Paraíba, aos Municípios que integram as Microrregiões e às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que com elas se relacionam, no que concerne às funções públicas de interesse comum. Ficam as Microrregiões de Água e Esgoto autorizadas a celebrar convênio de cooperação de forma a que a estrutura de regionalização possa beneficiar também os Municípios localizados em Estados limítrofes, os quais terão prerrogativa de participação, voto e outros direitos e deveres equivalentes aos dos Municípios paraibanos que integram a Microrregião. Para sua eficácia, o convênio de cooperação entre entes federados, além da própria Microrregião, deve ser subscrito tanto pelos Municípios beneficiados, como pelo Estado em cujo território se situe.

Insta informar que, com vistas a atender o disposto no Decreto Federal nº 10.710/2021, a Companhia aditivou 48 (quarenta e oito) contratos de concessão e de programa regulares e vigentes que possui com municípios operados, que tiveram os seus termos aditivos (de atualização) aprovados por unanimidade pelos respectivos colegiados microrregionais. Após, houve a autorização do Conselho de Administração da Companhia, e em atendimento ao art. 11, inciso I, do Decreto 10.710/2021, a CAGEPA encaminhou a referida documentação para análise da Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), bem como os EVTE's (estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira) atinentes a tais prestações de serviço, o que foi realizado em 30 de dezembro de 2021. Ato contínuo, em 29/03/2022, houve a aprovação pela ARPB da capacidade econômico-financeira da Companhia, tornando os supramencionados contratos, vigentes e regulares.

Quanto aos demais municípios em atendimento ao art. 7º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 168/2021, que regulamenta o art. 8º, II da Lei federal nº 11.445/2007, a CAGEPA salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa. Inclui-se em cumprimento à Lei Complementar Estadual nº 168/2021, que dispõe sobre o tema previsto no art. 8º, II c/c art. 10 da Lei federal nº 11.445/2007, que trata da possibilidade de descentralização administrativa técnica, foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da SEIRH, onde o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA nesta Microrregião, em razão desta integrar a administração indireta do Estado que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral, bem como procedeu com a aprovação da minuta de regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo até 31/12/2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos. O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto de 2022.

Após mais de 02 (dois) anos de sua publicação, o novo marco legal do saneamento ainda é objeto de debates e discussões, tanto na esfera jurídica quanto na operacional, atravessando, o que parece ser, um período de amadurecimento e adequação do mercado, das empresas e da sociedade como um todo, às novas regras postas pelo poder legislativo. Todavia, é de bom alvitre ressaltar que a modelagem implementada pela Paraíba, qual seja a prestação direta no âmbito das Microrregiões, em que pese ser pioneira, é plenamente legal, uma vez que é baseada no art. 8º, II c/c art. 10 da Lei nº 11.445/2007 atualizada pela Lei nº 14.026/2020, o que ocasiona a devida segurança jurídica para a continuidade de sua prestação.

7.1 Enquadramento da Companhia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia operava serviços de abastecimento de água em 201 (duzentos e um) municípios e 24 (vinte e quatro) distritos e povoados e serviços de esgotamento sanitário em 22 (vinte e dois) municípios. Do total de municípios atendidos em 31 de dezembro de 2022, 48 municípios possuem contratos vigentes e tiveram os seus instrumentos contratuais que foram aditivados para atender ao novo marco regulatório, mais especificamente ao Decreto Federal nº 10.710/2021, apresentando a inclusão das metas de universalização (99% de abastecimento de água e 90% de esgotamento sanitário) e os seus estudos de viabilidade da capacidade econômico-financeira.

Quanto à regularização da prestação de serviço nos municípios que não possuem contratos de Concessão/Programa vigentes, em atendimento à Lei complementar estadual nº 168/2021, a Companhia salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH) e com a anuência dos municípios, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa técnica e em cumprimento a referida legislação, foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Recursos Hídricos - SEIRH, onde o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta do Estado que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral, bem como procedeu, no dia 24 de agosto de 2022, com a aprovação da minuta de regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo até 31 de dezembro de 2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos.

O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto de 2022 pelo representante legal da Microrregião do Litoral, Secretário Geral Deusdete Queiroga e pelo Presidente da CAGEPA, Marcus Vinícius Fernandes Neves. Com esta regulamentação e de acordo com a deliberação do Colegiado Microrregional do Alto Piranhas, Espinharas e Litoral, ficarão 123 (cento e vinte e três) Municípios com prestação direta de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário, restando 22 Municípios não operados pela Companhia. É de bom alvitre ressaltar que os 78 (setenta e oito) municípios que possuem prestação de serviço regularizada, sendo 48 (quarenta e oito) mediante contratos de concessão/programa e 30 (trinta) através de Prestação Direta no âmbito do interesse comum na Microrregião do Litoral.

Essa prestação regularizada representa, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) da arrecadação da CAGEPA. Desta feita, os 20% (vinte por cento) remanescentes da arrecadação correspondem aos 123 (cento e vinte e três) municípios que estão em fase de regularização nas Microrregiões, conforme já mencionad alhures. Em relação às demais Microrregiões, Alto Piranhas, Espinharas e Borborema, ainda no primeiro semestre de 2023, serão realizadas as competentes assembleias deliberativas acerca da prestação direta dos serviços, regularizando, desta forma, todas as prestações precárias nos municípios envolvidos.

8. Governança Corporativa

A governança corporativa é o sistema pelo qual a CAGEPA é dirigida, monitorada e incentivada, envolvendo relacionamento entre seus sócios, conselho de administração, conselho fiscal, comitês, diretoria executivas e seus principais stakeholders, seguindo regras éticas e de boas práticas que aliam a busca pela sustentabilidade social, econômico-financeira e do estímulo ao ambiente íntegro na condução na tomada de decisões. Permitindo a busca constante pelo atendimento do interesse público, por meio da consecução dos objetivos da Companhia.

A Companhia está sujeita às leis federais nº 6.404/1976 (das Sociedades Anônimas), nº13.303/2016 (das Estatais) e nº14.026/2020 (do novo marco legal do saneamento) e seus desdobramentos. No âmbito estadual, a Companhia obedece às diretrizes da Lei Complementar Estadual nº 168/2021 (das microrregiões de água e esgotos) e da Agência de Regulação do Estado da Paraíba. (ARPB), com normatização feita por meio da Resolução ARPB 02/2010.

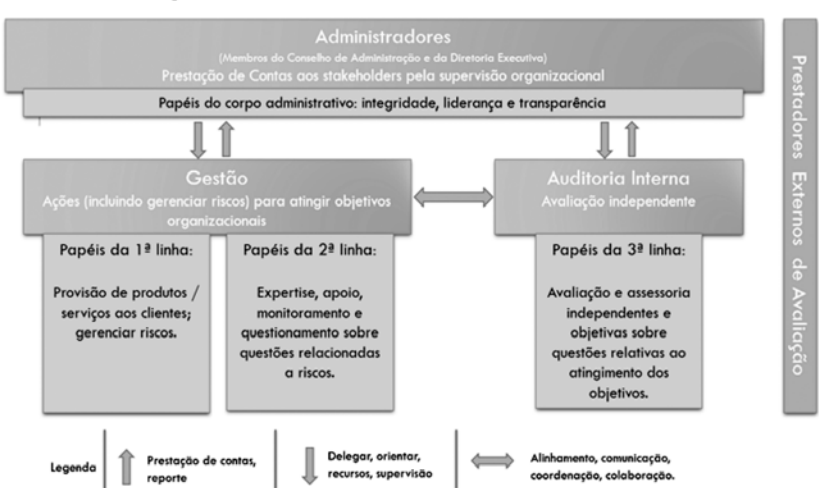
Internamente, a CAGEPA é regida pelo seu Estatuto Social as diretrizes por meio de políticas e resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração além das normativas administrativas internas emanadas pela Diretoria Executiva.

Atualmente a Companhia conta com as seguintes Políticas: Políticas de Gestão de Riscos Estratégicos; de Transações com Partes Relacionadas; de Divulgação de Informações; de Distribuição de Dividendos; de Porta-Vozes; de Gestão de Pessoas; Ambiental; de Perdas e de Remuneração da Administração, além das normativas administrativas internas emanadas pela Diretoria Executiva.

Merece destaque em 2022 a criação pela presidência, do Comitê de Gestão de Riscos Estratégicos e demais Riscos da Companhia que é um órgão auxiliar da Presidência de caráter permanente, de natureza consultiva e propositiva, instituída para dar apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração no que tange à apreciação e validação dos riscos e suas revisões.

Comprometida com as melhores diretrizes de gestão e conduta, a Companhia trabalha continuamente para aprimorar as suas práticas e seus processos, assegurando por meio desses a evolução do seu negócio seguindo orientações do Institute of Internal Auditors (IIA)

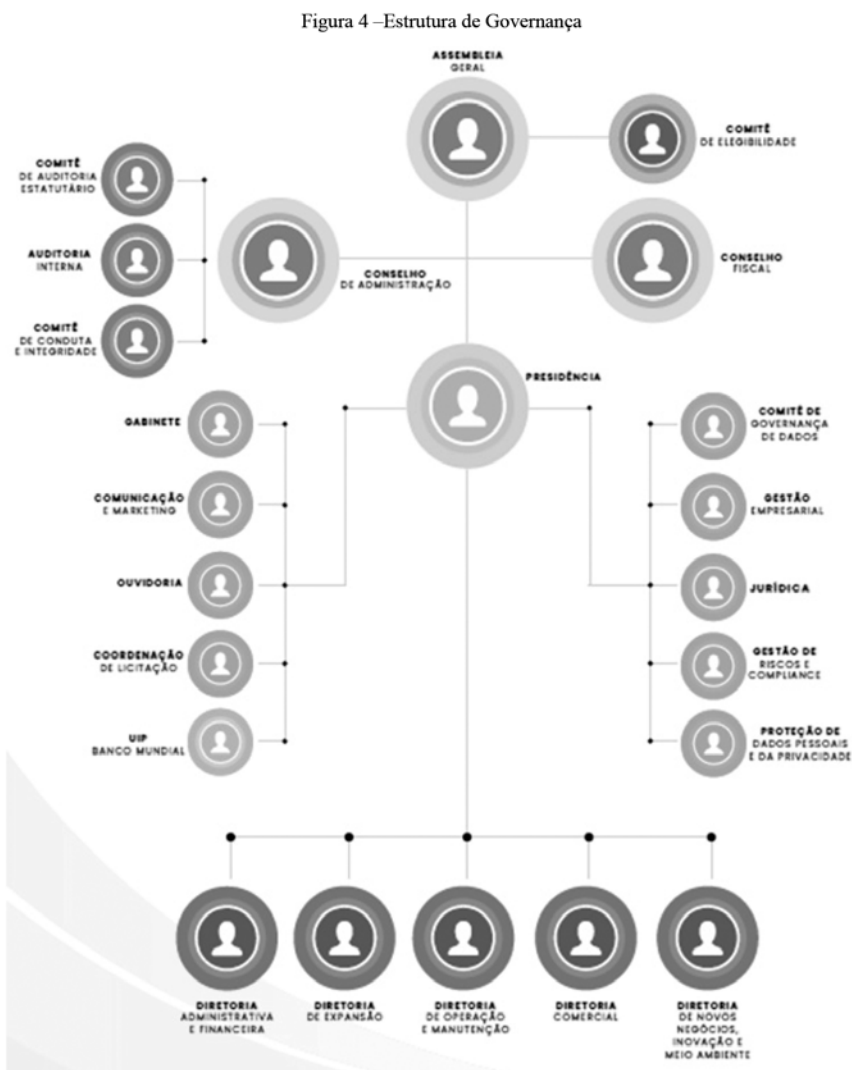
Figura 3 – Modelo das três Linhas do The IIA na CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

8.1 Estrutura de Governança Corporativa

A estrutura de administração da CAGEPA está organizada conforme o organograma:



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A Assembleia Geral é o órgão superior de deliberação da Companhia, sendo constituída pela reunião de acionistas, convocada e instalada na forma da Lei de Sociedade por Ações e do Estatuto Social, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Sua competência é fixada em Lei.O Comitê de Elegibilidade é órgão estatutário de caráter permanente, auxiliar do acionista controlador, que verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais nos termos da legislação vigente.

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação e controle da Companhia, é composto de 8 (oito) membros, todos eles têm direito a voto e são eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sua competência também é fixada em Lei e pelo Estatuto da Companhia.

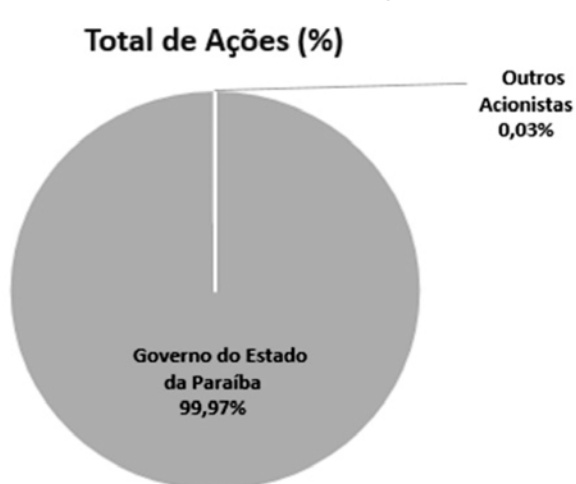
O Conselho de administração conta com assessoramento do Comitê de Auditoria Estatutária que tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e auditoria independente, e de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia. Também vinculado ao Conselho de administração tem o assessoramento do Comitê de Conduta e Integridade que propicia a integração da Companhia junto ao seu Código de Conduta e Integridade, bem como aderência a práticas de integridade e ao regramento que dispõe sobre a conduta ética, e da Auditoria Interna que que aprova e supervisiona as atividades do Plano Anual de Trabalho executado de forma independente. Nesse processo, além das auditorias sistemáticas, em 2021, foram implementadas no Plano Anual de Trabalho as Auditorias Específicas com análise de matérias administrativas de relevante interesse da Administração e do cumprimento à Legislação.

O Conselho Fiscal, é um órgão fiscalizador independente da diretoria e do conselho de administração, compõe-se de 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas. Sua competência também é fixada em Lei e pelo Estatuto da Companhia.

A Diretoria Executiva órgão executivo, exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração é constituída por 06 (seis) membros, acionista ou não, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria Executiva compõe-se de Diretor Presidente, Diretor de Expansão, Diretor de Operação e Manutenção, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Comercial e Diretor de Novos Negócios, Inovação e Meio Ambiente.

8.2 Composição Acionária

Gráfico 1 – Percentual de Ações

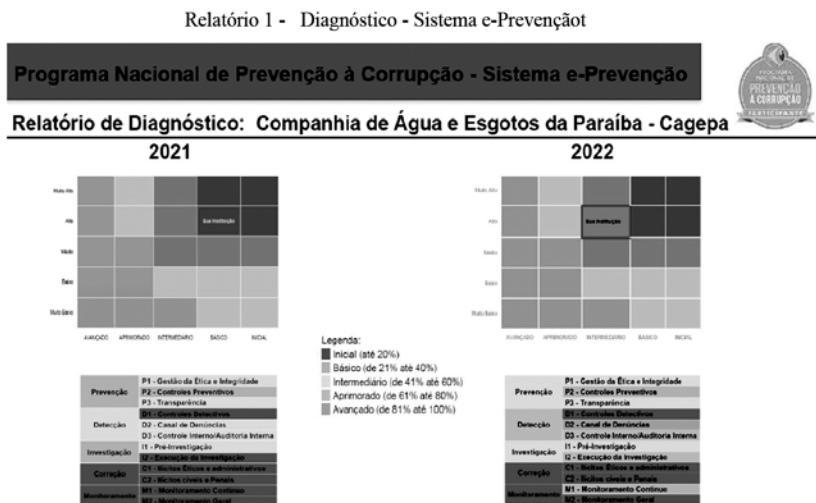


Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

9. Compliance, Transparência e Ética

Numa abordagem conceitual, compliance é o dever de agir de acordo, de estar em conformidade e de fazer cumprir regulamentos internos e externos relacionados às atividades de uma organização. A área de compliance tem por função promover a integridade e a conformidade organizacional, zelar pelo cumprimento de leis, normativas, políticas e diretrizes internas, demais regulamentos aplicáveis e padrões éticos, orientar e conscientizar quanto à prevenção de atividades e de condutas que possam ocasionar riscos à integridade da CAGEPA e de partes interessadas.

O tribunal de Contas da União disponibilizou espaço para acesso ao e-Prevenção, uma plataforma de autosserviço para auxiliar as organizações públicas a diagnosticarem sua suscetibilidade à corrupção e a melhorarem seus sistemas institucionais de prevenção. A Companhia fez a sua avaliação de suscetibilidade à corrupção e utilizou a plataforma para conhecer os melhores caminhos para a implementação de um sistema de integridade de alto nível. Segue abaixo o relatório de diagnóstico e a nossa evolução de prevenção à corrupção do ano 2021 para 2022.



Fonte: Rede de Controle da Gestão Pública

A transparência pública é um dos mecanismos mais eficientes e essenciais para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pela Lei Federal 12.527/2011 (de Acesso à Informação).

Atendendo ao princípio de transparência ativa e ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a CAGEPA disponibiliza em sua página eletrônica o acesso das informações públicas sobre a Companhia. É uma ferramenta de comunicação com a sociedade e tem como objetivo, dar publicidade aos atos da administração atendendo a determinação da 13.303/2016 (das Estatais) e estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações realizadas pela Companhia.

Ainda temos o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

Prezando também pela transparência, e cumprindo a legislação estadual, a Companhia transmite ao vivo os seus processos licitatórios pelo canal da Comissão Permanente de Licitações no YouTube, permitindo que qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, possa acompanhar online e em tempo real todo o processo de seleção dos fornecedores e das compras mais importantes da CAGEPA.

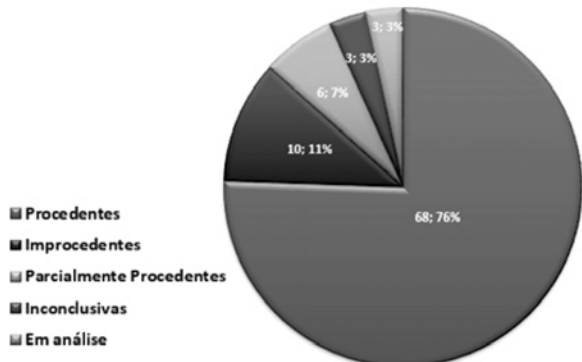
O código de conduta e integridade (CCI) é o guia balizador de todas as decisões da Companhia, deixando claro as condutas aceitáveis e as que não devem ser praticadas e não aceita pela CAGEPA. O controle da aplicação do conteúdo do CCI é feito

por meio da avaliação de riscos e controle internos realizados por meio de Auditorias de Gestão e por ações específicas (preventivas ou corretivas) realizadas pela Assessoria de Risco e Compliance.

O Canal de Denúncias é disponibilizado pela Companhia para o registro de ações e condutas que ferem leis e regulamentos vigentes, normas internas ou o Código de Conduta e Integridade, incluindo vazamento ou uso indevido de informações, fraude, corrupção, suborno, assédio, discriminação, preconceito, roubo, furto ou desvio de materiais, favorecimento, conflito de interesses, irregularidades em contratos e licitações, entre outras. As denúncias recebidas passam por averiguação quanto à veracidade, que, uma vez confirmada, leva à instauração de procedimentos de apuração interna. O encaminhamento é feito conforme o nível de gravidade da conduta denunciada, sendo levado ao Comitê de Conduta, para a devida gestão da consequência. Em todo o processo há respeito ao direito de defesa dos denunciados e ao anonimato dos denunciantes.

Link do canal de denúncia: https://sic.cagepa.pb.gov.br/form_denuncia_ouvidoria_denuncia/index.php?tipo=DE

Gráfico 2 – Registros do canal de denúncias em 2022



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

10. Gestão de Riscos

O processo de Gestão de Riscos na CAGEPA é regido pela Política de Gestão de Riscos, que estabelece os mecanismos de gestão e controle que visam à preservação e à geração de valor, em alinhamento à Missão, Visão, Valores e aos objetivos estratégicos da Companhia, está em conformidade com o disposto na Lei 13.303/2016 (das estatais) e com as boas práticas de governança corporativa.

A Companhia conduz a gestão dos riscos de modo segmentada, em que cada responsável pelo risco atua em sua gestão, especialmente os riscos que podem afetar os negócios, a geração de valor e o desempenho operacional e financeiro. Estamos desenvolvendo planos de contingência, investindo em tecnologia e capacitação dos colaboradores e mantendo uma boa relação com os usuários e a comunidade em geral.

Figura 5 – Principais Riscos

Estratégico
Riscos que podem impactar no valor econômico da marca e na imagem da Companhia, estão relacionados diretamente ao cumprimento dos objetivos estratégicos, podendo afetar o cumprimento do plano de negócios e a sustentabilidade da Companhia
Operacional
Riscos relativos a falhas em equipamentos, interrupções no fornecimento de energia elétrica, problemas de manutenção, entre outros, que podem afetar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados pela Companhia
Regulatório
Riscos referentes as mudanças na legislação, regulação e fiscalização podem afetar as operações e a rentabilidade da Companhia.
Ambiental
Risco de poluição da água, o despejo de resíduos e produtos químicos nocivos podem causar danos ao meio ambiente e à saúde pública, além de gerar multas e ações judiciais contra a Companhia.
Imagem
Riscos de problemas na qualidade e continuidade dos serviços prestados, falta de transparência e de comunicação adequada com os usuários podem afetar a imagem e a reputação da Companhia.

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Em 2022, os principais riscos monitorados para gerenciamento sistemático foram:

- Indisponibilidade hídrica;
- Descumprimento de metas contratuais e regulatórias;
- Falha na prestação do serviço ao cliente;
- Risco a segurança de dados;
- Deterioração da imagem / marca.

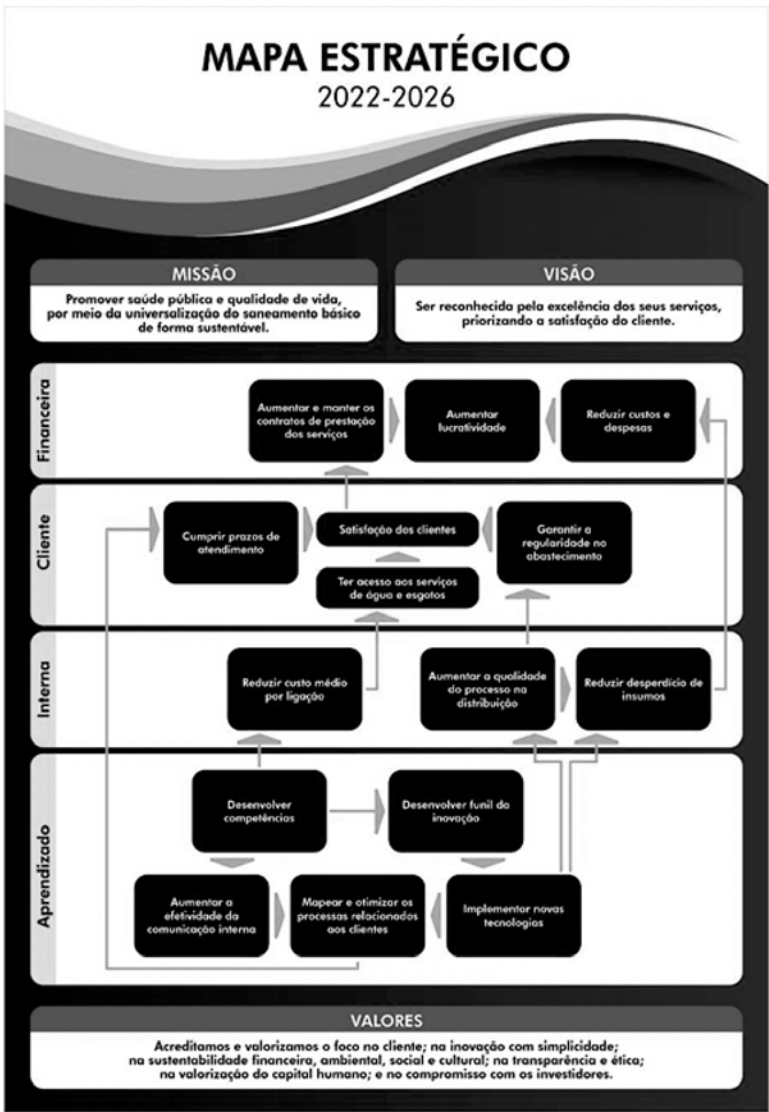
11. Estratégia e Visão de Futuro

Para nós, a estratégia é essencial, nos ajuda a definir o rumo da Companhia e a orientar ações e decisões, além de garantir que todos os colaboradores e parceiros estejam trabalhando em direção a objetivos em comum.

A Companhia está revisitando suas estratégias e percepções das partes interessadas e do ambiente de negócios diante das mudanças de mercado e das legislações que regem o setor de saneamento, ajudando a CAGEPA a se manter competitiva aproveitando as oportunidades que surgem no futuro.

Os objetivos estratégicos serão desdobrados em metas intermediárias (curto, médio e longo prazos), identificar iniciativas estratégicas (projetos ou programas), definir indicadores estratégicos (mensurar) atribuir responsabilidade (pessoas, equipes e comissões) e, garantir a comunicação e engajamento (alinhando a estratégia) sempre em consonância ao gerenciamento de riscos com o propósito de mitigá-los e, assim, tornando a CAGEPA bem-sucedida em sua missão. Os desdobramentos dos objetivos estratégicos é um processo contínuo que deve ser revisado e ajustado regularmente.

Figura 6 – Mapa Estratégico da CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Visando o engajamento constante, a CAGEPA realiza no âmbito da área comercial avaliação de resultados, com base em diversos indicadores de desempenho tais como: Indicador de Faturamento (IF), Indicador de Arrecadação (IA), Indicador de Débito (ID), indicador de hidrométrico (IH), entre outros, são apenas exemplos de métricas que fomentam entre as suas unidades regionais, uma disputa saudável, com metas claras, em busca dos melhores resultados e premiando as coordenações locais e outros gestores, de acordo com uma classificação geral dos indicadores, apurada ao final de cada ano. Os indicadores criam um ambiente sadio de concorrência interna por melhores resultados e propicia, cada vez mais, a busca pela satisfação de nossos clientes. Em maio de 2022, a Diretoria Executiva adotou como prática de gestão e promoveu evento de valorização por mérito e resultados, a premiação dos Indicadores de desempenho 2021, fortalecendo os laços, união das equipes, celebrando os melhores resultados por área de atuação, estimulando a competição saudável, o reconhecimento do trabalho e a coragem de fazer mais com menos. Uma vitória celebrada por todos que possuem a consciência que o atingimento das metas representa a vitória de toda a sociedade paraibana, que investe e acredita no compromisso da Companhia em prestar um serviço de excelência com responsabilidade social.

Em março de 2023 a CAGEPA promoveu a sua primeira Convenção, debatendo os desafios do saneamento e as boas práticas da Companhia e ao fim do encontro, os melhores resultados dos indicadores de desempenho da área comercial no ano de 2022 foram premiados, como forma de reconhecimento e motivação com os profissionais envolvidos. Serão lançados ainda para 2023 os indicadores da área de operação e manutenção e da área administrativa e financeira, que farão parte dos indicadores oficiais da Companhia, a serem avaliados pelos gestores, em busca de um serviço de excelência.

12. Partes Interessadas

Identificamos como as principais partes interessadas (internas e externas) da CAGEPA: colegiados microrregionais, clientes, empregados, fornecedores, governo, órgãos reguladores, investidores, sociedade e sindicatos em face da influência desses públicos nas operações, desempenho e imagem da Companhia. Ao reconhecer esses atores como partes interessadas e parceiros de negócios, a Companhia entende que esses agentes são determinantes e importantes na execução das suas atividades e para o atingimento dos objetivos estratégicos.

A importância de gerenciar as partes interessadas inclui medidas a fim de garantir a satisfação dos clientes, manter relações positivas com os fornecedores, cumprir as obrigações regulatórias e fornecer um ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus colaboradores.

Os valores refletem um elevado padrão de conduta e integridade, que asseguram credibilidade e preservação da imagem da Companhia diante de suas partes interessadas. Acreditamos que esses valores possam ser incorporados ao cotidiano de todos que mantêm relacionamento com a CAGEPA. Para facilitar esse processo tornando-o cada vez mais transparente, a Companhia publica seu Código de Conduta e Integridade (CCI), guiando a construção de um relacionamento ético, transparente e sustentável.

13. Desempenho Operacional

O desempenho operacional da Companhia em 2022 foi direcionado para manter e melhorar os serviços prestados aos nossos clientes, mitigando os riscos existentes e atendendo novas demandas. As atividades de operação e manutenção dos serviços são realizadas pelas suas 06 unidades regionais, sob a supervisão e direcionamento dos setores normativos localizados em nossa sede administrativa.

O desempenho operacional da CAGEPA também é avaliado por meio de indicadores de desempenho que medem a eficiência e eficácia da prestação dos serviços ofertados. Alguns dos principais indicadores de desempenho incluem: cobertura, qualidade da água, eficiência energética, perdas de água e índices de coleta e tratamento de esgoto. A Companhia também investe em tecnologias mais eficientes, melhorando a gestão dos recursos hídricos, capacitando os empregados e estabelecendo parcerias para maximizar a eficiência da prestação dos serviços.

13.1 Processos Operacionais

Os processos operacionais são fundamentais para garantir a qualidade e a eficiência dos sistemas de saneamento, promovendo a saúde pública e a preservação do meio ambiente, garantindo a qualidade da água e do tratamento de esgoto. Fazem parte dos processos operacionais, a captação, tratamento e distribuição de água e a coleta, tratamento e disposição final dos esgotos. Esses processos envolvem uma série de atividades que visam remover os contaminantes presentes na água ou no esgoto, como bactérias, vírus, matéria orgânica, produtos químicos e outros poluentes. Na CAGEPA a eficiência nestes processos é perseguida diariamente, visando sempre garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

13.1.1 Processos de Água



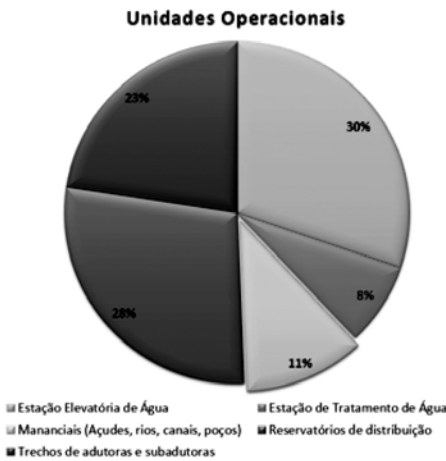
Até chegar aos imóveis, a água passa por um longo processo de transformação. O trabalho da CAGEPA começa nos mananciais, onde a água bruta é captada. Rios, barragens e poços são monitorados, quanto à qualidade de suas águas e aos impactos gerados pela ação humana, visando a manutenção das condições de fornecimento da água em quantidade suficiente para abastecer a população.

Vencida a etapa de verificação da qualidade da água para o consumo humano, é realizada a captação no manancial, e iniciado o processo de transporte da água por adutora até a Estação de Tratamento de Água (ETA), onde está passará por várias etapas de remoção de impurezas, até se transformar em água potável. Depois do processo de tratamento a água tratada é transportada por adutoras até os reservatórios, onde de lá será distribuída por meio das redes de abastecimento d'água para as residências da população atendida.

Em seu compromisso com preservação e conservação dos mananciais, a Companhia promove acompanhamento de bacias hidrográficas, em parceria com órgãos e instituições, a saber: Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs), Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), Defesa Civil, Prefeituras, etc. O objetivo desse acompanhamento é verificar a disponibilidade hídrica da fonte (o manancial) com foco na quantidade e qualidade da água bruta, necessárias para a segurança hídrica e a potabilidade dos recursos hídricos.

Segue na imagem abaixo a situação atual da planta de infraestrutura de abastecimento d'água operada e mantida pela CAGEPA.

Gráfico 3 – Unidades Operacionais



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Em 2022, para tratar a água ofertada aos municípios e distritos atendidos a Companhia faz uso de 141 estações de tratamento de água, sendo 90 estações de tratamento de água de ciclo completo (Convencional), 24 estações de tratamento de fluxo ascendente (filtro russo), 01 estações de tratamento semi convencional, 25 unidades com captação subterrânea cujo tratamento é simples cloração e 01 sistemas com captação superficial com cloração.

13.1.2 Ações de Melhoria

O combate às perdas de água é uma das principais medidas que podem ser adotadas para garantir a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água e a preservação desse recurso tão importante para a vida.

Na CAGEPA, o combate a perdas de água é uma atividade contínua, com ações diárias de identificação, controle e redução, melhorando a confiabilidade e continuidade do abastecimento para todos os usuários, a CAGEPA vem com um programa de regularização das redes de distribuição, chamado de “Pés de Galinhas”.

O projeto foi dividido em duas etapas, a primeira iniciou em 2018, contemplando as Unidades Regionais do Brejo, Borborema, Espinharas, Rio do Peixe e Alto Piranhas, foram executados aproximadamente 164.000,00 metros de regularização de rede com investimentos de R\$ 11,0 milhões. A segunda etapa engloba um total de 63.634 ligações, 621.060 metros de redes com investimentos de R\$ 65 milhões. Em 2022 foram iniciados os serviços nas Unidades Regionais das Espinharas e do Brejo, onde foi executado um total de 3.854 ligações e 49.359 metros de rede de distribuição com um investimento de R\$ 8,4 milhões. Com a continuidade dos contratos que estão em andamento e início dos serviços nos demais regionais, a previsão orçamentária para esses investimentos em 2023 é de R\$ 57 milhões.

No âmbito do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB), a CAGEPA está como gestora de um contrato para implantação de um Programa de Redução e Controle de Perdas, iniciado na CAGEPA, no final de agosto/2022, através de uma consultoria especializada, já adequamos nossos procedimentos aos propostos, alinhados com metodologias nacionais e internacionais. Prever-se para 2023 a elaboração e implantação de uma Política de Perdas, direcionando a condução no combate, redução e controle de perdas mais eficazmente envolvendo todas as áreas da Companhia.

A automação tem um papel fundamental no saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, redução de custos operacionais, aumento da segurança operacional, eficiência na gestão de recursos e melhora na gestão e controle da operação. A Companhia conta com uma estrutura administrativa e funcional de automação própria e terceirizada, que permitem ações diárias, com reflexos na otimização da operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Dentre os mais importantes reflexos da automação destacam-se: redução de perdas reais de água e de horas extras, a disponibilização de dados e informações em tempo real para uma gestão eficiente do ponto de vista da satisfação do usuário, entre outras vantagens operacionais. Estamos em processo de aprimoramento na estruturação de um plano de automação da Companhia, com o objetivo de estruturar todo o processo de implantação dos sistemas, com foco específico na melhoria de sistemas e entregas dos serviços à comunidade (a exemplo da redução do tempo de intermitência dos serviços) e de redução de custos, especialmente com horas extras. Temos um projeto de implantação da automação a ser contratado em novas unidades e nas antigas que continuam em operação. As unidades operacionais que farão parte do escopo são as seguintes: Captação de Gramame, ETA de Gramame, Captação de Mumbaba, ETA de Marés, 29 Estações Elevatórias localizadas nos centros de reservação do SAAI, Captação de Buraquinho, Captação de Santa Rita, ETA e 5 Estações Elevatórias localizadas nos reservatórios da cidade de Santa Rita. Está incluída também nesta aquisição a construção e instalação do Centro de Controle Operacional a ser localizado em Marés. O custo total previsto para este projeto é de R\$ 22 milhões.

Ainda dentro do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB) temos a execução do sistema adutor “TransParaíba”, que trará benefícios a toda população da Paraíba, especialmente as regiões do Cariri e Curimatá, que irão receber água de qualidade. O sistema adutor “TransParaíba”, no seu ramal Curimatá, que se encontra em obras, vai beneficiar cerca de 148 mil habitantes de 19 Municípios paraibanos, contará com 350 km de adutoras que captarão a água do açude Boqueirão para abastecer os Municípios de Boa Vista, Soledade, Boqueirão, São Vicente do Seridó, Cubati, Sossego, Baraúna Picuí e Frei Martinho (1ª etapa) e; Juazeirinho, Olivedos, Pedra Lavrada, Nova Palmeira, Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Damião, Cacimba de Dentro e Araruna (2ª etapa). O sistema também terá uma estação de tratamento e 21 estações de bombeamento.

Esta é a maior obra hídrica realizada no Estado, tendo a capacidade de trazer mais desenvolvimento a essa região e qualidade de vida para a população.

O Sistema Adutor “TransParaíba” no seu ramal Cariri em andamento, terá extensão prevista de 369,38 km, produzirá uma vazão de água tratada de 410,00 l/s para atender a uma população de 147.930 habitantes, distribuída nas cidades de Monteiro, Prata, Ouro Velho, Sumé, Amparo, Serra Branca, Livramento, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, Parari, Desterro, Teixeira, Cacimbas, Taperoá, Santo André, Gurjão, Assunção e Junco do Seridó. Além dessas cidades, atenderá ainda os distritos de Pio X e Santa Luzia do Cariri e 37 chafarizes a serem construídos ao longo da adutora, o projeto inclui a construção de uma estação elevatória de água bruta a jusante do açude Poções, uma estação de tratamento de água do tipo convencional, 12 estações elevatórias de água tratada e 30 reservatórios (17 a serem construídas nas sedes municipais, 13 apoiados como poços de sucção das estações elevatórias e 1 de lavagem de filtros da Estação de Tratamento de Água (ETA). O investimento total a ser investido nessas obras é de cerca de R\$ 350 milhões.

O projeto e obra de Setorização, refere-se aos serviços técnicos de engenharia para implantação e otimização dos setores de abastecimento do Sistema de abastecimento integrado de João Pessoa, que atende as cidades de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e do Bairro de Várzea Nova na cidade de Santa Rita, visando redução do volume perdido por meio de ações de setorização com a implantação de 71 Distritos de Medição e Controle (DMC) de pressão e vazão com instalação de Válvulas Redutoras de Pressão (VRPs), medidores de vazão e pontos de monitoramento; controle ativo de vazamentos com pesquisas e retirada dos mesmos e adequação da infraestrutura, vinculadas a meta de desempenho e com aumento da eficiência operacional. Esta obra será contratada e implementada em 04 (quatro) lotes, os quais coincidem com os distritos operacionais do SAAI (Lote 01- José Américo; Lote 02-Marés; Lote 03-Mangabeira e Lote 04-Intermares).

O escopo do projeto de Automação prevê a atualização do Projeto Executivo e a Implantação da Automação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de João Pessoa, que além da capital da Paraíba, atende as cidades de Cabedelo, Bayeux e o distrito de Várzea Nova em Santa Rita. Serão investidos cerca de R\$ 66,2 milhões de reais neste projeto.

Ao longo dos anos a CAGEPA vem aprimorando seus sistemas para quantificação da eficiência do abastecimento de água, iniciamos projetos para recuperação e/ou substituição de Estações de Tratamento de Água (ETAs). Estão em andamento a implantação de novas ETAs nos municípios de Conceição, Frei Martinho, Barra de Santana, Belém do Brejo do Cruz e nos Distritos de Chã dos Pereiros no município de Riachão de Bacamarte, beneficiando uma população estimada de 332.000 mil habitantes.

Para contribuir com a redução do índice de perdas, a Companhia investe constantemente na atualização de seu parque de hidrômetros e estudos para aquisição de novas tecnologias voltadas para a modernização do sistema de leitura e fiscalização. No ano de 2022, houve a movimentação de 235.848 hidrômetros, sendo 23.499 de novas ligações, 12.160 de instalações e 200.189 de substituições.

No combate às fraudes e melhoria de eficiência a Companhia vem trabalhando com “contratos de performance” para perda comercial, na região metropolitana de João Pessoa, sendo esse um contrato que o contratado não é remunerado pela conclusão de determinadas etapas do cronograma, mas sim, pela conquista de resultados pré-definidos no escopo do contrato. Essa modalidade, já é utilizada em várias Companhias, e representa uma importante solução para a alavancagem de recursos,

executando o escopo necessário sem desembolsar recursos e remunerando o contratado à médio prazo”. (Manual de Performance e Desempenho - ABES). As metas definidas nestes contratos, se não atingidas, geram punições pecuniárias cobradas diretamente nos boletins de medição. Os parâmetros que medem a eficiência das prestadoras de serviços são os mesmos regulados pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) e impostos à Companhia.

13.2 Análises de Qualidade (Água e Esgoto)

As análises de qualidade da água são essenciais para proteger a saúde pública, garantir a segurança alimentar, proteger o meio ambiente, cumprir as regulamentações e gerir eficientemente os recursos hídricos. É fundamental que a qualidade da água seja monitorada regularmente para garantir que seja segura para uso humano e para proteger os ecossistemas. Para a realização das análises de qualidade da água e efluente, a Companhia segue rigorosamente os procedimentos de controle e monitoramento da água conforme exigido pelo Ministério da Saúde através do Anexo XX, da Portaria de Consolidação nº5/17, alterado pela Portaria nº888/21 e de efluente o CONAMA 430/11 e 357/2002. As análises da qualidade da água são feitas através de 07 laboratórios distribuídos nas cidades de João Pessoa (2), Guarabira (1), Campina Grande (1), Patos (1), Sousa (1) e Cajazeiras (1), que realizam as análises dos seguintes parâmetros: Cor, Temperatura, Turbidez, pH, Cloro residual, Alcalinidade Total, Oxigênio consumido, Cloreto, Dureza Total, Dureza de Cálcio e Magnésio, Salinidade, Condutividade e Análises Microbiológicas Coliformes Totais e E.Coli. Além dos laboratórios próprios, a CAGEPA possui contratos com laboratórios terceirizados que complementam a realização das análises de todos os parâmetros estabelecidos na Portaria vigente do Ministério da Saúde. O tratamento dos esgotos domésticos tem como principal objetivo remover o material sólido, exterminar microrganismos patogênicos, reduzir a carga orgânica e as substâncias químicas presentes no efluente. Para isso, a Companhia possui várias estações de tratamento que recebem a água residuária geradas pelos municípios, tratando de forma biológica através de lagoas de estabilização, que posteriormente são lançadas em corpo receptor de acordo com o que preconiza o CONAMA, preservando a biótica dos rios. Para a realização das análises dos esgotos e monitoramento das estações, a CAGEPA possui 1 laboratório na cidade de João Pessoa que atende todo o estado da Paraíba, realizando análise dos efluentes que chegam e saem das nossas ETA's, como também monitora os rios, com a montante e jusante, visando verificar e garantir a conformidade do tratamento posto. O laboratório realiza os seguintes parâmetros: Condutividade, pH, DBO, DQO, Oxigênio Dissolvido, Sólidos Sedimentáveis, Temperatura, Fósforo, Nitrogênio Amoniacal e Coliformes Termotolerantes.

13.3 Processo de Esgoto



Após a utilização da água nos imóveis é gerado o esgoto doméstico que, se depositado “in natura” nos corpos hídricos, causa a contaminação do meio ambiente, e provoca doenças. A CAGEPA coleta, trata e dá disposição final adequada a esses efluentes ricos em carga orgânica e principal poluidor de rios situados em áreas com ocupação urbana. Os consumidores de água, devem ligar a rede interna de esgotamento sanitário de seus imóveis no ramal domiciliar da rede pública coletora de esgotos. Do ramal, o esgoto coletado segue pela rede, por gravidade, até tubulações maiores, que enviam os esgotos até as estações elevatórias de esgotos (EEEs). Nessas estações, as bombas elevam e conduzem os esgotos de pontos mais baixos para locais mais elevados, fazendo com que cheguem até as estações de tratamento de esgotos (ETEs). O esgoto coletado pela CAGEPA é tratado por processo biológico e se transforma em efluente livre de carga orgânica e de microrganismos transmissores de doenças. Neste processo, as bactérias são o principal agente de tratamento. As técnicas e equipamentos variam de acordo com as condições locais, mas o princípio é sempre o mesmo. A Companhia adota, atualmente, cerca de 29 técnicas de tratamento biológico por oxidação aeróbia e/ou anaeróbia. Quase todas elas combinam a utilização de bactérias que digerem a matéria orgânica utilizando gás carbônico (CO2/oxidação anaeróbia), com bactérias que fazem esta digestão utilizando oxigênio (O2/oxidação aeróbia). Depois que toda a matéria orgânica do esgoto é consumida, o efluente segue para outro ambiente, onde as bactérias e vírus que causam doenças são eliminados. Existem três maneiras de desinfetar o efluente tratado: bactérias, raios ultravioletas ou cloro. A qualidade do efluente tratado segue o padrão de qualidade da Resolução 357 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e pode ser reutilizado na irrigação de culturas agrícolas ou de áreas verdes. Segue na imagem abaixo a situação atual da planta de infraestrutura do processo de esgotamento operado e mantido pela CAGEPA.



O esgotamento sanitário é um desafio importante em todo o mundo, na Companhia não é diferente, sendo essencial para melhoria da condição de vida e saúde dos paraibanos por ser o principal meio de combate às doenças de veiculação hídrica, poluição ambiental e impactos socioeconômicos negativos. Com foco no aprimoramento dos serviços diretamente relacionados à saúde e à qualidade de vida dos cidadãos, a CAGEPA investe de forma contínua na ampliação e na modernização do sistema operacional dos esgotos. Dispomos de monitoramento contínuo da operação de mais de 40 estações elevatórias de esgoto só na grande João Pessoa. Isto nos permitiu ampliar o controle da operação, bem como levantar dados para melhorar o processo deixando-o mais eficiente e econômico. Tudo por meio de iniciativa e implantação através de mão de obra interna.

13.3.1 Ações de Melhoria

A Companhia está envolvida em ações que visam assegurar o uso correto das redes de esgotamento sanitário e das galerias pluviais, preservando o meio ambiente e garantindo a balneabilidade da orla marítima da Capital paraibana, com a efetividade das ações conjuntas entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Várias obras de ampliação de sistemas de esgotamento sanitário vêm sendo desenvolvidos pela Companhia, a exemplo das obras de Ampliação/Implantação/Melhorias da rede dos Bairros de Valentina/Seixas/Penhas e José Américo em João Pessoa, obras nas cidades de Aparecida, Lucena, Conde/Jacumã, Monteiro, Prata, São Domingos de Pombal, Campina Grande, Santa Rita, Guarabira, Areia, Boqueirão, Poço José de Moura, São Domingos do Cariri, dentre outras cidades. Dentro do Projeto de Segurança Hídrica (PSH - PB), já mencionado neste relatório, está incluído na Região Metropolitana de João Pessoa, a reorganização do transporte do esgoto, envolvendo nas duas grandes elevatórias (Usina I e Usina II), e ampliação do sistema de tratamento do bairro do Roger. Essas ações também irão beneficiar e propiciar novos investimentos nos Municípios de Bayeux e Cabedelo, já que o polo de tratamento do Baixo Róger também atende a essas cidades.

14. Sustentabilidade

Sustentabilidade é uma palavra que faz parte da nossa rotina. A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é aquela capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. É compromisso da CAGEPA responder pelos impactos de suas decisões e atividades, no meio ambiente e na sociedade, e de contribuir para a melhoria das condições de vida, tanto das populações atuais quanto para as gerações futuras, por meio de um comportamento ético e transparente. Dentro da sustentabilidade a Companhia tem como premissa a preservação dos recursos naturais, como água e solo, e é importante que esses recursos sejam preservados para garantir a continuidade do fornecimento de serviços de saneamento para as gerações futuras. Trabalhamos para reduzir o impacto ambiental em nossas operações adotando práticas sustentáveis e promovendo saúde pública, contribuindo para a melhoria das condições de vida das pessoas e, consequentemente, para a redução da incidência de doenças. Adotamos práticas de sustentabilidade e temos como destaques:

- ✓ Investimentos em tecnologias mais eficientes e limpas, como sistemas de tratamento de água e esgoto que consomem menos energia e geram menos resíduos;
- ✓ Promoção do uso consciente de recursos naturais, como água e energia, por meio de campanhas educativas e tarifas diferenciadas;
- ✓ Gerenciamento adequado dos resíduos gerados pela Companhia incluindo o tratamento adequado de efluentes;
- ✓ Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de soluções sustentáveis para o setor de saneamento, como a reutilização de água tratada e a produção de energia a partir de resíduos.

Adotando práticas sustentáveis a Companhia pode reduzir impactos ambientais, melhorando a qualidade de vida da população atendida aumentando sua eficiência operacional, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. A Companhia também busca cada vez mais implementar ações internas que demonstrem a sua preocupação e a sua atuação em relação às práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) tratando o meio ambiente com responsabilidade, considerando o impacto ambiental de suas atividades, fornecendo serviços de saneamento seguros e eficazes para proteger a saúde das pessoas, sempre levando em consideração a responsabilidade social garantido a prestação dos serviços acessíveis e de qualidade para todos, com transparência e integridade seguindo as melhores práticas de governança corporativa, com isso, atraindo investimentos de longo prazo e mantendo uma boa reputação no mercado. Reafirmamos o compromisso de ofertar os serviços de qualidade, preservando o meio ambiente e fomentando o desenvolvimento sustentável da população atendida, por meio de ações efetivas e responsáveis.

15. Gestão Ambiental

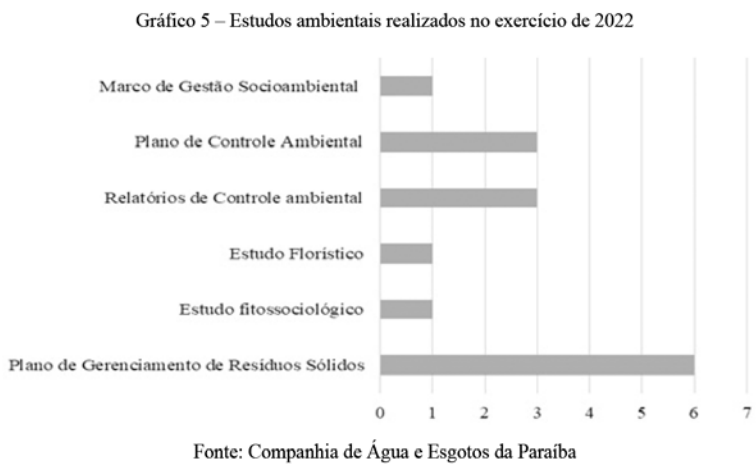
A gestão ambiental é fundamental para garantir a proteção do meio ambiente, reduzindo o impacto ambiental das nossas operações promovendo a sustentabilidade. A CAGEPA conta com a sua política ambiental que estabelece princípios, diretrizes e estratégias que orientam na condução de atividades e ações que resultam em uma prestação de serviços de forma sustentável, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e bem estar da população visando estabelecer posturas ambientalmente e socialmente corretas alcançando a excelência e a eficiência, comprometida firmemente com a meta de universalização do saneamento básico, deixando explicito, durante sua atuação, o compromisso com adoção de práticas ambientais responsáveis. Incentivamos a promoção de práticas sustentáveis em todos os níveis da Companhia, desde a alta administração até os empregados operacionais. Tem-se igualmente como compromisso, efetivar ações em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e fomentar estratégias para o controle social nas localidades onde a Companhia atua, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equilibrada, justa e consciente. Para tanto, a administração, envidará esforços em promover espaços permanentes de diálogo com as partes interessadas, divulgando os resultados advindos das práticas de responsabilidade socioambiental de forma ampla e transparente, prestando contas à sociedade e referenciando a atuação de outros atores sociais.

15.1 Práticas Ambientais

As práticas ambientais na Companhia estão relacionadas com ações e medidas que visam promover a sustentabilidade e preservação do meio ambiente durante a realização de atividades relacionadas ao saneamento básico, como por exemplos, a separação e destinação adequada de resíduos sólidos evitando a contaminação do solo e da água e utilização de águas de reuso em diversas atividades, como limpeza e irrigação, reduzindo o consumo de água potável, práticas essas, alinhadas a educação ambiental pois conscientiza a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e sobre a necessidade de adotar medidas sustentáveis no dia a dia.

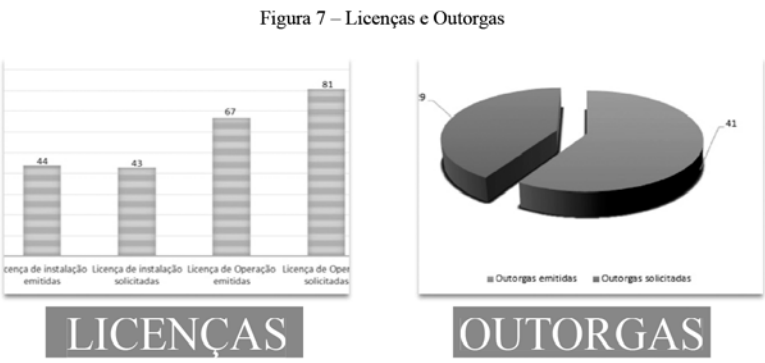
15.2 Atividades de Gestão Ambiental

Dentro do processo de gestão ambiental, buscou realizar ações objetivando um melhor desempenho de suas atividades exercidas durante o exercício de 2022, através da elaboração de estudos ambientais diversos, a saber:



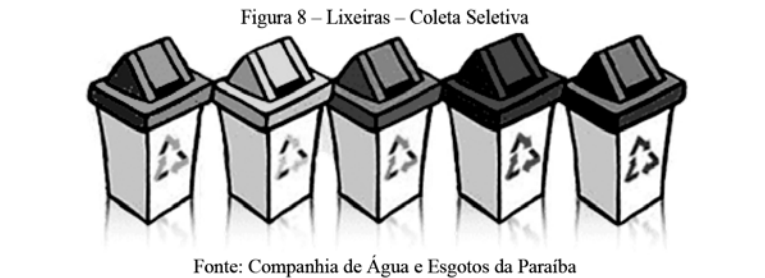
Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Em atendimento a Resolução CONAMA 237/97, atuamos fortemente nos licenciamentos ambientais das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em todo o estado da Paraíba, seja na fase de operação, ampliação e/ou implantação. Atuamos também nas concessões, acompanhamento e regularizações das outorgas de uso da água em águas superficiais e/ou subterrâneas e lançamento de efluentes nos corpos hídrico receptor junto à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs) e Agência Nacional de Águas (ANA). Essas concessões são realizadas em atendimento às Resoluções CONAMA nº 357/05 e 430/11 respectivamente. É importante salientar que este processo é de suma importância para a Companhia, pois a concessão de outorgas é a garantia de que a Companhia está trabalhando em atendimento às legislações vigentes e em consonância com a qualidade do meio ambiente.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A CAGEPA iniciou a implantação da Coleta Seletiva, que teve como ponto de partida a capacitação e sensibilização do pessoal de limpeza. Quanto a capacitação dos funcionários da Companhia, este processo vem ocorrendo gradualmente e por bloco. A Coleta Seletiva trará grandes impactos positivos para a Companhia, tendo em vista os benefícios que esta ação trará, podendo destacar o descarte correto dos resíduos e a garantia de melhoria da qualidade dos recursos naturais. Outro fator que merece destaque é que, para o transporte de destinação destes resíduos, a companhia priorizará Cooperativas legalmente habilitadas e que estejam locadas dentro do município, colaborando com a sustentabilidade.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A Companhia iniciou, à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), bem como a conduta da Logística reversa através da coleta de pilhas e baterias, cujo objetivo é reinserir estes resíduos em novos ciclos produtivos. Este último também contemplou a gerência regional do litoral.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Outra iniciativa que merece destaque é o projeto do Horto Florestal do município de Campina Grande, criado em 2020, mas que se mantém vivo e contribui significativamente na recuperação de nossas matas ciliares. Pois, como já é de conhecimento, através de relatórios anteriores, o projeto grande parte das mudas são doadas para a recomposição da mata ciliar do açude boqueirão, através do projeto ambiental Oito Verde, intitulado: “Plantando Vidas”. O Horto Florestal vem produzindo mensalmente 1.200 mudas.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A Companhia tem importante participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas que estão inseridas na Paraíba, a exemplo do Litoral Norte, Litoral Sul e Piancó/Piranhas/Açú. Além de cumprir um papel fundamental na elaboração de políticas para a gestão das águas, os comitês abrem espaço para que os representantes possam discutir e deliberar a respeito da gestão dos recursos hídricos, compartilhando responsabilidades com o poder público. Como a CAGEPA é maior usuário do Estado, a participação é uma forma da Companhia melhor interagir com este recurso natural de maneira a promover sua gestão ainda mais sustentável. Destacamos que, no início de 2023 obtivemos a Certificação do Selo Verde junto ao Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes. A certificação do selo verde é importante pois indica que a Companhia adota práticas sustentáveis em seus processos de saneamento, o que significa que ela se preocupa em preservar o meio ambiente e em promover a sustentabilidade, que adotamos práticas seguras e confiáveis em nossos processos pois a certificação é um diferencial no mercado do saneamento trazendo benefícios econômicos, como redução de custos operacionais e acesso a novos mercados e oportunidades de negócios.

Figura 11 – Certificado Selo Verde CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Outras iniciativas foram tomadas, como a execução de ações de recuperação ambiental no município de Santa Rita, com serviços de limpeza da calha de drenagem e limpeza da calha do Rio Preto. Foram realizadas ainda, ações com a população do entorno, reforçando a divulgação dos cuidados com o lixo, o uso consciente da água e a preservação do Rio Preto, em especial. Também foi assinado um Convênio com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento a um Termo de Compromisso junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que visa promover e divulgar o patrimônio cultural brasileiro, mais especificamente o patrimônio arqueológico, no âmbito da Superintendência do IPHAN na Paraíba, por meio da produção de publicações que visam à socialização de sítios arqueológicos nos municípios de Boa Vista, Boqueirão e Cabaceiras. Nesses municípios já existe visitação turística externa e da população local em vários sítios arqueológicos, mas sem uma produção de informações que possam ser repassadas de forma coerente e cientificamente aceitaível, nem produtos de divulgação específica sobre o assunto. Por isso a importância desse convênio.

15.3 Ações socioambientais junto à comunidade

As ações socioambientais junto à comunidade são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das pessoas, a Companhia busca consolidar esse relacionamento e engajá-las na preservação dos corpos hídricos e da biodiversidade, assim como no uso racional dos recursos naturais. As ações socioambientais são voltadas à população dos municípios onde a Companhia está presente e aos empregados, que atuam como agentes multiplicadores dos conceitos e práticas.

A CAGEPA desenvolve ações educativas de caráter informativo e de mobilização social junto à população beneficiada com os seus serviços, promovendo o protagonismo da população como agente de mudança para uma melhor qualidade de vida. Essas ações são contínuas e incluem: palestras com as comunidades e lideranças, palestras socioeducativas nas escolas das redes municipais, estaduais e privadas, oficinas de reciclagem, de compostagem e sabão ecológico, entre outras atividades.

No que diz respeito às palestras socioeducativas, alguns temas foram abordados com o objetivo levar conhecimento e mostrar a importância da preservação dos recursos naturais para melhoria da qualidade de vida e, principalmente, mostrar a importância destes recursos para garantir que as presentes e futuras gerações tenham um ambiente ecologicamente saudável.

Os temas mais abordados estão abaixo explicitados:

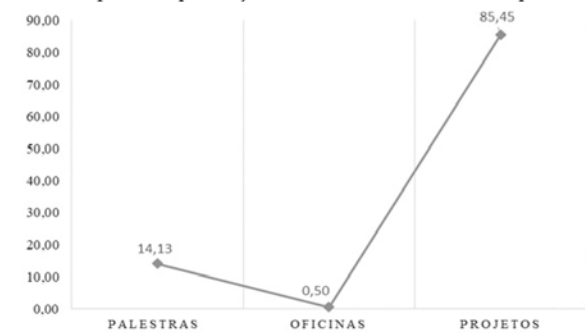
- ✓ O seu bairro está recebendo esgotamento sanitário;
- ✓ Caixa d'água sua: mande esse problema pelo ralo;
- ✓ Cidadão saudável, consumidor consciente;
- ✓ Cuidado com a rede de esgotos: essencial para uma vida melhor;
- ✓ A importância do hidrômetro;
- ✓ Dicas para você não desperdiçar água.

A CAGEPA promove programas destinados à capacitação, visando à melhoria e o controle efetivo sobre o meio ambiente, tomamos iniciativa no sentido de levar a educação ambiental às comunidades e escolas. Pois a Companhia acredita que é através da educação e da coletividade que construímos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Os projetos voltados às comunidades têm como objetivo promover o desenvolvimento local, ampliar a percepção e fomentar mobilização em prol do meio ambiente mais ecologicamente equilibrado, face às múltiplas intervenções sobre o meio ambiente. Neste sentido, a CAGEPA vem promovendo ações no intuito de levar às comunidades meios de incentivá-los a conviver de maneira mais sustentáveis, tais como:

- ✓ Projeto Verão - Divulgamos práticas sustentáveis de uso consciente da água, evitando o desperdício e estimulando a prática da coleta seletiva juntamente com o uso correto do sistema de esgotamento sanitário;
 - ✓ Abra a torneira da bondade e dê um banho de solidariedade - A ação promovida pelo Governo do Estado, por meio CAGEPA, tem o objetivo de captar doações feitas nas contas de água para o Hospital Napoleão Laureano, referência no tratamento oncológico no estado;
 - ✓ Caixa Mágica - Com a utilização da “Caixa Mágica”, equipamento multimídia, com maquetes dos sistemas de tratamento de água e esgoto, jogos e palestras, foi retomado o projeto CAGEPA na Escola, onde mensalmente a equipe da Companhia visitou diversas escolas levando temas voltados para a educação ambiental;
 - ✓ Fest Aruanda - Por intermédio da Lei Federal de Incentivo à Cultura nº8.313/91, a Companhia patrocinou pelo segundo ano consecutivo, o Fest Aruanda do Audiovisual Brasileiro, festival consolidado como o principal do gênero no Nordeste;
 - ✓ CAGEPA mais perto de você – Estamos iniciando a customização de veículos (vans) que farão parte do projeto “CAGEPA mais perto de você”. O projeto terá como objetivo o atendimento ao público com ferramentas interativas em seu interior. Esta ação facilitará a compreensão da comunidade quanto ao funcionamento dos sistemas de tratamento de água e esgotos, e ainda, com jogos e vídeos, para que, de maneira lúdica e divertida, possam ser transmitidas temas sobre a importância da preservação do meio ambiente durante a realização de trabalhos de educação ambiental e mobilização social em todo o Estado.
- É importante lembrar que esses impactos geralmente afetam de maneira mais intensa as pessoas que são mais vulneráveis socialmente.

Gráfico 6 – Total de impactados pelas ações socioambientais realizadas pela CAGEPA em 2022



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

16. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançados até 2030. A importância do ODS no saneamento é enorme, pois o acesso à água potável e saneamento adequado é fundamental para a saúde e o bem-estar das pessoas, além de ser um direito humano básico. O ODS número 6 busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saneamento básico, incluindo banheiros, água potável e sistemas de tratamento de águas residuais.

Ele também promove a implementação de práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade da água. Além disso, o ODS número 6 tem impactos significativos em outros ODS tornando-se essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas, promover a justiça social e alcançar um desenvolvimento sustentável para todos.

A CAGEPA vem alinhando suas ações aos ODS, essa iniciativa visa promover o crescimento sustentável e a cidadania, tornando a gestão da Companhia cada vez mais comprometida com meio social e ambiental. Considerando sua cadeia e serviços, a CAGEPA priorizou na sua atuação em 7 principais ODS. São eles:

Figura 12 – Ações desenvolvidas e alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

17. Investimentos (Próprios e Outras Fontes)

Os investimentos são fundamentais para garantir o acesso da população a serviços básicos de água e esgoto, com base na sustentabilidade e nas metas de universalização, o saneamento requer investimentos constantes para a garantia e a melhoria dos processos operacionais e o cumprimento de compromissos assumidos com a sociedade e com seus clientes.

Os nossos investimentos também são pautados pelo tripé da sustentabilidade: eficiência financeira, que busca o menor custo para a sociedade; eficiência ambiental, no atendimento aos padrões da legislação; e eficiência social, com atenção às regiões que mais necessitam de saneamento. Na Companhia existem diversas formas de investir em saneamento.

Em 2022 os investimentos com recursos próprios somaram R\$ 104,7 milhões, realizados em diversos projetos e obras onde R\$ 63,5 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 28,0 milhões foram investidos em sistemas de esgotamento sanitário e R\$ 13,2 milhões em bens de uso geral. A CAGEPA também amplia os seus serviços com projetos e obras de implantação e ampliação dos seus sistemas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC/OGU, do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - PAC/FGTS e da Funasa - PAC/OGU chegando em 2022 na ordem de R\$ 6,4 milhões. O Governo do Estado da Paraíba (acionista controlador) investiu R\$ 35,3 milhões com aportes para investimentos com projetos e obras de implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário. O Governo do Estado da Paraíba também firmou contrato de empréstimo com o Banco Mundial no valor de aproximadamente US\$ 127 milhões de dólares que serão destinados à execução do Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba (PSH-PB), onde a CAGEPA é a implementadora. A contrapartida do Governo Estadual no montante de US\$ 80,2 milhões de dólares é destinada às obras do Ramal Curimatá do Sistema Adutor Transparaíba que estão sendo executadas pela CAGEPA. O investimento total do PSH-PB é de US\$ 207,0 milhões de dólares.

Na gestão dos seus ativos a Companhia está constantemente em processos de manutenção, com substituições de alguns de seus componentes, valores estes que, por regras contábeis existentes, não podem ser contabilizados como investimentos, mas estão presentes nos itens de custeio de manutenção. São manutenções preventivas, com substituições de registro, válvulas, troca de leito filtrante (para melhoria da operação das Estações de Tratamento de água (ETAs), reparo em redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, melhorias e ajustes/manutenção nas subestações de energia, recuperação estrutural de reservatórios, elevatórias e ETAs entre outros, ações essas fundamentais e imprescindíveis para continuidade e melhoria dos sistemas beneficiando com qualidade a população atendida.

Como já mencionado, os recursos para saneamento são fundamentais para garantir o acesso da população a serviços básicos de água e esgoto, neste sentido a Companhia está revisando seu plano de investimentos com a finalidade de estabelecer parcerias, participar de programas de incentivo e captar recursos através de bancos de desenvolvimento, fundos de investimentos, agências governamentais e organizações multilaterais.

18. Desempenho Econômico e Financeiro

Atualmente, o cenário econômico no Brasil é de recuperação gradual após a forte recessão que o país vem enfrentando com os impactos da pandemia de COVID-19 em 2020.

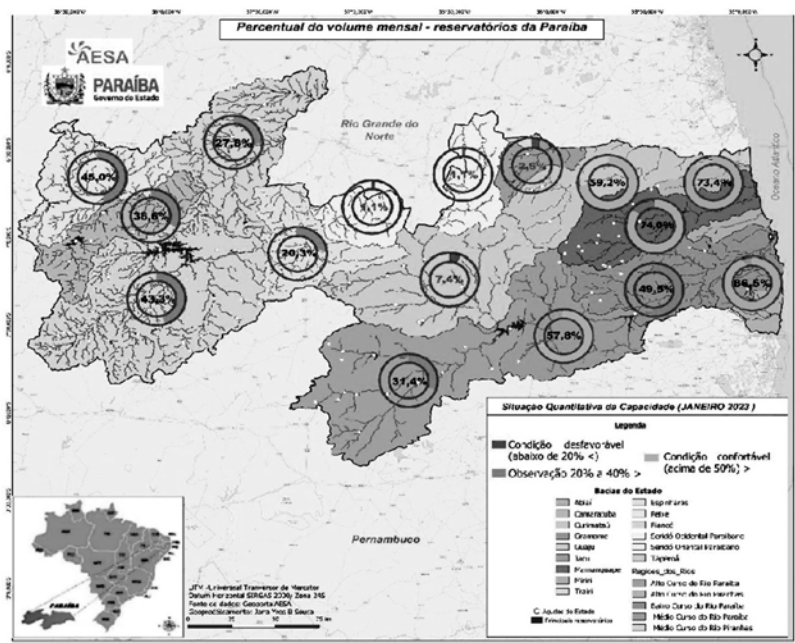
Em 2022 a expectativa era de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tivesse aumento significativo, impulsionado pela retomada do consumo das famílias e dos investimentos privados, no entanto, alguns fatores ainda preocupam, como a inflação elevada, a desvalorização do real em relação ao dólar e a alta taxa de desemprego. O desempenho da economia brasileira é um dos mais baixos entre os países emergentes, o PIB encerrou 2022 com aumento de apenas 2,9%, a expectativa do mercado é que haja um aumento de 0,76% em 2023.

O aumento nos preços de alimentos, combustíveis e energia elétrica tem pressionado a inflação, que em janeiro de 2022 atingiu o maior patamar para o mês em 7 anos, ultrapassando o limite máximo da meta estabelecida pelo Banco Central, encerrando o ano em 5,79%. Para 2023, as projeções sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) são

de 4,00% e de 3,60% em 2024. Para conter a inflação o Governo Federal aumenta a taxa básica de juros (Selic), o que ocorreu algumas vezes em 2022. A Selic representa os juros básicos da economia brasileira os seus movimentos influenciam todas as taxas de juros praticadas no Brasil, terminamos o ano com 13,75% com projeções de pequena redução para 2023 com 12,75% e 10,00% em 2024. Esse cenário econômico atinge a toda população, segundo a Fundação Getúlio Vargas Social a pobreza aumentou no Brasil desde o começo da série histórica do IBGE em 2012.

Na Paraíba, como já mencionado, enfrentamos esse momento concomitantemente à escassez hídrica. Segue abaixo o percentual de volumes dos reservatórios.

Figura 13 – Percentual de Volumes dos Reservatórios



Fonte: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA

Esses cenários acima citados impactam diretamente em nosso negócio, em relação ao abastecimento de água afetados pela crise hídrica, encerramos 2022 com 34 municípios em racionamento e 12 municípios paralisados, tendo impacto direto em nossa receita faturada, em nossos gastos e consequentemente em nosso caixa, mesmo não estando com a operação normal em alguns municípios, a Companhia mantém toda a estrutura operacional e comercial, além de apoio a população para enfrentamento às situações de falta de água. Nesse contexto, a administração se mostra resiliente e intensifica esforços na gestão de gastos, conduzindo suas estratégias com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às dificuldades. A Companhia deu sequência aos resultados positivos alcançados nos últimos anos, afirmando a sustentabilidade do seu negócio. A administração tem o compromisso de contribuir para a prestação dos serviços com qualidade, reduzindo custos e desperdícios, aumentando a sua eficiência operacional e cumprindo as metas e regulamentações.

18.1 Receita de Serviços

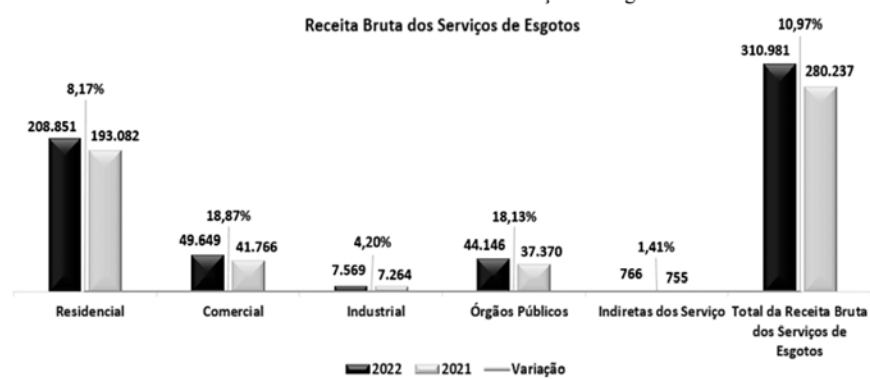
Influenciado pelo reajuste tarifário de 8,34% a partir de fevereiro de 2022 e com ações que envolvem a micromedição (instalação e substituição de hidrômetros), leitura de hidrômetros com acompanhamento de anormalidades de consumo e campanhas de negociação de débitos, tivemos um acréscimo de 9,99% no total da receita bruta, sendo, dos serviços de água 8,54% e dos serviços de esgoto 10,97%, em comparação com o ano anterior conforme gráficos abaixo.

Gráfico 7 – Receita Bruta dos Serviços de Água



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Gráfico 8 – Receita Bruta dos Serviços de Esgotos



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

18.2 Custos dos Serviços Prestados

Os custos na Companhia estão relacionados à infraestrutura, manutenção e operação dos sistemas de tratamento de água e esgoto. Os principais impactos nos custos da Companhia em 2022 foram: pagamentos a empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) na ordem de R\$ 8,6 milhões, mesmo com esse desembolso elevando o custo na conta de pessoal, teremos reduções com remunerações, benefícios e encargos com reflexos em 2023, outro fator que tem impactado os custos, é a desvalorização do real em relação ao dólar, internamente tivemos esse reflexo nos reajustes de combustíveis, onde chegamos no final do ano com gastos na ordem de R\$6,1 milhões, ainda em materiais, tivemos aumentos elevados dos produtos químicos (R\$ 42,5 milhões), especialmente o Cloro e Sulfato, estes fortemente influenciados pela alta do dólar e da falta de concorrência interna de fornecedores. Ainda tivemos reflexos no aumento da tarifa do KWh de energia elétrica, influenciado também pela adoção das bandeiras amarela e vermelha no início do ano de 2022. Informamos que a Companhia está promovendo uma série de ações nas modalidades de migração para o mercado livre de energia, locação de geração distribuída e implantação da primeira usina solar da CAGEPA, permitindo redução dos custos com energia elétrica que deverão ser refletidos ainda em 2023. Fazem parte dos custos da Companhia com a finalidade manter a operação dos nossos serviços de forma regular, os pagamentos de outorgas, licenciamentos e fundos municipais de saneamento. Segue abaixo informações sobre os nossos custos.

Gráfico 9 – Custos dos Serviços Prestados



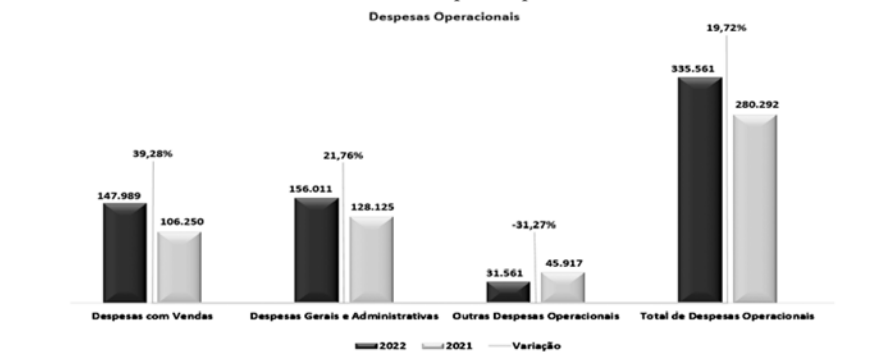
Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

18.3 Despesas

As despesas estão associadas à gestão e administração geral da Companhia, como remunerações, alugueis, locações de veículos, despesas administrativas e jurídicas, gestão de contratos, entre outras, que são importantes para manter as operações da CAGEPA adequadamente e garantir que todas as obrigações regulatórias e fiscais sejam cumpridas. As despesas também estão associadas à venda de serviços, que são essenciais para que a Companhia possa manter e expandir a sua base de clientes e aumentar a sua receita.

Em 2022 tivemos despesas com empregados lotados na administração e na comercial que aderiram ao plano de desligamento voluntário (PDV) de R\$ 7,4 milhões. Temos também como despesas alguns serviços terceirizados para melhor atendimento à população como o call center, entrega, leitura de contas, limpeza e higiene e vigilância. Todas as demandas judiciais também são contabilizadas como despesas.

Gráfico 10 – Despesas Operacionais



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

18.4 Resultados Econômicos

Destaca-se o resultado econômico positivo em 2022 de R\$87.225 milhões (R\$ 172.265 milhões em 2021), a sustentabilidade financeira é fundamental, pois permite a realização de investimentos e manutenção das operações. O LAJIDA (ou EBITDA, na sigla em inglês) é o indicador que representa o resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas, dos impostos sobre o lucro, das depreciações e amortizações, refletindo a geração operacional de caixa em R\$ 88,0 milhões (R\$202,9 milhões em 2021) e a Margem EBITDA em 9,96% (21,8% em 2021).

18.5 Endividamento

A Companhia encerrou 2022 com um passivo total de R\$863,6 milhões (R\$593,7 milhões em 2021). Houve redução no passivo circulante de 2,62% e aumento no passivo não circulante de 81,9% esse aumento refere-se principalmente ao ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 332,5 milhões devido à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, em consonância com o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 37 (R1), foi efetuado o reconhecimento do custo atribuído para os bens da Companhia e, consequentemente, foi constituído o ajuste de avaliação patrimonial, correspondente à atualização dos valores dos bens em relação ao seu valor justo. Sobre o montante do custo atribuído, foi aplicado a alíquota da CSLL para originar o passivo fiscal diferido, em atendimento ao disposto no Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 32. Enquanto não computada a realização dos bens que deram origem ao custo atribuído, em obediência ao regime de competência, o ajuste de avaliação patrimonial será demonstrado em conta específica do patrimônio líquido da Companhia e o tributo diferido em conta de passivo (circulante e não circulante). Além do ajuste acima mencionado temos passivos que incluem R\$91,1 milhões de parcelamentos fiscais, originados de pendências de competências anteriores. A dívida fiscal e previdenciária da Companhia foi objeto de solução através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e Programa de Regularização Tributária (PRT) onde durante o ano de 2017 a Companhia aderiu, incluindo os débitos de natureza tributária e previdenciária. A Companhia também possui obrigações no valor de R\$75,3 milhões, oriundas de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho -13º Região relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários.

18.6 Destaques

18.6.1 Normas Internacionais de Contabilidade

As normas internacionais de contabilidade, também conhecidas como International Financial Reporting Standards (IFRS), são de extrema importância para a Companhia que busca operar em nível global e para investidores que buscam avaliar a sua saúde financeira. As IFRS são um conjunto de normas contábeis desenvolvidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que estabelecem diretrizes e requisitos para a apresentação de informações financeiras. A administração da Companhia com o objetivo de melhorar a transparência, a qualidade e a comparabilidade das informações financeiras divulgada pela CAGEPA, decidiu em 2022, convergir as normas internacionais de contabilidade, foi uma iniciativa extremamente importante. Além disso, a convergência às normas internacionais de contabilidade melhora a eficiência dos mercados financeiros, também ajuda a reduzir custos, eliminando a necessidade de conformidade com diferentes regulamentações contábeis. Finalmente, a convergência das normas contábeis pode ajudar a melhorar a governança corporativa, pois permite uma visão mais clara das finanças das empresas e incentiva a divulgação de informações precisas e confiáveis. Com isso, as Demonstrações Contábeis da CAGEPA foram elaboradas e estão sendo apresentadas integralmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para tanto, todos os procedimentos exigidos pelo CPC 37 (R1) para adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade foram adotados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

18.6.2 Reavaliação dos Ativos - Reconhecimento do Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reavaliação dos ativos em empresas de saneamento é um processo de atualização do valor contábil dos ativos, com o objetivo de refletir o valor de mercado atualizado desses bens. Isso é importante porque, ao longo do tempo, os ativos podem sofrer depreciação ou se valorizar, o que pode afetar o balanço patrimonial da empresa e sua capacidade de investimento. No caso de empresas de saneamento, que possuem uma grande quantidade de ativos fixos, como redes de distribuição de água e esgoto, estações de tratamento, equipamentos e veículos, a reavaliação pode ser especialmente relevante. Além disso, o setor de saneamento passou por diversas mudanças regulatórias nas últimas décadas, o que pode ter afetado a valorização dos ativos. Com esse entendimento, foi contratada uma empresa especializada no processo de inventário e avaliação de ativos, que realizou o levantamento patrimonial do imobilizado da CAGEPA no Estado da Paraíba, sendo todo trabalho acompanhado pela comissão constituída para validação do mesmo e os valores obtidos foram registrados pela área patrimonial e contábil da Companhia. Dentre os produtos recebidos do trabalho de inventário patrimonial, destacam-se:

- a) Plantas de localização e situação georreferenciada, memoriais descritivos, relatório fotográfico de imóveis, devidamente acompanhados da ART do responsável técnico;
- b) Inventário físico de bens móveis e imóveis com instalações de Estações de tratamento de água, de esgoto, Estações elevatórias de água, de esgoto, escritórios, etc.;
- c) Inventário dos Hidrômetros e ligações através do banco de dados do sistema comercial;
- d) Inventário das redes de água e esgoto a partir das plantas de cadastro técnico e informações disponibilizadas;
- e) Protocolo de assinatura comprovando o inventário de cada município, com o endereço de todas as estruturas inventariadas;
- f) Planilha com a Base de Ativos regulatórios de cada município, detalhando os bens elegíveis e não elegíveis, bem como o índice de aproveitamento de cada um deles;
- g) Laudo de avaliação para cada município inventariado.

Posteriormente à adoção do custo atribuído, os imobilizados da CAGEPA que estão diretamente relacionados às concessões foram segregados em ativos intangíveis e ativos financeiros.

18.6.3 Imunidade Tributária

A Companhia buscou junto aos órgãos competentes a imunidade do Imposto de Renda, fundamentado nos pré-requisitos necessários para tal enquadramento, quais sejam:

- a) Prestar serviços públicos essencial;
- b) Desempenhando sem finalidade lucrativa;
- c) Prestar serviço com exclusividade (Ausência de concorrência);
- d) Não distribuir seus lucros, revertendo os resultados positivos para capitalização da própria Companhia, em benefício do serviço público prestado.

Dessa forma, a Companhia entendeu que se enquadrava em tais requisitos, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF), em outras oportunidades, já estendeu a aplicação da imunidade recíproca a diversas sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público essencial em regime não concorrencial, similares à CAGEPA. Nesse sentido, a Companhia ajuizou ação requerendo o reconhecimento da referida imunidade tributária no âmbito da União, do Estado e dos Municípios. A 3ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba através da Ação Cível Declaratória de Imunidade de Impostos Federais – Processo nº 0810749-41.2019.4.05.8200, transitada em julgado no Tribunal Regional Federal na data de 08/11/2022 foi concedido a Imunidade Tributária Recíproca para a CAGEPA conforme artigo 150, inciso VI, alínea “a” e § 2o da CF/88, sobre os impostos de competência da União, com especial atenção para IRPJ, IRRF e IOF. A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

19. Clientes

Alicerçada nos princípios de valorização e foco em seus clientes, com ações que priorizam atingir as metas de promover saúde e bem estar social, preservando o meio ambiente com inovação e investimento em tecnologias que apoiem o desenvolvimento sustentável, a universalização dos serviços e a melhor experiência de atendimento de seus clientes, aplicando, ainda, uma política tarifária justa e com um olhar diferenciado para as famílias em situação de vulnerabilidade, a Companhia atendeu em 2022 a dois grupos de clientes: o poder concedente, Colegiado microrregionais que são detentores da titularidade de serviços públicos de saneamento de água e esgoto, verdadeiros parceiros institucionais em prol do bem estar dos milhões de cidadãos e cidadãs que ocupam o território paraibano; e os consumidores finais, usuários dos serviços de distribuição de água tratada, bem como, da coleta e tratamento de esgotos.

19.1 Concedente

Com a instituição das Microrregiões pela Lei Complementar Estadual nº 168, de 22 de junho de 2021, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada pelos municípios e pelo Estado da Paraíba, que manifestam sua vontade e decisões por meio dos Colegiados microrregionais. As ações passam a ser avaliadas de forma regionalizada, sem deixar de considerar a universalização e demais metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal para cada Município que integra as recém-estabelecidas. A titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada em Colegiados, nos quais os Municípios possuem 60% dos votos e o Estado da Paraíba os outros 40%. Entre as atribuições dos Colegiados, destacam-se o planejamento e a instituição de diretrizes sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dentro desse contexto, a Companhia está adequada às recém-estabelecidas Microrregiões, em conformidade com o art. 11 B da Lei Federal 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020.



19.2 Consumidor Final

A satisfação dos clientes é fundamental para que a Companhia possa cumprir suas funções de forma eficiente e eficaz, classificamos nossos usuários em quatro categorias de consumo, definidos como: residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos, distribuição essa que tem um papel fundamental para que sejam traçados os perfis de consumo e compreendendo as necessidades, por segmento, proporcionando assim, o planejamento de ações que possam impactar positivamente o relacionamento dos clientes com a Companhia. De forma integrada com outras áreas, buscando sempre maximizar os resultados e atender às expectativas dos clientes a Companhia ampliou o leque de canais de atendimento, com o uso de tecnologia de ponta no que diz respeito à utilização de softwares que possibilitam realizar a gestão das diversas plataformas de atendimento disponíveis aos seus clientes, não só objetivando cumprir integralmente o determinado pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB), mas por entender

o seu papel social e sua determinação em proporcionar a melhor jornada de atendimento, priorizando o menor esforço, a clareza das informações, usabilidade de recursos e aplicativos, automação, eficiência, praticidade e comodidade daqueles que buscam nossos serviços.

19.3 Relacionamento com o Cliente

Entendemos que, não só os clientes da Companhia, mas todo e qualquer cidadão que necessitar de atendimento, seja para comunicar um vazamento ou elucidar uma dúvida sobre os nossos serviços, deve contar com diferentes canais de relacionamento. Em março de 2022, a Companhia iniciou um programa de ampliação dos postos de atendimento presencial em todo o estado, com a contratação de empresa especializada em prover soluções de atendimento na modalidade presencial, inclusive com a possibilidade de atendimento em Libras, nos postos de atendimento próprios ou de outras entidades governamentais, como as Casas da Cidadania, com a utilização de sistemas que possibilitaram a gestão à vista de toda rede de atendimento, gerando indicadores de desempenho, de modo a otimizar processos, realizar gestão das filas, com redução do tempo espera e tempo de atendimento, o que viabilizou o fim do atendimento presencial por agendamento, transformando a modalidade, outrora obrigatória, em opcional, promovendo assim, uma reabertura total dos postos de atendimento do estado, sem aglomerações, com conforto e comodidade, comprovando que a CAGEPA tem investido em tecnologia e modernização, não só para melhor atender ao cliente digitalmente, mas também ao cliente que aprecia o atendimento presencial, pois acreditamos que todo cliente é único e especial. O atendimento nos municípios, além dos canais tradicionais, conta com o canal exclusivo de atendimento presencial, realizado através das suas unidades regionais, porém, compreendendo a necessidade de investir em toda sua base de clientes, ao final de 2022, a Companhia deu início a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo ousado de desenharm fluxos de atendimento que possam evoluir ainda mais as tratativas e solicitações do segmento, que, ainda em que pese suas particularidades, deve ser enxergado como um cliente individualizado, que possui características e necessidades que precisam ser satisfeitas através de qualquer meio de atendimento, demonstrando a disposição da Companhia em moldar os canais de atendimento às individualidades de cada um de seus clientes e abandonar, em definitivo, o movimento inverso. Em dezembro de 2022 foi concluída a licitação que possibilitará a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de atendimento ao público, inclusive aqueles que possuam necessidades especiais, que incluam planejamento, desenvolvimento, integração, implantação, operação, sustentação e suporte técnico de modelo omnichannel, que adote o contact center e meios de integração multicanal, modernizando sobremaneira o nosso Call Center, que atende a todo o Estado com ligações gratuitas através do número de telefone 115, disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana., assim como nossa plataforma de atendimento humano virtual que, nos moldes do Call Center, também passará a ter atendimento ininterrupto 24/7. É um desafio estimulante, foram 1.095.865 atendimentos apenas nesses dois canais no ano de 2022, daí a necessidade de constante avanço e modernização. O chatbot, é um atendimento automatizado feito por meio de mensagens no aplicativo WhatsApp e Wechat da Companhia, recebeu em 2022, 1.212.459 de acessos, um crescimento de mais de 13% em relação a 2021. Conhecer a jornada de cada um desses clientes, personalizando o ambiente de atendimento, de modo a trazer eficiência, conforto e segurança é, definitivamente, uma das metas mais almejadas pela Companhia. Visando reforçar os laços de confiança dos clientes que, por algum motivo, entenderam que recorrer aos órgão de defesa do consumidor proporciona a resolução de seus anseios de forma mais célere, no ano de 2022 aperfeiçoamos o relacionamento com os órgãos, fortalecendo os seguintes canais: Linha Direta Procon, um canal de atendimento exclusivo para os Procons Estadual e Municipais, e-mail, plataforma ‘Pró Consumidor’ e consumidor.gov, com demandas abertas e resolvidas preliminarmente, tudo isso no intuito de reduzir o número de ações em desfavor da Companhia. Como resultado, em 2022 tivemos uma redução de 3% em relação ao ano anterior no número de audiências nos Procons, mesmo com a reabertura total e o retorno à normalidade em todos os atendimentos nos órgãos de defesa do consumidor. Uma vitória que demonstra trabalho, compromisso e resolutividade. A Companhia continua monitorando a percepção de qualidade dos seus clientes em relação ao atendimento e serviços. Através de pesquisa de satisfação realizada pelo Call Center com a pergunta de como os clientes classificariam os serviços prestados pela CAGEPA, 78% dos clientes que responderam à pesquisa ao final do seu atendimento, classificaram como bom ou excelente os serviços prestados pela Companhia. Uma evolução em relação ao ano de 2021 que já havia obtido o resultado de 75,81% para o mesmo questionamento. Números igualmente expressivos foram registrados em nossos canais virtuais, onde 87% dos clientes que realizaram a avaliação classificaram como excelente ou bom o atendimento prestado. Ao final de 2022 a Companhia lançou a terceira edição da Campanha “Fique em dia com a Cagepa”, onde a iniciativa foi voltada para consumidores das categorias residenciais, comerciais e industriais, que possuíam contas em aberto e tiveram a oportunidade de renegociar suas dívidas com até 100% de desconto nos juros e multas por atraso, para pagamento à vista, e parcelamento em até 60 vezes com descontos progressivos, com negociação feita de forma presencial e remota, pelo teleatendimento 115, pelo aplicativo WhatsApp, além da atendente virtual (Acqua) e do aplicativo CAGEPA. A Campanha foi uma iniciativa que nasceu para mitigar o cenário econômico que o Brasil vive desde 2020 e demonstrou ser uma das ações sociais mais relevantes da Companhia e adentrou em definitivo não só no Calendário de eventos e ações de alto impacto promovidas pela CAGEPA, mas no calendário dos clientes em toda Paraíba, em especial os mais vulneráveis, que veem na Companhia a oportunidade de sair da negatividade, a campanha ocorre sempre nos dois últimos meses do ano. Em 2022 foram realizadas nesta campanha, que se estendeu até 30 de dezembro, mais de 115 mil negociações, um recorde absoluto, que só comprova que a Companhia está no caminho certo ao conciliar suas estratégias de negócio e respeito aos clientes e acionistas com o compromisso social de ser cada vez mais um diferencial na vida dos paraibanos.

19.4 Ouvidoria

A ouvidoria é de extrema importância, pois é responsável por receber e tratar as demandas dos usuários em relação aos serviços prestados pela Companhia. Por meio da ouvidoria, os usuários podem registrar suas reclamações, sugestões, elogios e denúncias. Com isso, a ouvidoria pode identificar problemas recorrentes nos serviços prestados e, a partir disso, buscar soluções para resolvê-los e melhorar a qualidade dos serviços. Nossa ouvidoria é o canal independente e imparcial que recebe, avalia e responde às demandas dos consumidores e usuários, observando os seguintes prazos: em até 10 dias para sugestões e elogios; 20 dias para reclamações e 30 dias para denúncias relacionadas a atos de improbidade administrativa, malversação de recursos públicos e condutas tipificadas como crime por legislação específica. Além do site <http://www.cagepa.pb.gov.br/atendimento/ouvidoria> é possível fazer o registro também por meio do telefone (83) 32181366. A Ouvidoria cumpre com as exigências estabelecidas pela democracia participativa, fortalecendo as ações e decisões públicas na resolução de problemas e serviços prestados pela Companhia, no que diz respeito à distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos.

19.5 Saneamento para Todos

Para alcançar o saneamento para todos, é necessário um esforço conjunto de governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil. Isso envolve a implementação de políticas públicas para garantir o acesso universal aos serviços de saneamento, o investimento em infraestrutura adequada e a educação da população sobre questões relacionadas à higiene e ao meio ambiente. A Companhia está fazendo a sua parte, dentro da sua estrutura tarifária possui a denominada Tarifa Social que é um mecanismo de política pública que visa garantir o acesso aos serviços básicos de saneamento a famílias de baixa renda, que muitas vezes não têm condições financeiras de pagar as tarifas convencionais. A tarifa social é uma forma de promoção da justiça social e redução das desigualdades, além de ser uma medida importante para garantir o direito humano à água e ao saneamento, a tarifa social é especialmente importante porque o acesso a serviços de água e esgoto é fundamental para garantir a saúde pública e o bem-estar das comunidades, reduzindo a exclusão social e melhorando as condições de vida. Além disso, a tarifa social pode ser uma forma de incentivar a formalização do consumo de água e esgoto, reduzindo a inadimplência e garantindo a sustentabilidade financeira dos serviços.

20. Pessoas

As pessoas que trabalham com saneamento básico são extremamente importantes para a saúde pública e qualidade de vida das comunidades em todo o mundo. Esses profissionais são responsáveis por administrar, projetar, construir, operar e manter sistemas de água e esgoto em ambientes urbanos e rurais.

20.1 Profissionais

Os mais de 2.917 mil empregados efetivos, comissionados, jovens-aprendizes e cedidos que estão distribuídos em todo estado, são a base para assegurar a excelência operacional, e alvo de atenção permanente de ações que garantem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos, trabalhamos com a estratégia de valorização e aprimoramento do capital intelectual, a Companhia vem investindo em medidas para assegurar cada vez mais a igualdade de oportunidades. Quanto à distribuição por gênero, observa-se que do total de empregados, 2.493 são do sexo masculino e 424 do sexo feminino, conforme expresso abaixo.

Gráfico 11 – Percentual de Empregados por Gênero

Percentual de empregados(as) por gênero

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Quando à ocupação dos cargos de gestão, em números absolutos, são 296 homens gestores e 40 mulheres gestoras. Contudo, ao fazermos uma leitura contextualizada à realidade da CAGEPA, temos 9,43% das mulheres que compõem o quadro de pessoal da CAGEPA ocupando cargos na gestão (gerente, chefe de assessoria, subgerente e coordenadora). Entre os homens esse percentual é de 11,88% Em 2022, foram feitas 216 rescisões, sendo que 89 decorreram da adesão voluntária ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), término do contrato de Aprendizagem, outros por aposentadoria compulsória em decorrência da idade ou da reforma trabalhista. Foram contratados 25 estagiários, sendo 09 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. A seleção e contratação é gerida por empresa contratada, sob a coordenação da Companhia, que delimita o perfil e áreas de interesses, conforme disponibilidade de vagas nas diversas áreas que compõem a CAGEPA. No que se refere ao Programa Jovem Aprendiz, cujo contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período e sob regras específicas delimitadas em lei, foram contratados 91 jovens e adolescentes, sendo 47 homens e 44 mulheres. Os integrantes deste programa, além de desempenhar suas funções no âmbito da Companhia, participam de um curso de funções administrativas, que é desenvolvido por um agente integrador. Ainda no âmbito do Programa Jovem Aprendiz, a CAGEPA tem um convênio com a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), o qual prevê a admissão de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. É importante ressaltar que a Companhia mantém um convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba (SEAP-PB), por meio do Programa Trabalho Libera, que prevê a contratação, sob regras específicas, de reeducandos(as) para o desenvolvimento de atividades em setores da Companhia. Em 2022, a CAGEPA dispunha de 42 reeducandos(as) contratados(as), sendo 33 homens e 09 mulheres. Quanto à jornada de trabalho, a Companhia estipula dois regimes, sendo o horário comercial ou turno de revezamento por escala, este para cargos e funções específicas. Registra-se que há exceções, para casos estabelecidos legalmente e/ou no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022-2024, que prevê o horário especial para estudantes, por exemplo, em sua Cláusula Vigésima Quinta. O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) tem a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, mediante o desenvolvimento de ações preventivas e

protetivas. Suas regras de constituição e funcionamento encontram-se previstas na Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho n.º 4 – NR 4. Dado o compromisso da CAGEPA com a prevenção de acidentes, estabeleceu-se a responsabilidade da realização de, pelo menos, um evento de sensibilização para a prevenção de acidentes de trabalho. Nesse sentido, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) são estimuladas a realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), e em 2022, que foram realizadas na Sede Administrativa e nas unidades regionais do Litoral, da Borborema, do Brejo e das Espinharas.

20.2 Capital Intelectual

O capital intelectual é extremamente importante para a Companhia, uma vez que dependemos de conhecimentos técnicos especializados e de equipes qualificadas para prestar serviços de qualidade aos clientes, lidando concomitantemente com as demandas operacionais da CAGEPA. Contamos com os nossos educadores corporativos que são profissionais que trabalham na Companhia desenvolvendo e implementando juntamente com a área de capital humano programas de treinamento e desenvolvimento para seus empregados (as). A Educação Corporativa se apresenta como uma potencialidade e, portanto, parte integrante e essencial do nosso Mapa Estratégico. Desse modo, em 2022, a CAGEPA ampliou significativamente o desenvolvimento das atividades nessa área, conforme itens apontados a seguir:

Quadro 1: Ações desenvolvidas para a Educação Corporativa

Ação	Detalhes
Processo Seletivo - Educação Corporativa	Seleção de 11(onze) novos educadores corporativos
Trilhas de Desenvolvimento para a Educação Corporativa	Capacitação dos 11(onze) educadores aprovados na seleção

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

O grupo de educadores corporativos é composto por 26 integrantes, os quais, com formação e atuação em áreas estratégicas foram responsáveis pela condução de cursos durante o ano de 2022, conforme destacamos abaixo:

Quadro 2: Cursos realizados pela Educação Corporativa

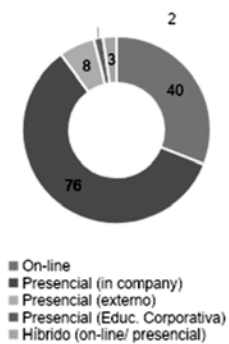
Cursos realizados pela Educação Corporativa	Quantidade de empregados(as)	Carga horária do curso	Quantitativo de alunos/hora
Trilhas de Desenvolvimento- Coordenadores das Agências Locais	166	32h	5.312 alunos/hora
Trilhas de Desenvolvimento - Coordenadores de Recursos Humanos	06	28h	168 alunos/hora
Treinamento Código de Conduta e Integridade (CCI)	2.749	04h	10.996 alunos/hora

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Além do desenvolvimento dos cursos em que a Educação Corporativa conduziu, a CAGEPA estimulou a realização de um conjunto de outros cursos em diferentes modalidades, de acordo com o que está apontado no quadro abaixo.

Gráfico 12: Modalidade de cursos realizados, em 2022

Modalidades de Cursos realizados - 2022



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Considerando esses dados, em quantitativo de ações educacionais, pode-se listar a formação de 129 turmas, 4.571 matrículas, 2.580 horas de cursos e 42.206 horas/aulas aplicadas. A Companhia ainda promoveu a implantação/ execução do Programa de Formação em Saúde e Segurança do Trabalho, que permitiu a formação e/ou atualização de 389 empregados(as) distribuídos nos seguintes cursos: NR 05 - Curso de Formação para os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 11 - Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP); NR 33 - Trabalho em Espaço Confinado; NR 35 - Trabalho em Altura.

20.3 Programas de Apoio ao Empregado

Tendo como base o reconhecimento da importância de valorizar e estimular o bem-estar e a qualidade de vida e, consequentemente, impactar na saúde de seus(suas) empregados(as), a CAGEPA desenvolve diversas ações, com vistas a potencializar as habilidades sociais de todos(as). Nessa perspectiva, destaca-se:

- Programa de Valorização da Vida: por meio de rodas de conversas coletivas, oficinas, palestras e dinâmicas sobre temáticas diversas, bem como a realização de atendimentos individuais, destinados a determinado grupo, com ações promovidas presencialmente ou de forma on-line, nas sedes das Gerências Regionais. Em 2022, foram 160 empregados(as) participantes e 554 atendimentos individuais realizados, relacionados a esse programa.
- Programa de Escuta Psicológica: Por meio de demanda espontânea, onde a busca acontece livremente pelo(a) empregado(a), como também por encaminhamento, a equipe de psicólogos realiza escutas, com o objetivo de realizar encaminhamentos e contribuir com o estabelecimento de alternativas para o enfrentamento de situações pontuais e urgentes. Em 2022, foram realizadas 214 escutas psicológicas.
- Programa Viver Melhor: Como forma de estimular a prática esportiva e a adoção de uma rotina saudável, entendendo os impactos para a vida pessoal e profissional dos(as) empregados(as), a CAGEPA oferece um conjunto de atividades, tais como: o patrocínio, por custeio de inscrições ao grupo de empregados(as) que participam de corrida de rua - CAGEPA Runner Team; Pilates (custeando 50% do valor da mensalidade e disponibilizando espaço físico para realização); locação de espaços para a realização de práticas esportivas - futebol e vôlei. Em 2022, 752 empregados(as) estiveram envolvidos nessas atividades.
- Acompanhamento social dos(as) empregados(as) beneficiários do Auxílio Filho PCD e/ou Hemofílico: ação desenvolvida pela profissional do Serviço Social, com o objetivo de acompanhar os/as empregados/as beneficiários do Auxílio Filho PCD e/ou Hemofílico, mediante a realização de trabalho social juntos aos mesmos. Dentre as ações implementadas temos: visitas domiciliares; orientação social ao empregado/a beneficiado/a, de acordo com as particularidades de cada situação vivenciada; encaminhamento dos/as empregados/as e/ou dependentes a serviços específicos de atendimento às demandas percebidas; realização de estudos sociais; entre outras.
- Campanhas de Bem-estar e Saúde: Em consonância com ações de saúde propostas no Calendário do Ministério da Saúde, a CAGEPA realizou ações no Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, no ano de 2022, com a presença de cerca de 150 empregados(as). Os debates propostos envolvem as temáticas expressas abaixo:

Figura 15 – Campanhas realizadas pela Companhia

Campanhas realizadas pela CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

21. Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

Em 2022, os auditores externos, Sá Leitão Auditores S/S, prestaram serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

João Pessoa, 31 de março de 2023

Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor Presidente

Jorge Ourgel de Souza
Diretor Administrativo/Financeiro

Ricardo Mouton Gomes de Sousa
Diretor de Exatidão

Isabele Ferreira Vianna Veras
Diretor Comercial

Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor de Novos Negócios, Inovação e Meio Ambiente

Thiago de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Balancço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais)							
ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	13.160	48.112	Empréstimos	12	11.335	10.886
Contas a Receber de Clientes	6	472.827	452.940	Fornecedores e Empréstimos	13	43.331	34.842
Tributos a Recuperar	7	22.886	21.951	Impostos, Taxas e Contribuições	14	102.760	91.594
Estoque	8	39.735	23.051	Obrigações Trabalhistas	15	49.338	42.848
Outros Ativos		5.481	5.375	Outros Passivos	17	42.811	76.129
Total do Ativo Circulante		554.089	551.429	Total do Passivo Circulante		249.595	256.299
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Empréstimos	12	3.571	12.143
Contas a Receber de Clientes	6	24.189	25.261	Impostos, Taxas e Contribuições	14	454.519	160.985
Depósitos Judiciais		5.603	12.181	Provisões para Demandas Judiciais	16	25.699	38.374
Estoque	8	2.302	1.775	Outros Passivos	17	130.313	125.935
Outros Ativos	9	100	300				
Ativo Financeiro	9	276.880	-				
Investimentos	10	2.207.533	1.056.744				
Imobilizado	11	3.203.711	43.370	Total do Passivo Não Circulante		614.102	337.437
Intangível		-	-				
Total do Ativo Não Circulante		5.720.327	1.139.640	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	18.1	980.745	906.938
				Reservas de Lucros	18.2	265.093	268.854
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.3	3.368.429	(20.321)
				AFAC	18.4	795.852	1.882
				Total do Patrimônio Líquido		5.410.719	1.097.333
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.274.416	1.691.069
TOTAL DO ATIVO		6.274.416	1.691.069				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida de Serviços Prestados	19	1.021.369	931.453
Custo de Serviços Prestados	20	(618.963)	(515.027)
Lucro Bruto		402.406	416.426
Receitas (Despesas) Operacionais	21		
Despesas com Vendas		(147.989)	(106.250)
Despesas Gerais e Administrativas		(156.011)	(128.125)
Outras Despesas Operacionais		(31.561)	(45.917)
Outras Receitas Operacionais		5.099	43.758
		(330.462)	(236.534)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		71.944	179.892
Resultado Financeiro	23		
Receitas Financeiras		39.309	35.019
Despesas Financeiras		(23.156)	(11.834)
		16.153	23.185
Resultado Antes dos Impostos		88.097	203.077
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(6.872)	(30.812)
Lucro Líquido do Exercício		81.225	172.265
Número de Ações ao Final do Exercício		1.862.062.046.729	1.744.713.836.992
Resultado por lote de 10.000 ações		0,43621	0,987354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício		81.225	172.265
Ajuste de Convergência ao IFRS	18.3	3.388.750	(2.649)
Resultado Abrangente do Exercício		3.469.975	169.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores em milhares de Reais)									
	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva para Contingência	Crédito de Juros sobre Capital Próprio	Ajuste de Avaliação Patrimonial	AFAC	Lucros (Prejuízo) Acumulados
Saldo em 01 de Janeiro de 2022		906.938	17.243	24.366	167.225	-	(20.321)	1.882	-
Aumento de Capital		73.807	-	(24.366)	-	(47.559)	-	(1.882)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.4	-	-	-	-	-	-	795.852	795.852
Crédito de Juros sobre Capital Próprio	18.5	-	-	-	-	47.559	-	-	47.559
Ajuste de Convergência ao IFRS	18.3	-	-	-	-	-	3.388.750	-	3.388.750
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	81.225
Contribuição de Reserva Legal	18.2(a)	-	4.061	-	-	-	-	-	(4.061)
Contribuição de Reserva para Contingência	18.2(c)	-	-	-	77.164	-	-	-	(77.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		980.745	21.304	-	244.389	-	3.368.429	795.852	5.410.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais)									
	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva para Contingência	Ajuste de Avaliação Patrimonial	AFAC	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021		733.348	8.630	20.785	75.511	(17.672)	152.805	-	973.407
Aumento de Capital		173.590	-	(20.785)	-	-	(150.923)	-	1.882
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.4	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Convergência ao IFRS	18.3	-	-	-	-	-	(2.649)	-	(2.649)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	172.265	172.265
Contribuição de Reserva Legal	18.2(a)	-	8.613	-	-	-	-	(8.613)	-
Contribuição de Reserva de Incentivo Fiscal	18.2(b)	-	-	24.366	-	-	-	(24.366)	-
Contribuição de Reserva para Contingência	18.2(c)	-	-	-	91.714	-	-	(91.714)	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(47.572)	(47.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		906.938	17.243	24.366	167.225	(20.321)	1.882	-	1.097.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa (Método Indireto) Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais)

	01/12/2022 a 31/12/2022	01/12/2021 a 31/12/2021
Fluxo de Caixa Decorrente das Atividades Operacionais:		
Ajustes para Conciliação do Resultado com Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido do Exercício	81.225	172.265
Juros sobre Capital Próprio	-	(47.572)
Depreciação	29.298	23.088
Amortização do Intangível	1.424	-
Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (Constituição/Reversão)	39.645	7.323
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	1.869	2.978
Provisão para Demandas Judiciais (Constituição/Reversão)	(12.675)	7.654
Incentivo Fiscal sobre o Imposto de Renda - IRPJ	-	24.366
Lucro Líquido Ajustado	140.786	190.102
(Aumentos) Reduções nos Ativos		
Contas a Receber de Clientes	(58.460)	(50.822)
Tributos a Recuperar	(935)	6.500
Estoque	(17.211)	(7.047)
Depósitos Judiciais	670	(1.207)
Outros Ativos	94	(2.036)
Aumentos (Reduções) nos Passivos		
Fornecedores	5.056	7.782
Impostos, Taxas e Contribuições	(24.486)	(47.411)
Obrigações Trabalhistas	6.510	429
Outros Passivos	9.159	14.482
	(79.603)	(79.330)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento:		
Imobilizado	(87.554)	(85.782)
Intangível	1.424	1.328
	(86.130)	(84.454)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento:		
Juros sobre Capital próprio	(13)	21.533
Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	33.422	(32.108)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(41.519)	(3.022)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(1.895)	1.882
	(10.005)	(11.715)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.952)	14.603
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.112	33.509
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.160	48.112
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.952)	14.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado		
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021		
(Valores em milhares de Reais)		
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas		
Água, Esgoto e Serviços	1.125.485	1.030.675
Provisão para Devedores Duvidosos	(45.780)	(22.389)
Outras Receitas Operacionais	5.099	43.758
	1.084.804	1.052.044
Insumos Adquiridos de Terceiros:		
Materiais Consumidos	(67.939)	(45.663)
Serviços de Terceiros	(266.938)	(227.178)
Despesas Gerais / Perdas	(57.650)	(62.302)
Multas	(315)	(177)
	(392.842)	(335.320)
Valor Adicionado Bruto	691.962	716.724
Retenções		
Depreciação e Amortização	(29.775)	(23.088)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	662.187	693.636
Valor Adicionado Recebido em Transferência:		
Receitas Financeiras	39.309	35.019
Valor Adicionado a Distribuir	701.496	728.655
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal:		
Remuneração Direta	233.475	207.557
Encargos	162.823	145.144
Benefícios	68.117	56.911
Outros	16.735	1.866
	481.150	411.478
Tributos:		
Federal	113.787	132.035
Estadual	2.168	257
Municipal	10	786
	115.965	133.078
Remuneração de Capital de Terceiros:		
Juros e Atualizações	23.156	11.834
	23.156	11.834
Remuneração de Capital Próprios:		
Lucro Líquido do Exercício	81.225	172.265
Valor Adicionado Distribuído	701.496	728.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Valores em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional
1.1. Constituição e Objeto Social

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos – SEIRH, constituída nos termos da Lei Estadual nº 3.459, de 31 de dezembro 1966, alterada pela Lei nº 3.702, de 11 de dezembro de 1972. A Companhia tem como objetivo planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo o território do Estado da Paraíba, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

1.2. Concessão dos Serviços Públicos

a) Marco legal vigente na prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007, o marco legal do saneamento básico, e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. De acordo com a Lei nº 14.026/2020, a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, atualmente, depende da celebração de contratos de concessão ou de prestação de serviço, por meio de licitação prévia, extinguindo a possibilidade de celebração de novos contratos de programa. A validade de tais contratos de concessão depende, entre outras exigências legais (artigo 11, Lei nº 11.445/2007), da comprovação mediante estudo da viabilidade técnica, econômica e financeira da prestação de serviços e da existência de metas, e cronograma de universalização do saneamento básico. A legislação conferiu especial importância a essas metas pois representam cláusula obrigatória e configuram condição de validade, de maneira que, mesmo nos contratos firmados anteriormente ao Novo Marco Legal, que ainda se encontram em vigor, deverão estas ser inseridas de forma a que sejam buscadas alternativas a fim de atingir as metas de universalização.

Cumprir destacar que a prestação regionalizada do serviço de saneamento nas Microrregiões é de interesse comum, sendo o Estado o titular da região em conjunto com os municípios, conforme o art. 3º, XIV c/c o art. 8º, II, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, cuja redação deste último é a seguinte: “Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020) I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020) II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum”

Neste interm, prevê a Lei Complementar Estadual nº 168/2021 (Lei das Microrregiões) o seguinte: “Art. 3º São funções públicas de interesse comum das Microrregiões de Água e Esgoto o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas. “Art. 7º São atribuições do Colegiado Microrregional: I - instituir diretrizes sobre o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, a ser observadas pelas Administrações Direta e Indireta da própria autarquia microrregional ou de entes da Federação integrantes da Microrregião ou com ela conveniados; III - especificar os serviços públicos de interesse comum, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis, inclusive quanto à unificação de sua prestação; (...)XI - autorizar a prestação direta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta de um dos entes da entidade microrregional”.

Em linhas gerais, como o Estado é titular da região em conjunto com os municípios e a Cagepa integra a administração indireta do Estado da Paraíba, tal deliberação está em consonância com o art. 8º, II da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020”.

Ressalta-se, ainda, que o Novo Marco Regulatório do Saneamento, estabelece uma série de incentivos à prestação regionalizada dos municípios que estiverem inseridos neste processo, excluindo os municípios isolados (ou não regionalizados) do acesso aos recursos públicos da União ou dos financiamentos por eles geridos, a exemplo do FGTS, conforme transcrição do art. 50, inciso VII, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, abaixo posta.

“Art. 50. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados: (...)VII - à estruturação de prestação regionalizada; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)”. Ademais, o Decreto Federal nº 10.588/2020 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026/2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445/2007, prevendo que: “Art. 2º A prestação regionalizada de serviços de saneamento visa à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, com uniformização do planejamento, da regulação e da fiscalização.

§ 1º Para fins de alocação de recursos públicos federais e de financiamentos com recursos da União, ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União, será considerada cumprida a exigência de prestação regionalizada: I - na hipótese de região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, com a aprovação da lei complementar correspondente; II - na hipótese de unidade regional de saneamento básico, com a declaração formal, firmada pelo Prefeito, de adesão aos termos de governança estabelecidos na lei ordinária; ou III - na hipótese de bloco de referência, com a assinatura de convênio de cooperação ou com a aprovação de consórcio público pelo ente federativo.”

No que tange à regionalização, o novo marco legal do saneamento, aprovado em 2020, a prevê como um dos pilares para o desenvolvimento do setor de saneamento básico no Brasil. Essa medida é importante porque permite uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento, garantindo a oferta de água e esgoto de qualidade para toda a população.

A regionalização consiste em agrupar municípios em regiões de acordo com características comuns, como recursos hídricos, infraestrutura, capacidade de investimento e demanda por serviços de saneamento. Ademais, podemos citar como critérios estabelecidos para a formação das Microrregiões, os seguintes: i) Obediência aos limites municipais; ii) Sistemas Integrados para Redução de Custos; iii) Minimização da taxa de reajuste tarifário para alcançar a regionalização; iv) Redundâncias de Sistemas para enfrentamento das estiagens; v) Consideração de Projetos existentes e Ações Futuras como Ativos Potenciais; vi) Respeito aos limites das Bacias Hidrográficas para melhorar o planejamento do uso da água; vii) Respeito às áreas de abrangência das Aduadoras por facilidade operacional; viii) Uso do Projeto de Integração do São Francisco - PISF como elemento integrador de políticas públicas e ix) Política Pública de Saúde.

Essa estratégia é importante porque possibilita a criação de uma gestão compartilhada entre os municípios da região, que passam a trabalhar em conjunto para garantir a universalização dos serviços de água e esgoto, tendo como premissas: i) Atendimento às metas do Marco Legal de cobertura de água e esgoto; ii) Preservação da infraestrutura atual dos sistemas, diminuindo a necessidade de investimento; iii) Garantia da segurança hídrica; iv) Ampliação da integração dos sistemas de acordo com o planejamento interno ajustado ao externo via SEIRH e ANA; v) Alinhamento de reajustes para manutenção da tarifa módica e equilibrada; vi) Alinhamento com políticas públicas do Estado e viii) Sustentabilidade financeira com modicidade tarifária.

Com a regionalização, é possível planejar e executar investimentos de forma mais integrada, evitando a duplicidade de esforços e garantindo a aplicação dos recursos de forma mais eficiente. Além disso, a regionalização pode facilitar o acesso a recursos financeiros e tecnológicos, já que as regiões podem se unir para pleitear financiamentos e firmar parcerias com empresas especializadas. Outro benefício da regionalização é a criação de uma estrutura de governança mais robusta, que permite uma gestão mais transparente e participativa. Com a participação dos municípios da região na tomada de decisões, é possível promover uma gestão mais democrática e eficiente dos serviços de saneamento, atendendo às demandas e necessidades da população.

Em resumo, a regionalização é uma medida essencial para o sucesso do novo marco legal do saneamento, pois permite uma gestão mais integrada e eficiente dos serviços de saneamento básico. Com essa estratégia, é possível garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para o desenvolvimento sustentável do país.

Considerando a necessidade de adequar a legislação estadual às inovações trazidas à matéria de abastecimento e saneamento pela legislação federal, o Governo do Estado publicou o Decreto Estadual nº 41.210, de 29 de abril de 2021, que instituiu comissão composta por: I – representante da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, que coordenou a Comissão de Adequação; II - representantes, titulares e suplentes, de cada um dos seguintes órgãos e entidades: a) Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB; b) Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP; c) Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba - PGE; d) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG; e) Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA; f) Projeto Cooperar – Saneamento Rural (Paraíba Rural Sustentável), para adequação do marco regulatório do saneamento básico do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Com o apoio da referida comissão, em 22 de junho de 2021 foi publicada a Lei Complementar nº 168, sendo instituídas as Microrregiões do Alto Piranhas, do Espinharas, da Borborema e do Litoral e suas respectivas estruturas de governança, após o competente estudo de regionalização. Em seguida, foram publicados os decretos dos regimentos internos provisórios das referidas Microrregiões. O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao Estado da Paraíba, aos Municípios que integram as Microrregiões e às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que com elas se relacionam, no que concerne às funções públicas de interesse comum. Ficam as Microrregiões de Água e Esgoto autorizadas a celebrar convênio de cooperação de forma a que a estrutura de regionalização possa beneficiar também os Municípios localizados em Estados limítrofes, os quais terão prerrogativa de participação, voto e outros direitos e deveres equivalentes aos dos Municípios paraibanos que integram a Microrregião. Para sua eficácia, o convênio de cooperação entre entes federados, além da própria Microrregião, deve ser subscrito tanto pelos Municípios beneficiados, como pelo Estado em cujo território se situe.

Insta informar que, com vistas a atender o disposto no Decreto Federal nº 10.710/2021, a Companhia aditivou 48 (quarenta e oito) contratos de concessão e de programa regulares e vigentes que possui com municípios operados, que tiveram os seus termos aditivos (de atualização) aprovados por unanimidade pelos respectivos colegiados microrregionais. Após, houve a autorização do Conselho de Administração da Companhia, e em atendimento ao art. 11, inciso I, do Decreto 10.710/2021, a CAGEPA encaminhou a referida documentação para análise da Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), bem como os EVTE’s (estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira) atinentes a tais prestações de serviço, o que foi realizado em 30 de dezembro de 2021. Ato contínuo, em 29/03/2022, houve a aprovação pela ARPB da capacidade econômico-financeira da Companhia, tornando os supramencionados contratos, vigentes e regulares.

Quanto aos demais municípios em atendimento ao art. 7º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 168/2021, que regulamenta o art. 8º, II da Lei federal nº 11.445/2007, a CAGEPA salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa. Inclui-se em cumprimento à Lei Complementar Estadual nº 168/2021, que dispõe sobre o tema previsto no art. 8º, II c/c art. 10 da Lei federal nº 11.445/2007, que trata da possibilidade de descentralização administrativa técnica, foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da SEIRH, onde o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA nesta Microrregião, em razão desta integrar a administração indireta do Estado que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral, bem como procedeu com a aprovação da minuta de regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo até 31/12/2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos. O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto de 2022.

Após mais de 02 (dois) anos de sua publicação, o novo marco legal do saneamento ainda é objeto de debates e discussões, tanto na esfera jurídica quanto na operacional, atravessando, o que parece ser, um período de amadurecimento e adequação do mercado, das empresas e da sociedade como um todo, às novas regras postas pelo poder legislativo. Todavia, é de bom alvitre ressaltar que a modelagem implementada pela Paraíba, qual seja a prestação direta no âmbito das Microrregiões, em que pese ser pioneira, é plenamente legal, uma vez que é baseada no art. 8º, II c/cc art. 10 da Lei nº 11.445/2007 atualizada pela Lei nº 14.026/2020, o que ocasiona a devida segurança jurídica para a continuidade de sua prestação.

b) Enquadramento da Companhia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia operava serviços de abastecimento de água em 201 (duzentos e um) municípios e 24 (vinte e quatro) distritos e povoados e serviços de esgotamento sanitário em 22 (vinte e dois) municípios. Do total de municípios atendidos em 31 de dezembro de 2022, 48 municípios possuem contratos vigentes e tiveram os seus instrumentos contratuais que foram aditivados para atender ao novo marco regulatório, mais especificamente ao Decreto Federal nº 10.710/2021, apresentando a inclusão das metas de universalização (99% de abastecimento de água e 90% de esgotamento sanitário) e os seus estudos de viabilidade da capacidade econômico-financeira.

Quanto à regularização da prestação de serviço nos municípios que não possuem contratos de Concessão/Programa vigentes, em atendimento à Lei complementar estadual nº 168/2021, a Companhia salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH) e com a anuência dos municípios, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa técnica e em cumprimento a referida legislação, foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Recursos Hídricos - SEIRH, onde o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta do Estado que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral, bem como procedeu, no dia 24 de agosto de 2022, com a aprovação da minuta de regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo até 31 de dezembro de 2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos.

O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto de 2022 pelo representante legal da Microrregião do Litoral, Secretário Geral Deusdete Queiroga e pelo Presidente da CAGEPA, Marcus Vinícius Fernandes Neves.

Com esta regulamentação e de acordo com a deliberação do Colegiado Microrregional do Alto Piranhas, Espinharas e Litoral, ficarão 123 (cento e vinte e três) Municípios com prestação direta de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário, restando 22 Municípios não operados pela Companhia.

É de bom alvitre ressaltar que os 78 (setenta e oito) municípios que possuem prestação de serviço regularizada, sendo 48 (quarenta e oito) mediante contratos de concessão/programa e 30 (trinta) através de Prestação Direta no âmbito do interesse comum na Microrregião do Litoral.

Essa prestação regularizada representa, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) da arrecadação da CAGEPA. Desta feita, os 20% (vinte por cento) remanescentes da arrecadação correspondem aos 123 (cento e vinte e três) municípios que estão em fase de regularização nas Microrregiões, conforme já mencionado alhures.

Em relação às demais Microrregiões, Alto Piranhas, Espinharas e Borborema, ainda no primeiro semestre de 2023, serão realizadas as competentes assembleias deliberativas acerca da prestação direta dos serviços, regularizando, desta forma, todas as prestações precárias nos municípios envolvidos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de Preparação

Estas são as primeiras Demonstrações Contábeis elaboradas e apresentadas integralmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para tanto, todos os procedimentos exigidos pelo CPC 37 (R1) para adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade foram adotados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estas Demonstrações guardam ainda a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 com suas alterações posteriores.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando apresentado de outra forma.

2.3. Uso de Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, depreciação, amortização, provisão para riscos de créditos, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

2.4. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, foram autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2023.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1. Reconhecimento do Custo Atribuído (Deemed Cost)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia convergiu suas demonstrações contábeis aos padrões internacionais e, tal como atribuído pelo Pronunciamento Técnico CPC 37, que trata da adoção inicial aos padrões internacionais, realizou o processo de identificação de custos aos seus ativos imobilizados.

Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou o critério do custo atribuído (deemed cost), conforme preceitua o CPC 37, realizando o reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial pertinentes.

Para tanto, foi contratada uma empresa especializada no processo de inventário e avaliação de ativos, que realizou o levantamento patrimonial do imobilizado da CAGEPA no Estado da Paraíba, sendo todo trabalho acompanhado pela comissão constituída para validação do mesmo e os valores obtidos foram registrados pela área patrimonial e contábil da Companhia. Dentre os produtos recebidos do trabalho de inventário patrimonial, destacam-se:

- a) Plantas de localização e situação georreferenciada, memoriais descritivos, relatório fotográfico de imóveis, devidamente acompanhados da ART do responsável técnico;
- b) Inventário físico de bens móveis e imóveis com instalações de Estações de tratamento de água, de esgoto, Estações elevatórias de água, de esgoto, escritórios, etc.;
- c) Inventário dos Hidrômetros e ligações através do banco de dados do sistema comercial;
- d) Inventário das redes de água e esgoto a partir das plantas de cadastro técnico e informações disponibilizadas;
- e) Protocolo de assinatura comprovando o inventário de cada município, com o endereço de todas as estruturas inventariadas;
- f) Planilha com a Base de Ativos regulatórios de cada município, detalhando os bens elegíveis e não elegíveis, bem como o índice de aproveitamento de cada um deles;
- g) Laudo de avaliação para cada município inventariado.

Posteriormente à adoção do custo atribuído, os imobilizados da CAGEPA que estão diretamente relacionados às concessões foram segregados em ativos intangíveis e ativos financeiros, tal como explicado nas seções seguintes.

3.2. Contratos de Concessões

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia convergiu suas demonstrações contábeis aos padrões internacionais. Neste contexto, o aspecto mais relevante de todo o processo foi o reconhecimento dos ativos intangíveis e financeiros originados dos contratos de concessões estabelecidos com os municípios do Estado da Paraíba. Para tanto, seguiu-se o determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 e Orientação Técnica OCPC 05, emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Assim, a Companhia reconheceu como ativos intangíveis os antigos ativos que estavam registrados como imobilizados, mas que possuem relação direta com a prestação dos serviços de concessão e sobre os quais existe o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, um preço pactuado com o poder concedente (tarifa). Ocorre que, conforme estabelecidos nos contratos, a CAGEPA possui ao final do período da concessão o direito incondicional de receber uma indenização por parte do poder concedente (Municípios) pela impossibilidade de continuar atuando, visto que ocorreu o término do contrato (ou o cancelamento do mesmo) e ainda existem investimentos realizados que não poderão ser mais recuperados via tarifa. Desta forma, calculou-se o montante do valor decorrente dessas parcelas e contabilizou-se como ativos financeiros. Diante do exposto, pode-se afirmar que a CAGEPA adotou o modelo bifurcado da contabilização de concessões.

No que se refere aos ativos intangíveis que foram reconhecidos, explica-se que a amortização desses reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. No que se refere aos ativos financeiros, como estes foram reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 não houve a necessidade de calcular o ajuste a valor presente dos mesmos, haja vista

que o valor presente corresponde ao valor justo na data do reconhecimento inicial. Estes ativos não são depreciados ou amortizados e serão baixados contra disponibilidades apenas quando houver a quebra de contrato ou então o término do mesmo, quando o direito à indenização calculado poderá ser exercido.

Vale salientar que parte dos intangíveis reconhecidos pela Companhia, relacionados às Microrregiões Borborema, Espinharas e Alto Piranhas, não estão amparados por contratos de concessão. O processo de formalização dos respectivos contratos se encontra em curso, conforme especificado nas Notas Explicativas nº 1.2. a) “Marco legal vigente da prestação dos serviços públicos de saneamento básico” e 28.1 “Eventos Subsequentes”.

Nas notas explicativas correspondentes aos imobilizados, intangíveis e ativos financeiros encontra-se o detalhamento dos valores correspondentes a cada um dos grupos bem como as mutações ocorridas entre as contas.

3.3. Passivo Fiscal Diferido

A Resolução do CFC nº 1.189/09, que aprovou a NBC TG 32, cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. No Exercício Social de 2022, devido à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, em consonância com o CPC 37 (R1), foi efetuado o reconhecimento do custo atribuído para os bens da Companhia e, consequentemente, foi constituído um ajuste de avaliação patrimonial, correspondente à atualização dos valores dos bens em relação ao seu valor justo. Sobre o montante do custo atribuído, foi aplicado a alíquota da CSLL para originar o passivo fiscal diferido, em atendimento ao disposto no CPC 32. Enquanto não computada a realização dos bens que deram origem ao custo atribuído, em obediência ao regime de competência, o ajuste de avaliação patrimonial será demonstrado em conta específica do patrimônio líquido da Companhia e o tributo diferido em conta de passivo (longo e curto prazo).

3.4. Receitas e Custos de Construção dos ativos da concessão

A Companhia não reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 receitas ou custos oriundos da construção de ativos de concessão porque esta foi a data escolhida para a adoção das normas internacionais. Contudo, a partir do exercício de 2023, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público será reconhecida usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotará para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

3.5. Contratos de arrendamento mercantil

A Companhia não possui contratos de arrendamento que se enquadrem no escopo previsto no Pronunciamento Técnico CPC 06 - Arrendamentos.

3.6. Análise do Valor Recuperável de Ativos

A Companhia avalia nas datas de reporte anual se existe alguma evidência objetiva que determine se o valor do ativo, ou do grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo, ou grupo de ativos, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado para o ativo, ou do grupo de ativos, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para a avaliação da recuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira a alteração das mesmas. Tendo em vista que em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o custo atribuído de seus ativos, os mesmos já foram testados quanto à sua recuperabilidade.

3.7. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com "Covenants": Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. Análise dos principais fatores de riscos da Companhia

4.1. Riscos de Crédito (Operacional)

Mudanças Climáticas - Crise Hídrica: Riscos - As mudanças climáticas podem contribuir para a ocorrência de eventos extremos, estiagem, e outras situações que podem afetar a capacidade de operação da Companhia, comprometendo os resultados do negócio. O primeiro trimestre de 2022 também foi marcado por cenário crítico de abastecimento de água em parte dos municípios Paraibanos, devido ao baixo nível de reserva dos mananciais que os abastecem, decorrentes de longos períodos sem chuva. Até o fechamento deste relatório existiam 34 municípios em racionamento e 12 municípios paralisados. Ações - A Companhia, em parceria com o Governo do Estado (acionista controlador), continua adotando medidas emergenciais, tais como: construção de estação elevatória flutuante, obras de reforço no abastecimento de água, construção de sistema adutor, aquisição de caixas d’água, dentre outros. Nesse cenário, a transposição do Rio São Francisco é vista como a principal estratégia governamental para reverter a situação de dificuldade hídrica em alguns Municípios do Estado.

4.2. Perdas:

Riscos - Perdas de água, a Companhia monitora os riscos de uma eventual insuficiência de capital para os investimentos em eficiência operacional e redução de perdas, com impacto no fluxo de caixa e nos resultados. Ações - A Companhia vem trabalhando firmemente no combate às perdas, continuando em seu planejamento para 2022/2023 ações como a substituição do parque de hidrômetros, implantação de contratos de performance, aumento da fiscalização de águas cortadas, clandestinas e desviadas, atualização de cadastros e implantação das obras previstas no projeto de setorização da grande João Pessoa, através de recursos oriundos de financiamento contraído junto ao Banco Mundial. Além dessas ações planejadas, a Companhia está buscando a recuperação do cliente com água desligada, atuando na ampliação das ações de renegociação de dívidas, trazendo novamente esse cliente para a CAGEPA.

4.3. Regulação do Setor:

Riscos - Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/20, que atualizou o Marco Legal do Saneamento, o qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, criado pela Lei nº 11.445/07, e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Até a presente data, a ANA ainda não formalizou o conjunto das normas que deverão ser aplicadas de forma definitiva e, desta forma, a Companhia procura adequar em consonância às melhores práticas que estão sendo difundidas no mercado. Ações - A Companhia está trabalhando juntamente com o Governo do Estado (Acionista Controlador), com a agência reguladora local e em parceria com outras Concessionárias, o conjunto das melhores práticas a serem aplicadas e a consequente contabilização e divulgação nas suas demonstrações contábeis.

4.4. Inadimplência:

Riscos - Está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores faturados vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estaduais e municipais). Ações - Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoramento e cobrança específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se sobre a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade, o que resulta em termos de acordo de pagamento firmado com esses clientes. Riscos de Crédito (Financeiro) Riscos - Os riscos relacionados à possibilidade de a Companhia computar perdas decorrentes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo foram considerados pequenos. Ações - A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem conceituadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contábil: Estão representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	0	173
Depósitos bancários	2.082	1.543
Aplicações financeiras	11.078	46.396
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.160	48.112

6. Contas a Receber de Clientes

Política Contábil: Estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de Abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O saldo de Clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido das perdas estimadas para Créditos com liquidação duvidosa, que foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas nas realizações dos valores a receber.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Faturamento de água e esgotamento sanitário	774.070	-	710.577	-
Parcelamentos de contas de usuários	35.102	19.271	44.955	22.943
Financiamentos e serviços	5.904	4.918	1.708	2.318
	815.076	24.189	757.240	25.261
Agentes arrecadadores	6.679	-	4.983	-
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(348.928)	-	(309.283)	-
Total de Contas a Receber	472.827	24.189	452.940	25.261

a) Composição dos Valores do Contas a Receber por Idade de Vencimento

	31/12/2022					
	Residencial	Comercial	Industrial	Público Outros	Público Dagua(*)	Total
A vencer	55.560	9.386	1.176	15.231	523	81.876
Vencidas						
Até 30	37.032	3.891	647	2.009	568	44.147
De 31 a 60 dias	16.020	2.238	197	1.783	557	20.795
De 61 a 90 dias	9.430	1.429	137	1.739	472	13.207
De 91 a 180 dias	19.575	3.456	252	5.004	1.519	29.806
Mais de 180	276.831	78.945	5.402	213.762	74.494	649.434
Total Vencidas	358.888	89.959	6.635	224.297	77.610	757.389
Total de Contas a Receber	414.448	99.345	7.811	239.528	78.133	839.265

	31/12/2021					
	Residencial	Comercial	Industrial	Público Outros	Público Dagua(*)	Total
A vencer	59.684	12.112	1.140	13.781	600	87.317
Vencidas						
Até 30	41.110	4.079	605	1.993	769	48.556
De 31 a 60 dias	15.150	2.102	170	1.620	664	19.706
De 61 a 90 dias	9.251	1.400	162	1.498	660	12.971
De 91 a 180 dias	18.532	2.888	221	4.476	2.441	28.558
Mais de 180	239.371	72.282	5.231	202.533	65.976	585.393
Total Vencidas	323.414	82.751	6.389	212.120	70.510	695.184
Total de Contas a Receber	383.098	94.863	7.529	225.901	71.110	782.501

(*) O Departamento de Água e Esgotos e Saneamento Ambiental de Sousa – DAESA corresponde a uma autarquia da Prefeitura Municipal de Sousa cujo faturamento é realizado a parte do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento – GSAN, sendo seu registro efetuado unicamente pelo sistema contábil da Companhia. Parte deste débito encontra-se sub judice nos processos: nº 0004921-45.2012.815.0371 (Período: março de 2006 a julho de 2012 e nº 0800634-88.2021.8.15.0371 (Período: março de 2011 a dezembro de 2020).

b) Agentes Arrecadadores

Os valores registrados na conta Agentes Arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e ainda não repassados à Companhia, em decorrência do float acordado nos contratos com estas instituições.

c) Movimentação da Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial do Exercício	(309.283)	(301.960)
Constituição	(45.780)	(26.338)
Reversão	6.135	19.015
	(39.645)	(7.323)
Saldo Final do Exercício	(348.928)	(309.283)

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a estimativa de perdas foi constituída com base na construção de uma matriz de provisão dos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público. A referida matriz foi elaborada levando-se em consideração a estimativa de perdas de crédito esperadas, segmentadas por tipo de cliente (residencial, comercial, industrial e público), ponderado pela sua probabilidade de ocorrência. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos).

7. Tributos a Recuperar

Política Contábil: São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito de PIS Diferidos (i)	1.063	-
Crédito de COFINS Diferidos (i)	5.672	4.855
Crédito de IRPJ (ii)	5.604	5.604
Crédito CSLL (ii)	2.079	2.018
IRPJ a Recuperar (iii)	967	-
IRPJ a Compensar (iii)	6.667	7.697
Outros Créditos (iii)	834	1.777
Tributos a Recuperar	22.886	21.951

Os créditos de impostos e tributos a serem compensados, são os seguintes: (i) A Companhia contabiliza as receitas auferidas com o setor público obedecendo ao regime de competência. Por sua vez, nas suas bases fiscais do Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, utiliza-se do dispositivo legal, Art. 7º da Lei nº 9.718/1998, que autoriza a aplicação do regime de caixa para o recolhimento dos impostos sobre o lucro e sobre o faturamento. A Companhia não vem usufruindo da opção prevista nessa Legislação para Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL, em função da ausência de relatórios do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento – GSAN emitidos e administrados pela Diretoria Comercial. (ii) Representam créditos calculados sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL utilizados para compensar parcelamentos do Programa de Recuperação de Tributos (PRT). (iii) Representam saldos tributários que foram pagos a maior em exercícios anteriores, cuja recuperação está em processo junto às autoridades fiscais.

8. Estoques

Política contábil: Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tomarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Filial	31/12/2022				
	Operacional Circulante	Operacional Não Circulante	Obras Circulante	Obras Não Circulante	Total
0 - Sede Administrativa	15.745	1.071	7.218	-	24.034
1 - Litoral	9.720	133	341	-	10.194
2 - Borborema	1.110	856	1.563	-	3.529
3 - Brejo	590	9	-	-	599
4 - Espinharas	1.058	76	524	-	1.658
5 - Rio do Peixe	790	122	40	-	952
6 - Alto Piranhas	89	35	-	-	933
Materiais em trânsito	138	-	-	-	138
Saldo	30.049	2.302	9.686	-	42.037

9. Ativo Financeiro da Concessão

Política contábil: Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão, referente aos créditos a receber do Poder Concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Conforme disposto no ICPC 01 (R1), o concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa (ou outro ativo financeiro) do concedente pelos serviços de construção ou melhoramento do ativo e o poder concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Os Ativos Financeiros de concessão da CAGEPA representam a parcela do valor total dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo contratual da concessão e que, consequentemente, deverá ser indenizado pelo Poder Concedente quando do término do contrato, caso este não seja renovado. Os ativos financeiros da CAGEPA foram reconhecidos da seguinte forma: 1. Inicialmente foi verificado dentre os ativos imobilizados quais seriam aqueles que estariam vinculados à concessão e que seriam passíveis de serem remunerados pelo poder concedente; 2. Procedeu-se com a atualização dos valores desses ativos, por meio da metodologia do custo atribuído; 3. Estimou-se a nova vida útil dos mesmos, comparando-as com os métodos das concessões municipais a que estavam vinculados; 4. Calculou-se o valor resultante da parcela dos ativos que não poderia ser amortizada em função do término da concessão e considerou-se que este seria o valor devido pela CAGEPA a ser remunerado pelo poder concedente. 5. Por se tratar da primeira Demonstração Contábil convergida às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e por ser também a primeira vez que se reconhece os ativos financeiros na Companhia, estes já se encontram reconhecidos aos seus valores presentes, não sendo feita nenhuma atualização para o encerramento deste exercício. Na tabela a seguir, evidencia-se a composição dos valores do ativo financeiro, segmentados por Microrregião:

Composição Ativo Financeiro			
	VCL	CA	Total
Microrregião	Ativo Financeiro	Ativo Financeiro	Ativo Financeiro
M.R. Litoral	15.825	97.858	113.683
M.R. Alto Piranhas	4.521	32.822	37.343
M.R. Borborema	14.090	76.718	90.808
M.R. Espinharas	4.902	30.144	35.046
Total	39.338	237.542	276.880

10. Imobilizado

Política contábil:
Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam por serem bens de uso geral, edificações da Companhia e redes adutoras que atendem a mais de um município, não sendo considerado vinculada a nenhuma concessão.
O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Inclui-se no custo histórico os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação.
Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que possam ser mensurados com segurança e a vida útil for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas líquidas” na demonstração do resultado.
Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou o critério do custo atribuído (deemed cost), conforme preceitua o CPC 37, realizando o reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial pertinentes a cada bem que foi objeto do inventário patrimonial realizado por empresa especializada. Após esse processo, foi atribuído um novo valor aos ativos, denominado de Valor Novo de Reposição e também foi calculada a nova vida útil dos mesmos. A tabela a seguir evidencia o processo de atribuição dos custos de caga grupo de ativos da Companhia:

10.1 Valores referentes ao custo original dos ativos da Companhia, antes da adoção do custo atribuído:

31/12/2022			
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água	1.718.232	(406.133)	1.312.099
Sistemas de esgotos sanitários	284.926	(94.853)	190.073
Bens de uso geral	60.213	(38.646)	21.567
	2.063.371	(539.632)	1.523.739
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água	200.630	-	200.630
Sistema de esgoto sanitário	66.653	-	66.653
Bens de uso geral	1.120	-	1.120
	268.403	-	268.403
Total do Imobilizado	2.331.774	(539.632)	1.792.142

31/12/2021			
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água	812.951	(348.831)	464.120
Sistemas de esgotos sanitários	179.782	(71.723)	108.059
Bens de uso geral	52.133	(37.038)	15.095
	1.044.866	(457.592)	587.274
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água	235.834	-	235.834
Sistema de esgoto sanitário	148.597	-	148.597
Bens de uso geral	2.183	-	2.183
Despesas financeiras capitalizáveis	82.723	-	82.723
Estoque de material de expansão	133	-	133
	469.470	-	469.470
Total do Imobilizado	1.514.336	(457.592)	1.056.744

a) Movimentação do Imobilizado

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial do Exercício	1.056.744	993.647
Aquisições (i)	888.527	85.782
Depreciação	(29.298)	(22.685)
Ajustes de convergência (Nota 18.3)	(123.831)	-
Saldo Final do Exercício	1.792.142	1.056.744

- (i) Aporte de Bens do Estado, conforme detalhado na nota 18.4.
b) Depreciação

As taxas de depreciação e as respectivas vidas úteis dos bens do ativo imobilizado que foram utilizadas para o exercício de 2022 foram as seguintes:

Descrição	Taxa anual	Vida útil
Edifícios e estruturas	2%	50 anos
Estação de bombas	2%	50 anos
Estação elevatória	2%	50 anos
Reservatório	2%	50 anos
Tau	2%	50 anos
Tubulações e adutoras	2%	50 anos
Ligações prediais	5%	20 anos
Válvulas e hidrantes	10%	10 anos
Linhas de transmissão	10%	10 anos
Equipamentos gerais	10%	10 anos
Equipamentos elétricos	10%	10 anos
Bombas e motores	10%	10 anos
Equipamentos móveis utensílios de escritório	10%	10 anos
Equipamentos de laboratório	10%	10 anos
Equipamentos de computação	20%	5 anos
Veículos	20%	5 anos

c) Bens Oferecidos em Garantia

A Companhia não possui bens de seu ativo imobilizado oferecidos em garantia.

d) Seguro

A Companhia, contratou seguro apenas para a sede administrativa da Companhia para incêndio/raio/explosão, danos elétricos, roubos de máquinas/móveis/utensílios, quebra vidros e anúncios luminosos.

10.2 Atribuição dos valores aos imobilizados, via laudo de avaliação.

31/12/2022			
	Valor Contábil Líquido - VCL	Custo Atribuído - CA	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água (i)	1.312.099	2.923.757	4.235.856
Sistemas de esgotos sanitários (ii)	190.073	808.929	999.002
Bens de uso geral (iii)	21.567	121.278	142.845
	1.523.739	3.853.964	5.377.703
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água (i)	200.630	-	200.630
Sistema de esgoto sanitário (ii)	66.653	-	66.653
Bens de uso geral (iii)	1.120	-	1.120
	268.403	-	268.403
Total do Imobilizado	1.792.142	3.853.964	5.646.106

- (i) Os bens relacionados com o Sistema de abastecimento de água correspondem à captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, reservação e redes de distribuição.
(ii) Os bens relacionados com o Sistema de esgotamento sanitário correspondem à coleta, tratamento de esgoto e lançamento final do esgoto tratado à natureza.
(iii) Os bens de uso geral compreendem bens utilizados na área administrativa e comercial da Companhia.

10.3 Nova Classificação para os Ativos Imobilizados, Intangíveis e Financeiros da Companhia

31/12/2022			
	Valor Contábil Líquido - VCL	Custo Atribuído - CA	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água	924.977	869.401	1.794.378
Sistemas de esgotos sanitários	831	-	831
Bens de uso geral	22.643	121.278	143.922
	948.451	990.679	1.939.130
Intangível			
Sistema de abastecimento d'água			
- Concessão	230.475	1.226.038	1.456.513
- Concessão não vigente	129.435	663.684	793.119
	359.910	1.889.722	2.249.632
Sistemas de esgotos sanitários			
- Concessão	153.235	664.461	817.696
- Concessão não vigente	22.805	71.560	94.365
	176.040	736.021	912.061
	535.950	2.625.743	3.161.693
Ativo Financeiro			
Sistema de abastecimento d'água			
- Concessão	14.317	97.956	112.273
- Concessão não vigente	11.818	66.679	78.497
	26.135	164.635	190.770
Sistemas de esgotos sanitários			
- Concessão	11.951	67.171	79.122
- Concessão não vigente	1.252	5.736	6.988
	13.203	72.907	86.110
	39.338	237.542	276.881
Total dos Ativos Apresentados no Laudo Avaliatório	1.523.740	3.853.964	5.377.704
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água	200.630	-	200.630
Sistema de esgoto sanitário	66.653	-	66.653
Bens de uso geral	1.120	-	1.120
	268.403	-	268.403
Total do Ativo Fixo	1.792.142	3.853.964	5.646.106

10.4 Posição Final do Ativo Imobilizado após Nova Classificação

31/12/2022			
	Valor Contábil Líquido - VCL	Custo Atribuído - CA	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água	924.977	869.401	1.794.378
Sistemas de esgotos sanitários	831	-	831
Bens de uso geral	22.643	121.278	143.921
	948.451	990.679	1.939.130
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água	200.630	-	200.630
Sistema de esgoto sanitário	66.653	-	66.653
Bens de uso geral	1.120	-	1.120
	268.403	-	268.403
Total do Ativo Fixo	1.216.854	990.679	2.207.533

O laudo de avaliação estabeleceu a nova vida útil dos bens a ser aplicada a partir de janeiro de 2023, as quais estão relacionadas a seguir:

Descrição	Taxa anual	Vida útil
Edificações	1,43% a 5%	20 a 70 anos
Benfeitorias	1,67% a 6,67%	15 a 60 anos
Máquinas e Equipamentos Geral	4% a 10%	10 a 25 anos
Equipamentos de Energia	4%	25 anos
Máquinas de Oficina	4% a 5%	20 a 25 anos
Equipamentos de laboratório	10%	10 anos

11. Intangíveis

11.1. Intangíveis da Concessão

Política contábil:
Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre a CAGEPA e os municípios do Estado da Paraíba estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01 (R1), nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).
A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

31/12/2022			
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande (i)	45.000	(3.256)	41.744
Sistema de abastecimento d'água - Concessão	2.249.632	-	2.249.632
Sistemas de esgotos sanitários - Concessão	912.061	-	912.061
Total do Intangível	3.206.693	(3.256)	3.203.437

31/12/2021			
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande	45.000	(1.972)	43.028
Total do Intangível	45.000	(1.972)	43.028

- (i) Contrato de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado pela CAGEPA e o município de Campina Grande, em 19 junho de 2020, estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida pelo prazo de 35 anos e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos.

11.2. Demais Intangíveis

Política contábil:
Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

31/12/2022			
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Software	1.691	(1.417)	274
Total do Intangível	1.691	(1.417)	274

31/12/2021			
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Software	1.620	(1.278)	342
Total do Intangível	1.620	(1.278)	342

11.3. Composição do Intangível

31/12/2022			
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Intagível de Concessão			
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande (i)	45.000	(3.256)	41.744
Sistema de abastecimento d'água - Concessão	2.249.632	-	2.249.632
Sistemas de esgotos sanitários - Concessão	912.061	-	912.061
	3.206.693	(3.256)	3.203.437
Demais Intangíveis			
Software	1.691	(1.417)	274
	1.691	(1.417)	274
Total do Intangível	3.208.384	(4.673)	3.203.711

a) Movimentação do Intangível

31/12/2022			31/12/2021		
Saldo Inicial do Exercício		43.370			46.620
Transferência oriunda do processo de convergência		3.161.693			-
Aquisições		72			-
Amortização		(1.424)			(3.250)
Saldo Final do Exercício	3.203.711		3.203.711		43.370

12. Empréstimos

Política Contábil:
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Sofisa (i)	8.616	3.571	8.642	12.143
Contas Garantias	2.719	-	2.244	-
Total de Empréstimos	11.335	3.571	10.886	12.143

(i) Incidem encargos financeiros em função de Cédula de Crédito Bancários - CCB, prefixado com prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, com vencimento final em maio de 2024.

a) Saldo devedor dos empréstimos (não circulante) por ano de vencimento.

Vencimentos	31/12/2022	Vencimentos	31/12/2021
Dezembro/2023 a Dezembro/2024	3.571	Dezembro/2022 a Dezembro/2023	8.571
Dezembro/2023 a Dezembro/2025	-	Dezembro/2023 a Dezembro/2025	3.572
Total do Saldo Devedor	3.571	Total do Saldo Devedor	12.143

b) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	Captação	Juros Incomidos	Juros Pagos	31/12/2022
Banco Sofisa 2	20.785	-	1.869	(8.572)	12.187
Conta Garantia	2.244	33.422	-	(32.947)	2.719
Total	23.029	33.422	1.869	(41.519)	14.906

	31/12/2020	Captação	Juros Incomidos	Principal Pago	Juros Pagos	31/12/2021
Banco Sofisa 1	1	-	-	(1)	-	-
Banco Sofisa 2	29.376	-	2.838	(8.571)	(2.858)	20.785
Banco Daycoval	2.935	-	140	(2.911)	(164)	-
Conta Garantia	1.336	21.533	-	(20.625)	-	2.244
Total	33.648	21.533	2.978	(32.108)	(3.022)	23.029

13. Fornecedores e Empreiteiros

Política Contábil:

As contas a pagar aos fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os referidos valores são classificados no grupo dos passivos exigíveis a longo prazo. A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, cujos prazos médios de pagamentos são de 30 dias. Segue descrição abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Fomecedores de Materiais (i)	8.974	5.040
Prestadores de Serviço (ii)	11.732	5.644
Empreiteiros de Obras (iii)	8.480	2.010
Fomecedores de Energia Elétrica	8.976	11.976
AESA (iv)	4.500	4.099
Órgão Públicos	156	220
Outros fornecedores com saldos abaixo de R\$ 2.500	513	5.853
Total	43.331	34.842

- (i) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e tratamentos.
- (ii) Corresponde, principalmente, à prestação de serviço como Plano de Saúde, Ticket de Alimentação, e outros serviços de segurança, leitura, hidrometração, corte e religação.
- (iii) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.
- (iv) Corresponde a dois parcelamentos junto à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, referentes a valores devidos pelo uso de água bruta de domínio do Estado da Paraíba, em conformidade com a Lei nº 6.308/96 e Decreto nº 33.613/12.

14. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

Política contábil:

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor dos tributos diferidos que podem ser reconhecidos com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais que sejam decorrentes de interpretação tributária diversa. Diante do exposto, segue a composição dos valores relativos aos tributos correntes e diferidos.

14.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A Companhia buscou junto aos órgãos competentes a imunidade do Imposto de Renda, fundamentado nos pré-requisitos necessários para tal enquadramento, quais sejam:

- Prestar serviços públicos essencial;
- Desempenhando sem finalidade lucrativa;
- Prestar serviço com exclusividade (Ausência de concorrência);
- Não distribuir seus lucros, revertendo os resultados positivos para capitalização da própria Companhia, em benefício do serviço público prestado.

Dessa forma, a Companhia entendeu que se enquadrava em tais requisitos, inclusive o STF, em outras oportunidades, já estendeu a aplicação da imunidade recíproca a diversas sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público essencial em regime não concorrencial, similares à CAGEPA.

Nesse sentido, a Companhia ajuizou ação requerendo o reconhecimento da referida imunidade tributária no âmbito da União, do Estado e dos Municípios. A 3ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba através da Ação Cível Declaratória de Imunidade de Impostos Federais – Processo nº 0810749-41.2019.4.05.8200, transitada em julgado no Tribunal Regional Federal na data de 08/11/2022 foi concedido a Imunidade Tributária Recíproca para a CAGEPA conforme artigo 150, inciso VI, alínea “a” e § 2o da CF/88, sobre os impostos de competência da União, com especial atenção para IRPJ, IRRF e IOF. A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

14.2. Impostos, Taxas e Contribuições Diferidos

A Companhia contabiliza as receitas auferidas com o setor público obedecendo ao regime de competência. Por sua vez, nas suas bases fiscais do Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, utiliza-se do dispositivo legal, Art. 7º da Lei nº 9.718/1998, que autoriza a aplicação do regime de caixa para o recolhimento dos impostos sobre o lucro e sobre o faturamento. A Companhia não vem usufruindo, desde o exercício de 2017, da opção prevista nessa Legislação para Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL, em função da ausência de relatórios do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento – GSAN emitidos e administrados pela Diretoria Comercial.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Próprios				
Federais	21.660	-	24.190	-
Estaduais	112	-	101	-
Municipais	2.379	-	2.625	-
Total	24.151	-	26.916	-
Retidos na Fonte				
Federais	13.071	-	10.193	-
Estaduais	447	-	273	-
Municipais	6.260	-	12.185	-
Total	19.778	-	22.651	-
Parcelamentos				
Parcelamento do Programa de Regularização Tributária Previdenciário e Demais - PRT (i)	18.004	11.915	16.511	26.414
Parcelamento do Programa Especial de Regularização Tributária INSS - PERT (ii)	20.852	74.599	19.069	87.290
Parcelamentos Lei 11.941/2009	5.707	4.595	5.403	9.904
Outros parcelamentos	-	-	1.044	-
Total	44.563	91.109	42.027	123.608
Tributos Diferidos (iii)				
IRPJ - Diferimento	-	-	-	6.374
CSLL - Diferimento	-	-	-	2.295
COFINS - Diferimento	-	25.326	-	23.590
PIS - Diferimento	-	5.495	-	5.118
CSLL Diferido AAP	14.268	332.589	-	-
Total	14.268	363.410	-	37.377
Total de Impostos, Taxas e Contribuições	102.760	454.519	91.594	160.985

- (i) Refere-se ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766, de 04/01/2017. A Companhia aderiu ao referido Programa em 16/03/2017, que incluem os débitos de natureza tributária e previdenciária junto à Receita Federal do Brasil – RFB, e optou pela modalidade de pagamento de 24% da dívida consolidada, em 24 prestações. Parte do saldo restante, correspondente a 20,98% da dívida, foi compensado com a utilização de créditos fiscais calculados sobre prejuízos fiscais (25%) e sobre base negativa de contribuição social (9%). Os débitos previdenciários desse parcelamento foram consolidados em 18/12/2017. O saldo remanescente do parcelamento está sendo pago em 53 parcelas mensais atualizadas pela SELIC a partir do mês da adesão, com vencimento final em 28/02/2024.
- (ii) Refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31/05/2017. A Companhia aderiu ao referido Programa em 22/08/2017 e 13/11/2017, incluindo os débitos de natureza tributária e previdenciária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN que estavam inclusos no Programa de Regularização Tributária – PRT. No PERT, optou-se pelo parcelamento dos débitos previdenciários na modalidade de pagamento em 94 parcelas mensais e reduções (juros de mora, multas de mora, encargos legais e honorários advocatícios), com vencimento final em 30/07/2027.
- (iii) Refere-se ao IRPJ, CSLL, COFINS, PIS calculado sobre o faturamento para o Setor Público, cujos recolhimentos são diferidos até a data do recebimento das faturas correspondentes, conforme Lei nº 9.718/1998, Art. 7º.

15. Obrigações Trabalhistas

Política contábil:

Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

- Salário, Remunerações e Benefícios: Registra os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados.
- Férias: Registra as obrigações referentes a férias, apropriadas conforme percentuais da folha de pagamento.
- 13º salário a Pagar: Registra as obrigações referentes ao décimo terceiro salário, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento.
- Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.
- Outras contas a pagar: representam outros valores não contemplados nos itens acima.

	31/12/2022	31/12/2021
Ordenados e Salários a Pagar	14.026	12.535
Provisão para Férias e 13º Salário	27.770	25.429
Provisão para Encargos Sociais	5.079	4.582
Outras Obrigações	2.483	302
Total de Obrigações Trabalhistas	49.358	42.848

16. Provisões para Demandas Judiciais

Política Contábil

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	5.610	5.630
Cíveis	8.710	19.889
Juizados Especiais	514	444
Trabalhistas	10.865	12.411
Total de Provisões para Demandas Judiciais	25.699	38.374

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais de natureza Tributária, Cível, Juizados Especiais e Trabalhistas, todos em virtude do curso normal das operações.

A provisão para demandas judiciais é estabelecida pela Administração da Companhia com base na análise e avaliação do risco, efetuada em conjunto com seus Assessores Jurídicos, sendo provisionados os casos em que a expectativa de desembolso é provável.

A Companhia é parte de outros processos de natureza tributária, cível, juizados especiais e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas e foram classificadas como perda possível, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quanto a documentação específica existente. Os valores envolvidos nessas ações estão estimados em R\$ 25.699 como contingência possível.

17. Outros Passivos

Política contábil:

As demais contas a pagar relacionam-se com outros passivos não contemplados em notas explicativas anteriores. A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos e Retenções Contratuais	969	-	1.169	-
Contas a Regularizar (Clientes)	9.498	-	9.608	-
Doações em contas	24	-	22	-
Obrigações com Precatórios (i)	-	75.390	-	66.940
Parcelamento Acordo Trabalhista (PAT) (ii)	12.458	37.354	12.185	49.475
Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (iii)	13	-	47.572	-
Complementar do Fundo de Saneamento Municipal - Contrato de Outorga PMCG (iv)	5.000	-	-	-
Outros Passivos	14.849	17.569	5.573	9.520
Total de Outras Obrigações	42.811	130.313	76.129	125.935

- (i) Referem-se a obrigações da Companhia oriundas de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho -13º Região relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários.
- (ii) Corresponde ao acordo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba – SINDIÁGUA-PB relacionado ao Processo Trabalhista de Nº 0124800-83.2013.5.13.0026, no valor de R\$ 72.051 a ser pago em 72 meses, disponibilizando-se uma parcela mensal no valor de R\$ 1.001 fixas e sucessivas. O valor da primeira parcela teve início no mês de março de 2021 e as demais parcelas virão de forma sucessiva a cada mês. Posteriormente foi firmado outro acordo, em dezembro de 2021, no mesmo processo, no valor de R\$ 562, em 60 parcelas a serem pagas a outros favorecidos.
- (iii) Corresponde pagamento de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, dentro dos limites estabelecidos pela legislação e que correspondem a uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. A administração da CAGEPA procedeu a constituição de uma Reserva de Capital, no montante de R\$ 47.558, com os Juros sobre Capital Próprio em favor do Governo do Estado da Paraíba (Sócio Majoritário), cujo valor foi posteriormente registrado como Créditos para futuro aumento de Capital – conforme detalhado na nota 18.5.
- (iv) Corresponde ao valor residual de R\$ 5.000 destinado ao Fundo de Saneamento, Infra Estrutura e Meio Ambiente, a ser criado pelo Município de Campina Grande, conforme previsão na Cláusula 31ª do Contrato de Programa firmado entre a CAGEPA e o referido Município, o qual tem por objeto a exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento sanitário em seu limite territorial. Na Contratação foi previsto o pagamento do valor complementar ao Fundo Municipal de Saneamento CG no montante de R\$ 7.500, restando a pagar o saldo acima mencionado.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza o valor de R\$ 980.744 está representado por ações sem valor nominal distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de Ações		
	31/12/2022	%	31/12/2021
Ações Ordinárias			
Governo do Estado da Paraíba	1.847.636.848.672	99,99%	1.730.288.638.935
Outros	250.153.693	0,01%	250.153.693
	1.847.887.002.365	100,00%	1.730.538.792.628
Ações Preferenciais			
Governo do Estado da Paraíba	13.893.548.302	98,01%	13.893.548.302
Tesouro Nacional (FND)	281.445.419	1,99%	281.445.419
Outros	50.643	0,00%	50.643
	14.175.044.364	100,00%	14.175.044.364
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	1.862.062.046.729	100,00%	1.744.713.836.992

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano e, em caso de dissolução da Companhia, no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

A CAGEPA, por meio da 12ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de dezembro de 2022, com registro na JUCEPE sob. Nº 20221373918, autorizou o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 73.806, passando o valor do Capital social a R\$ 980.744, conforme discriminado a seguir:

a) Utilizando o valor de aporte de recursos em espécie realizados durante o exercício de 2021 pelo Governo do Estado da Paraíba, no valor de R\$ 1.882, cujo objetivo foi de capitalizar a Companhia para realização de obras.

b) Utilizando o valor da Reserva de Lucro - Crédito de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$ 47.558.

c) Utilizando o saldo da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 24.365 obtidos em 2021, referentes a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 07, a parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal foi totalmente destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais a qual, em conformidade com o Artigo 19, Parágrafo 3o, Inciso I da Lei nº 12.973/14, somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Sendo assim, a subscrição deste aumento de Capital será realizada por meio da emissão de 117.348.209.737 ações ordinárias da Companhia, com valor patrimonial unitário de de R\$ 0,00062.

18.2. Reservas de Lucros

a) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda descrito na Nota Explicativa nº 25, contabilizados inicialmente no resultado do exercício e transferido para a Reserva de Incentivo Fiscal por ocasião do encerramento do exercício. De acordo com a legislação fiscal vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude do incentivo fiscal não pode ser distribuído aos acionistas.

c) Reserva para Contingência

A Reserva para Contingência foi constituída com o saldo do lucro do exercício após a constituição da Reserva Legal, em caráter preventivo, para fazer face aos investimentos requeridos para atingir a universalização prescrita pelo novo Marco Legal do Saneamento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2. Para mitigar os riscos, a Companhia deverá realizar investimentos destinados a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, necessários para cumprir as condições pactuadas com os municípios. O saldo anterior desta Reserva não foi revertido em virtude de novos desafios

oriundos do “Novo Marco Legal do Saneamento”. Diante do exposto, como o fato gerador da contingência ainda vigora, entende-se que a respectiva reserva deve ser mantida.

18.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com uma avaliação preliminar, a Administração da Companhia entende que os efeitos relevantes da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade estão relacionados principalmente com a adoção dos seguintes pronunciamentos e interpretações: ICPPC 01 (R1) - Contratos de Concessão; CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível. Em relação ao ativo intangível e ao ativo imobilizado, a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada (SETAPE - Serviços Técnico Avaliação Patrimônio Engenharia) para realizar o inventário patrimonial, visando adequar o controle dos bens às normas internacionais de contabilidade, bem como propiciar o equilíbrio econômico-financeiro da empresa no momento da realização do cálculo tarifário, conforme preceitua a Agência Reguladora do Estado da Paraíba. Em dezembro de 2022, foi concluído o levantamento patrimonial no âmbito do Estado da Paraíba, possibilitando atender ao que preceitua a Legislação pertinente. Vale destacar que este trabalho foi de suma importância para o futuro da Companhia, o que possibilitará atingir um equilíbrio econômico-financeiro a partir da instituição de uma tarifa de água e de esgoto adequada que possibilite a prestação de um serviço de qualidade e contínuo. Além disso, o trabalho permitiu o refinamento das demonstrações contábeis, tendo em vista que, ao término dos trabalhos em dezembro de 2022, a empresa passou a conhecer a integralidade dos bens que estão em operação, proporcionando uma melhor relação de negociação com o poder concedente responsável. Até 31 de Dezembro de 2022, foram contabilizados em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, os seguintes valores relacionados ao processo de convergência:

Ajustes de Avaliação Patrimonial	
Contas a Receber de Clientes	(87.233)
Ajuste no Imobilizado	3.383.058
Reserva de Reavaliação	70.209
Outros	2.395
Total Ajustes de Convergência ao IFRS	3.368.429
Apropriados em Exercício anterior	(20.321)
Apropriados no Exercício findo em 31/12/2022	3.388.750
Total	3.368.429

Segundo o disposto no item 11 do Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, os ajustes resultantes surgem de eventos e transações anteriores à data de transição para as IFRSs. De acordo com o referido pronunciamento, a entidade deve reconhecer esses ajustes diretamente em lucros ou prejuízos acumulados (ou, se apropriado, em outra conta de patrimônio líquido) na data da transição para as IFRSs. O Item 27 deste pronunciamento técnico estabelece que a entidade que adota as IFRSs pela primeira vez, não deve tratar os ajustes realizados nas contas como pertinentes as mudanças de políticas contábeis pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os principais ajustes derivados da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade relacionam-se às contas relacionadas a Clientes, Reservas de Reavaliação e Imobilizado. Em relação aos clientes (contas a receber da Companhia no curto e longo prazos) os ajustes realizados são relacionados ao desconhecimento dos recebíveis pelo processo de prescrição e também pela adoção da nova metodologia das perdas estimadas por devedores duvidosos. Cumpre lembrar, contudo, que este processo se deu ao longo de todo o período e que os valores dispostos no quadro acima representam o saldo acumulado ao final desta etapa. No que se refere à Reserva de Reavaliação, a mesma refere-se a valor que foi desconhecido em função da inadequação dos parâmetros de realização da Reserva de Reavaliação. O valor que vinha sendo mensalmente realizado não possuía vínculo com a vida útil remanescente dos bens reavaliados devido à ausência de controle patrimonial que permitisse o referido vínculo. Em relação aos imobilizados, o ajuste aconteceu integralmente no final do exercício de 2022, e a mutação dos valores podem ser visualizados na nota explicativa nº 09.

18.4. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC

A Companhia recebe recursos oriundos do Governo do Estado da Paraíba, destinados a investimentos em obras, os quais são registrados diretamente em adiantamentos para futuro aumento de capital. Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado da Paraíba e, periodicamente, são integralizados ao Capital Social. A movimentação ocorrida no saldo desta conta é a seguinte:

Movimentação do Saldo	Adiantamento para Futuro Aument de Capital - AFAC e Aporte para Obras (1)	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial de Adiantamentos	1.882	152.805
Aumento de Capital - Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2020 e registrada na JUCEP em 26/01/2021 (i)	(1.882)	(19.530)
Aumento de Capital - Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2021 e registrada na JUCEP em 29/12/2021	-	(131.393)
Crédito para Aumento de Capital – Juros Sobre Capital Próprio aprovado na AGO de 18/04/2022 (i)	47.559	-
Constituição de Reserva de Lucro – Crédito de Juros sobre Capital Próprio	(47.559)	-
Aviso de crédito para Aumento de Capital (02/06 a 30/09/2022) (i)	35.338	-
Recebimento em bens para aumento de Capital social - Governo do Estado (ii)	760.514	-
Saldo Final de Adiantamentos	795.852	1.882

(i) A Administração da CAGEPA, por meio da 1ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 18 de abril de 2022, aprovou a incorporação como Reserva de Capital do valor de R\$ 47.558, relativo ao saldo oriundo dos Juros sobre Capital Próprio em favor do Governo do Estado da Paraíba (Sócio Majoritário), cujo valor foi posteriormente transferido para Reserva de Lucros denominada - Crédito para Aumento de Capital Social. (ii) A Administração da CAGEPA, por meio da 4ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 29 de dezembro de 2022, aprovou a proposta de aporte para futuro aumento e alteração do Capital Social da CAGEPA, incorporando ações ordinárias em favor do acionista majoritário Governo do Estado da Paraíba. Tal valor corresponde aos ativos pertencentes ao Governo do Estado localizados em instalações destinadas ao saneamento básico de diversos municípios operados pela CAGEPA, para a finalidade de Incorporação pela CAGEPA, com data base para dezembro/2022, no montante de R\$ 760.529. (ii) Transações com Partes Relacionadas: A Companhia mantém operações com o Governo do Estado da Paraíba (seu principal acionista), representadas por aportes recebidos para obras e serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário.

18.5. Juros sobre o Capital Próprio

A legislação fiscal permite que as Companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, dentro dos limites estabelecidos e que tratem desses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. O montante dos juros sobre capital próprio foi contabilizado no Patrimônio Líquido na conta de lucros acumulados e excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL apurados em 31 de dezembro de 2021, de forma a se beneficiar da sua dedutibilidade fiscal. Os Juros sobre Capital Próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), cuja variação no exercício de 2021 foi de 4,8%, conforme demonstrado a seguir:

Juros sobre o Capital Próprio	2021
(-) Base de Cálculo	991.079
Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (%)	4,8
Limitadores Fiscais de dedutibilidade:	
Lucro Líquido em 31/12/2021, após a CSLL e antes do IRPJ	195.868
Lucros Acumulados e Reservas de Lucros	84.141
Juros sobre o Capital Próprio dedutível	47.572
Distribuição	
Sócio Majoritário 99,98% - Governo do Estado da Paraíba	47.559
Sócios Minoritários 0,03 % - Outros	13
	47.572

A Administração da CAGEPA, por meio da 1ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 18 de abril de 2022, aprovou a incorporação como Reserva de Capital do valor de R\$ 47.558, relativo ao saldo oriundo dos Juros sobre Capital Próprio em favor do Governo do Estado da Paraíba (Sócio Majoritário), cujo valor foi posteriormente registrado como Créditos para Futuro Aumento de Capital e utilizado para Aumento do Capital Social, conforme Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

19. Receita Líquida dos Serviços Prestados

Política Contábil
Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal). A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita Bruta dos Serviços Prestados		
Serviço de Abastecimento de Água	814.504	750.438
Serviço de Abastecimento de Esgoto	310.981	280.237
Subtotal da Receita Bruta dos Serviços Prestados	1.125.485	1.030.675
COFINS Sobre Receitas Operacionais	(85.544)	(81.523)
PIS Sobre Receitas Operacionais	(18.572)	(17.699)
Subtotal de COFINS e PIS sobre Receitas Operacionais	(104.116)	(99.222)
Receita Líquida dos Serviços Prestados	1.021.369	931.453

20. Custos dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	(313.079)	(267.306)
Materiais	(66.251)	(44.533)
Serviços de Terceiros	(192.979)	(173.478)
Outros Custos	(18.563)	(8.113)
Depreciação	(28.091)	(21.597)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(618.963)	(515.027)
Custo dos Serviços Prestados de Água	(579.312)	(485.276)
Custo dos Serviços Prestados de Esgoto	(39.651)	(29.751)
	(618.963)	(515.027)

21. Despesas / Receitas Operacionais

A composição destas despesas e receitas, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Despesas / Receitas Operacionais		
Pessoal	(168.071)	(144.172)
Materiais	(1.688)	(1.130)
Serviços de Terceiros	(73.959)	(53.700)
Despesas Gerais / Perdas	(39.087)	(54.190)
Provisão para Devedores Duvidosos	(45.780)	(22.389)
Depreciação	(1.684)	(1.491)
Multas	(315)	(177)
Despesas Tributárias	(4.977)	(3.043)
Outras Receitas	5.099	43.758
Total Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	(330.462)	(236.534)

22. Benefícios ao Pessoal

O quadro abaixo demonstra todas as concessões e seus valores realizados e provisionados nos períodos.

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Remunerações		
Horas Normais	(132.307)	(120.249)
Horas Extras	(24.634)	(19.786)
Diárias e Ajudas de Custo	(3.314)	(2.178)
Adicionais	(10.608)	(10.082)
Gratificações	(59.885)	(51.483)
Gratificações de Representação	(609)	(2.310)
Honorários da Diretoria e Conselhos	(446)	(385)
Programa Memór Aprendiziz	(1.263)	(909)
Resolução nº 4/83	(224)	(175)
Incentivo ao Desenvolvimento	(185)	-
	(233.475)	(207.557)
Encargos Sociais		
Férias	(33.544)	(28.178)
Contribuições para INSS	(76.368)	(69.099)
PtPrev Patronal	(84)	(110)
Contribuição para FGTS	(22.914)	(21.351)
13º Salário	(22.159)	(19.468)
Contribuição SENAI	(3.446)	(3.083)
Serviço Social da Indústria (SESI)	(4.308)	(3.855)
	(162.823)	(145.144)
Programa de Alimentação		
Ticket Alimentação	(42.054)	(36.804)
Saúde		
Assistência Médica e Social	(19.690)	(14.398)
Salário Tratamento Saúde e Ac. Trabalho	(1.238)	(1.090)
	(20.928)	(15.488)
Outros Benefícios		
Auxílio Creche	(3.983)	(3.579)
Vale Transporte	(420)	(420)
Auxílio Livro Didático	(637)	(531)
Auxílio Funeral	(951)	(89)
	(5.135)	(4.619)
Rescisões Contratuais		
Indeniz. e Aviso Prévio e FGTS Mul Resc., e incentivo PDP	(16.735)	(1.866)
	(16.735)	(1.866)
Total de Benefícios ao Pessoal	(481.150)	(411.478)

23. Resultado Financeiro

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita Financeira		
Juros de Mora	9.591	8.476
Aplicações Financeiras	3.968	2.055
Multa por Imponutalidade dos Clientes	22.709	20.936
Descontos Obidos	2.563	1.981
Atualizações Monetárias	478	1.571
	39.309	35.019
Despesas Financeiras		
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(1.869)	(3.063)
Juros de Atualizações de Parcelamentos	(13.019)	(5.369)
Multa e Juros de Impostos e Contribuições	(97)	(254)
Descontos Concedidos	(885)	(3.146)
Juros e Multa Fornecedores e Cauções	(7.286)	(2)
	(23.156)	(11.834)
Resultado Financeiro	16.153	23.185

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Despesas Correntes de Contribuição Social	(6.872)	55.178
Receita pela Compensação de Prejuízos Fiscais do Programa de Regularização Tributária	-	(24.366)
Total da Contribuição Social	(6.872)	30.812

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos períodos findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 estão demonstrados conforme segue:

Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado Antes dos Tributos (IRPJ e CSLL)	88.097	203.076
Adições (Exclusões)	-	-
Provisão para Contingência (Constituição)	69	14.202
Multa por Autuações Fiscais	318	169
Perda de Inventário	208	1.097
Incentivos a Cultura (Lei nº 8.313/91)	-	656
Outras Adições	403	437
Juros s/ Capital Próprio	-	(47.572)
Provisão para Contingência (Reversão)	(12.745)	(6.548)
Base de Cálculo dos Tributos (IRPJ e CSLL)	76.350	165.518

Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022		01/01/2021 a 31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Tributos antes das Deduções / Compensações	-	6.872	41.355	14.896
Incentivo Fiscal - PAT	-	-	(993)	-
Incentivo Fiscal - Programa Empresa Cidadã	-	-	(80)	-
Incentivo Fiscal - SUDENE	-	-	(24.366)	-
Despesas com Tributos	-	6.872	15.916	14.896
Alíquota Efetiva	-	9,00%	9,62%	9,00%

*Em virtude da imunidade tributária recíproca (conforme detalhado na nota 14.2) a Companhia não se beneficiou do incentivo Fiscal da SUDENE.

25. Subvenção Governamental

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do imposto de renda estabelecido no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, sobre as receitas auferidas na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme Laudo Constitutivo nº 0269/2019, pelo período de fruição (ano-calendário) de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028 (10 anos). O referido incentivo fiscal consiste no direito à redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não-restituíveis calculados sobre o Lucro da Exploração.

26. Meio Ambiente e Sustentabilidade

Na Companhia, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira cada vez mais integrada, considerando os aspectos socioambiental e financeiro, reconhecendo que o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas é imprescindível para o seu crescimento. Os serviços de saneamento são parte prioritária e essencial das atividades que integram as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação ambiental e quando executados, contribuem decisivamente para recuperar e proteger o subsolo, solo e as águas de situações de degradação e contaminação. Os programas de investimentos em saneamento básico da Companhia obedecem a uma visão sistêmica perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade socioambiental e são direcionadas para minimizar os impactos no meio ambiente.

27. Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Em de março de 2022, a partir de dados da cobertura vacinal contra a Covid-19 e do decréscimo do número de contaminação, internação e óbitos pelo Coronavírus na Paraíba, o Governo do Estado publicou o decreto Nº 42.306 de 06 de março de 2022 que libera a circulação de pessoas sem máscaras em locais internos, mantendo a recomendação do uso em alguns espaços,

como transporte público e pontos de atendimento à saúde. Na Companhia, o ano de 2022 marcou a configuração de uma dinâmica menos preocupante, no que se refere aos casos mais graves, tendo em vista o avanço da imunização. Mesmo diante dessa constatação, manteve-se as estratégias de acompanhamento e promoção à saúde dos (as) nossos (as) empregados (as), cujas práticas do Comitê de Crise e da equipe psicossocial e médica permaneceram ativas e articuladas com as dinâmicas vivenciadas em cada período do ano. Desde o início do período de pandemia, a partir de 13 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação, faturamento e a inadimplência, como também está monitorando os níveis de estoque, relativamente aos produtos que podem apresentar dificuldades no abastecimento.

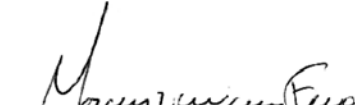
28. Eventos subsequentes
28.1. Regularização da prestação dos serviços no âmbito das Microrregiões

Quanto à regularização da prestação de serviço nos municípios que não possuem contratos de Concessão/Programa vigentes, em atendimento à Lei complementar estadual nº 168/2021, a CAGEPA salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH) e com a anuência dos municípios, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa técnica. Em cumprimento a referida legislação, foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Recursos Hídricos - SEIRH, onde o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta do Estado que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral. Também procedeu, no dia 24 de agosto de 2022, com a aprovação da minuta de regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo até 31 de dezembro de 2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos. O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto de 2022 pelo representante legal da Microrregião do Litoral, Secretário Geral Deusdete Queiroga Filho e pelo Presidente da CAGEPA, Marcus Vinícius Fernandes Neves.

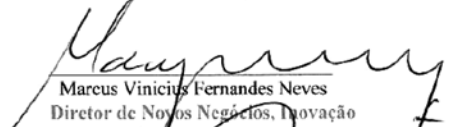
Em relação às demais Microrregiões, Alto Piranhas, Espinharas e Borborema, ainda no primeiro semestre de 2023, serão realizadas as competentes assembleias deliberativas acerca da prestação direta dos serviços, regularizando, desta forma, todas as prestações precárias nestes municípios envolvidos conforme detalhado nas notas 1.2 a e 3.3. No que tange à elaboração dos planos regionais, etapa subsequente às deliberações da forma de prestação de serviço, esta ocorrerá até o segundo semestre assim como as assembleias relativas aos planos regionais de água e esgoto, conforme informações prestadas pelo Governo da Paraíba/SEIRH. Insta destacar que a Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP está ciente das referidas etapas e contará com a sua participação no que for necessário e pertinente. Importante destacar que, nos autos da ADI 7335 ajuizada, em janeiro de 2023, pela Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON em face do Estado da Paraíba e Assembleia Legislativa, tendo como objeto a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 168/2021 que versam, de forma mais específica, sobre a prestação direta a ser exercida pela CAGEPA mediante a autorização do Colegiado Microrregional, em fevereiro de 2023, houve a manifestação favorável da Advocacia Geral da União - AGU acerca da modelagem de prestação de serviço implementada pelo Estado da Paraíba. Nesta seara, existem pareceres favoráveis à prestação direta no âmbito das Microrregiões, como por exemplo, o do Advogado e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau, exarado em 09 de março de 2023. É de bom alvitre ressaltar que os 78 (setenta e oito) municípios que possuem prestação de serviço regularizada, sendo 48 (quarenta e oito) mediante contratos de concessão/programa e 30 (trinta) através de Prestação Direta no âmbito do interesse comum na Microrregião do Litoral, significam, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) da arrecadação da CAGEPA. Desta feita, os 20% (vinte por cento) remanescentes da arrecadação correspondem aos 123 (cento e vinte e três) municípios que estão em fase de regularização nas Microrregiões, conforme já mencionado alhures.

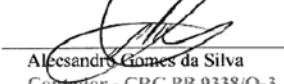
28.2. Recuperação de créditos tributários federais (IRPJ e IOF) em virtude da Imunidade Tributária

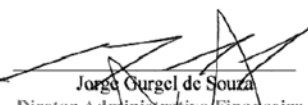
Em virtude da condição de beneficiária da imunidade recíproca, conforme detalhado na nota 14.1, ficou decidido por sentença judicial transitada em julgado que serão anulados os débitos em cobrança administrativa ou judicial (executivos fiscais) referentes aos imposto inseridos nesta imunidade, bem como foi determinada a restituição dos valores de impostos federais e penalidades correlatas voluntariamente adimplidos pela CAGEPA dentro do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados do ajuizamento da demanda, a título de IRPJ, a serem apurados em liquidação de sentença, com correção pela taxa SELIC. A Companhia, na qualidade de pessoa jurídica, imune conforme sentença transitada em julgado irá compensar, utilizando a taxa SELIC a título de correção, a importância de R\$ 94.617 alusivo aos impostos federais: IRPJ e IOF.


Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor Presidente

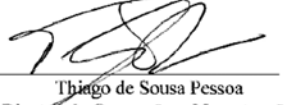

Ricardo Moisés Gomes de Sousa
Diretor de Expansão


Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor de Novos Negócios, Inovação e Meio Ambiente


Alessandro Gomes da Silva
Contador - CRC PB 9338/O-3


Jorge Gurgel de Souza
Diretor Administrativo/Financeiro


Isidac Fernandes Vieira Veras
Diretor Comercial


Thingo de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

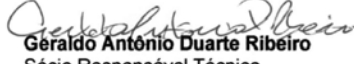
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 03 de abril de 2023.

Sá Leitão Auditores S/S
CNPJ: 35.330.125/0001-64
CRC-PE 000.369/O-8


Geraldo Antônio Duarte Ribeiro
Sócio Responsável Técnico
Contador CRC-PE 011.493/O-0


Jefferson Batista de Oliveira
Sócio Responsável Técnico
Contador CRC-PE 016.627/O-8

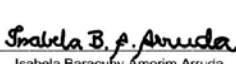
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 12 dias do mês de abril de dois mil e vinte três, às catorze horas, através de videoconferência do aplicativo GoogleMeet (meet.google.com/wzt-qepx-hsk), realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, onde foi examinado o Relatório da Administração e de Sustentabilidade e as Demonstrações Contábeis da Companhia, levantadas em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Sá Leitão Auditores S/C, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. Examinados todos os documentos acima citados, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Gerência de Controladoria da Companhia e respaldado no Relatório elaborado pelos Auditores Independentes, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

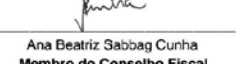
PARECER

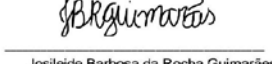
Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, procederam ao exame do Relatório da Administração e de Sustentabilidade e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e com base no Relatório emitido pelos Auditores Independentes elaborado sob a responsabilidade da Sá Leitão Auditores S/A, as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Administração representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, em 31 de dezembro de 2022, e, por seus membros abaixo assinados, opinam favoravelmente a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

João Pessoa - PB, 12 de abril de 2023.


Isabela Baraculhy Amorim Arruda
Presidente do Conselho Fiscal


Gleydson Farias Bronzeado
Membro do Conselho Fiscal


Ana Beatriz Sabagá Cunha
Membro do Conselho Fiscal


Josileide Barbosa da Rocha Guimarães
Membro do Conselho Fiscal


Paulo Márcio Soares Madruga
Membro do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA tendo examinado em reunião desta data, o relatório de administração e de sustentabilidade e as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022, compreendendo, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e a destinação do lucro do exercício, complementados por notas explicativas, com fundamento nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela sua Diretoria Executiva e no Parecer dos Auditores Independentes Sá Leitão Auditores S/C e no Parecer do Conselho Fiscal da Companhia, DECIDE por maioria de votos, recomendar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei 6.404, de 15.12.1976 e o Artigo 27 item IV do Estatuto Social da Companhia.

João Pessoa, 14 de abril de 2023.


Lúcio Landim Batista da Costa
Presidente do Conselho de Administração

LEVE PARA CASA A UNIÃO, A MELHOR INFORMAÇÃO

ASSINE O JORNAL A UNIÃO



3218.6518 / (83) 99117 7042



CIRCULACAO@EPC.PB.GOV.BR



**EMPRESA PARAIBANA
DE COMUNICAÇÃO**